

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

TEM QUE PAGAR PRA NASCER, TEM QUE PAGAR PRA VIVER, TEM QUE  
PAGAR PRA MORRER:  
MERCADO FUNERÁRIO E DISTINÇÃO SOCIAL

LILIAN SILVA PINTO

UBERLÂNDIA

2016

LILIAN SILVA PINTO

TEM QUE PAGAR PRA NASCER, TEM QUE PAGAR PRA VIVER, TEM QUE  
PAGAR PRA MORRER:  
MERCADO FUNERÁRIO E DISTINÇÃO SOCIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para a obtenção de Título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de Concentração: Sociologia

Orientador (a): Profa. Dra. Patrícia Vieira Trópia

UBERLÂNDIA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

P659t  
2016

Pinto, Lilian Silva, 1987-

Tem que pagar pra nascer, tem que pagar pra viver, tem que pagar  
pra morrer : mercado funerário e distinção social / Lilian Silva Pinto. -  
2016.

202 f. : il.

Orientador: Patrícia Vieira Trópia.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Inclui bibliografia.

1. Ciências sociais - Teses. 2. Morte - Aspectos sociais - Uberlândia  
- Teses. 3. Serviço funerário - Morte e funeral - Uberlândia - Teses. 4.  
Exclusão social - Teses. I. Trópia, Patrícia Vieira. II. Universidade  
Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.  
III. Título.

**TEM QUE PAGAR PRA NASCER, TEM QUE PAGAR PRA VIVER, TEM QUE  
PAGAR PRA MORRER:  
MERCADO FUNERÁRIO E DISTINÇÃO SOCIAL**

Dissertação aprovada para a obtenção de  
Título de Mestre no Programa de Pós-  
Graduação em Ciências Sociais da  
Universidade Federal de Uberlândia, MG,  
pela banca examinadora formada por:

Uberlândia, 04 de abril de 2016.

---

Profa. Dra. Patrícia Vieira Trópia (Orientadora)  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFU

---

Prof. Dr. Márcio de Souza Ferreira (Examinador Titular Interno)  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFU

---

Profa. Dra. Darcilene Gomes (Examinador Titular Externo)  
Fundação Joaquim Nabuco – PE

UBERLÂNDIA

2016

À todos que já se foram e  
que ainda permanecem em nós.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, à Dra. Patrícia Vieira Trópia por ter aceitado a ideia de desenvolver este estudo, um pouco atípico.

Aos meus familiares pelo apoio afetivo e material.

Aos amigos e colegas pelos incentivos e parcerias.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, FAPEMIG, pelo fomento.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela acolhida.

E à banca avaliadora pelas valiosíssimas contribuições.

Agora, sim! Vamos morrer, reunidos,  
Tamarindo de minha desventura,  
Tu, com o envelhecimento da nervura,  
Eu, com o envelhecimento dos tecidos!  
Ah! Esta noite é a noite dos Vencidos!  
E a podridão, meu velho! E essa futura  
Ultrafatalidade de ossatura,  
A que nos acharemos reduzidos!  
Não morrerão, porém, tuas sementes!  
E assim, para o Futuro, em diferentes  
Florestas, vales, selvas, glebas, trilhos,  
Na multiplicidade dos teus ramos,  
Pelo muito que em vida nos amamos,  
Depois da morte, inda teremos filhos!

**Vozes da morte**  
**(Augusto dos Anjos)**

## **RESUMO**

Como pensar as práticas fúnebres em torno do *post mortem* no capitalismo contemporâneo? Como analisar os rituais funerários a partir de uma sociedade que se dinamiza perante as novas estratégias do mercado que a todo o momento se volta para o extremo consumo? Quais seriam os significados sociais desses rituais diante de uma sociedade dividida em classes e das diferentes capacidades de consumo material e simbólico? Essas indagações surgem a partir da análise engendrada pela concepção materialista da história, a qual concebe o conjunto das forças produtivas e das relações sociais de produção como base para a constituição de ideologias políticas, acepções religiosas, códigos morais, sistemas legais, de ensino, de comunicação, representações coletivas de sentimentos e dos ritos fúnebres. Assim, esta pesquisa busca apreender a atual configuração do mercado funerário, em especial os múltiplos significados (econômicos, sociais e culturais) do processo do *post mortem* engendrado no seio da sociedade de Uberlândia. Pretende-se, especificamente, identificar a forma como o poder público federal, municipal e as agências funerárias da cidade intervêm na significação desse evento, como também verificar os grupos sociais que se utilizam de aparatos oficiais fúnebres, isto é, de serviços funerários legitimados pelo Estado. Procura-se também analisar as propagandas que o setor veicula pelo país, bem como compreender as estratégias mercantis e simbólico-ideológicas por meio das quais os agentes funerários interpelam seus clientes. O intuito é entender como os diversificados produtos funerários veem sendo comercializados e se de alguma forma expressam as distinções sociais.

**Palavras chave:** *Post mortem*. Distinção Social. Mercado Funerário. Uberlândia.

## ABSTRACT

How to think the funeral practices around the *post mortem* in contemporary capitalism? How to analyze the funeral rites from a society that streamlines before the new strategies of the market all the time turns to the end consumer? What are the social meanings of these rituals before a society divided into classes and different capacities material and symbolic consumption? These questions arise from the analysis engendered by the materialist conception of history, which sees all the productive forces and social relations of production as a basis for the formation of political ideologies, religious meanings, moral codes, legal systems, education, communication, collective representations of feelings and funeral rites. Thus, this research attempts to grasp the current configuration of the funeral market, especially the multiple meanings (economic, social and cultural) of the process of *post mortem* engendered within the Uberlândia society. It is intended to specifically identify how the federal and municipal government and the funeral of the town involved in the significance of this event, but also check the social groups that use funeral official apparatuses, funeral services legitimated by state. It also seeks to analyze the advertisements these companies convey the city and understand the market strategies and symbolic-ideological whereby morticians interpellate their customers. The aim is to understand how diverse funerary products being marketed and see if somehow expresses the social distinctions.

**Keywords:** *Post mortem*. Social distinction. Funeral Market. Uberlândia.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1:</b> Sala <i>Funeral Home</i>	<b>25</b>
<b>Figura 2:</b> Bem-Velado da <i>Funeral Home</i>	<b>25</b>
<b>Figura 3:</b> La barca de Caronte	<b>33</b>
<b>Figura 4:</b> Modelo de casket em bronze da <i>Casketsite</i>	<b>70</b>
<b>Figura 5:</b> Funeral de Louisiana Miriam Burbank	<b>71</b>
<b>Figura 6:</b> Fachada da <i>Newcastle Funeral Home</i> no Canadá	<b>72</b>
<b>Figura 7:</b> Fachada da empresa <i>Pompas Fúnebres Moreira Lopes</i>	<b>99</b>
<b>Figura 8:</b> Fachada do <i>Cemitério Municipal São Pedro</i>	<b>118</b>
<b>Figura 9:</b> Mausoléu de João Naves de Ávila no <i>Cemitério São Pedro</i>	<b>119</b>
<b>Figura 10:</b> Túmulo sem identificação no <i>Cemitério São Pedro</i>	<b>119</b>
<b>Figura 11:</b> Entrada <i>Cemitério Bom Pastor</i>	<b>120</b>
<b>Figura 12:</b> Formato dos túmulos do <i>Cemitério Bom Pastor</i>	<b>120</b>
<b>Figura 13:</b> Mapa geográfico dos <i>Cemitérios Bom Pastor e São Pedro</i>	<b>120</b>
<b>Figura 14:</b> Fachada do <i>Cemitério e Crematório Parque dos Buritis</i>	<b>121</b>
<b>Figura 15:</b> Campo de sepultamento do <i>C. C. Municipal Parque dos Buritis</i>	<b>121</b>
<b>Figura 16:</b> Sala ceremonial do <i>C. C. Municipal Parque dos Buritis</i>	<b>124</b>
<b>Figura 17:</b> Elevador do <i>C. C. Municipal Parque dos Buritis</i>	<b>124</b>
<b>Figura 18:</b> Forno crematório do <i>C. C. Municipal Parque dos Buritis</i>	<b>124</b>
<b>Figura 19:</b> Urna cinerária do <i>C. C. Municipal Parque dos Buritis</i>	<b>125</b>
<b>Figura 20:</b> Columbário do <i>C. C. Municipal Parque dos Buritis</i>	<b>125</b>
<b>Figura 21:</b> Parte interna do <i>C. C. Municipal Parque dos Buritis</i>	<b>126</b>
<b>Figura 22:</b> Área de sepultamento do <i>C. C. Municipal Parque dos Buritis</i>	<b>126</b>
<b>Figura 23:</b> Fachada da <i>Paz Universal Serviços Póstumos Ltda</i>	<b>130</b>

<b>Figura 24:</b> Salas velatórias personalizadas da Paz Universal Serviços Póstumos Ltda.	<b>130</b>
<b>Figura 25:</b> Salas velatórias personalizadas da Paz Universal Serviços Póstumos Ltda.	<b>130</b>
<b>Figura 26:</b> Quartos para descanso da Paz Universal Serviços Póstumos Ltda.	<b>130</b>
<b>Figura 27:</b> Espaço Kids	<b>157</b>
<b>Figura 28:</b> Tutoras	<b>157</b>
<b>Figura 29:</b> Pingentes feitos de cinzas cremadas	<b>159</b>
<b>Figura 30:</b> Lápides personalizadas	<b>159</b>
<b>Figura 31:</b> Automóvel para translado de urnas	<b>159</b>
<b>Figura 32:</b> Repcionista “Diabinha”	<b>159</b>
<b>Figura 33:</b> Nota de falecimento eletrônico	<b>161</b>
<b>Figura 34:</b> Simulação de funeral com música ao vivo	<b>161</b>
<b>Figura 35:</b> Folder 1 da empresa Laidom Produtos	<b>167</b>
<b>Figura 36:</b> Folder 2 da empresa Cenáculo Cerimônias de Luto	<b>169</b>
<b>Figura 37:</b> Trecho do folder 3 da empresa Laidom Cursos Profissionalizantes	<b>170</b>
<b>Figura 38:</b> Frente e verso do folder 4 da Brucker Car	<b>172</b>
<b>Figura 39:</b> Frente e verso do folder 5 da Lupo Cemitérios Verticais Ecológicos	<b>175</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Receita do setor funerário dos EUA pela NFDA	<b>75</b>
<b>Tabela 2:</b> Número de empresas funerárias brasileiras com CNPJ ativo na Receita Federal em 2013.	<b>103</b>
<b>Tabela 3:</b> Classificação Nacional de Atividades Econômicas	<b>104</b>
<b>Tabela 4:</b> Ótica da Oferta: Crescimento do PIB em 2012 (% a.a. e % T/T-1, dessazonalizado)	<b>105</b>
<b>Tabela 5:</b> Despesas monetária e não monetária média mensal familiar, segundo os tipos de despesa, com indicação do número das famílias - Brasil - período 2002- 2003 e 2008-2009	<b>107</b>
<b>Tabela 6:</b> Número de empresas que prestam serviços pessoais às famílias brasileiras entre os anos de 2003 e 2012.	<b>108</b>
<b>Tabela 7:</b> Receita líquida das empresas de serviços pessoais, com 20 ou mais empregados, prestados às famílias em 2003, 2007 e 2012.	<b>108</b>
<b>Tabela 8:</b> PIB a preços correntes segundo setores de atividade econômica - Uberlândia (R\$ 1.000,00) em 2013.	<b>114</b>
<b>Tabela 9:</b> N° Empresas Formais por Subsetores do Setor Terciário – 2011	<b>115</b>
<b>Tabela 10:</b> Número de estabelecimentos de serviços funerários em Uberlândia de 2006 a 2013.	<b>116</b>
<b>Tabela 11:</b> Análise de conteúdo	<b>171</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Resumo do crescimento econômico brasileiro pela ótica da demanda de 2007 a 2012.	<b>106</b>
----------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ABREDIF** - Associação Brasileira de Empresas e Diretores do Setor Funerário

**AFAFF** - Associação dos Fabricantes e Fornecedores de Artigos Funerários

**ANVISA** - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

**CNAE** - Classificação Nacional de Atividades Econômicas

**CNPJ** - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

**CONAMA** - Conselho Nacional de Meio Ambiente

**CONCLA** - Comissão Nacional de Classificação

**DSM** - Departamento dos Serviços Municipais

**EUA** – Estados Unidos da América

**EXPONAFE** - Exposição Nacional de Artigos Funerários

**FTC** - Federal Trade Commission

**FUNEXPO** - Feira Internacional de Produtos, Serviços e Equipamentos para o Setor Funerário e de Cemitérios

**GPL** - General Price List

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IDHM** – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

**IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**NFDA** - National Funeral Directors Associations

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**PIB** - Produto Interno Bruto

**PNUD** - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**PROCON** - Procuradoria de Proteção e Defesa do Consumidor

**SCI** - Service Corporation Internacional

**SEFESP** - Sindicato das Empresas Funerárias do Estado de São Paulo

**SINCEP** - Sindicato dos Cemitérios e Crematórios Particulares do Brasil

**SINDINEF** - Sindicato das Empresas Funerárias e Congêneres na Prestação de Serviços  
Similares do Estado de Minas Gerais

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	<b>16</b>
<b>1.</b> <b>Capítulo 1:</b> O <i>post mortem</i> em tempos de capitalismo flexível	<b>30</b>
<b>1.1.</b> O Caronte da contemporaneidade	<b>30</b>
<b>1.2.</b> A transformação do imaginário social acerca da morte e do morrer no Ocidente	<b>34</b>
<b>1.3.</b> Os domínios do capitalismo contemporâneo	<b>43</b>
<b>1.4.</b> O consumo na era fordista/taylorista e na acumulação flexível	<b>55</b>
<b>1.5.</b> O mercado do <i>post mortem</i> no Ocidente	<b>67</b>
<b>2.</b> <b>Capítulo 2:</b> O <i>post mortem</i> no Brasil	<b>80</b>
<b>2.1.</b> Breve história das práticas fúnebres em terras de paus-brasis	<b>80</b>
<b>2.2.</b> Da secularização à institucionalização da estrutura funerária brasileira	<b>88</b>
<b>2.3.</b> O mercado funerário no Brasil	<b>104</b>
<b>2.4.</b> Uberlândia em foco	<b>112</b>
<b>2.5.</b> Um pouco da história de vida dessas duas entidades que agenciam a morte em Uberlândia	<b>122</b>
<b>3.</b> <b>Capítulo 3:</b> Morte: representações sobre rituais fúnebres e distinção social	<b>131</b>
<b>3.1.</b> Rumo à “totalidade”: o que o campo e seus nativos têm a dizer	<b>131</b>
<b>3.2.</b> A mercantilização do <i>post mortem</i>	<b>133</b>
<b>3.3.</b> A morte como tabu no Ocidente	<b>141</b>
<b>3.4.</b> A indústria da morte e suas expressões simbólicas e materiais	<b>155</b>
<b>3.4.1.</b> A morte anunciada	<b>166</b>
<b>4.</b> <b>Conclusão</b>	<b>182</b>
<b>5.</b> <b>Referências Bibliográficas</b>	<b>188</b>
<b>6.</b> <b>Fontes Iconográficas</b>	<b>200</b>
<b>7.</b> <b>Fontes Fonográficas</b>	<b>201</b>
<b>8.</b> <b>Anexos</b>	<b>202</b>

## *INTRODUÇÃO*

Toda sociedade, seja ela complexa ou simples<sup>1</sup>, experimenta o fenômeno da morte de modo próprio. Ele também não deixa, por sua vez, de ser fonte de discussão para várias esferas do conhecimento, pois faz parte de um processo natural da existência de qualquer ser vivo, que é o nascer, o desenvolver e o morrer. Refletir sobre a morte é o mesmo que ponderar acerca da vida, ou o seu revés. Já dizia Schopenhauer que “o que é no fim das contas a vida? Um fluxo perpétuo da matéria através de uma forma que permanece invariável: do mesmo modo o indivíduo morre e a espécie não morre”.<sup>2</sup> Na concepção desse filósofo o que permanece invariável é a natureza do homem, isto é, a ideia geral sobre si que prevalece independente da morte do indivíduo. Se a morte é um imperativo, o modo de interpretá-la e a ritualística em torno do que fazer com o corpo morto variam socialmente.

A acepção geral que está imbuída naquela proposição de Schopenhauer constitui o motivo pelo qual grande parte das sociedades, pelo menos as ocidentais, até os dias atuais, se empenhou e se empenha em postergá-la por simplesmente temê-la. Para isso, desenvolvem práticas e técnicas que buscam aprimorar e prolongam cada vez mais a vida e, assim, procuram se afastar do temido fim. Em um sentido biológico, o fim da vida se caracterizaria com o encerramento das atividades fisiológicas do indivíduo, mas sabe-se que a matéria física não é a única a carregar as explicações para tal acontecimento. Numa perspectiva cultural, a morte se torna eixo e em torno dela as sociedades ou grupos engendram e reproduzem suas próprias práticas econômicas e socioculturais.

Neste sentido, não é possível falar da morte sem se remeter aos rituais fúnebres. Estes se constituem em práticas simbólicas erigidas e compartilhadas entre os membros de grupos sociais a fim de classificar tal momento e de transformá-lo em identidade social. Van Gennep<sup>3</sup>, por exemplo, concebe esses marcos da vida como ritos de

---

<sup>1</sup> Essas duas categorias, utilizadas tanto na sociologia quanto na antropologia, designam a complexidade das relações sociais e culturais de determinadas sociedades. As sociedades simples seriam aquelas em que não há a presença do sistema de mercado e do modo de produção capitalista, ao passo que as sociedades complexas seriam designadas justamente por esses aspectos.

<sup>2</sup> SCHOPENHAUER, A. *O mundo como vontade e representação*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001, p. 290- 291.

<sup>3</sup> GENNEP, Arnold van. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 1977.

passagem. Para o antropólogo, toda sociedade concebe a existência humana como um processo composto por esses momentos que podem ser comparados a compartimentos, sociais, que são interligados por portas. Essas portas seriam, então, os ritos de passagem, momento ou peça fundamental que possibilitaria o indivíduo ou grupo perpassar de uma condição social para outra.

A morte, assim como o nascimento e também o casamento, se caracterizaria por sua vez, como tal, pois são como estágios marcantes que, de uma forma ou de outra, penetram na vida dos indivíduos e grupos. São geralmente caracterizados por elementos simbólicos específicos e extraordinários, pois fogem da ordenação cotidiana. É por isso que a existência de cerimônias ou eventos ritualísticos se fazem presentes nesses momentos, como é o caso dos rituais fúnebres. A preparação e ornamentação do corpo sem vida, a vigília, o sepultamento, a cremação e o luto são, geralmente, elementos vigentes nesse tipo de passagem. A variedade e a heterogeneidade desses rituais correspondem às possibilidades de compreender o mundo e de entender seus objetos e fenômenos.

A partir de um recorte religioso ou ideológico é possível compreender os rituais fúnebres mediante uma gama de experiências e significados, tais como, as formas de manusear o defunto, o tipo de vestimenta a ser usado, os cantos ou preces entoados, o local e direção a ser sepultado, a razão de se queimar o corpo, sem contar a movimentação exigida de determinados agentes sociais durante e depois da morte. Na tradição budista tibetana, conforme Pinto<sup>4</sup>, a morte é tratada em relação ao modo que a vida do indivíduo se desenvolveu. Quando ela é anunciada, é preciso que o moribundo a aceite e receba da família a preparação para fazer a passagem. A preparação se evidencia no desapego dos bens materiais, do status social e da fama. O ambiente, organizado pela família, deverá ser preenchido pela calmaria, poupando o “transeunte” de gritos, lágrimas e agitações.

Mas quando o óbito é certificado, em primeira instância, o corpo deve ser colocado próximo ao oratório iluminado por velas. O rosto é coberto por um pano branco e incensos são queimados junto à cabeceira do morto. Em seguida, um sacerdote budista é chamado para iniciar a leitura dos textos sagrados, no caso dos tibetanos, recorre-se ao “Livro dos Mortos”. Em seguida, o falecido é colocado em um caixão com um rosário budista nas

<sup>4</sup> PINTO, Lilian. S. . Práticas fúnebres a partir da significação da morte e do corpo. In: V Seminário de Trabalho e Gênero e III Seminário Internacional do PPGCS: teorias, pesquisas e práticas sociais, 2014, Uberlândia. *V Seminário de Trabalho e Gênero e III Seminário Internacional do PPGCS: teorias, pesquisas e práticas sociais*, 2014.

mãos e durante o velório os presentes recitam também outros textos sagrados, em alguns casos, são oferecidos alimentos e água. Findado tais rituais, o falecido é levado para o crematório ou mesmo para o túmulo, na qual sua alma será separada, de fato, de seu corpo físico e suas cinzas serão lançadas ao ar livre.<sup>5</sup>

A cremação significa, por sua vez, o renascimento e ela será aplicada até que a pessoa alcance o estado de Nirvana, que é o equilíbrio preciso entre o comportamento durante a vida e o pensamento. Já os funerais do grupo indígena Bororo representam um padrão bem distinto de sepultamento. Conforme Viertler<sup>6</sup>, numa primeira instância, os corpos são enterrados e cobertos por esteiras para depois de certo tempo serem exumados. Passado o período, os ossos são lavados, decorados e colocados em cestos a fim serem sepultados fora da aldeia. Esse segundo momento é inserido por um conjunto complexo de outras práticas tais como danças, cantos, refeições comunitárias e destruição dos pertences dos mortos, por exemplo.

Com relação à morte no Islamismo, de modo geral, é admitido a existência da vida póstuma, entretanto, há uma relação direta também entre a conduta na terra e para além dela. Isso significa que ela pode ser preenchida tanto com recompensas quanto por castigos. “A fé na vida após a morte nos compele a fazer o certo e ficar longe do pecado”.<sup>7</sup> Acreditar na vida após a morte é um das seis premissas básicas que todo fiel muçulmano deve aceitar, caso contrário, as demais perdem todo o sentido. O Islamismo aprova a concepção de uma fase intermediária entre a morte e a ressurreição. Assim que o corpo é colocado no túmulo, um teste é iniciado, no qual o falecido será questionado por anjos acerca da sua religião, profeta e Senhor.

Conforme a tradição, a sepultura significa o paraíso e inferno, tanto anjos da misericórdia quanto anjos de punição visitam as almas. Mas assim que o último suspiro é dado, a primeira coisa a se fazer é fechar os olhos do falecido ao som de uma prece. Em seguida, devem ser retirados os anéis, brincos, aliança, correntes e afins e colocá-los cuidadosamente no chão em direção a Meca. Aqueles que presenciaram o momento da morte devem manter-se em segredo sobre qualquer coisa que tenham visto e ouvido, já que a privacidade do falecido deve ser mantida com dignidade. Antes do enterro, o

---

<sup>5</sup> PINTO, 2014, p. 10.

<sup>6</sup> VIERTLER, R. B. Implicações adaptativas do funeral ao processo de mudança social entre os Bororo do Mato Grosso. In: Carvalho, Sílvia (coord.). (Org.). *Rituais Indígenas Brasileiros*. 1 ed. São Paulo: CPA - Editora Ltda, 1999.

<sup>7</sup> ISLAMRELIGION. *Crença na vida após a morte*. 2009. Disponível em: <<http://www.islamreligion.com/pt/articles/38/>> Acesso em: 18 jun. 2015.

corpo precisa passar por estágios de limpeza e de purificação. Primeiramente, o morto masculino poderá ser lavado apenas por homens ou por sua esposa, se for uma finada, deverá ser lavada por mulheres ou seu marido. No caso de uma criança e que ainda não tenha atingido a puberdade, o banho poderá ser realizado tanto por homens quanto por mulheres.

O banho ou o *ghusl* do morto deve ser praticado num recinto fechado, onde ninguém possa adentrar a não serem aqueles que foram solicitados. As partes íntimas devem ser cobertas para manter a privacidade do indivíduo. O corpo deve ser colocado sobre uma mesa com muito cuidado e não é permitido cortar, raspar pelos ou cabelos, cortar as unhas ou modificar a aparência física com maquiagem ou afim. A lavagem é feita do alto da cabeça até os pés, por três vezes, com água pura e em temperatura ambiente ou morna. Conforme Kobeissi, o primeiro banho é feito com água misturada com Sidr (folha de uma planta); o segundo mistura-se com cânfora e o último apenas água. Logo após o corpo deverá ser envolvido em um pano branco chamado *cafan*.<sup>8</sup>

A estruturação dos rituais fúnebres, como se pode observar, está diretamente ligada à multiplicidade cultural e à complexidade das organizações sociais, posto que cada grupo ou sociedade vivencia e celebra tal etapa conforme sua cultura. De acordo com Alves<sup>9</sup>, desde o século XV, apesar de o homem ter sido considerado pela tradição filosófica ocidental como um ser de pensamento e de racionalidade, jamais deixou de expressar seus desejos, e isso pode ser constatado mediante suas produções culturais. O fato é que ele não pode ser compreendido apenas no âmbito da sua luta pela sobrevivência na natureza, é preciso levar em consideração os significados por ele dado durante esse processo. Mas enquanto não se realiza tais desejos, resta ao homem cantá-los, escrevê-los e celebrá-los.<sup>10</sup>

Há que se destacar que, nas organizações sociais ocidentais, a estrutura política, econômica e cultural vigente, representada por um Estado e por um modo de produção baseado na exploração e no lucro, abarca e reapropria as técnicas de preservação e prolongamento da vida transformando-as em mercadorias para o consumo. A princípio,

---

<sup>8</sup> PINTO, Lilian S. 2014, p. 16.

<sup>9</sup> ALVES, Rubem. *O que é religião*. 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>10</sup> A realização das intenções culturais é transferida, por sua vez, ao mundo simbólico e seus constituintes, os símbolos, são tidos como horizontes, guias ou referenciais do seu caminhar. Segundo Alves, é nesse momento que surgem as religiões, caracterizadas como “uma teia de símbolos, rede de desejos, confissão de espera, horizonte dos horizontes, a mais fantástica e pretensiosa tentativa de transsubstanciar a natureza.” Inclusive perante a morte, fenômeno que a ciência ainda não conseguiu dominar que, por intermédio das práticas fúnebres e das religiões, passou a ser inteligível. Isso porque os seres dotados de racionalidade e de desejos possuem o poder de classificar e de discriminhar objetos e fenômenos conforme o sentido que tem para com o seu mundo. (ALVES, 1986, p. 09).

essas técnicas ou práticas estão associadas ao tratamento do corpo, como por exemplo, a higienização ou assepsia. De acordo com Le Breton<sup>11</sup>, as condutas de higiene desenvolvidas nesse tipo de sociedade são marcadas pelo domínio do modelo médico, isto é, de um conhecimento técnico, racional e sistemático legitimado pelo Estado e que se efetiva, de fato, no mercado de consumo.

A rigor, não é comum a busca por soluções, seja em relação à assepsia do corpo, ou no tratamento de doenças ou mesmo por condutas que contribuem para a longevidade da vida, na medicina popular tradicional, naquela encontrada no fundo do quintal. Hoje, a limpeza e proteção do corpo, a alimentação, o bem estar psíquico, o tratamento de enfermidades e afins está disponibilizado em prateleiras de supermercados, em academias, restaurantes, em consultórios médicos, farmácias e em hospitais. Tais condições, cotidianamente naturalizadas, desembocam na percepção de que a manutenção da vida não passa da sua própria mercantilização e em relação ao processo do *post mortem*<sup>12</sup> também não é diferente.

Partindo da observação da realidade circundante, é possível captar indícios do caráter crescentemente mercantil das práticas fúnebres na sociedade capitalista contemporânea. Tomemos alguns exemplos. Na reportagem veiculada pelo sítio Terra, na coluna de economia, o setor funerário ganhou destaque justamente pelo seu crescimento de 15% de 2010 a 2011 no país. Segundo a matéria, o pouco espaço para expansão não impediu o setor de atingir taxas consideráveis de desenvolvimento, desse modo, “o setor funerário mostra como a diversificação dos serviços pode aumentar a receita de uma empresa - mesmo em um negócio do qual, a rigor, ninguém gostaria de se tornar cliente”.<sup>13</sup>

Conforme Haroldo Felício, proprietário de dois cemitérios e uma funerária em Belo Horizonte e região, o ritual de velamento por estar estreitamente ligado à personalidade do homenageado, permite que seja oferecida uma série de serviços pelas

---

<sup>11</sup> BRETON, David Le. *A sociologia do corpo*. Petrópolis: Vozes; 2006.

<sup>12</sup> Entende-se por processo do *post mortem* todas as atividades e ações utilizadas na preparação do indivíduo assim que sua morte é certificada pelos órgãos competentes do Estado. Essas condutas são aquelas voltadas para a preparação e consumação do corpo, geralmente realizada por uma agência funerária e também por uma agência cemiterial. Também estão inseridas nesse processo as representações simbólicas impressas tanto pelas agências, quanto pela sociedade e família. A escolha do caixão, da vestimenta, da restauração facial, como o local de sepultamento ou cremação e a ceremonialização como um todo da morte são subsídios importantíssimos para se compreender as razões de sua existência.

<sup>13</sup> TERRA. *Economia*: o setor funerário cresce com diversificação de produtos. 2012. Disponível em: <<http://economia.terra.com.br/setor-funerario-cresce-com-diversificacao-de-produtos,dd2850f7fd66b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>> Acesso em: 14 de abr. 2015.

funerárias e outros empreendimentos do setor. O mesmo relata que a oferta varia de acordo com o desejo do falecido e da capacidade financeira da família. Há funerais que contam com vídeos narrando a história da pessoa ao som de pequenas orquestras, diz o proprietário. Além dos serviços habituais oferecidos pelas agências funerárias, como o fornecimento de urna, ornamentação e velórios, o setor, ultimamente, tem investido em outros mais especializados, como é o caso da empresa de Leandro<sup>14</sup>, que focou somente na venda de coroas pela internet e tem tido um grande retorno econômico.

Já em outra matéria veiculada pela Folha de S. Paulo<sup>15</sup>, no mês de agosto de 2014, sobre as profissões que obtiveram alto índice de crescimento em admissões no setor de serviços no Brasil, chamou a atenção o fato de a profissão de agente funerário estar entre as mais destacadas pela pesquisa. A explicação para tal fenômeno estaria nas alterações realizadas no setor funerário que exigiria cada vez mais especialização dos produtos e profissionais. Essas mudanças correspondem à ampliação dos serviços oferecidos que vão além da venda de caixões até a disponibilização de maquiador de defunto e a transmissão ao vivo do velório via internet.

O Estado de Minas, periódico eletrônico, trouxe em seu conteúdo de economia, em novembro de 2013, informações interessantes e bem precisas acerca da movimentação do mercado fúnebre no país e em Minas Gerais. Segundo a fonte, baseada nos dados da ABRASIF, Associação Brasileira do Setor de Informações Funerárias, o mercado brasileiro funerário vem atingindo a cada ano a marca de R\$ 3,5 bilhões. Em Minas Gerais, o negócio da morte tem girado pelo menos R\$ 300 milhões a cada 12 meses. Dez anos atrás, existiam aproximadamente 570 empresas operantes de norte a sul no estado. Atualmente conta-se com mais de 1.460 unidades, o que significa um crescimento de 60% na última década, “superior ao avanço do país, que também cresceu muito, 45%, reunindo em 2013 mais de 11,7 mil empreendimentos, como funerárias, cemitérios, plano funerário e ainda prestadores de serviços”.<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> *Ibid.*

<sup>15</sup> FAGUNDEZ, Ingrid. Esteticista de animal e psicólogo estão em alta no mercado de trabalho. São Paulo: *Folha de São Paulo*, 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/08/1498958-esteticista-de-animal-e-psicologo-estao-em-alta-no-mercado-de-trabalho.shtml>> Acesso em: 30 abr. 2015.

<sup>16</sup> EM. Economia: *Precaução faz da morte um mercado lucrativo*. Saiba os preços de funerais. Disponível em: <[http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2013/11/02/internas\\_economia,466435/precaucao-faz-da-morte-um-mercado-lucrativo-saiba-os-precos-de-funerais.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2013/11/02/internas_economia,466435/precaucao-faz-da-morte-um-mercado-lucrativo-saiba-os-precos-de-funerais.shtml)> Acesso em: 01 maio de 2015.

Num dos layouts captado no sítio do Cemitério e Crematório Municipal Parque dos Buritis, responsável inclusive por um novo serviço do ramo funerário em Uberlândia<sup>17</sup> - a cremação -, é expressa a mesma questão levantada pela matéria da Folha de S. Paulo, qual seja a preocupação que a iniciativa privada tem em oferecer um serviço *inovador, diferenciado* e de *qualidade*. O que está inteiramente relacionado com as últimas transformações econômicas e sociais ocorridas aqui e no mundo. Além do mais, o enunciado publicitário faz repetitivamente uso do termo “serviço”, o que denota que o tratamento dado à morte fica circunscrito apenas ao âmbito do valor de troca, num sentido marxiano do conceito. O que pode implicar, por sua vez, em uma ressignificação acerca da ideia de morte atualmente.

O aumento na admissão, demissão e até mesmo na extinção de profissionais de determinadas áreas do mercado de trabalho, assim como a ampliação e reestruturação de novos empreendimentos no Brasil e no mundo, é reflexo da mudança ocorrida no âmbito e na estrutura social e econômica das últimas décadas. Essa situação pode ser evidenciada pelas transformações geradas no mundo do trabalho que, consequentemente, está totalmente atrelada ao metamorfoseamento do modo societal fordista em sistema de acumulação flexível. Essas colocações instigam a busca pelas causas dessas alterações sucedidas na estrutura social e econômica dos últimos tempos, principalmente sentidas no mundo do trabalho.

O despontar do capitalismo fez com que uma mudança crucial desfigurasse o trabalho humano. Se inicialmente ele prometia o processo emancipador humano, afirmindo seu caráter de liberdade e de igualdade, após o seu emergir transformou o trabalho em condição de alienação e fetichização. Sabe-se que seu objetivo é maximizar os lucros e minimizar os custos. Visando à eficiência do processo de produção, sempre se reestrutura e forja novas técnicas a fim de recuperar a todo o momento a forma padrão de acumulação de capital. Pode-se caracterizar esse modelo organizacional de produção, dentre outros, de fordismo/taylorismo. Antes de descrevê-lo é preciso salientar que esses modelos não se concentram somente no interior das fábricas, eles ultrapassam seus muros espalhando-se por todos os setores sociais.<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup> PARQUEDOSBURITIS. Cemitério e crematório. Disponível em: <[http://cemiterioparquedosburitis.com.br/quem\\_somos.php](http://cemiterioparquedosburitis.com.br/quem_somos.php)> Acesso em: 04 maio de 2015.

<sup>18</sup> Para saber mais sobre este assunto, consultar: GRAMSCI, Antônio. Americanismo e Fordismo. In: *Maquiavel a Política e o Estado Moderno*. 3Ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

A Segunda Revolução Industrial possibilitou ao capital incorporar em seu processo produtivo técnicas científicas que logo racionalizaram o trabalho separando-o em concepção e execução. Frederick Taylor (1856-1915), responsável por tal inovação, implantou na gestão empresarial o parcelamento das tarefas, o combate ao desperdício de tempo e de movimentos inúteis. Por seguinte, Henry Ford (1863-1947) utilizou-se dos métodos de gerenciamento de Taylor e os aplicou em sua fábrica de automóveis. O novo modelo caracterizou-se, então, pela produção em massa, em linhas de montagens, operações repetitivas, padronização de peças, grandes estoques e no controle direto da produção (na qual se adquire empresas que não só montam, mas também fabricam peças). O fordismo/taylorismo possibilitou, então, a redução dos custos de produção e o aumento do lucro tornando-se modelo dominante no cenário mundial e acirrando a competitividade entre as empresas.

Dessa forma, para se manterem no mercado foi necessário cortar os gastos e reduzir os salários dos operários. A competitividade elevou o padrão tecnológico e a progressiva substituição do trabalho vivo por trabalho morto. A automação e novos modos de produção foram os passos seguintes. Essas estratégias levaram à degradação das condições de trabalho da classe operária e também na crise do fordismo. Segundo David Harvey<sup>19</sup>, os motivos que acarretaram o seu definhamento foram: o aumento da competitividade internacional; a crise econômica dos EUA; a participação dos países subindustrializados no cenário internacional, por portarem as transnacionais; a rigidez do modelo e os movimentos operários de resistência (sobretudo o movimento sindical). A mudança no padrão de acumulação do capital se deu a partir da década de 1970, 1980 e 1990, com o fim do bloco socialista, com as novas políticas de cunho neoliberal, com o surgimento da tecnologia informacional e com a mundialização do capitalismo.

Da necessidade de enfrentar esses novos paradigmas, outro modelo organizacional se expandiu mundialmente. Denominado de toyotismo, pós-fordismo ou de acumulação flexível, tal modelo emergiu no Japão em resposta a crise de 1970. Trouxe consigo uma nova organização em que a produção foi alavancada pela demanda, os estoques minimizaram-se e todo desperdício fora contido, tudo no menor tempo possível e com ampla qualidade. Como a produção é puxada pelo consumo e o atendimento às exigências do mercado é individualizado, o processo de trabalho tendeu

---

<sup>19</sup> HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

a se flexibilizar. Os trabalhadores passaram a se organizar em equipes, as hierarquias desapareceram, se um membro falha toda a equipe se prejudica. Nesse contexto, foi exigido do trabalhador a polivalência e o multifuncionalismo, o que significou que o mesmo passou a exercer várias funções simultaneamente.

Para Antunes<sup>20</sup>, esse modelo tende a camuflar a intensificação da exploração do trabalhador, dele é exigido bem mais que na era fordista, a empresa recorre ao mínimo contratado estável, se o mercado melhora, contrata-se temporariamente ou recorre-se as horas extras. Desde a expansão do toyotismo é percebido o aumento da precarização do trabalho. O tempo integral é substituído em grande parte pelo parcial, o aumento significativo da força de trabalho feminino também é outro indicador, já que sua remuneração é inferior à masculina<sup>21</sup>. A chamada terceirização, denominada de “empreendedorismo”, é expoente de tal consequência, não passando de trabalho subordinado, instável e marginalizado que não garante direitos sociais.

Apesar de a flexibilização ser sinônimo de precarização, no qual o capital se beneficia com a liberdade de desempregar de acordo com o índice de produção, os dados do IPEA<sup>22</sup> apontam para uma retração no índice na taxa de desocupação no Brasil entre anos de 2002 a 2015, saindo de 12,9% para 7,60%. Umas das explicações para tal encolhimento seria o crescimento do Setor de Serviços no país, do qual o ramo funerário faz parte. Essas sucintas considerações tecidas em torno da mudança estrutural no aparato produtivo capitalista leva à retomada da matéria da Folha de S. Paulo a fim de compreender a atual organização do setor do pós-morte brasileiro.

Como lá é afirmado, “A possibilidade de escolher serviços diferenciados também levou à alta de contratações no ramo funerário. Na última década, o setor viu a multiplicação de crematórios, de vendedores e o surgimento de cerimônias personalizadas”<sup>23</sup>. É notório que até mesmo no setor funerário as alterações vividas pelo processo produtivo atual foram sentidas, haja vista que são necessários mecanismos que permitam sua reprodução. Uma dessas estratégias é a criação de novas necessidades, no

---

<sup>20</sup> ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.

<sup>21</sup> SCIELO. Anotações sobre trabalho e gênero. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742013000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742013000200003)> Acesso em: 29 jan. 2015.

<sup>22</sup> IPEADATA. Taxa de desemprego. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38401>> Acesso em: 29 jan. 2016.

<sup>23</sup> FAGUNDEZ, 2015.

caso dos serviços fúnebres, a diferenciação dos produtos é uma forma não só de manter o ramo como também de aumentar a própria receita.

A *Funeral Home* é um exemplo. Localizada no bairro Bela Vista da capital paulistana desde 2008, oferece cerimônias personalizadas e de alto luxo, tendência originária dos EUA. A empresa ocupa um casarão antigo tombado naquele bairro, conta com quatro salas para velório com decoração temática inspirada em cidades como Paris e New York. Possui manobrista e oferece três tipos de buffet com direito a docinhos batizados de bem-velado. Segundo a diretora da empresa, Milena Toscano<sup>24</sup>, a ideia não é só propiciar o luxo, mas sim o conforto e segurança aos familiares. Além disso, a agência conta com um serviço bem atípico, o funeral *delivery*, no qual o velório é organizado pela empresa na própria casa dos familiares.



**Figura 1:** Sala Funeral Home<sup>25</sup>



**Figura 2:** Bem-Velado<sup>26</sup>

É de se imaginar que o serviço que a *Funeral Home* disponibiliza no mercado funerário não é para o consumo de qualquer pessoa. A diferenciação desses produtos, desenvolvidos com base na estética, não se dá em vão. Ao pensá-los com as categorias analíticas de Bourdieu<sup>27</sup>, como o *habitus* e o estilo de vida, é possível compreendê-los como sendo a expressão simbólica das diferentes posições que os indivíduos e grupos ocupam no espaço social de acordo com suas condições sociais e econômicas. Ou seja,

<sup>24</sup> O GLOBO. Sociedade: *Novos velórios tornam-se eventos sociais cercados de luxo e glamour*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/novos-velorios-tornam-se-eventos-sociais-cercados-de-luxo-glamour-12374769>> Acesso em: 04 maio de 2015.

<sup>25</sup> FUNERAL HOME: *Espaço*. Disponível em: <<http://www.funeralhome.com.br/espaco/>> Acesso em: 04 maio de 2015.

<sup>26</sup> *Ibid.*

<sup>27</sup> BOURDIEU, P. Gosto de classe e estilo de vida. In: ORTIZ, R. *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983, p. 82-121.

como marca de distinção social. O *habitus* constitui um sistema de pensamento e comportamento, gerado pelas relações sociais, que tem por objetivo orientar as ações sociais e também assegurar a perpetuação das condições que o cria. Portanto, o gosto e o estilo de vida são tomados como um conjunto de preferências distintas, que dependem do consumo simbólico e material de determinados bens, que, por sua vez, exprimem as diferenças entre os grupos sociais.

Nesse sentido, como pensar essas práticas em torno do *post mortem* no capitalismo contemporâneo? Ou seja, como analisar os rituais funerários a partir de uma sociedade que se dinamiza perante as novas estratégias do mercado que a todo o momento se volta para o extremo consumo? Quais seriam os significados sociais desses rituais diante de uma sociedade dividida em classes e das diferentes capacidades de consumo material e simbólico? Essas indagações surgem a partir da análise engendrada pela concepção materialista da história, a qual concebe o conjunto das forças produtivas e das relações sociais de produção como base para a constituição de ideologias políticas, acepções religiosas, códigos morais, sistemas legais, de ensino, de comunicação, representações coletivas de sentimentos e porque não a dos ritos fúnebres.

Ademais, tomam também como referência as relações de poder inerentes ao processo social. Nesse caso, elas expressariam a ligação do Estado, aqui entendido como aparelho burocrático e de controle social, com a morte e seus desdobramentos. Conforme a acepção de Garelli, esse controle seria os

[...] meios de intervenção, quer positivos quer negativos, acionados por cada sociedade ou grupo social a fim de induzir os próprios membros a se conformarem às normas que a caracterizam, de impedir e desestimular os comportamentos contrários às mencionadas normas, de restabelecer condições de conformação, também em relação a uma mudança do sistema normativo.<sup>28</sup>

O Estado, como mencionado acima, pode ser compreendido como uma das formas de se exercer essa supervisão. Entretanto, conforme Foucault<sup>29</sup>, ele, o mercado e o poder jurídico não são os únicos a fazerem uso de tal instrumento: ao lado destes existe uma série de outros poderes, os laterais, que também possuem essa mesma

---

<sup>28</sup> GARELLI, F. Controle social. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. Tradução Carmen C. Varialle, Gaetano Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacais e RenzoDini. 8. ed. Brasília: Ed. UnB, 1995, p.283.

<sup>29</sup> FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. *Cadernos da PUC/RJ*. Rio de Janeiro, n° 16, 1979.

capacidade. No que tange ao evento da morte, esses poderes laterais se conformariam em instituições psicológicas e psiquiátricas, farmacêuticas, médicas, criminológicas, agências funerárias e entre outras. Essas entidades, sejam elas laterais ou não, exercem influência na configuração dos eventos sociais.

Assim, esta pesquisa busca apreender a atual configuração do mercado funerário ocidental e brasileiro, em especial os múltiplos significados (econômicos, sociais, culturais, religiosos) do processo do *post mortem* engendrado no seio da sociedade de Uberlândia. Pretende-se, especificamente, identificar a forma como o poder público federal e local e as agências funerárias da cidade intervêm na significação desse evento como também verificar os grupos sociais que se utilizam de aparatos oficiais fúnebres, isto é, de serviços funerários legitimados pelo Estado. Procura-se também analisar as propagandas que essas empresas veiculam pelo país, bem como compreender as estratégias mercantis e simbólico-ideológicas por meio das quais os agentes funerários interpelam seus clientes. O intuito é entender como os diversificados produtos funerários veem sendo comercializados.

Quanto ao objeto de pesquisa, foram selecionadas duas empresas do setor funerário concentradas em Uberlândia. Trata-se do Cemitério e Crematório Municipal Parque dos Buritis e da agência funerária Paz Universal Serviços Póstumos Ltda. A cidade de Uberlândia conta com quatro agências funerárias para uma população de 654.681 mil habitantes de acordo com o IBGE<sup>30</sup>. Sendo elas: Serviço de Luto Olavo Chaves, Funerária Ângelo Cunha, Paz Universal Serviços Póstumos Ltda e Pirâmide Plano de Assistência Familiar. Apesar de serem instituições privadas, todas foram estabelecidas mediante processo licitatório e trabalham em parceria com a prefeitura do município. Com relação aos cemitérios, que são três, Cemitério Municipal São Pedro, Cemitério Municipal Bom Pastor e Cemitério e Crematório Municipal Parque dos Buritis, todos são geridos pelo poder público local, exceto o último que opera em regime de concessão.

A escolha destas duas empresas explica-se em função de alguns fatores. O Cemitério e Crematório Municipal Parque dos Buritis é o primeiro da modalidade na cidade. Está em funcionamento desde 2012 e traz para a região do triângulo mineiro um

---

<sup>30</sup> IBGE. Minas Gerais. Cidades: Uberlândia. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=317020&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>> Acesso em: 17 jul. 2015.

novo conceito de cemitério, do tipo jardim-parque, e também uma nova forma de consumir o corpo, a cremação. Já a Paz Universal Serviços Póstumos Ltda., além de ser afiliada ao Sindicato das Empresas Funerárias e Congêneres na Prestação de Serviços Similares do Estado de Minas Gerais, SINDINEF, chegou a ser premiada pela Organização das Nações Unidas, ONU, em 2015, como a melhor agência funerária do país.

A metodologia constou dos seguintes procedimentos:

(A) Análise da bibliografia relativa à morte, rituais fúnebres e ao fenômeno que tem nos chamado a atenção, qual seja o da mercantilização do *post mortem*;

(B) Análise de documentos legais da Prefeitura de Uberlândia e da União, a fim de compreender como se dão as relações entre o poder público e as práticas fúnebres, ou seja, quais são os marcos legais que normatizam o sepultamento – o que nos permitirá compreender a forma como o corpo morto é disciplinado;

(C) Acompanhamento da Exposição Nacional de Artigos Funerários, EXPONAFE, feira de artigos funerários que se deu em Curitiba, entre os dias 16 e 18 de outubro de 2014, quando se teve a oportunidade de conhecer a complexidade do setor mercantil funerário, a diversidade de produtos comercializados etc.;

(D) Finalmente, entrevistas nas duas empresas funerárias, procurando conhecer as várias atividades, processos de trabalho, estrutura material e técnicas de abordagem de venda dos produtos funerários.

A dissertação consta de três capítulos. O primeiro trata de alguns aspectos da atual fase do capitalismo neoliberal, em particular as modificações estruturais ocorridas nos setores econômicos das últimas décadas e a influência dessas mudanças no mundo do consumo em geral. Em seguida, a discussão perpassa pelos meandros do fenômeno da morte, a fim de elucidar como esse modo de produção específico se apropriou e transformou o pós-morte em mercadoria. Para, posteriormente, apresentar o surgimento do primeiro mercado fúnebre do ocidente.

No segundo capítulo, apresenta-se a influência da esfera política no transcurso da institucionalização e legitimação do *post mortem* no Brasil, ou seja, o que é e como surgiram as agências funerárias no país. Será retratado como esse mercado se coloca perante os demais na economia, como vem ocorrendo seu desenvolvimento e crescimento nos últimos anos e quais são seus nichos ou áreas de atuação, bem como as

diretrizes pelas quais o setor se baseia, de onde vêm as inovações e o qual é o seu público consumidor.

Expõe-se ainda o contexto local em que a pesquisa de campo foi desenvolvida, trazendo para a discussão a história de Uberlândia, seu perfil socioeconômico e religioso mediante dados extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, de 2012. Analisa-se também os marcos legais que institucionalizam na cidade os procedimentos funerários e a relação entre poder local e o mercado funerário propriamente dito. Discute-se também a estrutura do setor funerário que se estabeleceu na cidade, sua evolução, principais mudanças, a fim de traçar um panorama das duas agências em voga e os tipos de serviços que são prestados à população da região.

No terceiro e último capítulo, serão analisadas as duas empresas da cidade, objetos de investigação, mencionadas anteriormente, com o intuito de apresentar, cada uma sob sua ótica, seus empreendimentos, como funcionam internamente, quais são seus produtos, seus diferenciais, quais são os recursos utilizados na ampliação de venda de seus produtos e serviços, como também as expectativas de crescimento, sua relação com o fenômeno da morte e com o público consumidor.

# CAPÍTULO 1

## O POST MORTEM EM TEMPOS DE CAPITALISMO FLEXÍVEL

### 1. O Caronte da contemporaneidade

Alguns teóricos, como Reale<sup>31</sup>, afirmam que a cultura grega antiga influenciou consideravelmente o transcurso do mundo ocidental. Tida como berço do pensamento político democrático, dos jogos olímpicos, da tragédia e da comédia teatral, da filosofia, da historiografia e dos preceitos matemáticos, a Hélade<sup>32</sup> ainda pulsa, de modo ressignificado, na dinâmica de grande parte das sociedades contemporâneas. Seu particular modo de pensar e compreender o mundo foram disseminados e reapropriados amplamente ao longo da história ocidental por variadas sociedades. Apesar de a mitologia grega ter sido rebaixada à condição de ficção alegórica com o apogeu do cristianismo, a mesma não deixou de ser fonte de inúmeros trabalhos filosóficos dos últimos dois séculos, haja vista que Marx se debruçou sobre Prometeu e Freud, entre outros, sobre o mito de Édipo.

Os mitos, diria Everardo Rocha<sup>33</sup>, são narrativas, falas ou discursos. São formas pelas quais as sociedades exprimem suas contradições, interdições e inquietações, além de ser visto como uma “possibilidade de se refletir sobre a existência, o cosmos, as situações de ‘estar no mundo’ ou as relações sociais”<sup>34</sup>. Entretanto, os mitos não são narrativas simplórias, se fossem desapareceriam facilmente em meio ao mar de discursos proferidos pelos indivíduos. O fato é que são especiais e que se diferenciam das demais narrativas, por isso, são capazes de atravessar os tempos e de explicarem diversas questões do universo humano de modo objetivo e curto mediante interpretações sutis.

De acordo com o pensamento estruturalista levistraussiano<sup>35</sup>, existem elementos universais na atividade do espírito humano, tidos como parte irredutíveis, que estão suspensos em relação ao tempo e perpassam todo o modo de pensar dos seres humanos.

<sup>31</sup> REALE, Giovanni. *História da filosofia: do humanismo a Descartes*, v. 3, São Paulo: Paulus, 2004.

<sup>32</sup> Antigo nome dado à região conhecida, hoje, como Grécia.

<sup>33</sup> ROCHA, Everardo. *O que é mito*. Brasiliense: São Paulo, 2006.

<sup>34</sup> ROCHA, 2006, p. 2.

<sup>35</sup> LÉVI-STRAUSS. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1976.

Esses aspectos são compreendidos como sistemas significativos e estão presentes em todas as sociedades. Os mitos, tomados então como esse tipo de sistema, ultrapassam a mera condição de narrativa, que geralmente é reduzida à função de preservar a história de um grupo ao longo dos tempos. Nesse sentido, eles se encontram no mesmo patamar gnosiológico do pensamento científico, assim como também da religião e do sistema de parentesco, que é o de interpretar a realidade circundante da maneira que lhe é cabível.

O que tentei mostrar, por exemplo, em *Totémisme ou La Pensée Sauvage*, é que esses povos que consideramos estarem totalmente dominados pela necessidade de não morrerem de fome, de se manterem num nível mínimo de subsistência, em condições materiais muito duras, são perfeitamente capazes de pensamento desinteressado; ou seja, são movidos por uma necessidade ou um desejo de compreender o mundo que os envolve, a sua natureza e a sociedade em que vivem. Por outro lado, para atingirem este objectivo, agem por meios intelectuais, exatamente como faz um filósofo ou até, em certa medida, como pode fazer e fará um cientista.<sup>36</sup>

Ao comparar o pensamento mitológico ao científico, Lévi-Strauss ressalta suas óbvias diferenças e enfatiza a semelhança de que ambos buscam compreender a totalidade das coisas mediante as partes. O pensamento científico, por sua vez, se desdobra em investigar etapa por etapa um determinado fenômeno e consegue alcançar êxito, por exemplo, ao dominar a natureza. Já o pensamento selvagem, apesar de fazer sentido mediante a combinação dos vários fragmentos mitóticos, fracassa ao dar ao homem a ilusão de mais poder material sobre o meio. É diante, portanto, dessas considerações acerca da importância dos mitos e da influência da produção cultural grega no ocidente e, especialmente, de seus complexos e fantasiosos enredos que este trabalho se inicia com o mito de Caronte.

Segundo a mitologia grega, a origem do mundo se deu a partir da ordenação do mais velho dos deuses, Caos, que mediante uma força misteriosa gerou divindades, como Gaia, (terra), Urano (céu), Nix (noite), Érebo (escuridão) e Tártaro (mundo subterrâneo). Assim, todas as partes essenciais do mundo foram feitas e logo os astros e deuses ocuparam seus devidos lugares. Mas novos deuses faziam-se necessários ao novo mundo, dessa forma um casal de divindades veio a ocupá-lo com a missão de gerá-los. Então foi de Urano (céu) e de Gaia (terra) que vieram os primeiros seres estranhos a ocupar o orbe. Deles vieram seis meninas, as Titânicas, e seis meninos, os Titãs que também tiveram filhos.

---

<sup>36</sup> LEVI-STRAUSS, Claude. *Mito e significado*. Coletivo Sabotagem, p. 19. Disponível em: <<http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/LEVISTRAUSSMitoessignificado.pdf>> Acesso em: 03 jun. 2015.

Um deles, Hiperión, uniu-se à sua irmã Téia, que pôs no mundo Hélio, o Sol, e Selene, a Lua, além de Eo, a Aurora. Outro, Jápeto, casou-se com Clímene, uma filha de Oceano. Ela lhe deu quatro filhos, entre eles Prometeu. O mais moço dos Titãs, Crono, logo, logo ia dar o que falar.<sup>37</sup>

Os descendentes de Urano e Gaia não se restringiram aos doze; conceberam ainda seres monstruosos, como Ciclopes e os Cem-Braços que viviam escondidos nas profundezas da terra, chamado Tártaro, e eram proibidos de ver a luz do dia pelo pai. Gaia, insatisfeita com a situação, clamou aos seus primeiros filhos ajuda para libertá-los, mas apenas Crono atendeu seu pedido. Juntos arquitetaram um plano com o intuito de acabar com o poder tirânico de Urano e certa noite, guiado pela mãe, Crono cumpre o propósito cortando os testículos de seu pai com um golpe de foice.

Esse atentado punha fim a uma autoridade que ela estava cansada de suportar, e a inútil descendência deles parava aí — ou quase... Algumas gotas de sangue da ferida de Urano caíram na terra e a fecundaram, dando origem a demônios, as Erínias, a outros monstros, os Gigantes, e às ninfas, as Melíades.<sup>38</sup>

Crono, por sua vez, tornou-se o todo-poderoso da terra e ao invés de libertar seus irmãos, preferiu reinar sozinho e deixá-los presos nas profundezas. Gaia, zangada, disse ao filho que ele teria o mesmo fim que seu pai Urano, que seria deposto por um de seus descendentes. Temente à profecia da mãe, Crono passou a devorar todos os filhos que Réia, sua esposa, lhe concedia. Réia, desesperada com o sexto filho em mãos, logo pediu conselho a avó. Gaia, muita sábia, disse para encobrir uma pedra e colocar no lugar do filho. Assim fez Réia e Crono sem desconfiar de nada devorou o pedaço de rocha. O bebê que elas acabaram salvando era Zeus que não tardou a tomar o poder absoluto de seu pai.

Zeus, criado secretamente sob proteção dos demônios e das ninfas na ilha de Creta, cresceu sonhando em dethronar o pai. Mas como não conseguia o feito sozinho, deu a Crono uma bebida que o fez vomitar todos os seus irmãos. Assim, Zeus pôde combater com a ajuda deles seu pai e os Titãs. Diante dos dez anos de batalha, Gaia resolveu ajudar o neto revelando o segredo de que ele somente os venceria com a ajuda de seus tios monstruosos, Ciclopes e os Gigantes. Para isso era preciso libertá-los do Tártaro. Zeus seguiu o conselho de Gaia e finalmente conseguiu derrotar seu pai.

Como tinha vencido graças a seus irmãos Hades e Poséidon, Zeus partilhou com eles o domínio do mundo. O universo se dividia em três regiões: o céu

<sup>37</sup> POUZADOUX, Claude. *Contos e lendas da mitologia grega*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001, p. 8.

<sup>38</sup> POUZADOUX, 2001, p. 8.

estrelado e a terra eram a primeira; o oceano, que rodeava a terra, a segunda, e, por fim, vinham as partes subterrâneas. A sorte destinou a cada um seu reino. Zeus recebeu a parte luminosa e terrestre. Suas armas simbolizavam as forças celestes. Coube a Hades a parte subterrânea, para onde vão os mortos: foi reinar no Inferno, sobre o povo das Sombras. Posêidon, enfim, fixou seu poder sobre todos os elementos líquidos, os mares e os rios que percorrem a terra.<sup>39</sup>

É justamente no reino de Hades que Caronte se encontra. O mundo subterrâneo se situa no limite da terra, onde o sol se põe e começa o oceano. É nesse confín que se abre o império dos mortos. Rodeado por todos os lados por pântanos e rios, é preciso que as almas dos defuntos atravessem os rios Aqueronte e Estige a fim de adentrarem os domínios de Hades. A travessia só é feita com o auxílio de Caronte, um velho barqueiro fúnebre que vive a perambular às margens dessas águas. Caronte só aceita levar almas sepultadas e que tragam consigo uma moeda para custear a passagem, caso contrário, permanecem errantes eternamente na porta do Inferno ou até serem sepultadas.



**Figura 3:** La barca de Caronte. Pintura de José Benlliure.<sup>40</sup>

Caronte, filho da deusa Nix, recebeu esta missão após ter tentado roubar a Caixa de Pandora. Surpreendido pelo próprio Zeus, ele foi mandado para o Érebo, onde passou a cumprir tal tarefa. No início, Caronte fazia a travessia junto com seu irmão gêmeo Corante. Cada um utilizava um remo e cada um ficava com uma das moedas e, quando mandavam uma gorjeta a mais, os dois dividiam. Assim deveria ser por toda a

<sup>39</sup> *Ibid.*, p. 10.

<sup>40</sup> MUSEO DE BELLAS ARTES. *La barca de Caronte*. Valencia, 1919. Disponível em: <<http://misterios.co/2010/01/15/personajes-de-la-mitologia-caronte-el-barquero-del-infierno/>> Acesso em 11 maio de 2015.

eternidade. Porém Corante, notando que as gorjetas estavam minguando e que, quando havia, eram valores muito menores que o costumeiro, começou a duvidar de seu irmão. Um dia descobriu que Caronte estava lhe roubando. Pegava a gorjeta antes que ele viesse e desviava parte do faturamento para si. Por isso os dois brigaram veemente por 13 meses e um dia. Neste tempo, os mortos perambulavam pela terra, pois não havia quem os conduzisse para o Tártaro. No 365º dia, Caronte matou seu irmão afogando-o no rio. Nesta hora o corpo de Corante se dissolveu e tingiu todo o rio de vermelho.

Transposto o mito de Caronte para os tempos de capitalismo flexível, o velho barqueiro fúnebre parece possuir um análogo representante: as agências e os grupos funerários. Em um contexto no qual as relações sociais são amalgamadas pelas regras do mercado, a passagem para o além-túmulo não é garantida apenas com uma moeda, como se dava na época dos antigos gregos, mas sim com centenas ou milhares delas. Atualmente, é praticamente impossível chegar ao “império dos mortos” sem passar pela barca das agências funerárias. A institucionalização delas, pela via do Estado e da economia, impõe às sociedades e aos indivíduos uma forma praticamente definida do *post mortem* e um novo significado à morte. Mas para chegar à atual forma, passaram e acompanharam as grandes transformações sociais dos últimos tempos.

## **1.2. A transformação do imaginário social acerca da morte e do morrer no Ocidente**

Segundo Ariès<sup>41</sup>, até os séculos XI e XII, período denominado por historiadores como primeira fase da Idade Média, as atitudes e mentalidades para com a morte e com o morto se circunscreviam em algumas práticas comuns compartilhadas por toda Europa. A primeira se caracterizava por uma espécie de morte avisada, da qual o indivíduo sabia e aceitava tranquilamente seu fim e a esperava em seu leito. A outra era a morte pública e o próprio moribundo organizava sua despedida. Além de a cerimônia ser de caráter público, o quarto do doente também se tornava um local aberto à comunidade. Qualquer um que quisesse acompanhar a cerimônia poderia adentrar. “Era importante que os parentes, amigos e vizinhos estivessem presentes. Levavam-se crianças – não há representação de um quarto de moribundo até o século XVIII sem

---

<sup>41</sup> ARIÈS, Philippe. *A história da morte no ocidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

algumas crianças”.<sup>42</sup> Os ritos fúnebres eram aceitos com muita naturalidade pelas pessoas, isto é, sem exagero dramático ou gestos de emoção excessivos.

Dessa forma, o historiador ressalta que, até então, a morte fora domada, ou seja, familiarizada, pois estava presente no cotidiano das pessoas sem causar qualquer incômodo medo ou estranheza. Para ter ideia dessa proximidade, até por volta do século XII, a noção que se tem do significado de cemitério se contrapõe consideravelmente com a que se formou na modernidade. Primeiramente, o termo cemitério significava “o pátio retangular da igreja, cuja parede ocupa geralmente, um de seus quatro lados, os outros três são frequentemente guarnecidos de arcadas ou de carneiros”.<sup>43</sup> O cemitério compreendia um espaço preenchido tanto pela Igreja e suas dependências como também o local onde os mortos da cidade eram tutelados. O termo “tutelado” foi empregado aqui não no sentido irônico da coisa, mas da literalidade mesmo, pois os indivíduos e grupos da época entendiam que os mortos só poderiam estar protegidos e mais próximos de Deus se fossem ali enterrados. Além disso, o cemitério era entendido como um tipo de asilo para não mortos, isto é, era reduto de casas, comércio, dança e jogos.

De modo geral, essa familiaridade era tida pelas sociedades europeias ocidentais como reflexo da aceitação ingênua da ordem da natureza. “Com a morte, o homem se sujeitava a uma das grandes leis da espécie e não cogitava em evitá-la, nem em exaltá-la”.<sup>44</sup> Ariès salienta que a partir dos séculos XI e XII não haverá substituição das atitudes para com a morte, mas, sim, modificações sutis que darão um caráter dramático e pessoal à familiaridade tradicional do homem. Uma dessas mudanças se circunscreveu à inserção da representação do juízo final na configuração dos ritos fúnebres e também na individualização dessa representação, na medida em que anteriormente os ritos possuíam um caráter coletivo, como descrito no livro do Apocalipse. Não se faziam presentes ideias de condenação e julgamento na escatologia da época.

Nesta concepção não há lugar para uma responsabilidade individual, para um cômputo das boas e más ações. Sem dúvida, os maus – aqueles que não pertenciam à Igreja – não sobreviveriam à sua morte, não despertariam, sendo abandonados ao não ser. Toda uma população dos santos tinha assim assegurada a ressurreição gloriosa, após uma longa espera mergulhada no sono.<sup>45</sup>

---

<sup>42</sup> ARIÈS, 2012, p. 39.

<sup>43</sup> *Ibid.*, p. 45-46.

<sup>44</sup> *Ibid.*, p. 50.

<sup>45</sup> *Ibid.*, p. 51.

A introdução desses novos elementos deslocou o juízo final para o leito da morte e passou a se relacionar diretamente com a biografia do jacente. O quarto do moribundo passou a ser invadido por “seres sobrenaturais”. Os seres de quem fala o autor se referem à Santíssima Trindade, A Virgem Maria e toda “corte celeste” da mitologia católica e também todo o exército do mal presidido por Satã. Aquele momento transformou-se em uma última prova a ser vencida e a vida do moribundo fora colocada à prova. Cercado pelo tribunal maniqueísta e diante de tentações e demonstrações de graça, caberia ao livre arbítrio do desvanecido decidir pela fé divina ou pelo medo aterrorizante do momento final. “Cada homem é julgado segundo o ‘balanço de sua vida’, as boas e más ações são escrupulosamente separadas nos dois pratos da balança”.<sup>46</sup> É nesse sentido que Ariès aponta uma das primeiras transformações na relação do sujeito medievo para com a morte e que resultou na dramatização e individualização desse fenômeno.

Retomando as considerações levantadas acerca do materialismo histórico dialético, pode-se inferir, então, que outros processos influenciaram mudanças na mentalidade do sujeito medievo para com a morte. Ao buscar respostas para tal, pôde ser averiguado que dois fatos históricos foram decisivos na reconfiguração do *memento mori*. O primeiro diz respeito ao surgimento e desenvolvimento das ordens mendicantes e o segundo a crise econômica, alimentícia e patológica que acometeu toda Europa nesse período. Por volta do século XIII, uma nova ordem clériga, assim como os franciscanos e dominicanos, surgiu com o intuito de pregar uma maior individualidade no exercício da fé e salientar a responsabilidade de cada indivíduo na constituição de suas próprias vidas. A filosofia dos Mendicantes baseava-se, sobretudo, numa moral e ética cristã com o objetivo de construir um mundo mais fraterno. Esta e outras ordens foram de nodal importância na disseminação, evangelização e legitimação do catolicismo tanto pela Europa quanto pela América.<sup>47</sup>

Conforme aponta Franco Jr.<sup>48</sup>, esse período da história ocidental foi bastante conturbado devido às várias crises sucedidas na Europa, todas atreladas umas às outras.

---

<sup>46</sup> *Ibid.*, p. 52.

<sup>47</sup> Para saber mais sobre o assunto consultar: VAUCHEZ, André. *A espiritualidade na Idade Média Ocidental: séculos VIII a XIII*. Trad. de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995 e BOLTON, Brenda. *A reforma na Idade Média: séc. XII*. Trad. de Maria da Luz Veloso. Lisboa: Edições 70, 1985.

<sup>48</sup> FRANCO JR. Hilário. *A Idade média: nascimento do ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

Até hoje os historiadores não chegaram a um consenso a respeito da origem, de fato, dessas adversidades, mas concordam na influência da alteração na dinâmica social, econômica e política da região.<sup>49</sup> A expansão populacional e o crescimento dos centros urbanos impulsionaram a derrubada de grandes áreas florestais para a extração de madeira para construções e suprimento de energia em geral. Dessa forma, o equilíbrio ecológico ficou comprometido, acarretando mudanças rigorosas no regime pluvial e também no clima como um todo. Para uma sociedade agrária, qualquer alteração na natureza implicaria dificuldades na manutenção da vida. E foi o que ocorreu. As grandes áreas desmatadas foram atingidas por chuvas torrenciais constantes que prejudicaram a produção de cereais, sal e vinho. Com o preço elevado dos alimentos, a fome passou a ser integrante cativa da sociedade sendo acompanhada por surtos extensos de epidemias. De acordo com o autor,

A peste negra foi a maior catástrofe populacional da história ocidental: num intervalo de tempo bem menor, matou, em termos absolutos, mais do que a Primeira Grande Guerra Mundial e, em termos relativos, considerando-se a população europeia nos dois momentos, mais do que a Segunda Guerra Mundial.<sup>50</sup>

Diante da escassez de alimentos, da fome, surtos de doenças, como a peste negra, o sujeito medieval ainda se deparava com revoltas campesinas regionais e também com grandes guerras, como a dos “Cem Anos” que houve entre França e Inglaterra. Portanto, frente a tanta catástrofe, a morte, que antes era vista com naturalidade e tranquilidade, passou a ser vista como algo terrível, assustador e temível. Franco Jr. resumiu a transformação dessa percepção categoricamente: “A morte não era mais uma presença cotidiana, era o fim do cotidiano”.<sup>51</sup> Desse modo, é compreensível a mudança ocorrida na mentalidade ou na estrutura do imaginário social do sujeito medievo em relação à morte a partir das transformações sucedidas nas estruturas sociais e naturais daquele momento. A filosofia de fé individualista mediante as pregações peregrinas de seus representantes, como a dos Mendicantes, e as intensas e extensas crises econômicas, climáticas e epidemiológicas que assolaram toda Europa tiveram forte influência na alteração dessa concepção.

Mas essas transmutações não pararam por aí. Na modernidade, é possível identificar com maior clareza os efeitos do processo histórico e social a partir da

<sup>49</sup> ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 15-41.

<sup>50</sup> ARIÈS, 2012, p. 37.

<sup>51</sup> *Ibid.*, p. 189.

ressignificação que os cemitérios ganharam no ocidente. Segundo Ariès, o homem do século XVIII deu à morte outro significado, bem diferente de seu predecessor medievo. Apesar de ainda ser exaltada e dramatizada, os indivíduos modernos passaram a se preocupar menos com sua própria morte e a se ocuparem mais com *a morte do outro* – “o outro cuja saudade e lembrança inspiraram, nos séculos XIX e XX, o novo culto dos túmulos e dos cemitérios”.<sup>52</sup> Isto é, a morte do “outro” somente ganhou visibilidade social justamente porque o “eu” fora despertado, por alguns fatores sociais os quais serão tratados adiante, no consciente das pessoas.

Segundo o historiador francês, a morte passou a ser encarada, assim como o ato sexual, como uma transgressão capaz de tirar o homem de seu cotidiano, da sua racionalidade e de seu trabalho para lançá-lo em outro mundo totalmente desconhecido, violento, cruel e irracional. A conotação de ruptura surge mediante a sua associação ao amor entre os séculos XVI e XVIII. A literatura e a arte desse período viam na morte um “que” de erotismo, pois a agonia e o sofrimento se aproximavam dos transes amorosos. Entretanto, a voluptuosidade é deixada de lado no século XIX, permanecendo somente a ideia de ruptura que foi acrescentada, então, pelo excesso de emoção, gestos, choro e súplica que expressavam a dor dos sobreviventes em função da intolerância para com a separação. “Mas não é somente diante da cabeceira do agonizante e da lembrança dos desaparecidos que se fica perturbado. A simples ideia da morte comove”.<sup>53</sup> Além disso, outra mudança significativa ocorreu, nesse mesmo espaço de tempo, entre o jacente e sua família.

Até o século XVIII, a questão da morte só dizia respeito a quem ela rondava, por isso, cabia à vítima expressar todas as suas vontades, fossem elas de cunho afetivo ou material, por intermédio do testamento. Essa condição expressava uma desconfiança ou algo semelhante para com os herdeiros, parentes mais próximos e do clero. Todavia, já na segunda metade deste mesmo século aconteceu uma transformação considerável na redação desse documento. Essa transformação pode ser considerada como geral em todo ocidente cristão, protestante ou católico. De acordo com Ariès, o testamento foi completamente laicizado no século XVIII. A transmissão da fortuna foi separada das vontades afetivas do moribundo. Somente a primeira permaneceu nos testamentos ao passo que a segunda passou a ser comunicada à família e aos mais próximos. Essa

---

<sup>52</sup> *Ibid.*, p. 66.

<sup>53</sup> *Ibid.*, p. 69.

alteração simplesmente exprimia a confiança do jacente, que anteriormente não existia, de seus familiares. Conjuntamente, a ritualização do luto também foi modificada.

Se do século XII ao XVIII os sobreviventes não manifestavam em excesso a dor da perda, já a partir do século XIX ela será sentida com exagero. O motivo de tal transformação está relacionado à dificuldade das pessoas aceitarem a morte do outro. “A morte temida não é mais a própria morte, mas a do outro”.<sup>54</sup> É desse sentimento e de outros fatores, portanto, que nasce o culto moderno dos cemitérios e túmulos como ressalta o autor. Quais seriam estes outros fatores?

Um deles seria a intolerância social para com acúmulo desordenado e inadequado dos mortos nos pátios das Igrejas, na medida em que a saúde pública se comprometia devido às emanações pestilentas e odores infectos das fossas. Por sua vez, criou-se a necessidade, a partir daquele momento, de localizar a tumba do falecido. “Os mortos não mais deviam envenenar os vivos, e os vivos deviam testemunhar os mortos, através de um verdadeiro culto leigo, sua veneração”.<sup>55</sup>

Os túmulos tornavam-se o signo de sua presença para além da morte. Uma presença que não supunha necessariamente a imortalidade das religiões de salvação, como o Cristianismo. Era uma resposta à afeição dos sobreviventes e à sua recente repugnância em aceitar o desaparecimento do ente querido. Chegava-se ao ponto de conservá-los à vista em grandes frascos com álcool, como Necker e sua mulher, os pais de Madame de Stael.<sup>56</sup>

Surgia, então, a necessidade de conservar os defuntos mais próximos de casa, seja enterrando-os na propriedade da família ou em cemitérios públicos. Essas duas modalidades davam aos vivos a possibilidade de visitá-los, pois o morto devia ser símbolo de memória e imortalidade, por isso, devia estar cada um em sua própria morada e com identificação. Foi a partir daí que a concessão de carneiros tornou-se prática e uma espécie de propriedade, subtraída ao comércio, mas com perpetuidade garantida.

Trata-se, portanto, de um culto privado, mas também, desde a origem, de um culto público. O culto da lembrança imediatamente estendeu-se do indivíduo à sociedade, seguindo um mesmo movimento da sensibilidade. Os autores de projetos de cemitérios do século XVIII desejam que estes sejam ao mesmo tempo parques organizados para a visita familiar e museus de homens ilustres, como a catedral de Saint-Paul, em Londres.<sup>57</sup>

---

<sup>54</sup> *Ibid.*, p. 73-74.

<sup>55</sup> *Ibid.*, p. 76.

<sup>56</sup> *Ibid.*, p. 76-77.

<sup>57</sup> *Ibid.*, p. 77-78.

Conforme Ariès, até o Estado passou a se interessar pela nova configuração que os cemitérios assumiram no fim do século XVIII, pois ali se podiam venerar os túmulos dos heróis e grandes homens da sociedade e, assim, exprimir o sentimento nacionalista. “O culto dos mortos é hoje uma das formas ou uma das expressões de patriotismo”.<sup>58</sup> Dessa forma, esses locais adentraram novamente a cidade, ao contrário do que havia sucedido na Idade Média e, sem dúvida, tornaram-se símbolo da memória, seja da sociedade como um todo ou da família.

Apesar de Ariès discutir variados aspectos históricos que evidenciam algumas mudanças no comportamento e nas atitudes dos povos ocidentais perante a morte, Norbert Elias o critica. De acordo com o autor alemão<sup>59</sup>, o historiador francês se baseia em uma opinião preconcebida ao tentar expressar a suposição de que antigamente as pessoas faleciam tranquilamente, ao passo que no presente as coisas seriam diferentes. No entendimento de Elias, Ariès se equivoca ao utilizar fontes seletivas da época, como obras literárias, para falar conclusivamente da calmaria com que os povos medievais morriam, mas que na verdade não passavam de idealizações da vida cortesã e de uma compreensão parcial das práticas sociais.

O fato é que a morte era um tema mais aberto e constante nas rodas de conversas da Idade Média do que atualmente se é. Ela era para os jovens e os velhos menos camouflada, mais presente e mais familiar. Mas Elias esclarece que isso não significava um cenário pacífico, no qual não existia medo, angústia ou qualquer sentimento de pavor em relação à morte e o morrer. O que possivelmente reconfortava os moribundos no passado era a presença de outras pessoas, mas isso dependia muito das atitudes dos indivíduos, pois o Medievo é considerado um período muito instável, marcado pela violência, conflitos, guerras, epidemias e uma paisagem normalmente caracterizada por multidões de mendigos e aleijados. Isso significava que as pessoas eram capazes de realizar grandes gentilezas e também de enormes maldades. Ademais, a vida era mais curta, os perigos menos controláveis e a morte era, muita das vezes, dolorosa.<sup>60</sup>

A preocupação de Elias é levantar as razões pelas quais no passado a morte e o morrer se configuraram de tal forma e, no presente, de outra. Somente assim é possível

---

<sup>58</sup> *Ibid.*, p. 79.

<sup>59</sup> ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos seguido de envelhecer e morrer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1982, p. 19.

<sup>60</sup> ELIAS, 1982, p. 22-23.

chegar a uma conclusão, de fato, acerca de tal transformação. Conforme Elias, “no curso de um processo civilizador, mudam os problemas enfrentados pelas pessoas. Mas não mudam de uma maneira desestruturada, caótica.”<sup>61</sup> Isso significa que existe uma ordem específica dos problemas humanos que não deixam de acompanhar o processo de desenvolvimento social e cada um desses problemas possui uma forma específica correspondente ao seu próprio tempo. As ideias sociais sobre a morte e o morrer, por exemplo, se alteram juntamente com outros acontecimentos de natureza cultural, política e econômica. Na ótica eliasiana, as alterações nas estruturas sociais e mentais se dão concomitantemente.

Uma das explicações que se tem para uma morte mais pública em épocas mais antigas era porque se vivia comumente rodeado de pessoas. A estrutura arquitetônica das habitações medievais não deixava outra escolha senão conviver diretamente com características animais da vida humana, como o nascimento, a morte e o sexo. Isso porque as casas da época não eram compartimentadas. A ausência de cômodos dava um caráter mais público a esses acontecimentos, portanto eram mais sociáveis do que ocorre hoje em dia. Isso explica, por exemplo, a alusão que Ariès faz à presença tão comum de crianças nos velórios. De acordo com Elias, é possível ainda identificar, no século XVIII, a forma como parte da população europeia, a informalizada, lidava com a morte a partir dos conteúdos dos poemas veiculados na época. Era tratada com muita intimidade e frequência nessas produções literárias, já que fornecia detalhes sobre a decomposição dos corpos.<sup>62</sup>

Outra mudança importante nesse campo, apontada pelo autor alemão<sup>63</sup>, diz respeito ao tratamento dos cadáveres e ao cuidado para com as sepulturas. Essas duas atividades saíram das mãos das famílias, parentes e amigos e passaram a ser exercidas por especialistas remunerados, como salientou o próprio Ariès. Entretanto, o surgimento do então “especialista da morte” e da condição de remuneração nessa área, colocada por Elias, põe em evidência o que se acredita ser uma das grandes razões que levou, nesse ínterim, boa parte do ocidente a lidar com a morte e o morrer de forma contida, privada e privatizada. Levando em consideração, mais uma vez, a metodologia eliasiana, as

---

<sup>61</sup> *Ibid.*, p. 24.

<sup>62</sup> *Ibid.*, p. 27-28.

<sup>63</sup> *Ibid.*, p. 37.

alterações na mentalidade desses povos só podem ser explicadas, por sua vez, ao se referir as mudanças nas estruturas sociais desse período.

E, acredita-se que todas estejam atreladas a um evento que marcou intensiva e significamente, de fato, e marca até hoje, a história do ocidente: o surgimento do modo de produção capitalista. A ascensão dessa nova ordem econômica moveu profundas transformações em todas as esferas da sociedade. Numa das passagens da obra *A identidade cultural na pós-modernidade*, Hall se reporta a Raymond Williams para explicar os aspectos responsáveis pelo aparecimento de uma cultura individualista e que colocou o sujeito moderno como referência central nas práticas e discursos daquele momento.

A emergência de noções de individualidade, no sentido moderno, pode ser relacionada ao colapso da ordem social, econômica e religiosa medieval. No movimento geral contra o feudalismo houve uma nova ênfase na existência pessoal do homens, acima e além de seu lugar e sua função numa rígida sociedade hierárquica. Houve uma ênfase similar, no Protestantismo, na relação direta e individual do homem com Deus, em oposição a esta relação mediada pela Igreja. Mas foi só ao final do século XVII e no século XVIII que um novo modo de análise, na Lógica e na Matemática, postulou o indivíduo como a entidade maior (cf. as "mônadas" de Leibniz), a partir da qual outras categorias (especialmente categorias coletivas) eram derivadas. O pensamento político do Iluminismo seguiu principalmente este modelo. O argumento começava com os indivíduos, que tinham uma existência primária e inicial. As leis e as formas de sociedade eram deles derivadas: por submissão, como em Hobbes; por contrato ou consentimento, ou pela nova versão da lei natural, no pensamento liberal. Na economia clássica, o comércio era descrito através de um modelo que supunha indivíduos separados que [possuíam propriedade e] decidiam, em alguns ponto de partida, entrar em relações econômicas ou comerciais. Na ética utilitária, indivíduos separados calculavam as consequências desta ou daquela ação que eles poderiam empreender.<sup>64</sup>

Pode-se aferir, mediante essas constatações que, com a derrocada da ordem feudal, ou seja, com o rompimento das amarras que prendiam o sujeito às tradições e à religião, o surgimento de um “eu”, que antes era desconhecido, foi possível, pois, até então, nada mais existia para além da divindade e da coletividade. A partir do momento que o “eu” foi aflorado, o “outro” também passou a existir. Frente às teorias identitárias das ciências sociais, o “eu” só pode ser constituído, porque o “outro” existe. As identidades nada mais são que um conjunto de memórias tecidas pelos indivíduos e que dão significado às ações que por eles são compartilhadas e nelas são reconhecidos como tais.

---

<sup>64</sup> HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006, p. 7.

Pressupõe-se, portanto, que a preocupação com *a morte do outro* esteja relacionada com essa nova forma de viver na modernidade, já que o “outro”, no caso o defunto, passa a ser reduto de recordações e símbolos de um grupo maior, ou até mesmo da sociedade. A mudança na redação dos testamentos também pode ter profunda ligação com o advento dos tempos modernos. A ascensão e legitimação social e política da burguesia trouxeram para o ocidente um *modus operandi* pautado na laicização e em um conjunto de códigos que resguardariam veemente a cultura da propriedade privada. Com a égide do Estado burguês, todos seus direitos e bens estariam garnecidos mediante leis a qualquer tentativa de alienação. Daí, a necessidade de permanecer nos testamentos somente a preocupação de resguardar o patrimônio.

Esse período também foi marcado pelos avanços tecnológicos e medicinais. As descobertas na área da saúde pública levaram a sociedade a se preocupar mais com a questão dos cemitérios. A fim de evitar a proliferação de doenças e exterminar os odores desagradáveis provenientes dos corpos mal alojados, foi preciso retirar da Igreja a tutela dos féretros e passá-la para o Estado. Além de garantir uma maior organização física e patogênica do ambiente, era uma forma de controlar a taxa de mortalidade e garantir, assim, a vida dos indivíduos. Mas, antes de adentrar ao tema propriamente dito, é preciso conhecer em que contexto histórico, econômico e social as barcas caronteanas dos tempos atuais e sua correspondente ideia social de morte e do morrer estão exatamente inseridas.

### 1.3. Os domínios do capitalismo contemporâneo

A produção material de uma sociedade é compreendida pelo materialismo histórico como fator fundamental na organização social e política de uma época. Segundo Marx, “na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais”<sup>65</sup> O conjunto das relações de produção forma a base real, a base econômica de uma determinada sociedade. Sobre essa base real levanta-se a superestrutura

---

<sup>65</sup> MARX, Karl. Introdução à Contribuição para a Crítica da Economia Política. (Prefácio e Introdução). In: BOTELHO, André (org.). *Essencial Sociologia*. São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras, 2013, p. 35.

composta pelas esferas jurídica, política, espiritual e outras. Já a base material seria a estrutura, enquanto os fatos que por ela são influenciados formariam a superestrutura, tão transitórios quanto o que as influencia, são gerados socialmente e dependem das relações materiais. Portanto, a consciência dos indivíduos se sujeita à dinâmica das relações materiais.

Ao engendrar esse esquema teórico sobre a história da humanidade, constatou que as sociedades encontravam-se em constante transformação e que a mola propulsora da história era nada menos que os conflitos e as posições entre as classes sociais, sendo este o elemento contraditório social responsável por gerar transformações e propiciar continuidade ao processo histórico. Nesse sentido, o movimento da história passa a possuir uma base material econômica que obedece a um movimento dialético. E conforme essa relação muda alteram-se as leis, a cultura, a literatura, a educação e as artes. Em outras palavras, a estrutura de uma sociedade reflete a forma como os homens se organizam para produzir socialmente bens necessários à sobrevivência.

Esse modo de compreender as sociedades tem a capacidade de colocar em evidência as relações materiais que os homens estabelecem entre si, a forma como produzem seus meios de vida e a maneira como é constituída a base de todas as suas relações. Isso significa que o modo como os indivíduos manifestam sua vida reflete aquilo que são, o que e como produzem. As classes sociais fundamentais são definidas pelo lugar que os indivíduos ocupam nas relações de produção, isto é, se detém ou não a propriedade dos meios de produção, variando, assim, ao longo da história: senhores da terra/servos, burguês/assalariado, entre outros, a relação entre elas sempre foi marcada pela opressão e exploração de uma sobre a outra.

O processo de trabalho, nessa perspectiva, é o alicerce para a manutenção e reprodução de qualquer grupo social. A cooperação que se dá entre os indivíduos possibilita, a partir do uso das forças da natureza, a criação das condições favoráveis ao suprimento de suas próprias necessidades. Desse modo, o resultado desse processo deve ter, antes de tudo, uma finalidade, o que para Marx caracterizaria como valor-de-uso. “Os valores-de-uso só se realizam pelo uso ou pelo consumo. Constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dessa riqueza”.<sup>66</sup> Mas sob a ótica

---

<sup>66</sup> MARX, Karl. *O capital. A mercadoria*. Volume I, Centelha - Promoção do Livro, SARL, Coimbra, 1974. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/vol1cap01.htm#top>> Acesso em: 22 jun. 2015.

capitalista de produção, além de a riqueza produzida pelas sociedades ser pautada especificamente pela imensa acumulação de mercadorias, esta última tida, então, como resultado do processo de trabalho, agrega também outro tipo de valor, o de troca.

Nesse sentido, as mercadorias não são desenvolvidas para simplesmente serem utilizadas ou consumidas no mercado, elas também são produzidas para serem vendidas ou trocadas por outras diferentes. Assim, cada mercadoria possui um valor-de-troca que constitui "a relação quantitativa, a proporção na qual valores-de-uso de um tipo são trocados por valores-de-uso de um outro tipo".<sup>67</sup> Por exemplo, o valor-de-troca de um par de calçado poderá ser dois casacos de lã. Todo produto possui em si um valor para além do valor-de-uso ou de troca, esse valor é considerado para Marx como sendo o do custo da sua produção, que por sua vez, é medido pela quantidade de força de trabalho utilizado na sua confecção. No entanto, para que esse valor seja melhor aferido e as trocas das mercadorias sejam realizadas, foi necessário criar um equivalente universal, a mercadoria-dinheiro, para facilitar todo o processo.

Como Marx mesmo já salientou, o modo capitalista de produção é um sistema no qual os indivíduos se relacionam uns com os outros mediante a troca de seus produtos, sejam eles materiais ou simbólicos. Essa constatação implica em uma cultura que toma a mercadoria como algo místico. O fetichismo, termo dado ao caráter misterioso das mercadorias pelo autor, advém do fato de que elas ocultam a relação social entre os trabalhadores individuais dos produtores e o trabalho total.

[O carácter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente em que ela apresenta aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como se fossem características objectivas dos próprios produtos do trabalho, como se fossem propriedades sociais inerentes a essas coisas; e, portanto, reflecte também a relação social dos produtores com o trabalho global como se fosse uma relação social de coisas existentes para além deles.] É por este quiproquó que esses produtos se convertem em mercadorias, coisas a um tempo sensíveis e suprasensíveis (isto, é, coisas sociais). Também a impressão luminosa de um objecto sobre o nervo óptico não se apresenta como uma excitação subjectiva do próprio nervo, mas como a forma sensível de alguma coisa que existe fora do olho. Mas, no acto da visão, a luz é realmente projectada por um objecto exterior sobre um outro objecto, o olho; é uma relação física entre coisas físicas. Ao invés, a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho [na qual aquela se representa] não tem a ver absolutamente nada com a sua natureza física [nem com as relações materiais dela resultantes]. É somente uma relação social determinada entre os próprios homens que adquire aos olhos deles a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Para encontrar algo de análogo a

---

<sup>67</sup> MARX, Karl. *O capital. A mercadoria*. Volume I, Centelha - Promoção do Livro, SARL, Coimbra, 1974. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/vol1cap01.htm#top>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

este fenômeno, é necessário procurá-lo na região nebulosa do mundo religioso. Aí os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, entidades autónomas que mantêm relações entre si e com os homens. O mesmo se passa no mundo mercantil com os produtos da mão do homem. É o que se pode chamar o fetichismo que se aferra aos produtos do trabalho logo que se apresentam como mercadorias, sendo, portanto, inseparável deste modo-de-produção. (*sic*)<sup>68</sup>

Desse modo, nas sociedades capitalistas, as mercadorias ganham essa dimensão estranhada porque não são produzidas somente para satisfazer as primeiras necessidades humanas, elas também são arquitetadas para satisfazer as necessidades de valorização do capital (valor-de-troca). Isso significa que a produção de mercadorias se converte, não apenas em fonte de lucros, mas de valorização do capital, na medida em que cada trabalhador produz um quanto a mais de valor apropriado pelo proprietário dos meios de produção. O quanto a mais, concebido por Marx como mais-valia, é o excedente não pago ao trabalhador, gerado no processo de produção, mas que se realiza em forma de lucro apenas e tão somente quando a mercadoria é consumida. Conforme Padilha<sup>69</sup>, o excedente não é calculado em função das necessidades naturais dos homens, mas, sim, “com base nas necessidades do capital, o qual, por sua vez, precisa criar novas necessidades para estimular a demanda e o consumo não só de mercadorias como valor-de-uso, mas, também, com seus respectivos valores-de-troca”.

Assim, tanto as condições materiais e a produção humana quanto as formas de consumo são transitórias e históricas. As forças produtivas adaptam-se às necessidades e as aspirações humanas, os homens mudam seu modo de produção e, desse modo, mudam as relações econômicas que acompanham as inovações produtivas. Observando a transitoriedade das formas de produzir, Marx reconheceu a historicidade dos fenômenos sociais, desnaturalizando-os e propondo analisar os fatores de mudança e desenvolvimento dos mesmos. O conhecimento da realidade partia da relação dos homens com seu mundo material e das ideias a ele relacionadas. Para ele, a sociedade tem contradições e conflitos e são essas contradições e conflitos que garantem sua transformação e cada época histórica tem as suas.

---

<sup>68</sup> MARX, Karl. *O capital. A mercadoria*. Volume I, Centelha - Promoção do Livro, SARL, Coimbra, 1974. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/vol1cap01.htm#top>> Acesso em: 22 jun. 2015.

<sup>69</sup> PADILHA, Valquíria. *Shopping Center: a catedral das mercadorias e o lazer reificado*. Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo, 2003, p. 120.

Nesse sentido, para não falar em uma dimensão global, o modo de produção capitalista atualmente perpassou por inúmeras transformações mediante a incidência e influência desses fatores elencados por Marx até atingir tal *status quo*. Do final do século XX pra cá, essas alterações foram de uma grande intensidade, capazes de modificar radicalmente o mundo do trabalho, do consumo e hábitos, dos poderes e das práticas do Estado. Conforme Harvey, “ainda vivemos uma sociedade em que a produção em função de lucros permanece como princípio organizador básico da vida econômica”.<sup>70</sup> É em consonância com esse princípio, regra básica do capitalismo, que por sinal, ainda permanece inalterado, que todas as instâncias de reprodução socioambientais do mundo vêm se transmutando.

Harvey recorre a dois pressupostos metodológicos, os quais chama de recursos heurísticos, desenvolvidos pela chamada “escola da regulação”<sup>71</sup>, para melhor entender a complexa dinâmica das sociedades que se baseiam nesse modo de produção. Esses pressupostos podem ser compreendidos como pares interdependentes ou interrelacionais denominados de *regime de acumulação* e *modo de regulamentação social e política*.<sup>72</sup> A existência do primeiro somente se desenvolve, de fato, em função do segundo, isto é, da coerência de seu esquema de reprodução. Isso significa que, para que um típico modo de acumulação funcione, é necessário que determinadas normas, hábitos, leis e redes de regulamentação assegurem a coesão do processo como um todo.

De acordo com os regulacionistas, a atual configuração no qual o regime de acumulação e de regulamentação social e política capitalista se encontra não se deve

---

<sup>70</sup> HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1992, p. 117.

<sup>71</sup> A Escola da Regulamentação ou da Regulação é fruto da exegese gnosiológica de alguns estudiosos de economia política, como Michel Aglietta, Robert Boyer, Alain Lipietz, Jacques Mistral, J. P. Benassy, J. Muñoz e C. Ominami, que se voltaram para compreender a crise econômica de 1970 que se instaurou na França e nos demais países desenvolvidos do mundo. A intenção desses teóricos foi desenvolver um referencial teórico de análise de economia capitalista que pudesse ir além do chamado equilíbrio geral próprio da economia neoclássica e também do modelo de análise marxista reducionista. Para saber mais consultar: BOCCHI, João Ildebrando. Crises capitalistas e a escola francesa da regulação. *Pesquisa & Debate*, SP, volume 11, número 1 (17) p. 26-48, 2000. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Documents/Downloads/11921-28569-1-SM.pdf> Acesso em: 22 jun. 2015.

<sup>72</sup> “Um regime de acumulação ‘descreve a estabilização, por um longo período, da alocação do produto líquido entre consumo e acumulação; ele implica alguma correspondência entre transformação tanto das condições de reprodução e assalariados’. Um sistema particular de acumulação pode existir porque ‘seu esquema de reprodução é coerente’. O problema, no entanto, é fazer os comportamentos de todo tipo de indivíduos – capitalistas, trabalhadores, funcionários públicos, financeiros e todas as outras espécies de agentes político-econômicos – assumirem alguma modalidade de configuração que mantenha o regime de acumulação, que toma a forma de normas, hábitos, leis, redes de regulamentação etc. que garantam a unidade do processo, isto é, a consistência apropriada entre comportamentos individuais e o esquema de reprodução. Esse corpo de regras e processos sociais interiorizados tem o nome de modo regulamentação” (HARVEY, 1992, p. 117).

somente pelo controle da força da “mão invisível” do mercado, de Adam Smith, mas também pela intervenção e regulamentação do Estado e por outras instituições, religiosas, sindicais, políticas, culturais, além da influência das propensões sociais e psicológicas, como as ideologias do individualismo e da realização pessoal mediante a autoexpressão. Conjuntamente, não se pode perder de vista o cerne que coloca em movimento tal modo de acumulação, o trabalho. A produção de mercadorias e as condições de trabalho também se modificam, para além do desejo e da consciência do trabalhador, em função dos propósitos do capitalismo.

Dessa forma, é possível compreender dois conjuntos distintos de práticas que ocorreram no mundo do trabalho, do consumo, dos hábitos, das tecnologias e da configuração do controle econômico e político estabelecido no ocidente desde o pós-45. Cronologicamente, o primeiro, denominado por muitos autores da área, de fordista/taylorista/keynesiano, abrangeu o período de 1945 a 1973, sendo o segundo, intitulado acumulação flexível, de 1973 até os dias de hoje. Entretanto, David Harvey alerta de que “há sempre o perigo de confundir as mudanças transitórias e efêmeras com as transformações de natureza mais fundamental da vida política-econômica”.<sup>73</sup> Para ele não está claro, de fato, se estas últimas transformações se configurariam em um novo modelo de acumulação.

Mas os contrastes entre as práticas político-econômicas da atualidade e as do período de expansão do pós-guerra são suficientemente significativos para tornar a hipótese de uma passagem do fordismo para o que poderia ser chamado regime de acumulação ‘flexível’ uma reveladora maneira de caracterizar a história recente.<sup>74</sup>

A forma como o sistema fordista se institucionalizou, de fato, em boa parte do mundo, na metade do século XX, foi mediante uma longa e complicada história que se iniciou antes mesmo de Henry Ford tornar-se referência, em 1914, no cenário corporativo, por adotar medidas administrativas e técnicas em sua indústria automobilística. Tal estrutura dependeu de inúmeras decisões corporativas, estatais, individuais que muitas das vezes foram escolhidas ao acaso ou em respostas improvisadas às crises tendenciais do capitalismo. As consequências advindas da Grande Depressão de 30 e da Segunda Guerra Mundial foram cruciais para que o fordismo ganhasse uma configuração consistente nos anos seguintes.

---

<sup>73</sup> HARVEY, 1992, p. 119.

<sup>74</sup> *Ibid.*, p. 119.

De acordo com Harvey, essas duas manifestações implicaram em um “planejamento [da produção] em larga escala, bem como uma completa racionalização do processo de trabalho, apesar da resistência do trabalhador à produção em linha de montagem e dos temores capitalistas do controle centralizado”.<sup>75</sup> Para se ter ideia desse processo, o fordismo somente começou a criar raízes e dar frutos na Europa nos anos 1950, posto que por lá havia grande resistência por parte da indústria, que ainda era artesanal, embora organizada corporativamente, em relação a linha de montagem para produção de massa. Outra dificuldade que o sistema encontrou para se estabelecer foi os modos e mecanismos de intervenção estatal da época.

Foi necessário conceber um novo modo de regulamentação para atender os requisitos da produção fordista; e foi preciso o choque da depressão selvagem e do quase-colapso do capitalismo na década de 30 para que as sociedades capitalistas chegassem a alguma nova concepção da forma e do uso dos poderes do Estado.<sup>76</sup>

Diante dessas instabilidades dos anos 1930, várias tentativas de arranjos políticos, econômicos e sociais foram buscadas por diferentes países com o intuito de auxiliar a incapacidade do capitalismo reestabelecer as condições essenciais de sua própria reprodução. Foi somente após 1945, depois da reconfiguração e do uso dos poderes do Estado que o fordismo atingiu à maturidade de regime de acumulação plenamente acabado e distintivo. Daí em diante, tornou-se base de um longo período de expansão que só se manteve estável por volta dos anos de 1973.

O período pós-guerra viu a ascensão de uma série de indústrias baseadas em tecnologias amadurecidas no período entre-guerras e levadas a novos extremos de racionalização na Segunda Guerra Mundial. Os carros, a construção de navios e de equipamentos de transporte, o aço, os produtos petroquímicos, a borracha, os eletrodomésticos e a construção se tornaram os propulsores do crescimento econômico, concentrando-se numa série de regiões de grande produção da economia mundial – o Meio Oeste dos Estados Unidos, a região do Rur-Reno, as Terras Médias do oeste da Grã-Bretanha, a região de produção de Tóquio-Yokohama. As forças de trabalho privilegiadas dessas regiões formavam uma coluna de uma demanda efetiva em rápida expansão. A outra coluna estava na reconstrução patrocinada pelo Estado de economias devastadas pela guerra, na suburbanização (particularmente nos Estados Unidos), na renovação urbana, na expansão geográfica dos sistemas de transporte e comunicações e no desenvolvimento infraestrutural dentro e fora do mundo capitalista avançado.<sup>77</sup>

Esse estrondoso avanço do pós-45 se deu em função de vários compromissos e repositionamentos por parte dos Estados, que assumiram novos papéis e construíram

---

<sup>75</sup> *Ibid.*, p. 123.

<sup>76</sup> *Ibid.*, p. 124.

<sup>77</sup> *Ibid.*, p. 125.

novos poderes institucionais. Por parte do capital corporativo houve ajustes em sua estrutura a fim de manter de modo seguro a lucratividade. Já o trabalho se organizou em virtude do mercado de trabalho e da produção. O poder corporativo reformulou suas práticas de planejamento tomando como base de ação a racionalização burocrática. Os caminhos do crescimento do consumo de massa passaram a ser decididos pelas próprias corporações. O Estado, para assegurar a estabilidade econômica e propiciar condições favoráveis à manutenção da lucratividade, investiu em políticas fiscais e monetárias direcionadas para o setor público mediante investimentos nos setores de transporte e equipamentos públicos. Além disso, os governos passaram a complementar a área social com direitos à saúde, educação e segurança, mas essas intervenções variaram muito entre os países capitalistas daquele momento.

Mas o notável é a maneira pela qual governos nacionais de tendências ideológicas distintas – gaullista, na França, trabalhista, na Grã-Bretanha, democrata-cristão, na Alemanha Ocidental etc. – criaram tanto um crescimento econômico estável como um aumento dos padrões materiais de vida através de uma combinação de estado do bem-estar social, administração econômica keynesiana e controle de relações de salário.<sup>78</sup>

Harvey ressalta que o fordismo foi muito mais que um modo de produção de massa, ele foi um sistema de vida total que implicou, por exemplo, toda uma nova estética e mercantilização da cultura que passou a ser inclinada para a funcionalidade e eficiência das coisas. Para que sua expansão fosse expressiva, foi necessário ampliar seus fluxos comerciais mundialmente e angariar investimentos internacionais. Essa nova dinâmica trouxe outras novidades para o cenário econômico, político e social no mundo, trouxe as atividades dos bancos, seguros, hotéis, turismo, aeroportos e também a hegemonia do poder econômico e financeiro dos EUA. O dólar passou a ser a moeda-reserva do mundo com o acordo de Bretton Woods em 1944.

A economia mundial passou a se vincular à política fiscal monetária norte-americana. Sob essas condições, o fordismo se disseminou desigualmente pelo mundo<sup>79</sup>, pois cada Estado procurou do seu próprio modo administrar as relações de trabalho, da política monetária e fiscal, das estratégias de bem-estar e de investimento público,

---

<sup>78</sup> *Ibid.*, p. 130.

<sup>79</sup> Embora o modelo fordista tenha sido adotado por grandes empresas, no Brasil, na década de 1940, já nos anos 1920 aqui já se recebia outra iniciativa de Ford: seringais nas cidades de Fordlândia e Belterra (Pará), que tinham como objetivo produzir matéria-prima para fabricação de pneus. Para saber mais consultar: PEREIRA, Gislaine dos Santos. *As transformações e precarização do mundo do Trabalho*. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/viewFile/84/85>> Acesso em: 22 jun. 2015.

“limitados internamente, apenas pela situação das relações de classes e externamente, somente pela sua posição hierárquica na economia mundial e pela taxa de câmbio fixada com base no dólar”.<sup>80</sup> Entretanto, os benefícios do fordismo atingiram poucos. A sua expansão trouxe, na contramão das expectativas do aumento da lucratividade, tensões sociais, que expunham o acesso privilegiado ao mercado de trabalho, predominantemente branco, masculino e sindicalizado, e também a baixa qualidade de vida de um regime de consumo de massa padronizado. Isso, para não mencionar a superexploração da força de trabalho nos países subdesenvolvidos que, para se integrarem ao processo de modernização que o fordismo promovia, tinham que comprimir um papel subordinado e dependente do desenvolvimento central. .

De modo geral, até a recessão em 1973, o regime fordista manteve-se forte proporcionando os benefícios da produção e do consumo de massa à população dos países capitalistas avançados. Porém, em meados dos anos 1960, o fordismo já apresentava indícios de problemas. Os EUA começaram a vivenciar novamente o enfraquecimento de sua demanda efetiva interna, apesar de compensarem com políticas contra a pobreza e a Guerra do Vietnã, sua produtividade e lucratividade corporativa permaneciam em queda. A formação do bloco do Euro e a contração de crédito nessa época fez reduzir o poder norte-americano de regulamentação do sistema financeiro internacional. O processo de industrialização que outros países começaram a experienciar, como o Sudeste Asiático, incrementa o clima competitivo no mundo, desafiando, assim, a hegemonia norte-americana e levando à substituição do acordo de Bretton Woods por políticas de taxas de câmbio flutuantes. A rigidez utilizada nas estratégias e políticas de manutenção do fordismo já não era mais suficiente para conter as contradições inerentes do capitalismo.

Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor ‘monopolista’). E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entranhado da classe trabalhadora – o que explica as ondas de greve e os problemas trabalhistas do período 1968-1972.

A solução encontrada para aquele momento foi recorrer à emissão de moeda a fim de manter a economia estável. E foi com tal política que a expansão do pós-guerra

---

<sup>80</sup> *Ibid.*, p. 135.

foi solapada de vez. De acordo com Harvey, o desejo de expansão do pós-guerra foi mantido no final da década de 1960 por medidas monetárias frouxas por parte dos EUA e da Inglaterra, o que gerou excessos de fundos e poucas áreas de produção para investimento. As tentativas de conter a inflação em 1973 fez com que as economias mundiais entrassem em crise. O aumento do preço do petróleo e o embargo árabe às exportações de petróleo para o Ocidente, durante a guerra árabe-israelense de 1973, fez com que todos os segmentos da economia mundial buscassem formas de economizar energia por meio de mudanças tecnológicas e organizacionais.

Essa situação levou as corporações a mudarem seus esquemas de gestão apelando, então, para a racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho, a procura por mudanças tecnológicas, como a automação, a busca por novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para intensificar o tempo de giro do capital. As décadas de 1970 e 1980 foram palco dessa mudança profunda e conturbada no modo de acumular o capital pelo mundo. Em torno da organização industrial e da vida social e política surgiram novas experiências. Esse novo contexto Harvey nomeou de acumulação flexível, pois ela entra em confronto com a rigidez do fordismo. Ela é caracterizada pelo aparecimento de novos setores de produção, novas formas de fornecer serviços financeiros, novos mercados e taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Segundo o autor,

A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como em regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...]. Ela também envolve um novo movimento que chamarei de ‘compressão do espaço-tempo’ [...] no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitam, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado.<sup>81</sup>

Essa dinâmica societal trouxe para o âmbito do trabalho novas configurações como a perda da força sindical, que era uma das colunas políticas da era fordista, níveis relativamente altos de desemprego e ganhos salariais modestos. Diante do aumento da competição entre os mercados e do estreitamento da taxa de lucro, os patrões conseguiram impor contratos de trabalho mais flexíveis, como o oferecimento de

---

<sup>81</sup> *Ibid.*, p. 140.

trabalho em tempo parcial, temporário e terceirizado. Tais condições afetaram a classe trabalhadora, já que seus direitos sociais foram ameaçados e reduzidos. Assim como no mundo do trabalho, a organização industrial também sofreu suas modificações por todo o globo.

A tendência à terceirização da produção e de serviços abriu espaço para a preservação de atividades tidas como artesanais e familiares e a formação de economias informais que, por sua vez, sugeram como tentativa de absorver os desempregados e também de sonegar impostos, já que houve uma mudança no modo de controle do trabalho e de emprego. Tal estruturação incidiu diretamente na organização da classe-que-vive-do-trabalho. A fragmentação e autonomização do processo de produção fez com que a organização dessa classe se pulverizasse, o corpo de trabalhadores foi profundamente reduzido dentro das corporações com a intenção de reduzir custos e ampliar a produtividade, já que boa parte foi substituída por mecanismos automatizados.

Harvey salienta que “as economias de escala buscadas na produção fordista de massa foram substituídas por uma crescente capacidade de manufatura de variedade de bens e preços baixos em pequenos lotes”.<sup>82</sup> Esse novo sistema de produção, maleável, permitiu a aceleração do ritmo da inovação de produtos e a exploração de novos nichos mercadológicos altamente especializados e de pequena escala. No mundo do consumo essa flexibilização foi amplamente internalizada pela cultura de modas fugazes e pela mobilização de vários artifícios que induzem a criação de novas necessidades. “A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo o fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais”<sup>83</sup>.

Um dado importante apontado pelo autor diante de tal mudança na forma de acumulação do capital que o mundo viveu, durante as décadas de 1970 e 1980, foi o aumento proporcional do emprego no setor de serviços, não nas áreas de transporte, finanças, imóveis, saúde e educação, mas no ramo de produção de espetáculos e eventos que possuem um giro quase instantâneo. No entanto, a era da acumulação flexível não fez diminuir o poder das corporações, elas simplesmente encontraram outras maneiras de mantê-lo fazendo uso de estratégias de fusão e aquisição de outras empresas. Isso fez com que elas obtivessem o controle de distintas atividades espalhadas pelo mundo.

---

<sup>82</sup> *Ibid.*, p. 148.

<sup>83</sup> *Ibid.*, p. 148.

Tal desregulamentação no âmbito da produção não fez com que o capitalismo se desorganizasse, como Harvey coloca. Ela simplesmente possibilitou sua reorganização por meio da “dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo [...].”<sup>84</sup> O desenvolvimento das tecnologias de informação propiciou ao mundo corporativo a possibilidade de melhor controlar seus negócios que estão dispersos geograficamente e de tomar decisões com maior rapidez. Daí, a transformação e valorização do saber científico em uma valiosa mercadoria. Quem a possui tem a vantagem de sobressair na corrida da competitividade.

Outra significativa mudança nesse cenário foi a reestruturação do sistema financeiro mundial que passou a pesar mais de um lado da balança, deixando o capital imobiliário, industrial e mercantil seus dependentes. A descoberta de modos alternativos de obter lucro por meio das variações relativas dos valores das moedas e das taxas de juros fez do capital financeiro o maior poder coordenador de toda economia mundial. Isso também significou a ocorrência de maiores e frequentes crises financeiras e monetárias no mundo, colocando o Estado numa situação bem problemática, apesar de ter tido seu papel fortificado. Ele foi chamado ao mesmo tempo a regular as atividades do capital corporativo e “criar um bom ‘clima de negócios’, para atrair o capital financeiro transacional e global e conter (por meio distintos dos controles de câmbio) a fuga de capital para pastagens mais verdes e mais lucrativas”.<sup>85</sup>

Nesse sentido, o autor aponta as mudanças ocorridas na esfera das normas, hábitos e atitudes culturais que acompanharam o processo histórico de transição que o modo de acumulação do capital passou nas últimas décadas. Apesar de ser muito complexo tal evento, a flexibilização trouxe aos olhos do mundo peculiaridades que podem ser claramente perceptíveis, como por exemplo, a incidência de valores sociais e culturais baseados na efemeridade e fugacidade ocupando, por sua vez, o lugar dos valores mais ou menos sólidos vividos e compartilhados na era do fordismo. Uma das passíveis formas de apreender tais transformações, citadas brevemente por Harvey, é por meio do fenômeno do consumo. Mas por que o consumo?

---

<sup>84</sup> *Ibid.*, p. 151.

<sup>85</sup> *Ibid.*, p. 160.

#### **1.4. O consumo na era fordista/taylorista e na acumulação flexível**

Muitos teóricos da sociologia têm desenvolvido seus estudos caracterizando a sociedade capitalista marcada pela acumulação flexível também como a sociedade do consumo. Apesar do consumo, enquanto realização de necessidades vitais, ser uma prática de todas as sociedades, independente da época, na sociedade capitalista, ele vai para além da satisfação de necessidades materiais e da reprodução social comum a todos os grupos sociais. Segundo Barbosa, isso “significa admitir, também, que ele adquiriu na sociedade moderna uma dimensão e um espaço que nos permitem discutir através dele questões acerca da natureza da realidade”.<sup>86</sup> Ou seja, é possível compreender parte das relações sociais e seus aspectos por intermédio do ato de consumir.

Conforme a autora, foi a partir da década de 1980 que o consumo passou a despertar o interesse de diferentes estudiosos como objeto de pesquisa. Tal curiosidade veio mediante o desenvolvimento de alguns pressupostos teóricos disseminados, então, na comunidade científica. Um deles é composto pelos teóricos da sociedade do consumo, como por exemplo, Zygmunt Bauman e Lívia Barbosa, que o reconhece, por sua vez, como aspecto nodal no processo de reprodução social de qualquer grupo. Isso caracteriza qualquer ato de consumo como sendo essencialmente cultural. Essa vertente, portanto, admite que o consumo dá ao indivíduo o poder criativo e libertador de fazer suas próprias escolhas e também de criar sua própria identidade. Nesse sentido,

as atividades mais triviais e cotidianas como comer, beber e vestir, entre outras, reproduzem e estabelecem mediações entre estruturas de significados e o fluxo da vida social através dos quais identidades, relações e instituições sociais são formadas, mudadas ao longo do tempo.<sup>87</sup>

Outra perspectiva teórica, que tem como expoentes Pierre Bourdieu, Guy Debord e Valquíria Padilha, comprehende o consumo como uma necessidade imanente do capital, que tem como fim a realização da mais-valia e seus desdobramentos. Para a sua esfera é transposta todas as contradições existentes dentro do próprio modo de produção capitalista. Isso significa que também estão impregnadas nas relações sociais de consumo as distinções de classe, cada segmento social consome de acordo com o seu poder aquisitivo que, por sua vez, é alimentado pelos diferentes nichos de mercado existentes. As classes sociais podem até consumir o mesmo produto, como por exemplo,

---

<sup>86</sup> BARBOSA, Lívia. *Sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 14.

<sup>87</sup> *Ibid.*, p. 13.

o telefone celular, mas para cada uma haverá um modelo específico que corresponderá ao seu nível de renda e aos significados dados pelos diferentes grupos sociais ao que consome.

Embora criticável, em função dos seus pressupostos voluntaristas e pós-modernos, há alguns aspectos trabalhados pela chamada sociologia do consumo, tal como a caracterização que fazem das relações de consumo que circunscrevem a fase fordista/taylorista e a era da acumulação flexibilizada, que consideramos pertinente. Por sua vez, na vertente teórica que entende o consumo não como esfera autônoma, mas articulada à produção, ao trabalho, e fundamental à reprodução do capital busca-se elementos para analisar o objeto desta pesquisa. Assim, iniciar-se-á com uma fonte ilustrativa: um curta metragem produzido pelo cineasta italiano Ugo Gregoretti em meados do século XX.

*Il Pollo Ruspante*<sup>88</sup> ou *O Frango Caseiro* é um curta dirigido por Ugo Gregoretti, na década de 1960. Ilustrativo dos principais aspectos do consumo na era fordista, Gregoretti faz várias críticas à influência publicitária na vida do consumo das famílias do pós-guerra. A recuperação e o aquecimento da economia se deram pela alta produção de mercadorias e o incentivo massivo ao consumo a partir dos acordos político-econômicos firmados entre os vários países que se envolveram na beligerância do pós-45. A primeira cena do curta retrata o pai comprando, em 24 parcelas, uma TV que o mercado havia acabado de lançar. Certamente o mundo não foi o mesmo depois que a TV passou a fazer parte imprescindível do lar dos indivíduos. Foi justamente com a Segunda Guerra Mundial que ela evoluiu tecnologicamente e se tornou importante veículo que influenciaria nos costumes e na cultura das sociedades daí em diante.

No curta, o pai chega em casa e o filho mais velho o espera caracterizado de atirador cowboy de *bang-bang* (ícone emblemático do cinema norte-americano). Naquele momento, certamente os filmes de grande sucesso produzidos e veiculados mundialmente pelo cinema norte-americano eram os de *Farwest*, o que denota a expansão do imperialismo cultural dos EUA. Noutro momento, a família se depara com

---

<sup>88</sup> *Il Pollo Ruspante* ou *O Frango Caseiro* é um curta italiano dirigido por Ugo Gregoretti (1963). Faz parte de um set com outros filmes de cineastas renomados da época, como Pasolini, Godard e Rossellini, intitulado Rogopag – Relações Humanas.

um comercial figurado pelo ratinho Topo Gigio<sup>89</sup> anunciando a mais nova TV do momento, menor e mais eficiente que a da família Togni tinha acabado de comprar.

Em primeira instância, é possível visualizar os alvos que a publicidade queria atingir, crianças e adultos. Os mercados já tomavam conhecimento de um novo perfil de consumidor, o infantil. Inclusive, em algumas cenas, a filha mais nova do casal aparece com o boneco Topo Gigio em suas mãos. Em segunda instância, é perceptível a insatisfação do Sr. Togni ao ver o lançamento da mais nova TV, provavelmente o agente consumidor se viria desejoso em adquirir aquela novidade. Nesse sentido, a publicidade tem importante papel na venda de produtos e na criação de novas necessidades a fim de manter sempre o consumidor insatisfeito para que os mercados se expandam constantemente. Além disso, o curta retrata o consumo voltado para a família, o carro da família, a TV para a família e o lazer em família.

Outro aspecto que chama a atenção no filme é a chegada dos Togni ao restaurante. O restaurante possui a arquitetura no formato de um ônibus, com entrada e saída específicos, o que obriga os clientes a fazerem um trajeto sem volta. Antes de chegar, de fato, ao corredor de alimentação, os clientes passam por uma via repleta de mercadorias, para todos os gostos, idades e classes sociais. As crianças Togni, é claro, ficam bestificadas com tanta parafernália e saem catando o que os seus olhos fitam de mais interessante. Ao chegarem à mesa, a família é recepcionada por uma garçonete que sabe de cor e salteado o *menu*.

É interessante ressaltar que o funcionamento do restaurante segue o formato da estrutura de produção fordista-taylorista. O lanche pronto que não pode ser alterado, a disposição das mesas de alimentação e afins. O Sr. Togni faz o pedido e pergunta se o frango do lanche é de granja ou caipira. A garçonete responde que é de granja. O filho mais velho pergunta ao pai o que é um frango caipira. O pai responde que o frango caipira é um frango criado no campo com liberdade, dorme e come a hora que quiser e é mais saboroso que o de granja que ao contrário é confinado. Portanto, fica implícita a analogia do modo com que o frango de granja é confinado com o modo de vida do indivíduo moderno da era fordista. Em seguida, a família visita o terreno que pretende comprar, porém o valor do lote é muito alto, algo que, propositalmente, incita a seleção de quem irá morar no condomínio.

---

<sup>89</sup> Personagem de um programa infantil, criado na Itália, em 1958, por Maria Perego.

Gregoretti, por sua vez, capta uma das principais características do consumo do pós-45: seu espírito coletivo ou de massa. Esse tipo de consumo está inteiramente atrelado à forma com que o capitalismo se organizou na era fordista. As características evidenciadas por Harvey acerca de sua estrutura trazem para o palco da sociedade industrial um novo protagonista: os trabalhadores. Foi em torno deles que a produção em grandes quantidades de produtos e a economia de escala atingiu seu virtuosismo. Isto é, a ascensão do fordismo só foi realizável devido à inclusão da classe trabalhadora, via consumo de massa e emprego e renda relativamente plenos nos países centrais. O trabalho não deixou de se constituir em eixo central na vida das pessoas, além de ser fator de distinção, classificação, decisivo das relações sociais.<sup>90</sup>

[...] os trabalhadores eram ‘indivíduos enraizados em sólidas realidades institucionais, guiados por uniões estáveis, grandes corporações e mercados relativamente firmes; nesse contexto, homens e mulheres da classe operária tentavam dar sentido a sua posição inferior na hierarquia social’.<sup>91</sup>

O trabalho, símbolo do então sonhado progresso, foi engendrado juntamente com a necessidade de vários países se reerguerem após a Segunda Guerra Mundial. A forma encontrada de projetarem uma nova imagem de si mesmos no mercado internacional ocorreu mediante a produção em grande escala de bens e serviços, o surgimento das técnicas de publicidade, a ampliação do sistema de crédito, o aprimoramento dos sistemas de comunicação, transportes e os avanços tecnológicos. A produção em massa exigiu o consumo em massa, isto é, a produção de produtos homogêneos, padronizados que pudessem atender as manifestações e identidades de dessa nova massa consumidora. Para que a expansão dos mercados globalizados fosse atingida, contou-se com o auxílio da propaganda e das técnicas de publicidades para projetar e influenciar as práticas cotidianas da população em relação ao consumo.

De acordo com Adorno<sup>92</sup>, a cultura de massas, a qual denomina de “indústria cultural”, não é uma cultura popular que se desenvolve espontaneamente e de forma arbitrária. Ela é uma produção racionalmente estabelecida para o consumo das massas. Isso significa que há uma relação estreita entre a produção e o consumo, na qual a primeira determina o que deve ser consumido e a segunda determina o que deve ser

---

<sup>90</sup> SANSON, Cesar. Trabalho e subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial. *Tese*. Doutorado em Sociologia, Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2009, p. 63.

<sup>91</sup> SENNETT apud SANSON, 2009, p. 63.

<sup>92</sup> ADORNO, T.. *A indústria cultural e sociedade*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

produzido. O caso da família Togni retrata bem essa situação. As tendências daquele momento eram de que toda família tradicional e trabalhadora adquirisse um televisor, um carro, toda a parafernália tecnológica do lar e a casa própria. Eram itens necessários para se consumir e que traduziam o espírito do progresso econômico e social dos países e da felicidade e segurança das pessoas<sup>93</sup>.

A era do capital flexível, caracterizada pela “substituição” do “espírito coletivo” do consumo pelo segmentado, tem sido interpretada como uma mudança na própria natureza do capitalismo. Conforme Claus Offe<sup>94</sup>, quando há mudanças no mundo da produção e no do trabalho, consequentemente há mudanças na esfera do consumo. Para o autor, há no denominado “capitalismo desorganizado”, uma sobreposição do setor de serviços sobre o setor produtivo. E isso estaria associado à perda da centralidade do trabalho como elemento constitutivo das identidades sociais nessa fase de capitalismo flexibilizado. Se no seio da sociedade industrial os agentes se estruturavam a partir de uma lógica essencialmente homogeneizante, no contexto do capitalismo contemporâneo essa lógica parece se orientar em direção à fragmentação.

Flexibilizar a produção significa, objetivamente, capacitar a estrutura de produção para, num curto espaço de tempo, produzir produtos altamente diversificados, personalizados e individualizados. A lógica da produção passa a ser, ao contrário do princípio de padronização e homogeneização, projetada pela razão da fragmentação e efemeridade da produção, influenciando diretamente a esfera do consumo. Desse modo, o modelo da acumulação flexível, associado às novas tecnologias de produção, forneceria a base para um mercado amplamente diversificado de produtos. Voltado, cada vez mais, para uma maior aproximação entre produtor e consumidor, adequando-se o máximo possível a produção às exigências mais pessoais e íntimas deste último.

---

<sup>93</sup> Se a família Togni vivesse nos dias de hoje, certamente sua relação com o mundo do consumo se daria de outro modo. Inicialmente, os bens não seriam mais tão duráveis quanto os seus antecessores. As suas permutas seriam constantes e nelas seria encontrado o sentimento do prazer imediato e outras significações. Por sua vez, seriam alimentadas por uma série de vitrines que exibiriam uma diversidade e abundância de mercadorias, sendo que para cada estilo de vida existiria um produto correspondente. Para além da classe social dos Togni, haveria também a possibilidade de que cada membro as escolhesse em função da sua individualidade ou da sua personalidade. Apesar de essas diferenças serem apresentadas genericamente em relação às mudanças no mundo do consumo, alguns teóricos as interpretam de diferentes maneiras.

<sup>94</sup> OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Bauman<sup>95</sup>, por sua vez, apresenta alguns elementos para se pensar o mundo do consumo na era do capital flexibilizado. Para ele, o indivíduo ao incorporar a cultura do extremo consumo acaba tendo sua vida guiada pelos mercados. É a partir também desse aspecto que são engendrados os critérios de classificação, inclusão, exclusão, definição do gosto dos agentes sociais. Para realçar os contornos da sociedade do consumo atual, o autor estabelece um comparativo entre esta e a sociedade da era fordista. A primeira se estabelece sob um treinamento massivo e coercitivo sobre seus membros desde a infância a administrar seu espírito na aquisição de mercadorias, porém esta administração é via individual do tipo faça-você mesmo. Já a sociedade da produção fordista se faz pela presença da rotina monótona, do peso da ética do trabalho na qual o indivíduo aceita essa situação em prol de uma satisfação futura.

Um aspecto do papel de consumidor, ao contrário do produtor, é que simplesmente não se leva em consideração a questão de gênero e classe social. Todos, homens, mulheres, transgêneros e pobres são aptos a ser um consumidor em potencial. O *ethos* consumista se baseia, estritamente, numa condição individualizante, aquela em que depende da capacidade de cada um para alcançar e manter a posição social que se deseja. O consumir é um ato solitário, mesmo estando na companhia de alguém. Bauman relembra que o sentimento de pertença dos agentes consumistas é condicionado não pela administração da tendência dos estilos, mas, sim, pela identificação metonímica com essas tendências. Ou seja, essa identificação é feita por meio das marcas e figuras emblemáticas que as tendências de estilos criam.

Desse modo, as ‘tribos modernas’ usam esses identificadores da cultura consumista como totens. Entretanto, esses novos totens não são eternos ou fixos, a cada instante os mercados criam novos totens e prometem um sentimento de pertença segura. É o que Bauman sinalizou em uma propaganda de moda, na qual assegura ao consumidor a possibilidade de *estar à frente* de seu tempo e dos demais consumidores ao adquirir uma roupa de determinada coleção. Para ele, a necessidade em obter bens está associada à manutenção e dinamização da sociedade.

A cultura do consumismo proporciona ao indivíduo a sensação de escolha e liberdade, ao passo que se deve negar a virtude da procrastinação e retardar a satisfação. Pois se satisfazer é ir contra a cultura do consumismo, já que a satisfação rompe com as

---

<sup>95</sup> BAUMAN, Zygmunt. Sociedade de consumidores. In: BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p.70-106.

novas possibilidades de se satisfazer. A alegria dos adeptos da arte do consumismo está no descarte, pois se livrar de coisas vencidas é a lei dos mercados. O outro aspecto da cultura do consumismo, a do excesso, proporciona aos indivíduos o aumento das incertezas, pois as escolhas são inúmeras.

A sensação de segurança nessas novas condições de vivência se dá pela urgência das ações, atividades e afins. Bauman, ao citar Aubert, coloca que “[...] Quando estão em ação, as pessoas pensam a curto prazo – em coisas a serem feitas de imediato ou num futuro mais próximo. Com muita frequência, a ação é a única forma de escapar do eu, um remédio para a angústia”.<sup>96</sup> O método da urgência se caracteriza em apresentar um estado de coisas comum com um estado de emergência, ao passo que o ato de consumir deve ser um aprendizado rápido e ao mesmo tempo ser esquecido velozmente.

De modo geral, diante de tantas mudanças ocorridas na esfera do consumo, Barbosa<sup>97</sup> ressalta dois fenômenos, os quais vão ao encontro das constatações feitas por Bauman. O primeiro é a passagem do consumo familiar para o consumo individualizado e o outro é a transformação do consumo de pátina para o mundo da moda, que será abordado mais à frente. De acordo com a autora, nas sociedades ditas tradicionais, a família ou o grupo doméstico eram tidos como unidade de produção e consumo que atendiam suas próprias necessidades de subsistência. Esses grupos viviam segundo determinados *status*, isto é, estilos de vida já definidos em função de leis suntuárias que se manifestavam no tipo de roupas, lazer, atividades alimentares, educação e bens de consumo.

Todo estilo de vida desses grupos de status era controlado e regulado, em parte, pelas leis suntuárias. Estas definiam o que deveria ser consumido por determinados segmentos sociais e o que era proibido para os outros. Várias eram as razões que circundavam a existência dessas leis, desde uma preocupação moral com o luxo até a demarcação de posição social.<sup>98</sup>

Já na contemporaneidade, marcada pelo individualismo e pela forte presença do mercado, o estilo de vida e o *status* teriam se tornado, segundo a autora, independentes da renda. Liberdade e autonomia seriam aspectos fundamentais na vida dos indivíduos que não precisariam mais tomar como referência instituições e códigos sociais e morais para fazerem suas escolhas. Não existiria mais aquele grupo social tido como principal inspiração para que os demais grupos possam tecer sua realidade, o que predomina

---

<sup>96</sup> *Ibid.*, p. 122.

<sup>97</sup> BARBOSA, 2004, p. 19.

<sup>98</sup> *Ibid.*, p. 20.

atualmente, na visão da autora, é uma sociedade composta por inúmeros e distintos grupos ou tribos que produzem sua própria moda. O critério para escolha de qualquer coisa se baseia essencialmente no desejo de escolha do “eu”. Barbosa ressalta que o que prevalece “é o império da ética do *self*, em que cada um de nós se torna o árbitro fundamental de suas próprias opções e possui legitimidade suficiente para criar sua própria moda de acordo com seu senso estético e conforto”.<sup>99</sup>

Dessa forma, estilo de vida e identidade podem ser compostos e decompostos a qualquer momento independente da posição social, idade, gênero e renda do indivíduo, como já foi citado anteriormente a partir de Bauman. Como todos podem ser consumidores na era da flexibilização, o que faz com que esse consumo seja diferenciado entre seus agentes não é mais o que pode ser usado, mas, sim, a maneira em como utilizá-lo. As noções do que é e não é de bom gosto se transformaram em instrumentos de diferenciação, inclusão e exclusão social. A outra mudança apresentada por Barbosa é em relação à transição do consumo de pátina para o consumo de moda.

Segundo a autora, a pátina seria aquela marca deixada pelo tempo nos objetos, passados de geração em geração e que denota um uso por um longo tempo. Também conferiam *status* e tradição a grupos sociais específicos que possuíam essa cultura de adquirir objetos peculiares, como prataria e arcas de madeiras nobres. Já o consumo de moda, característico da era contemporânea, de início rejeita o poder memorial da tradição é, por sua vez, um mecanismo social expressivo de uma temporalidade de curta duração e pela valorização do sempre novo. O consumo da moda coloca em evidência o poder com que os objetos, os produtos, para ser mais específica, as mercadorias possuem em conduzir e reconduzir as relações sociais.

Embora tal caracterização apresentada pelos autores acima seja interessante, na medida em que chama a atenção para aspectos simbólicos relacionados ao consumo, é possível questionar se as mudanças identificadas seriam suficientes para suplantar a centralidade do trabalho e a dependência do consumo em relação à própria lógica da produção do valor. Não dá pra negar que o consumo tenha se expandido nos últimos cem anos, mas ele não foi capaz de suprimir o trabalho e muito menos de alterar a natureza do Estado. Ademais, o consumo está relacionado não apenas ao poder

---

<sup>99</sup> *Ibid.*, p. 22.

econômico socialmente desigual, mas aos distintos hábitos. É exatamente nesse sentido que Pierre Bourdieu comprehende a relação entre estilo de vida, gostos, consumo e as condições sociais e econômicas no capitalismo. Em seu trabalho *Gosto de classe e estilo de vida*<sup>100</sup>, os objetos e as mercadorias são compreendidos como signos culturais que revelam ou indicam as diferenças que há entre as classes ou grupos sociais.

Para o autor francês, a sociedade é formada por vários campos, microcosmos ou espaços de relações objetivas, que possuem uma lógica própria, não reproduzida e irredutível à lógica que rege outros campos. O campo é tanto um “campo de forças”, uma estrutura que constrange os agentes nele envolvidos, quanto um “campo de lutas”, em que os agentes atuam conforme suas posições relativas no campo de forças, conservando ou transformando a sua estrutura. Os campos não são estruturas fixas. São produtos da história das suas posições constitutivas e das disposições que elas privilegiam. O que determina a existência de um campo e demarca os seus limites são os interesses específicos, os investimentos econômicos e psicológicos que ele solicita a agentes dotados de um *habitus* e as instituições nele inseridas.

O *habitus* é compreendido como um sistema de comportamento e de pensamento que exprime sob a forma de preferências sistemáticas as necessidades objetivas das quais ele é produto. É, portanto, a maneira de perceber, de julgar e de valorizar o mundo e se conforma no modo de agir corporal, material e psicologicamente. Compõe-se pelos valores em estado prático, não conscientes, que regem a moral cotidiana e os princípios interiorizados pelo corpo, como por exemplo, as posturas, que são expressões corporais, não são dadas pela natureza, mas são adquiridas pelo modo específico de se pensar a realidade. Nesse sentido, o estilo de vida e o consumo dos grupos ou classes sociais são compreendidos como práticas materiais e simbólicas que estão associadas às configurações das posições sociais e econômicas que ocupam dentro desses campos.<sup>101</sup>

Os estilos de vida são marcados, assim, por um conjunto de preferências distintivas que exprimem a lógica específica de cada espaço social ocupado e que pode ser visualizados mediante os tipos de mobília, vestimentas, linguagem e também pelo estilo corporal. Cada dimensão do estilo é capaz de simbolizar todas as outras

---

<sup>100</sup> BOURDIEU, Pierre. Gosto de classe e estilo de vida. In: ORTIZ, R. *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983.

<sup>101</sup> BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de habitus e campo. In: BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

dimensões do social, inclusive a oposição existente entre as classes sociais. A preferência por determinados bens culturais funciona como um marcador de classe. A partir desse esquema teórico desenvolvido por Bourdieu é possível compreender as razões que levam grupos sociais a consumirem obras de artes valiosíssimas e raras e outros fazerem uso de pôsteres reproduzidos em série.<sup>102</sup>

Para Guy Debord<sup>103</sup>, as atuais relações sociais não são mediadas simplesmente pelas trocas de mercadorias que se dão entre os indivíduos, mas pelas representações ou imagens sociais que são impressas nesse processo. Segundo o autor, é impossível desvincilar as relações sociais da produção material e muito menos das relações de consumo de mercadorias. A expressão “sociedade do espetáculo”, cunhada pelo autor, denomina justamente essa dependência que a própria sociedade capitalista desenvolveu em função do processo de acúmulo de imagens na atual conjuntura. “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens”.<sup>104</sup> É nesse sentido que a publicidade e o *marketing* ganham lugar cativo na produção da valorização da dimensão visual da comunicação e da informação a favor do capitalismo.

Dessa forma, Debord ressalta que as relações sociais não são autênticas, reais ou verdadeiras, mas sim superficiais, já que a sensação de liberdade que os indivíduos possuem no momento de fazer suas escolhas é ilusória e decorre da estipulação na fase da produção. Assim, o autor deixa claro que os indivíduos tornam-se alienados e passivos, pois perdem a consciência da relação de sua posição social com as demais ao contemplar cada vez mais os produtos do processo do trabalho, as mercadorias, contribuindo assim para o crescimento da economia. É mediante o espetáculo, ou seja, a intensa e repetitiva propagação e veiculação de representações, que as necessidades são criadas para o consumo.

À medida que a necessidade se encontra socialmente sonhada, o sonho torna-se necessário. O espetáculo é o mau sonho da sociedade moderna acorrentada, que ao cabo não exprime senão o seu desejo de dormir. O espetáculo é o guardião deste sono.<sup>105</sup>

---

<sup>102</sup> BOURDIEU, Pierre. Gosto de classe e estilo de vida. In: ORTIZ, R. *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983.

<sup>103</sup> BEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Projeto Periferia, 2003. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.com/eLiberis/socespetaculo.html>> Acesso em: 15 jun. 2015.

<sup>104</sup> DEBORD, 2003, p. 9.

<sup>105</sup> *Ibid.*, p. 14-15.

Ao trabalhar com a categoria marxista de fetichismo da mercadoria, Debord reitera que o mundo do espetáculo é aquele em que a vida é toda dominada pelos produtos. Nesse sentido, a mercadoria está em tudo - inclusive no processo do *post mortem* - e os homens não conseguem ver o mundo para além dela. Assim, com a mercadorização da vida social e da alienação dos indivíduos, o consumo deixa de se dar pelo valor de uso dos artefatos para se propagar pela superficialidade e fantasia que neles são impressos. Cabe reiterar, então, o papel da publicidade e do marketing nesse movimento, que é de auxiliar a criar ilusões de necessidades e a levar os indivíduos ao consumo.

É pelo princípio do fetichismo da mercadoria, a sociedade sendo dominada por «coisas supra-sensíveis embora sensíveis», que o espetáculo se realiza absolutamente. O mundo sensível é substituído por uma seleção de imagens que existem acima dele, ao mesmo tempo em que se faz reconhecer como o sensível por excelência. O mundo ao mesmo tempo presente e ausente que o *espetáculo apresenta* é o mundo da mercadoria dominando tudo o que é vivido. O mundo da mercadoria é mostrado *como ele é*, com seu movimento idêntico ao *afastamento* dos homens entre si, diante de seu produto global.<sup>106</sup>

A publicidade possui enorme importância nesse processo como instrumento intensificador das necessidades de consumo. De acordo com Padilha<sup>107</sup>, a origem da palavra publicidade está relacionada à noção de tornar algo público e acessível a todos. Seu surgimento, como atividade, está associado ao desenvolvimento dos meios de comunicação de massa no século XIX, período caracterizado por grandes transformações sociais e pelo advento do capitalismo industrial. O aparecimento do rádio, do cinema e da televisão, no século XX, provoca uma intensa modificação na estrutura comunicativa da época, que antes era dominada pelos textos impressos e pela literatura. No lugar dos circuitos e encontros literários burgueses, ganhou destaque o consumo cultural.

Assim, as discussões entre os indivíduos deixa de ser o modelo das relações sociais e cede lugar às atividades de grupo como ir junto ao cinema, assistir juntos a televisão ou escutar juntos o rádio. No entanto, estas atividades em grupo não substituíram o uso cultural da razão própria das sociedades de leitura, pois este tipo de consumo cultural se desenvolve num clima social sem nenhuma necessidade de discussões ou debates. Como a necessidade de fazer uso da razão não desaparece, a discussão torna-se também mercadoria e passa a ser comercializada por meio de debates na televisão, nos círculos

---

<sup>106</sup> *Ibid.*, p. 21.

<sup>107</sup> PADILHA, Valquíria. Shopping Center: a catedral das mercadorias e o lazer reificado. *Tese* (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2003, p. 132.

reservados das universidades, por meio das editoras e das estações de rádio.<sup>108</sup>

A partir de 1830, a imprensa se abriu, de fato, para a possibilidade de obter lucros comerciais com a venda de anúncios publicitários, como uma forma de baixar o preço dos jornais e revistas à população em geral e assim garantir maior renda aos seus proprietários. Desde então, o *marketing* e a publicidade passaram a se submeter aos imperativos da economia capitalista, ganhando cada vez mais notoriedade e se beneficiando economicamente também de suas posições. Assim, a serviço do capitalismo, são incumbidas de criar sempre o novo, novos arquétipos e símbolos que o público deve adotar. “A partir de então, os meios de informação criam verdadeiras ondas de entusiasmo em torno das mercadorias que são lançadas e relançadas constantemente em grande velocidade”.<sup>109</sup>

Nessa perspectiva, a publicidade caminha, cada vez mais, na direção de um paradoxal movimento de personalização das pessoas, isto é, ela acaba criando esquemas de valores pessoais que dá a ilusão de uma igualdade social, ou seja, para cada indivíduo há uma mercadoria feita especialmente para si. Cabe, então, à publicidade, vender ao menos a imagem de um mundo que não existe na verdade, um mundo pacífico, sem pobreza, livre de tragédias e angústias. Padilha<sup>110</sup> ressalta que a sofisticação e especialização dessa área ganhou novos investimentos e impulsos logo depois da Segunda Guerra Mundial, quando foram criados institutos de pesquisas, nos EUA, para descobrir as motivações e reações das pessoas diante das mercadorias e da sua compra.

Desse modo, os profissionais da publicidade e do *marketing* assessoram as empresas, mediante variadas técnicas persuasivas, a ampliarem suas vendas que, por fim, acabam atingindo um maior ganho na taxa de lucro. Os recursos utilizados são os mais variados possíveis, desde a indicação da cor específica para cada parede, ambientes com músicas lentas para conduzir a escolha dos produtos com mais calma e assim manter o consumidor por mais tempo no local e até mesmo o oposto, como acontece nos *fast-food*, em que são usadas músicas agitadas para assegurar uma maior rotatividade da clientela. Portanto, a publicidade é mais um recurso que visa criar nas

---

<sup>108</sup> PADILHA, 2003, p. 133.

<sup>109</sup> *Ibid.*, p. 135.

<sup>110</sup> *Ibid.*, p. 142-143.

pessoas o desejo por mais necessidades a fim de que a circulação de mercadorias tenha um bom fluxo.

As campanhas publicitárias também são importantes recursos que caminham nessa direção, sejam elas televisionadas ou impressas. Carregam consigo ideias, valores, estereótipos e preconceitos que são partilhados pelos indivíduos e grupos e que se transformam em itens identitários, por sinal. Tudo que é anunciado está definitivamente impregnado de significados, de possibilidades e de emoções que são amplamente explorados por esses profissionais. A partir da representação social que cada objeto consumido é dotado, é possível observar e compreender as diferenças sociais existentes entre as pessoas e as classes sociais. É possível ainda apreender que o consumo é fruto de um aprendizado histórico e social e pode ser identificado por meio do estilo de vida e ao gosto dos grupos sociais.

Tomando como pano de fundo, as transformações histórica, social, econômica e política do modo de acumulação de capital do século XX até os dias atuais, juntamente com a transformação ocorrida na esfera do consumo, pretende-se a partir desse momento elucidar algumas questões acerca do surgimento do mercado fúnebre no Ocidente. Em que período surgiu a necessidade de desenvolver um mercado específico do *post mortem* e quais foram suas possíveis mudanças em relação a produção de um serviço tão peculiar e seu consumo no decorrer desses dois últimos séculos.

### **1.5. O mercado do *post mortem* no Ocidente**

De acordo com Morais<sup>111</sup>, os primeiros registros históricos que se tem no Ocidente acerca da comercialização, de fato, do pós-morte, como um negócio realmente lucrativo, datam da segunda metade do século XIX, nos Estados Unidos. Foi nesse período que o ramo funerário, como qualquer outro segmento empresarial, se profissionalizou com o surgimento dos *funeral directors*. Antes disso, os funerais eram inteiramente de responsabilidade da família e dos amigos, eram eles que realizavam todo o processo, desde a manipulação do corpo, a encomenda do caixão ao carpinteiro mais próximo até o translado e o sepultamento no cemitério. Portanto, foi por volta de

---

<sup>111</sup> MORAIS, Isabela Andrade de Lima. Pela hora da morte. Estudo sobre o empresariar da morte e do morrer: uma etnografia no Grupo Parque das Flores, em Alagoas. *Tese* (doutorado) Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, 2009.

1850 que os primeiros empresários da morte – os *undertakers* - passaram a comercializar três tipos de atividades.

A primeira foi o oferecimento de carruagens e carros fúnebres para fazer o deslocamento dos féretros, seguida pela confecção das urnas e também pela transmissão pública das notas de falecimento. Todas essas funções eram exercidas pela mesma pessoa, ou seja, pelo *undertaker*. “Os *undertakers* forneciam à família, um catálogo de caixões de seu estabelecimento, depois supervisionavam a remoção dos caixões para os carros fúnebres e realizavam as tarefas necessárias até que o corpo estivesse finalmente sepultado”.<sup>112</sup> Mas o mercado fúnebre norte-americano somente se desenvolveu após a terrível Guerra de Secesão<sup>113</sup>, que ocorreu entre os anos de 1861 e 1865, fazendo quase um milhão de vítimas.

Segundo Morais, foi durante tal guerra que as atividades dos *undertakers* puderam se alargar com o surgimento da técnica de embalsamento de cadáveres. Essa prática foi desenvolvida por Thomas Holmes, o criador do embalsamento nos EUA, possibilitando o translado dos corpos mortos dos soldados. Ademais, ele teria sido o primeiro a receber financeiramente por tal serviço. Holmes viu na guerra uma grande oportunidade de oferecer seus trabalhos às famílias das vítimas do confronto pelo valor de cem dólares *per capita*. Presume-se que ele tenha embalsamado pelo menos quatro mil e vinte oito defuntos durante os quatros anos de guerra. Desde então, o embalsamento se popularizou nos EUA.

O aumento do interesse pelas práticas de conservação de corpos foi de tal magnitude entre os *undertakers* que a indústria do funeral se profissionalizou, impulsionando, assim, a abertura de escolas de *mortuary science* ou escolas de ciência mortuária. Dessa forma, a profissão foi se definindo e se legitimando no país, de tal modo que seu exercício passou a exigir formação universitária. Os então *undertakers* se transformaram em *funeral directors*, ou simplesmente em *doctor of services*.<sup>114</sup> Foi também nessa época que surgiram as primeiras associações de profissionais do ramo

---

<sup>112</sup> MORAIS, 2009, p. 98.

<sup>113</sup> Guerra civil gerada após o processo de independência dos EUA e disputada entre os estados do norte e sul em função das diferenças históricas e políticas em relação ao desenvolvimento de seus respectivos modelos econômicos de 1861 a 1865. Para saber mais consultar: AMEUR, Farid. *Guerra da Secesão*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.

<sup>114</sup> Para saber mais consultar: MORAIS, 2009, p. 99, nota de rodapé 49.

funerário. A National Funeral Directors Associations, NFDA<sup>115</sup>, por exemplo, foi fundada em 1882 por vinte e seis empresários do estado de Michigan.

A NFDA estabelece que a missão dos *funeral directors* é proporcionar a defesa, educação, informação, produtos, programas e serviços para ajudar os membros e realçar a qualidade dos serviços prestados às famílias. Os profissionais são regidos por um código de conduta, aprovado em dezenove de outubro de 2002, que regulariza suas obrigações em cinco pontos chaves: com a família, com o cuidado com a pessoa falecida, com o público, com o governo e com a NFDA.<sup>116</sup>

Além da NFDA possuir um código de ética que rege toda sua gestão organizacional, ela também oferece aos seus associados seminários, conferências anuais, jornais, boletins informativos, bibliotecas, consultorias empresariais bem como concessões de licenças para embalsamento. Essas licenças são concedidas sem nenhum requisito educacional para seus sócios, apenas mediante o pagamento de seus direitos. Morais<sup>117</sup> ressalta que o curso para embalsamento geralmente é realizado nos EUA em vários estágios e que trata de questões acerca da profissão em geral, do marketing, do merchandising e da restauração. Para se ter uma noção da postura da NFDA em relação às demais instituições do ramo, a obtenção de um diploma de serviço funerário é obtido em quarenta semanas.

Com o desenvolvimento da profissão de *doctor of services*, várias outras atividades foram sendo incorporadas ao processo do *post mortem*, que passou a ser dividido em dois eixos: dar atenção ao morto e cuidar da gestão do funeral. Nesse sentido, ocorrido o falecimento de alguém, a própria família se encarrega de contratar os serviços de um *funeral director*. Os trabalhos, então, são iniciados com a busca do corpo no local do óbito, corpo que é conduzido, assim, para a sede da empresa por onde passará por todo um trabalho de embalsamento, realizado sem consulta prévia da família, pois tal prática é cultural e legítima no país e possibilita a preservação do corpo por um longo período até a realização da cerimônia de velamento. Segundo Morais<sup>118</sup>, o intuito da técnica de embalsamento é tornar o defunto apresentável visualmente para o público.

Para isso, o corpo necessita passar por uma preparação que é realizada em várias etapas, sendo a primeira composta pela higienização, seguida pelo processo de

---

<sup>115</sup> Para saber mais consultar: NFDA. Disponível em: <<http://nfda.org/>>.

<sup>116</sup> MORAIS, 2009, p. 99.

<sup>117</sup> MORAIS. 2009.

<sup>118</sup> MORAIS. 2009.

preservação mediante aplicação de produtos químicos e a utilização de artefatos específicos, maquiagens, por exemplo, para trazer de volta o aspecto de vida ao defunto. Assim, o cadáver já pode ser indumentado com as roupas fornecidas pela família ou pela própria *funeral director* e colocado no caixão. As urnas norte-americanas são conhecidas como *casket*, pois são fechadas com chaves e não parafusos ou porcas. Também não são feitas de madeira, e sim de metal, lembrando um cofre esculpido.

O *casket* de metal é um fenômeno da América moderna, sua escolha e aquisição estão intimamente relacionadas ao ritual de embalsamento, pois existe a crença de que o *casket* protege o corpo e contribui para sua preservação. Por outro lado, a aquisição dos *caskets* atua como um elemento compensatório para a simplicidade dos cemitérios e dos túmulos. Se no passado os túmulos eram verdadeiras obras de arte, no presente, são os *caskets* os objetos de arte.<sup>119</sup>



**Figura 4:** Modelo de *casket* em bronze resistente a corrosão e ferrugem da Casketsite.<sup>120</sup>

Geralmente o *casketamento*<sup>121</sup> é finalizado no local onde o velamento será realizado, numa capela, igreja ou nas famosas *funeral home*, locais preferidos pelos *funeral directors* para desenvolver seus trabalhos. Essas casas velatórias são locais específicos para velar o corpo, são ambientes totalmente preparados para amenizar o

<sup>119</sup> Ibid., p. 101-102.

<sup>120</sup> CASKETSITE.COM. Aurora. Disponível em: <<http://www.casketsite.com/aurora/items/bronze2298coralmist.htm>> Acesso em 30 maio de 2015.

<sup>121</sup> De acordo com Morais (2009), o *casketamento* é o processo pelo qual o defunto é colocado no *casket*, isto é, ele não pode ser colocado de qualquer maneira, é necessário encontrar um ponto de equilíbrio em que o corpo não fique tão elevado, impedindo a tampa superior fechar, e nem tão muito abaixo, para não que dê a impressão que o corpo esteja dentro de uma caixa. Encontrado o ponto de equilíbrio, o cabelo do morto é penteados, suas roupas são ajeitadas e mais um retoque é feito na maquiagem. Esse processo é bem lento para que o trabalho do funeral director fique bem feito, digo de uma arte mesmo.

sentimento de dor e de perda dos familiares e para a celebração da última homenagem. Há casos, extremos, em que essas *funeral home* colocam o morto em posição de vivo, falando ao telefone, sentado no escritório, de óculos, todo maquiado, simulando mesmo a realidade. Um exemplo interessante foi o caso de uma estadunidense que foi velada sentada com cerveja e cigarro nas mãos. A matéria veiculada na *website* da Terra, em junho de 2014, embora não informasse quem ou onde essa preparação foi feita, muito provavelmente se refere às práticas funerárias nos EUA, de responsabilidade de uma *funeral home*.



**Figura 5:** Funeral de Louisiana Miriam Burbank.<sup>122</sup>

Morais cita em seu trabalho uma das várias *funeral home* existentes na América do Norte, a *Newcastle Funeral Home*. Localizada em uma casa histórica restaurada no Canadá, oferece aos seus clientes um espaço amplo e diversificado, com quartos para descanso, capelas que acomodam até cento e cinquenta pessoas sentadas, sala especial para a família em luto, salões para acomodar recepções, estacionamento e cadeiras de rodas. Além disso, conta com um serviço de luto, o *Genesis Resource Center*, que permite à família enlutada o acesso a centenas de livros, boletins e vídeos acerca de temas para todas as idades que tratam da separação e da perda. Já em relação às despesas assumidas ao contratar os serviços da *Newcastle*, elas abrangem três áreas.

A primeira diz respeito às taxas de serviço funeral, que se refere especificamente ao trabalho dos *funeral directors* e ao translado do cadáver.

<sup>122</sup> TERRA. *Estados Unidos*: Americana é velada sentada com cerveja e cigarro na mão. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/estados-unidos/americana-e-velada-sentada-com-cerveja-e-cigarro-na-mao,343194f288696410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html>> Acesso em: 30 maio de 2015.

A segunda é o custo total, que se refere à aquisição do *casket* e outros itens. A terceira inclui os custos externos que o *funeral home* assume em nome da família; estes custos incluem o pagamento do cemitério, os avisos em jornais e serviço religioso. No caso da *Newcastle Funeral Home*, os serviços se iniciam com uma taxa no valor de oitocentos e sessenta dólares para uma simples cremação ou sepultamento, sem nenhum serviço funeral, e, caso sejam incluídos os serviços de impostos e taxas de cremação, o custo total do serviço prestado pela *funeral home* pode ser de aproximadamente um mil quinhentos e cinquenta dólares (considerando que este valor não está incluído os serviços prestados pelos *funeral directors*).<sup>123</sup>



**Figura 6:** Fachada da *Newcastle Funeral Home* no Canadá.<sup>124</sup>

Feita a última cerimônia de homenagem no *funeral home*, o *casket* é, então, transladado para o *Memorial Park*, o cemitério, através do *funeral coach*, um veículo específico para o transporte de urnas, onde será devidamente enterrado sob a menção de algumas palavras referidas por um clérigo também providenciado pelo *funeral director*. Como se pode notar, os *funeral directors* assumem várias e distintas funções. Além das que já foram mencionadas, como o extremo cuidado em deixar publicamente apresentável o cadáver, os vivos também recebem atenção especializada no tratamento da emoção. Desse modo, os *funeral directors* se transformam em *doctors of grief*, os doutores da dor.

O cuidado especializado com o lado emocional das famílias enlutadas recebe o nome, no setor funerário norte-americano, de *grief therapy*. Esse acompanhamento tem por objetivo tornar o funeral menos doloroso e mais aceitável possível, seja por meio do

<sup>123</sup> MORAIS, 2009, p. 103.

<sup>124</sup> Fonte: NEWCASTLE FUENRAL HOME. Disponível em: <<http://www.newcastlefuneralhome.com/>> Acesso em: 30 maio de 2015.

alívio sentimental expressado ao ver o corpo embalsamado e restaurado ou por outros serviços oferecidos como os aconselhamentos pós-morte e o próprio *casketamento*. Entretanto, esses serviços personalizados e variados são fontes de várias críticas ao setor no país. Segundo Morais<sup>125</sup>, uma das questionamentos mais fortes foi feito por uma estudiosa do ramo, Jessica Mitford<sup>126</sup>, que declarou que a preparação dos corpos para exibição pública visava meramente o lucro.

Para fundamentar seus levantamentos, a autora esclarece que Mitford consultou um patologista para saber qual, era, de fato, a eficácia do embalsamento. O especialista assegurou que a técnica não garante a não transmissão de doenças, até porque um cadáver oferece pouco risco de contaminação, mas que mesmo assim a prática não é segura. Diante disso, a pesquisadora norte-americana chegou à conclusão de que o embalsamento é um procedimento que se resume mais ao ganho de lucro e vendas e que sem ele os *funeral directors* não existiriam, apesar de esses profissionais usarem o argumento de que a prática de conservar o corpo é milenar, tendo surgido na Antiguidade com os egípcios.

Entretanto, Mitford desconstrói tal retórica ao afirmar que não existe semelhança alguma entre a antiga técnica egípcia e a atual. Para os egípcios a prática de conservação era uma forma de assegurar a volta da alma ao corpo, pois acreditavam em vida após a morte. Já os *funeral directors* constroem o imaginário da amenização da dor para atingir seus objetivos econômicos. Nesse sentido, Mitford opõe-se claramente à situação de proveito que o mercado funerário encontra no choque que as famílias passam ao perder um ente querido para oferecer serviços caríssimos. Por isso, é favorável à criação de um funeral com um custo acessível às pessoas. Por fim, Morais ressalta que a existência desses serviços só permanece porque há uma contrapartida, os consumidores. E como é um segmento empresarial como qualquer outro, necessita conhecer as necessidades, os desejos e os motivos de seus clientes para que possam prestar um serviço de qualidade.

A história do desenvolvimento do mercado fúnebre nos EUA expressa todas essas colocações inquietantes feitas por Mitford. Até os anos de 1984, o setor tinha total liberdade para realizar suas operações de vendas sem nenhuma intervenção estatal. Para se ter ideia da complexidade, em 1963, a revista *Concept: The Journal of Creative Ideas*

---

<sup>125</sup> MORAIS, 2009, p. 105.

<sup>126</sup> Para saber mais consultar: MITFORD, Jessica. *American way of death. Revisited*. New York: Vintage Books, 2000.

*for Cemeteries*, comemorava o *boom* expansivo dos cemitérios no país, que já atingia a marca significativa de cinco mil em atividade. Segundo Mitford, os cemitérios, na metade daquele século, eram vistos como o mais novo empreendimento do momento. Como eram considerados pela Suprema Corte como instalações públicas, de responsabilidade municipal, mesmo sendo administrados por conselhos ou entidades religiosas, os terrenos eram totalmente isentos de impostos.

Uma empresa de cemitério é uma associação constituída para ‘um uso piedoso e público’, disse a Suprema Corte dos Estados Unidos em 1882, e mais recentemente a Suprema Corte de Nova Jersey decidiu que um ‘cemitério, ainda que de propriedade privada, é um cemitério público’, cuja operação com fins de lucro é ofensivo à ordem pública. Outras decisões têm afirmado que os terrenos adquiridos para fins cemiteriais tornaram-se totalmente isentos de impostos imobiliários no momento em que é adquirido, antes mesmo de um corpo morto ser enterrado nele. Esta visão tradicional da terra do cemitério provou ser uma bênção para os especuladores de terra que começaram a entrar no campo, e cuja obra pode agora ser vista na periferia de milhares de comunidades americanas. As principais premissas de que, evoluíram ao longo dos anos, estão por trás da operação do cemitério moderno [...]. Terra de cemitério é livre de impostos, que como deveria ser, uma vez que, em teoria, a terra não está sujeita a utilização lucrativa. Terra barata, que por uma razão ou outra, não se presta às necessidades da vida como habitação e agricultura e é comumente usado para cemitérios.<sup>127</sup> [Tradução minha].

Essa situação levou o comércio fúnebre, em geral, a movimentar milhões de dólares a partir de transações abusivas, significando que cada ramo do setor, como por exemplo, fabricantes de urnas, de tanatopraxia, funerárias e artigos em geral, imprimia em suas mercadorias o valor de troca que melhor lhe convinha. Com o tempo, tal postura foi levando os consumidores a reagirem com tamanha indignação e a procurarem seus direitos junto aos seus representantes governamentais, no caso a Defesa do Consumidor Fúnebre.

A grande incidência de reclamações fez com que a *Federal Trade Commission* (FCT) se mobilizasse na criação de um tratado nacional que regulamentasse as práticas mercadológicas da indústria do funeral. Então, em 1984, após vários acordos entre governo e sindicatos, a *Funeral Rule*<sup>128</sup> foi, de fato, estabelecida em conformidade com as práticas “justas” do comércio padrão estadunidense, tendo como preocupação central proteger os consumidores, exigindo que eles recebam informações adequadas e

---

<sup>127</sup> MITFORD, Jessica. *American way of death revisited*. New York: Vintage Books, 2000, p. 82.

<sup>128</sup> Para saber mais consultar: FEDERAL TRADE COMISSION. *Complying Funeral Rule*. Disponível em: <<https://www.ftc.gov/system/files/documents/plain-language/pdf-0131-complying-with-funeral-rule.pdf>> Acesso em: 30 de maio 2015.

específicas de qualquer produto ou serviço oferecido por uma empresa representante do setor. Os requisitos sancionados foram apresentados em 16 regras, que, por sua vez, são desmembradas em outras, mas que salientam o que se deve e não deve fazer diante das transações comerciais entre vendedor e consumidor.

A primeira, por exemplo, assegura a apresentação de uma lista geral de preços, a *General Price List*, GPL, de todos os produtos vendáveis do setor no país. As divulgações devem ser apresentadas ao consumidor de modo específico, claro e por escrito sobre embalsamento, tipos de urnas, taxa básica de serviço, tipos de enterros, cremação e entre outros. A GPL deve ser apresentada sob a forma de um documento escrito alegando aos consumidores o direito de escolherem os bens e serviços funerários desejados. O tratado é bem extenso e abarca uma série de normas que dá à população a segurança de estar adquirindo um produto com o preço “justo”. Com a institucionalização da *Funeral Rule*, o embalsamento deixou de ser oferecido ao consumidor como uma técnica obrigatória, assim, como também, o cidadão estadunidense passou a ter, por lei, o direito de realizar todo o processo do *post mortem* sem precisar adquirir os serviços especializados das casas funerárias.

Mas o que mais chama a atenção é que a regulamentação das práticas mercadológicas do setor, realizada pelo poder público, não interferiu no crescimento dos lucros; ao contrário, de 1997 até 2012, o salto foi de 29,33%, mesmo com a redução no número de casas funerárias no país, como mostra o quadro abaixo divulgado pelo site da NFDA.

**Tabela 1:** Receita do setor de bens e serviços funerários dos EUA

	1997	2002	2007	2012
<b>Receita (\$ Milhões)</b>				
<b>Cemitérios e crematórios</b>	2988 dólares	3,231 dólares	3,350 dólares	3319 dólares
<b>Funeral Homes e Serviços Funerários</b>	9633 dólares	11.049 dólares	11.943 dólares	13.004 dólares
<b>Total</b>	12.621 dólares	14.280 dólares	15.293 dólares	16.323 dólares

**Fonte:** Nacional Funeral Directors Association. *Trends and Statistics*. Disponível em: <<http://nfda.org/about-funeral-service-/trends-and-statistics.html>> Acesso em: 29 jun. 2015.

De acordo com o *National Directory of Morticians Redbook* dos EUA, houve uma redução no número de casas funerárias no país entre os anos de 2004 e 2014. De

acordo com o site da NFDA<sup>129</sup>, essa retração corresponde a 9,5%, já que em 2004 a quantidade de estabelecimentos atingia a marca de 21.528 unidades e em 2014 o montante despencou para 19.486. É plausível supor que este encolhimento tenha relação com a alta competitividade do setor e também pelo fato de não ser tão simples abrir e manter um negócio dessa natureza. Ao contrário do que ocorre no Brasil, para se abrir uma agência funerária nos EUA é necessário seguir alguns requisitos prescritos pelo poder público.

O primeiro passo é obter uma licença para exercer a função de *funeral director*, exigida pela maioria dos estados. Para obter tal licença, é necessário fazer um curso especializado, o de Ciência Mortuária, oferecido pela *American Board of Funeral Service Education*<sup>130</sup>, a única agência creditada pelo governo nacional que oferece programas acadêmicos que preparam profissionais de serviços funerários. Após realizar o curso, um exame de aptidão é expedido pelo Estado, mediante aprovação, é então deliberada a permissão para exercer a função de *funeral director*. Em seguida, é preciso entrar em contato com o município para liberação do alvará de funcionamento que também regulamenta se o local escolhido é apropriado para tal prática.

Requerer uma licença para a operação de uma casa funerária não é muito simples quanto se pensa, de acordo com o Código Administrativo do Estado de Ohio é preciso

(A) Pelo menos 60 dias antes da abertura de qualquer agência funerária, da mesma, o diretor funeral, que será, na verdade, responsável do mesmo, deverá notificar o Conselho de tal abertura prevista e deve apresentar um pedido de licença funerária jurado pelo requerente e acompanhado da taxa aplicável.

(B) O conselho deverá aprovar o pedido de licença funerária, se for caso disso, depende do recebimento de uma autorização de ocupação e inspeção.

(C) A licença não será emitida para uma funerária até que se cumpram os seguintes requisitos de gestão:

(1) Um funeral diretor gerente e um diretor funeral, na verdade, no cargo e, em última instância responsável pela casa funerária é identificado;

(2) Um diretor gerente funeral é empregado pelo estabelecimento em regime de tempo integral;

(3) O titular de uma licença funerária deve apresentar ao conselho de notificação por escrito, no prazo de dez dias de qualquer rescisão de um

---

<sup>129</sup> NACIONAL FUNERAL DIRECTORS ASSOCIATION. *Trends and Statistics*. Disponível em: <<http://nfda.org/about-funeral-service-/trends-and-statistics.html>> Acesso em: 29 jun. 2015.

<sup>130</sup> Para saber mais consultar: AMERICAN BOARD OF FUNERAL SERVICE EDUCATION. *Home*. Disponível em: <[American Board of Funeral Service Education](http://www.americanboard.org)> Acesso em: 29 jun. 2015.

gerente ou diretor funeral, na verdade, no cargo e, em última instância responsável pela casa funerária. *[Tradução minha]*<sup>131</sup>

Salvo tais especificações, o responsável também deverá se ater ao formato das instalações que deveriam seguir alguns requisitos específicos, garantindo higiene e segurança para que nenhum tipo de contaminação ocorresse aos profissionais recrutados e ao meio ambiente. De acordo com a NFDA<sup>132</sup>, os diretores de funerárias, como outros proprietários e operadores de empresas nos Estados Unidos, são obrigados a cumprir os requisitos ambientais estabelecidos pelos governos federal, estaduais e agências locais que se aplicam a seus negócios. Os requisitos aplicáveis às casas funerárias incluem aqueles que controlam a descarga de águas residuais e o tratamento, armazenamento e descarte de produtos químicos, tais como os fluidos de embalsramento.

Em relação à estrutura das vendas, ou seja, o modo como o público consumidor adquire tais serviços e produtos, sejam eles o serviço funerário como um todo ou o tipo de sepultamento desejado, cremação ou jazigo, estas são efetuadas de duas formas: pré-venda e venda imediata. A pré-venda é feita mediante planejamento, em que ao longo da vida o consumidor obtém o serviço funerário ou o sepultamento mediante o pagamento de várias parcelas. A venda imediata, por sua vez, é aquela que ocorre no ato do falecimento. Como Mitford havia salientado, posto que o serviço funerário é dos mais caros do país, a cultura dos planos funerários por lá é dominante.

Como se percebe, a indústria do funeral nos EUA é bem sólida, ampla, criativa e aceita pela população. Qualquer instância do setor tem por detrás um sindicato ou uma associação que busca fortalecer e proteger seus interesses comerciais ou públicos que chegam a ultrapassar os limites geográficos. Em tempos de globalização dos mercados, o *american way of death* atravessou o Atlântico tentando modificar o estilo inglês de morrer a partir da década de 1990. Até então, o processo do *post mortem* na Grã-Bretanha ocorria com a mínima preparação possível. Segundo Mitford<sup>133</sup>, a mentalidade inglesa de enterrar seus mortos se circunscrevia com calma e um mínimo de formalidade e publicidade.

---

<sup>131</sup> OHIO ADMINISTRATIVE CODE. 4717-7-02 Requirements for funeral home licensure. Disponível em: <<http://codes.ohio.gov/oac/4717-7-02>> Acesso em: 29 jun. 2015.

<sup>132</sup> NACIONAL FUNERAL DIRECTORS ASSOCIATION. Environmental Compliance. <<http://nfda.org/tools-for-your-business/environmental-compliance.html>> Acesso em: 29 jun. 2015.

<sup>133</sup> MITFORD, Jessica. *American way of death*. New York: Vintage Books, p. 208.

Ao entrevistar Sr. Ashton, proprietário de nove casas funerárias em Londres, constatou que os cosméticos nunca eram usados na preparação dos corpos. Esse tipo de prática, conforme afirmou um dos seus entrevistados, poderia ser até comum nos EUA, mas na Inglaterra não. “Não há trabalho de restauração feita na casa do Sr. Ashton, e cosméticos não são usados. Embora ele embalsame rotineiramente, sem buscar permissão da família [...]”.<sup>134</sup> Sobre a compra e venda de sepulturas e de serviços funerários - se são feitos pelos ingleses durante o auge de suas vidas - o mesmo lhe respondeu que tal prática era quase inexistente no país.

Diante dessas constatações, era possível identificar grandes diferenças entre a cultura do *post mortem* inglês e estadunidense. Conforme Mitford,

Há em toda a Grã-Bretanha, talvez, dez empresas do tamanho das do Sr. Ashton, nas grandes cidades, como Edimburgo, Glasgow, Cardiff, Londres. Em Londres, existem cerca de 350 grandes empresas, em comparação com 800 em Nova York, que servem uma população de aproximadamente do mesmo tamanho. As empresas de maiores dimensões todas fazem seus próprios caixões. Existem algumas empresas de caixão de atacado, que em muitas circunstâncias também fornecem carros, embalsamadores, e todos os serviços para os estabelecimentos menores. *[Tradução minha]*<sup>135</sup>

A partir de 1994, o mercado funerário inglês chegou a sofrer algumas tentativas de mudanças com a chegada da texana *Service Corporation Internacional*, a SCI. A promessa de expansão nos negócios do setor animou grande parte dos empresários, mas também gerou um certo incômodo a outros já então estabilizados no país. Com uma pedagogia própria, capaz de transformar tudo que é possível em venda, a SCI não conseguiu obter sucesso em solo britânico. Seus planos de vendas eram muito contestados tanto pela população, que achava horrível, deprimente e desnecessária a apresentação de catálogos com os mais variados tipos de artigos funerários, como também pelos próprios empresários do ramo, que não viam com bons olhos as estratégias utilizadas no momento da venda, já que as mesmas exploraram o sentimento das famílias.

Apesar do insucesso da SCI na Inglaterra ter sido responsabilizado pelas ilimitadas atitudes empregadas nas estratégias de vendas e também pela hipervalorização das mercadorias, levando a instituição governamental do comércio a instituir normas que regulamentassem o setor, principalmente em relação aos preços dos

---

<sup>134</sup> MITFORD, 2000, p. 218. *[Tradução minha]*

<sup>135</sup> *Ibid.*, p. 214.

artigos e serviços, a constatação de Mitford<sup>136</sup> também abre espaço para um debate que toma a cultura como uma de suas causas. Se é que se pode chamar as práticas do pós-morte como a cultura do *post mortem*, posto que cada sociedade possui as suas independentes de regulamentação política, diante do relatos de alguns consumidores ingleses percebeu-se a resistência criada diante da introdução do *american way of death*.

Com o intuito de compreender o surgimento e as características do mercado funerário e da morte no ocidente, especificamente nos EUA e na Inglaterra, neste capítulo discutiu-se o contexto histórico, político, econômico e cultural, do último século, a fim de apresentar os possíveis fundamentos para, então, entender o que se chama, hoje, de o estilo americano de morrer. Tomando como base tais constatações, é que se pretende, no próximo capítulo, delinear o desenvolvimento do mercado funerário no Brasil e averiguar se o mesmo guarda alguma relação com o que já foi exposto, especialmente na cidade de Uberlândia, Minas Gerais.

---

<sup>136</sup> MITFORD, 2000, cap. 18.

## CAPÍTULO 2

### O POST MORTEM NO BRASIL

#### 2.1. Breve história das práticas fúnebres em terras de paus-brasis

A região que, atualmente, é compreendida geopoliticamente pela República Federativa do Brasil foi, por volta do século XVI, povoada por aproximadamente 1.400 sociedades indígenas, de acordo com os dados do IBGE.<sup>137</sup> Apesar da escassez de registros e documentos, é possível conceber, diante dessa expressividade numérica, a multiplicidade cultural que se dinamizava nesse território. A complexidade cultural era tamanha que, ao se tomar a língua como referência, foi possível estimar, até o ano de 1500, o número de 1.300 línguas indígenas existentes nessa região. Imagina cogitá-los sob a ótica das práticas fúnebres? É por esse viés que este capítulo se inicia tomando dois grupos indígenas como exemplo: os Tupinambás e os Guaicurus.

A nomenclatura Tupinambá ou Tupi foi empregada primeiramente pelos colonizadores para melhor identificar os indígenas. Os grupos que habitavam predominantemente o litoral nesse período possuíam hábitos e línguas semelhantes, por isso receberam tal designação. Já os demais, foram chamados de Tapuias, que significava em Tupi “os outros”. Hoje, localizados no sul da Bahia, especificamente na região de Ilhéus, vivem em um ambiente de Mata Atlântica com uma população estimada de 4500 indivíduos, o que corresponde a 3,02% da população original. Entretanto, um dos aspectos que mais chamou à atenção dos viajantes e cronistas, no período da colonização, foi o canibalismo, prática “exótica” aos olhos dos estrangeiros. Conforme Florestan Fernandes<sup>138</sup>, a organização social dos Tupinambás se baseava na guerra. Era através dela que as demais relações se davam, inclusive as antropofágicas.

---

<sup>137</sup> IBGE. Brasil 500 anos: território brasileiro e povoamento. Disponível em: <<http://brasil500anos.ibge.gov.br/pt/territorio-brasileiro-e-povoamento/historia-indigena/os-numeros-da-populacao-indigena>> Acesso em: 03 jul. 2015.

<sup>138</sup> FLORESTAN, F. A função social da guerra na sociedade tupinambá. São Paulo: Livraria Pioneira, 1970.

Uma das atividades consequentes da guerra era a captura de inimigos. Tida como importante aspecto social para fins religiosos, a captura de vítimas tinha como pressuposto maior o sacrifício às divindades e aos espíritos dos mortos. Segundo o sociólogo, os “prisioneiros de guerra não eram degradados socialmente nem explorados economicamente”<sup>139</sup>; ao contrário, após a captura, as vítimas eram adotadas socialmente pelo grupo. A função social maior designada ao escravo era de ser vítima do sacrifício. A morte do cativo, nesse sentido, ocupava uma dupla função social dentro da organização tribal. Além de ser a ponte que possibilitaria o guerreiro se “comunicar” com o plano sagrado, era também garantia de receber mais nomes. Para o escravo era a forma de realizar seu destino: morrer com glória.

Nessa situação, o cativo se via abandonado por seus espíritos e divindades protetoras. A única forma de se reintegrar à sua comunidade era mediante a morte. Assim, por meio do sacrifício, ele teria o direito de ser vingado por seus companheiros e seu nome poderia ser perpetuado na memória de seus descendentes. De acordo com Agnolin<sup>140</sup>, antes de a vítima ser levada para a aldeia, após a captura, era conduzida ao túmulo da família de seu senhor, com o intuito de renovar a parentela simbolicamente. O sacrifício, segundo o autor, não era causado pelas ações do inimigo, mas pelas necessidades do espírito do parente do senhor morto por seu cativo. Assim,

‘enquanto o desejo canibalístico das divindades ou ancestrais míticos não fosse satisfeito, as parentelas sobre as quais caíam tais obrigações se viam sujeitas a perigos que só podiam ser evitados através da consumação do sacrifício sangrento’: em conclusão, criava-se uma ‘cadeia circular de obrigações impostas imperativamente pela necessidade de estabelecer a relação sacrificial’.<sup>141</sup>

A vingança sacrificial era, portanto, vista como condição *sine qua non* para reafirmar a própria identidade do grupo contra o inimigo. O estômago deste último era visto como o único túmulo digno para um guerreiro Tupinambá, pois, sem esse mecanismo, o de dominar a morte do outro, o sistema de vingança simplesmente paralisaria a reprodução social tupinambá e impossibilitaria o acesso ao *status* de seus membros. A morte, ocasionada pela guerra e vingança era, então, compreendida como uma coisa “boa”, pois era motivo para o ordenamento cultural. As outras mortes, entretanto, tidas como naturais, eram vistas como ruins. “Interessante é a caracterização

<sup>139</sup> FLORESTAN. 1970, p. 248.

<sup>140</sup> AGNOLIN, Adone. Antropofagia ritual e identidade cultural entre os tupinambás. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2002, v. 45 n° 1.

<sup>141</sup> FLORESTAN, F. apud AGNOLIN, Adone. 2002, p. 146.

linguística indígena: os mortais comuns (mortos de morte natural) são “verdes”, “crianças”, afinal “crus”. É necessária a morte (ritual) e o cozimento (sacrificial) para que amadureçam, cresçam e se completem”.<sup>142</sup>

Os Guaicurus, por sua vez, receberam esse nome genérico de índios paraguaios e antigos escritores. Assim como o termo Tupinambá, também foi dado por espanhóis a vários grupos indígenas que viviam na região do Chaco e na parte oriental da bacia do Paraguai desde os tempos pré-coloniais. Atualmente, os Guaicurus são conhecidos pelo nome de seus ancestrais, Kadiwéu e vivem no estado do Mato Grosso do Sul com uma população de 1.629 pessoas.<sup>143</sup> Por possuírem habilidade em montaria, são conhecidos por serem índios cavaleiros e guerreiros, já que lutaram pelo Brasil na Guerra do Paraguai, razão pela qual tiveram suas terras reconhecidas. De acordo com Santos<sup>144</sup>, as primeiras informações obtidas a respeito das formas de sepultamento dos Guaicurus foram registradas por José Sanchez Labrador, em 1760, quando este fundou a missão Belém no Paraguai.

Desde que as primeiras informações foram coletadas, entre os séculos XVI e XVII, os modos funerários realizados pelo grupo são variados, em relação ao espaço e ao tempo, e são capazes de demonstrar claramente a forma como a sociedade é organizada hierarquicamente. Em um dos registros deixados pelo jesuíta Pedro Lozano, é salientado que, quando um cacique ou um líder morria, algumas mulheres ou homens se ofereciam ao sacrifício com o intuito de acompanharem a passagem do morto. Essas entregas eram compreendidas pelo jesuíta por seu teor de honra, já que essas pessoas continuariam a servir aquele que exercia prestígio dentro da tribo mesmo após a morte. Apesar de esses rituais serem documentados de modo exagerado e, por vezes, incompreendidos pelos jesuítas, Santos<sup>145</sup> percebe que os mesmos eram realizados na contrapartida de serem recompensados no além-túmulo.

O local de enterro desses indivíduos de *status* era coberto por tapetes e seus corpos eram totalmente adornados por colares. O falecido era sepultado com objetos usados em vida, inclusive armas e animais que serviam de instrumentos protetores

---

<sup>142</sup> AGNOLIM. 2002, p. 149.

<sup>143</sup> SOCIOAMBIENTAL. Povos indígenas do Brasil: *Kadiwéu*. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kadiweu/263>> Acesso em: 04 jul. 2015.

<sup>144</sup> SANTOS, Matias Belido dos. Práticas mortuárias entre os povos indígenas no Pantanal Mato-Grossense: arqueologia, etno-história e etnologia. *Dissertação* (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, MS: UFGD, 2009. p. 90.

<sup>145</sup> SANTOS, 2009, p. 91.

durante a passagem para o outro mundo. A importância de se preparar o corpo era a primeira condição de garantia da boa viagem, por isso era preciso vesti-lo com roupa de gala, em seguida colocar-lhe uma capa, montá-lo em um cavalo e armá-lo. Conforme afirma Santos<sup>146</sup>, a forma com que o morto era preparado leva a compreender o ritual como se ele fosse um exímio viajante que estivesse a passar para outro lugar antes de ser recebido em seu destino final.

Assim, para os Guaicurus, a morte é apreendida com a separação da alma e do corpo e suas causas não são tomadas naturalmente. São na maioria atribuídas a manifestações de fantasmas ou seres sobrenaturais. Havia também os sepultamentos secundários, ocorridos somente em circunstâncias de epidemias ou quando o indivíduo morria longe do cemitério. Nesses casos, o indígena era sepultado no local da morte, em uma pequena cova coberta por esteira e gravetos para que as onças não o desenterrassem, após julgarem ter o corpo sido decomposto, os ossos eram recolhidos pelos parentes e enterrados no cemitério. Em certas ocasiões, costumavam queimar os pertences dos mortos e as próprias casas da aldeia eram incendiadas, obrigando o grupo a deslocar-se para outra região com o objetivo de se afastar do espírito do morto que continuaria “perambulando” por aquelas mediações.

Santos<sup>147</sup> também aborda a estrutura cemiterial usada pelo grupo. Baseado nas pesquisas de Darcy Ribeiro, o cemitério não se diferenciava da aldeia. Ele seguia as mesmas proporções e quantidade de casas. O enterro era feito em sepulturas rasas e os indivíduos eram alocados ao lado de seus parentes. Cobertas por esteiras, garneciam também potes de água decorados e os objetos do falecido, como armas e adornos. O autor ressalta que algumas dessas práticas permaneceram inalteradas até a metade do século XX, como os enterros secundários e a própria concepção de morte. Entretanto, a pintura do corpo foi modificada sendo realizada somente em mulheres e especificamente em seus rostos. Somente em certas ocasiões ainda praticam a queima de suas moradias e pertences.

Há que se ressaltar que o acesso a registros e documentos que relatam a diversidade cultural só foi possível em virtude do contato não muito pacífico, diga-se de passagem, estabelecido entre esses povos nativos e estrangeiros.<sup>148</sup> As consequências do

---

<sup>146</sup> SANTOS, 2009, p. 92.

<sup>147</sup> *Ibid.*, p. 95.

<sup>148</sup> FAUSTO, Boris. *A história do Brasil*. 2 edição. São Paulo: Edusp, 1995, p. 37-38.

processo de colonização portuguesa, iniciado no século XVI, foram tão colossais que alteraram definitivamente a relação total que existia entre essas sociedades e a natureza. A consolidação de outra ordem societal, pautada na expropriação fundiária e na escravidão, deixou para aqueles que, hoje, se reconhecem como brasileiros, um legado que ultrapassa as condições materiais de vida e suas consequentes mazelas.

Mas o que se quer evidenciar, de fato, é que as relações estabelecidas entre esses diferentes grupos produziu alterações significativas em seus processos socioculturais, o que permite entrever, mediante estudos posteriores<sup>149</sup>, o resultado dessa intensa imbricação, assimilação e ressignificação de suas culturas que foi a sociedade brasileira. Essas mudanças podem ser visualizadas dois séculos posteriores à chegada dos colonizadores portugueses ao Brasil sob a ótica das práticas fúnebres. Como abordado no primeiro capítulo acerca da história da morte no ocidente, a Europa da era medieval, cristã em grande medida, possuía o hábito de enterrar seus mortos no interior e ao redor das igrejas com a crença de que seriam protegidos pelos santos e com a garantia de que estariam salvos.

Tais preferências de sepultamento foram trazidas por esses estrangeiros e foram estabelecidas no Brasil colonial e imperial até por volta de 1850.<sup>150</sup> Conforme Fausto<sup>151</sup>, o estabelecimento do governo geral do Brasil por Dom João III, em 1549, requereu a vinda de alguns padres jesuítas com a missão de disciplinar os índios e criar o bispado de São Salvador. Após o fracasso do sistema de capitâncias hereditárias, a Coroa organizou, de fato, um polo administrativo político e religioso na Colônia e isso impulsionou a materialização de seus domínios mediante o surgimento de igrejas, paróquias, sedes administrativas e pequenos povoados na região da Bahia e posteriormente por toda colônia. Por volta desse período, o número de igrejas, capelas e paróquias já era expressivo e eram elas que se responsabilizavam por acolher os mortos.

De acordo com Reis<sup>152</sup>, existia, então, a política da divisão sócio-espacial da Igreja, que definia exatamente o local em que cada indivíduo seria sepultado. Essa

---

<sup>149</sup> Para saber mais consultar: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Aculturação e “fricção interétnica”. *América Latina*, v. 6, n. 3, 1963.

<sup>150</sup> RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformação fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997, p. 224.

<sup>151</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2 edição. São Paulo: Edusp, 1995, p. 46.

<sup>152</sup> REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 175-178.

prática era comum e socialmente aceita na época. As covas que se encontravam dentro do templo eram destinadas às pessoas importantes e de maior prestígio da região, já as que se situavam distantes do altar e dos santos ou se concentravam ao redor da igreja eram destinadas aos escravos e às pessoas livres pobres. O acesso às melhores covas também se dava mediante a filiação às irmandades e confrarias. As vantagens de tal associação permitiam desde um enterro *ad sanctus*<sup>153</sup> até a assistência, desde o momento precedente da morte até o sepultamento. Os escravos usavam esse meio com o intuito de evitar que seus corpos fossem enterrados em cemitérios onde pudessem ser profanados.

Além do sepultamento pautado na divisão sócio-espacial, existiam outros que também não deixavam de demonstrar a diferenças entre os grupos sociais da época. As próprias igrejas eram signos de distinção, as mais afamadas eram as mais procuradas para tal procedimento. De modo geral, os sepultamentos que ocorriam fora das dimensões eclesiásticas eram vistos pela população como sinônimo de desgraça, mas, como nem todos possuíam o privilégio de serem enterrados perto dos santos, carregavam simbolicamente tal estigma. Conforme Reis<sup>154</sup>, o Arcebispado da Bahia se pautava em algumas normas que determinavam quem poderia ou não ser sepultado próximo aos santos. Geralmente essas regras se fundamentavam em práticas ou condutas que não se concatenavam com os preceitos da doutrina católica.

Eram, por exemplo, os heréticos, os blasfemos, os suicidas não loucos, usurários, ladrões de bens da Igreja, excomungados, religiosos enriquecidos praticantes do voto de pobreza, os contrários à confissão e à extrema-unção, infiéis, escravos e adultos pagãos. Essas pessoas só poderiam conseguir um enterro eclesiástico caso retratassem seus erros com a Igreja e com Deus. O autor<sup>155</sup> afirma que, na Bahia do século XVIII, o enterro desses indivíduos era realizado no Cemitério da Pólvora. Administrado pela Câmara de Salvador, os sepultamentos eram executados pelos mesmos funcionários que limpavam a cidade. A morte, nesse sentido, era compreendida pelo poder público local mais como uma medida higiênica do que outra coisa. Havia indícios de que as valas desses locais eram superficiais e facilitava o desenterramento dos cadáveres por animais e por grandes quantidades de chuva.

---

<sup>153</sup> Significa em latim próximo aos santos.

<sup>154</sup> REIS, 1991, p. 172-174.

<sup>155</sup> *Ibid.*, p. 1193-197.

No Rio de Janeiro no período colonial e imperial a realidade não era muito diferente da que se passava na Bahia. Segundo Pereira<sup>156</sup>, aos desapossados economicamente e aos escravos, impossibilitados, então, de serem inumados *ad sanctus*, restava-lhes o trabalho voluntário do hospital da Santa Casa de Misericórdia, fundado em 1582, pelo padre José de Anchieta, que possuía ao lado um cemitério incumbido de receber tais pessoas. Mas esse não era o único da cidade. Existia o de Santo Antônio, dirigido pela Ordem dos Franciscanos que também enterrava escravos, os dos “pretos novos”, localizado no antigo Largo de Santa Rita, o dos mulatos, situado no Campo do Rocio e, posteriormente, no Largo de São Domingos.

Mas o Cemitério da Santa Casa, como o do Rocio e São Domingos, chamava muito a atenção de quem visitava a cidade justamente pela forma que se praticava os sepultamentos. O registro deixado pelo reverendo Walsh, em visita ao Brasil em 1828, traz elementos curiosos a respeito dessas condições. Segundo ele,

O enterro é muito simples; faz-se uma cova profunda onde os corpos são colocados. Antes de serem enterrados aí, são depositados sobre um estrado numa casinha que fica no meio do cemitério, até que haja um número suficiente de corpos. Então é realizada a cerimônia fúnebre para todos eles, que são colocados nas covas sem caixões. Algumas vezes nus, mas normalmente envoltos em lona. São colocados de lado, geralmente com a cabeça virada para os pés do outro. Nunca estive neste lugar sem que houvesse quatro ou cinco corpos esperando para serem enterrados e ao sair sempre me encontrava com outros chegando.<sup>157</sup>

De acordo com Pereira<sup>158</sup>, em nenhum desses cemitérios citados havia o conhecimento de práticas de sepultamento organizado em bases regulares, todos eram administrados precariamente. O péssimo funcionamento do cemitério da Santa Casa teria levado à construção de outro, o do Caju, na Praia de São Cristovão, em 1839, também de responsabilidade da entidade filantrópica e que existe até hoje. Entretanto, se o morto fosse protestante europeu, seu destino era outro: o Cemitério dos Ingleses, construído em função do “Tratado de Amizade” entre Portugal e Inglaterra, em 1810. Localizado à beira da praia da Gamboa, não se parecia em nada com os demais, era arborizado e limpo. O autor ressalta que os contrastes que havia entre os cemitérios católicos e protestantes fluminenses daquela época eram evidentes.

<sup>156</sup> PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond: IPHAN, 2007, p. 36.

<sup>157</sup> WALSH *apud* PEREIRA, 2007, p. 37.

<sup>158</sup> PEREIRA, 2007, p. 37.

Cemitérios católicos eram completamente diferentes dos cemitérios protestantes: a representação do lugar funerário para os protestantes consistia em uma visão mais serena, amenizada pela presença de árvores que, em certo sentido, conferiam ao local uma sensação de paz, [...]. Entretanto, os cemitérios católicos apresentavam um ambiente tumultuado, no qual corpos insepultos se misturavam à terra deixando uma sensação de desespero e desorganização. Por outro lado, os corpos sepultados pelos católicos *ad Sanctus* estavam, de certa forma, sempre junto aos vivos, que vez por outra rezavam por eles uma missa em sua memória.<sup>159</sup>

Dessa forma, os mortos protestantes não eram sepultados em igrejas. Os locais a eles destinados eram mais ou menos divididos uniformemente, sem muita distinção aparente entre os defuntos. Já entre os católicos a variedade era tamanha e acompanhava a posição social do indivíduo. Havia aqueles que eram sepultados dentro da igreja, outros já ocupavam o lado externo do templo, uns eram acolhidos por conventos e outros cujos corpos eram entregues às precárias condições dos cemitérios. Como grande parte da população do Rio de Janeiro era pobre e escrava, exigia-se um número significativo de cemitérios que, sob a jurisdição clerical voluntária, deixava a desejar em termos de organização sanitária. A essa situação somaram-se outras, como a falta de redes de esgotos e de água encanada, levando, assim, a cidade a se tornar um reduto de doenças e epidemias.

A febre amarela, a varíola, a sífilis e a cólera eram constantes na região, se não eram adquiridas em função da falta de medidas sanitárias, principalmente em relação às práticas de enterramento, eram descarregadas nos portos por aqueles que chegavam da África e da Europa. Esse cenário somente começou a mudar com o estabelecimento da Família Real na cidade, em 1808, quando também desembarcaram os primeiros praticantes de medicina. Uma das primeiras medidas sanitárias a ser tomada foi à transferência da Corte para a cidade de Petrópolis. De acordo com Borges<sup>160</sup>, era a única forma de preservar a saúde de toda nobreza, já que no período de verão era impossível sanear a cidade do Rio de Janeiro. Outra situação que passou a ser questionada pelos médicos naquele momento foi as formas insalubres de sepultamento.

---

<sup>159</sup> *Ibid.*, p. 38.

<sup>160</sup> BORGES, Aricelle Silva. A saúde no Brasil oitocentista: algumas abordagens sobre as epidemias e as transformações na medicina e no pensamento social. *XII Semana de História. Saberes Históricos e a Sala de Aula: Diálogos, Convergências e Divergências*, 2009, p. 77. Disponível em: <[http://www.ndh.ufms.br/wp-content/uploads/2014/07/Anais2009/Artigos/GT02\\_historia\\_cultural/5\\_aricelle\\_silva\\_borges\\_saude\\_brasil\\_oitocentista.pdf](http://www.ndh.ufms.br/wp-content/uploads/2014/07/Anais2009/Artigos/GT02_historia_cultural/5_aricelle_silva_borges_saude_brasil_oitocentista.pdf)> Acesso em: 10 jul. 2015.

Muitos não concordavam com os enterramentos dentro do perímetro urbano e muito menos no interior das igrejas. Era comum as pessoas desmaiarem dentro dos templos e se contaminarem devido à proximidade com os cadáveres em decomposição. A sugestão indicada pelos especialistas era que os cemitérios fossem afastados das cidades e cercados por árvores a fim de que elas pudessem auxiliar na purificação do ar. Nesse sentido, os médicos começaram a criar métodos para banir as doenças endêmicas e as grandes cidades do Império começaram a desenvolver campanhas com o intuito de melhorar a saúde da população. Apesar de a Igreja Católica resistir às novas condutas higiênicas em relação ao sepultamento, por ferirem suas normas religiosas, uma nova forma de conviver com a morte passou a fazer parte do cotidiano das pessoas no período imperial.<sup>161</sup>

## 2.2. Da secularização à institucionalização da estrutura funerária brasileira

A vinda da Família Real Portuguesa, no século XIX, e, consequentemente, a formação de um Estado soberano e independente de Portugal, em 1822, trouxe para o Brasil uma nova conjuntura política e social que contribuiu profundamente na instauração e organização da sua própria estrutura funerária. Quando se fala em sua institucionalização, quer se evidenciar a base e os preceitos que circundaram o processo do *post mortem* comungados em todo o território nacional e que estariam subordinados à existência de um Estado e respectivamente a suas leis. É interessante ressaltar que as primeiras normas públicas voltadas para o controle das práticas fúnebres no país estavam totalmente atreladas à necessidade do governo imperial estabelecer os marcos de sua estrutura fundiária.

Apesar da lei 601, de 18 de setembro de 1850<sup>162</sup>, mais conhecida como “Lei de Terras”<sup>163</sup>, ter sido promulgada com o intuito de organizar a propriedade privada no Brasil, já que até aquele momento não havia nenhuma norma ou documento que assegurasse a posse de terras, ela resultou mais da preocupação dos grandes latifundiários políticos de impedir que outros grupos sociais, imigrantes e escravos

---

<sup>161</sup> BORGES, 2009, p. 78.

<sup>162</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Casa civil*: lei 601, de 18 de setembro 1850. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm)> Acesso em: 10 jul. 2015.

<sup>163</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2 edição. São Paulo: Edusp, 1995, p. 197.

libertos, se tornassem seus concorrentes. As pressões que vinham de alguns setores da sociedade e de países, como a Inglaterra, para acabar com a escravidão também abriram espaço para a absorção de um ideário pautado na modernização nacional que, consequentemente, se fazia baseado em um novo modo de produção, na propriedade privada e no trabalho assalariado.

1850 não assinalou no Brasil apenas a metade do século. Foi o ano de várias medidas que tentavam mudar a fisionomia do país, encaminhando-o para o que então se considerava modernidade. Extinguiu-se o tráfico de escravos, promulgou-se a Lei de Terras, centralizou a Guarda Nacional e foi aprovado o primeiro Código Comercial. Este trazia inovações e ao mesmo tempo integrava os textos dispersos que vinham do período colonial. Entre outros pontos, definiu os tipos de companhias que poderiam ser organizadas no país e regulou suas operações. Assim como ocorreu com a Lei de Terras, tinha como ponto de referência a extinção do tráfico.<sup>164</sup>

A Lei de Terras no Brasil, por sua vez, não só delineou os parâmetros fundiários nacionais, os tipos de terras devolutas que poderiam ou não ser vendidos a terceiros, como também assegurou o assento de estabelecimentos públicos e a transformação e organização dos espaços urbanos, inclusive a dos cemitérios. Junto a ela, somou-se o alastramento do ideário da Modernidade e do Higienismo entre os grupos sociais hegemônicos do país culminando, então, na efetivação, mediante leis, das condições regulares para a construção de espaços voltados a enterros. A sistematização dessas condições salubres estava diretamente associada ao desenvolvimento da chamada “Medicina Social” e, consequentemente, do surgimento de uma nova forma de se fazer ciência no mundo.

Até o século XVII, a perspectiva metodológica da filosofia abarcou todos os ramos do conhecimento puro até sofrer sua primeira fragmentação. Desse modo, os estudos de tudo aquilo que não dizia respeito ao espírito humano passou a se configurar como Filosofia Natural. Foi desta, portanto, que se originou a ciência da qual se conhece atualmente. Pautada na experimentação e matematização, tal separação propiciou a caracterização desse novo modo de saber e fez de Galileo Galilei um de seus idealizadores. Entretanto, o pensamento científico não se restringiu somente à observação sistemática e ao registro de fenômenos expressados por essas duas categorias de análise descobertas por Galileo e outros. Tal movimento passou a incorporar novos processos de investigação e também a descoberta de novos eventos e teorias.

---

<sup>164</sup> FAUSTO, 1995, p. 197.

Nos séculos XVI, XVII e XVIII surge um novo modo de compreender o mundo que contrastava veementemente com aquele antigo baseado ainda em premissas medievais religiosas. O período também foi marcado pelo solapamento de uma ordem política, econômica e social, amparada no absolutismo, e pelo aparecimento uma nova ordem social europeia que modificaria, de vez, o rumo do ocidente. O surgimento do capitalismo e da burguesia foi condição *sine qua non* para a valorização e legitimação desse novo modo de ver o mundo, a chamada ciência moderna, que se transformou em fonte de verdade e justificou suas proposições ideológicas. Foi durante esse processo que uma nova perspectiva filosófica surgiu e ganhou de vez espaço entre as ciências até o século XXI, o positivismo.

Consolidado no século XIX, o positivismo de Auguste Comte veio defender a substituição de uma filosofia racional especulativa por uma aportada em dados positivos, isto é, em uma ciência baseada na valorização da observação de dados ditos reais. Conforme Ramos *et al*, “o termo positivo passa a ser inserido segundo uma concepção do real em oposição às formas metafísicas predominantes da filosofia da época e, numa visão reducionista, a ciência torna-se a única forma de conhecimento válido”.<sup>165</sup> Tal linha pode ser caracterizada pela tendência em considerar os fatos empíricos como fonte única do verdadeiro conhecimento e também como sistema progressivo e cumulativo na apreensão do saber.

Apesar de esses aspectos serem questionados atualmente pela comunidade científica, a ciência moderna, sistematizada, racionalizada e experimentalista veio solucionar grandes problemas da humanidade durante esse período marcado por significativos movimentos, como a Revolução Industrial Inglesa, a Revolução Francesa e a formação dos centros urbanos. A área da saúde foi uma de suas beneficiárias, tendo como expoente o desenvolvimento da “Medicina Social”, voltada para a manutenção e preservação das condições de vida da coletividade. A ocupação desordenada das cidades europeias, promovida por esses acontecimentos, foi crucial para a sistematização das relações existentes entre condições de trabalho, alimentação, habitação e sanitárias da população.

---

<sup>165</sup> RAMOS *et al.* A ciência moderna e as concepções contemporâneas em discursos de professores-pesquisadores: entre rupturas e a continuidade. *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias* Vol 10, Nº 1, 84-108, Espanha, 2011, p. 86. Disponível em: <[http://reec.uvigo.es/REEC/portugues/REEC\\_older\\_po.htm](http://reec.uvigo.es/REEC/portugues/REEC_older_po.htm)> Acesso em: 20 jul. 2014.

Em vários países europeus a pressão da população impulsionou seus respectivos governos a tomarem medidas a fim de conter tais surtos epidêmicos e, consequentemente, frear as centenas de mortes. Foi nesse período que surgiram especialistas e estudiosos capazes de estabelecer as primeiras condições salutares dos trabalhadores e da população em geral.<sup>166</sup> Essa mesma perspectiva foi trazida para Brasil Império pelos médicos graduados na Europa do século XIX. Esses especialistas expunham para a sociedade os perigos dos cemitérios insalubres mantidos pelas Santas Casas e pelas Igrejas e até mesmo lutavam, entre suas causas, pela higienização dos espaços públicos. Segundo Rodrigues<sup>167</sup>, a promulgação da lei de 1850 foi, em parte, fruto da campanha médica que ganhou adeptos entre a população que passou a pressionar o governo para tais mudanças.

A presença do Positivismo nas teses médicas referentes aos cadáveres acaba reforçando ainda mais a busca por parte do olhar dos formandos em esboçar as regras e normas de construção e manutenção dos cemitérios dentro da ótica da medicina social. Pois o positivismo introduziu o debate sobre as relações entre a ciência (no caso, a medicina) e o poder nacional, criticando as teorias que associavam o nosso subdesenvolvimento a fatores climáticos e também fatores estruturais que ocasionavam a insalubridade das cidades brasileiras.<sup>168</sup>

O decreto 583, de cinco de setembro de 1850<sup>169</sup>, trazia para toda a região do Rio de Janeiro os parâmetros legais para o assentamento dos cemitérios e das condições gerais de enterramento. Nele o governo autorizava a localidade e a quantidade desses espaços, o valor das sepulturas, o preço dos caixões, os veículos de condução de cadáveres e tudo que estivesse relacionado aos serviços de enterros, como também a tabela de taxas. O decreto era composto por sete artigos que se desmembravam em vários itens. No terceiro item do artigo 1º, por exemplo, o governo concedia a administração dos cemitérios a várias entidades sociais, como as Santas Casas, as

---

<sup>166</sup> ANDRADE, Luiz Odorico Monteiro de. *Do surgimento da medicina social ao surgimento da intersetorialidade.* 0000. Disponível em: <<http://www.idisa.org.br/img/File/2%20DO%20SURGIMENTO%20DA%20MEDICINA%20SOCIAL%20AO%20SURGIMENTO%20DA%20INTERSETORIALIDADE.pdf>> Acesso em: 10 jul. 2015.

<sup>167</sup> RODRIGUES, Cláudia. *Aspectos teóricos e metodológicos para uma análise da secularização das atitudes diante da morte no Rio de Janeiro oitocentista.* 1997. Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/1998/autor/Claudia%20Rodrigues.doc>> Acesso em: 10 jul. 2015.

<sup>168</sup> ALBUQUERQUE, Artur Moura. *Da nocuidade da putrefação dos cadáveres sepultos e dos meios de que dispõe a Hygiene para attenuar-a na construção e manutenção das necrópoles.* Bahia: Typografia Imprensa Moderna de Prudêncio de Carvalho. 1904, p. 61.

<sup>169</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Legislação:* Decreto nº 583, de 5 de Setembro de 1850. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-583-5-setembro-1850-559823-publicacaooriginal-82234-pl.html>> Acesso em: 10 jul. de 2015.

igrejas, aos empresários. Mas a concessão só era permitida se, em contrapartida, elas prestassem contas anualmente ao governo de todas as atividades exercidas.

Juntamente, exigia-se a manutenção de três enfermarias completamente servidas com boticas regulares para tratamento e socorro da pobreza enferma, tanto em tempos ordinários, como nos casos de epidemias que poderiam se manifestar. O decreto dava direito também a construção de cemitérios particulares para as pessoas que cultivavam religiões diferentemente da reconhecida pelo Estado. Diante dessas principais diretrizes sancionadas pelo governo e da repercussão do discurso da Medicina Social, Rodrigues<sup>170</sup> salienta que elas foram, em grande medida, responsáveis pela transformação dos costumes funerários no Rio de Janeiro e também em outras regiões do país.

Esta transformação das sensibilidades com relação aos mortos, juntamente com a transferência dos sepultamentos para fora das igrejas, contribuiu para a transformação de elementos do ritual funerário, a partir de 1850, tais como: a extinção do uso de mortalhas de santos ou cores e sua substituição por ‘roupas do uso’, expressando a laicização dos antigos significados sagrados da vestimenta mortuária; a gradativa diminuição do sentido público dos funerais para um ceremonial cada vez mais privatizado, em vista da realização das encomendações dos mortos nas casas, ao invés de o serem nas igrejas; e por fim, a diminuição do cortejo fúnebre em função do distanciamento dos cemitérios em relação aos centros urbanos.<sup>171</sup>

Essas significativas mudanças ocorridas no processo do *post mortem* durante o Império se aprofundaram, de acordo com a autora, com o surgimento do movimento republicano que se instaurava em fins do século XIX no país. Vários questionamentos vinham sendo elaborados no âmbito da imprensa, do Parlamento e da produção acadêmica e giravam em torno de um sepultamento civil, da secularização dos cemitérios e da cremação de cadáveres.

Segundo Rodrigues<sup>172</sup>, o aparecimento desses debates aponta para um rompimento da hegemonia da Igreja Católica em relação à morte tanto quanto ritual quanto discurso. A questão do sepultamento civil surgiu por volta dos anos de 1875-1876, a partir de um decreto provincial que definia que, para o enterramento em cemitérios públicos, bastaria simplesmente a autorização e liberação do médico,

---

<sup>170</sup> RODRIGUES, Cláudia. *Aspectos teóricos e metodológicos para uma análise da secularização das atitudes diante da morte no Rio de Janeiro oitocentista*. ANPUH. Anais, 1997. Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/1998/autor/Claudia%20Rodrigues.doc>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

<sup>171</sup> RODRIGUES, 1997, p. 2.

<sup>172</sup> *Ibid.*, p. 3.

destituindo-se, assim, a ingerência sacerdotal que, até, então, era responsável por registrar oficialmente os óbitos e liberar as inumações.

O debate sobre a secularização dos cemitérios públicos, que esteve bastante presente nos jornais da época, surgiu a partir de 1869, em torno da recusa do pároco de Sapucaia de dar sepultura, em local sagrado, ao suicida e protestante David Thompson. O caso deu origem a uma discussão entre o Ministério dos Negócios do Império e a hierarquia eclesiástica a respeito da jurisdição eclesiástica sobre os cemitérios da cidade. O debate chegou ao Parlamento, com a apresentação de um projeto de secularização dos cemitérios públicos, a fim de que fosse permitido o sepultamento, naqueles locais, independente da religião seguida, em vida, pelo morto.<sup>173</sup>

O grande movimento imigratório que se dava naquele momento, em sua maioria de protestantes, também serviu de justificativa para resolver a questão do enterramento civil. Apesar dos cemitérios terem se tornados públicos, a partir de 1850, eles eram destinados apenas aos católicos que estavam em dia com suas obrigações eclesiásticas, recusando, assim, a presença dos suicidas e protestantes. Entretanto, o olhar médico para a construção dos cemitérios ultrapassava a questão da discriminação religiosa. A atenção também se voltava para o lugar, o tipo de terreno e a distância que teriam em relação ao perímetro urbano. O rigor científico com a escolha da topografia prescrevia, além de tudo, a questão ambiental, era preciso certificar que poços e fontes de água estivessem afastados desses novos espaços.

De acordo com Albuquerque<sup>174</sup>, algumas normas eram seguidas para a escolha do local da construção dos cemitérios, como, por exemplo, a cifra da população; a estatística da mortalidade; o tempo de enterramento; o perímetro das sepulturas; o espaço das sepulturas; a área ocupada pelas ruas que cruzariam o cemitério; o terreno necessário à construção do depósito mortuário e as casas dos coveiros e do administrador. Ao mesmo tempo em que se discutia o espaço ideal das necrópoles, os profissionais da medicina pensavam também nos meios de transporte dos cadáveres e do cortejo. Nesse sentido, era dever dos governantes propiciar um modo de transporte higiênico a fim de que possíveis contaminações não ocorressem durante o percurso.

O cuidado com os corpos foi outro fator relevante resultante dessa transformação nas práticas fúnebres. Os mesmos não deveriam ser entregues aos cemitérios sem qualquer proteção. Além das vestimentas era preciso cobri-los com algo que pudesse condicionar a decomposição do corpo de modo seguro e que não afetasse o ambiente.

---

<sup>173</sup> *Ibid.*, p. 4.

<sup>174</sup> ALBUQUERQUE, 1904, p. 65.

Foi nessas circunstâncias que surgiu o hábito de usar os caixões de madeira, pois eles impediam a liberação dos gases e, consequentemente, das possíveis contaminações. Segundo Albuquerque<sup>175</sup>, essas prescrições eram defendidas pelos profissionais brasileiros com base nas experiências vividas na Europa. Uma delas era a utilidade da arborização e do ajardinamento das necrópoles que incentivariam a visitação desses espaços e também os transformariam em lugares de memórias.

Mas nem todos os especialistas da medicina e estudantes da época corroboravam essa ideia. Muitos pensavam que a melhor solução para a consumação dos corpos era a cremação. O médico Homero Moretzsohn Campista, por exemplo, entendia o cemitério com um espaço inútil e nem um pouco higiênico, pois propiciava a contaminação dos solos, das águas e do ar. A ideia da cremação veio juntamente com o surgimento da Medicina Social no Brasil e na Europa e como meio mais eficaz de evitar a propagação de doenças. Conforme Albuquerque<sup>176</sup>, a noção de cremação, nesse sentido, surgiu primeiramente na França, no século XVIII. Apesar da extensa discussão em torno de seus benefícios, ela não conseguiu ser admitida oficialmente no país. No Brasil, ela até ganhou espaço no âmbito jurídico, sendo adotada como medida, em 1878.

o conselheiro Leoncio de Carvalho: ministro do Império em 1878, por portaria de 18 de Outubro ao presidente da Junta Central de Higiene ordenou que se designasse lugar e se fixassem as bases para a construção de um novo cemiterio fóra do perímetro da cidade, e se installassem no cemiterio de São Francisco Xavier fornos crematórios para quem tivesse declarado preferir que seus restos fossem incinerados. (*sic*)<sup>177</sup>

Muitos médicos e estudantes da Faculdade de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro ficaram entusiasmados com a novidade da cremação. Ela era vista como a solução certeira para acabar com os surtos epidêmicos no país, sem contar que era um meio muito mais econômico do que manter os cemitérios em atividade. Entretanto, a proposta não foi aceita na prática, como a moral católica ainda era muito arraigada socialmente e a incineração dos corpos não condizia com os preceitos da “ressurreição da carne”, a moral, o sentimento e a religião prevaleceram. O desenvolvimento da Medicina Social e a inserção do discurso médico concernente às práticas salutares de enterro e preservação da saúde da população brasileira contribuíram significamente para as alterações simbólicas e práticas dos hábitos funerários da época.

<sup>175</sup> *Ibid.*, p. 70.

<sup>176</sup> *Ibid.*, p. 73.

<sup>177</sup> VIANNA, MANOEL Alfonso. *Da cremação dos cadáveres*. RJ: Tvp. Lombartes. 1884, p. 20 *apud* ALBUQUERQUE, 1904, p. 74.

Pode-se afirmar que a instauração de um governo centralizado, fortalecido por parâmetros legais no Brasil, a partir do início do século XVIII, forneceu as bases institucionais para o arregimento de uma estrutura funerária própria no país. As primeiras condições organizacionais estabelecidas foram sendo aperfeiçoadas com o passar do tempo sob a influência dos avanços da ciência, da expansão da economia capitalista e da própria história política brasileira. Mas de modo geral, ficava, a partir de 1º de outubro de 1828, a cargo de todos os municípios a responsabilidade de cuidar dos cemitérios, via concessão a instituições religiosas, no Brasil. As primeiras alterações constitucionais só viriam a ser realizadas com a instalação da República dos Estados Unidos do Brasil, em 1889.

A constituição republicana, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, deu ao país outros contornos políticos e, consequentemente, sociais. A legitimação de um regime representativo com um sistema de governo presidencial abriu espaço para, ao menos formalmente, a independência e harmonia dos três poderes e para laicização do Estado.

Estado e Igreja passaram a ser instituições separadas. Deixou assim de existir uma religião oficial no Brasil. Importantes funções, até então monopolizadas pela Igreja Católica, foram atribuídas ao Estado. A República só reconheceria o casamento civil, e os cemitérios passaram às mãos da administração municipal. Neles seria livre o culto de todas as crenças religiosas. Uma lei veio complementar, em 1893, esses preceitos constitucionais, criando o registro civil para o nascimento e o falecimento das pessoas.<sup>178</sup>

A seção II da Constituição de 1891, a qual declara os direitos dos cidadãos brasileiros, ressalta em seu artigo 72, parágrafo quinto, a nova configuração administrativa dos cemitérios: “Os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não offendam a moral pública e as leis”.<sup>179</sup> Já o decreto 789, de 27 de setembro de 1890, assinado por Deodoro da Fonseca, especificava, de vez, os requisitos necessários à administração das necrópoles e sua secularização.

Art. 1º Compete às Municipalidades a polida, direção e administração dos cemitérios, sem intervenção ou dependência de qualquer autoridade religiosa. No exercício desta atribuição não poderão as Municipalidades estabelecer distinção em favor ou detrimento de nenhuma igreja, seita ou confissão religiosa.

---

<sup>178</sup> FAUSTO, 1995, p. 251.

<sup>179</sup> PLANALTO. *Casa civil: Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm)> Acesso em: 11 jul. 2015.

Art. 2º A disposição da primeira parte do artigo antecedente não comprehende os cemiterios ora pertencentes a particulares, a irmandades, confrarias, ordens e congregações religiosas, e a hospitaes, os quaes ficam entretanto sujeitos á inspecção e polícia municipal.

Art. 3º E' prohibido o estabelecimento de cemiterios particulares.

Art. 4º Em todos os municipios serão creados cemiterios civis, de acordo com os regulamentos que forem expedidos pelos poderes competentes.

Paragrapho unico. Em quanto não se fundarem taes cemiterios nos municipios em que estes estabelecimentos estiverem a cargo de associações, de corporações religiosas ou dos ministros de qualquer culto, as Municipalidades farão manter a servidão publica nelles existente, providenciando para que os enterramentos não sejam embaraçados por motivo de religião.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrario.<sup>180</sup>

Desde que foram estabelecidos tais parâmetros, na Primeira República, nada mais foi alterado em relação à estrutura funerária cemiterial no país. Na Constituição de 1934, por exemplo, ano do estabelecimento do primeiro governo de Vargas, os mesmos critérios legais da Constituição anterior foram mantidas. Encontrada no capítulo II, artigo 113, parágrafo 7, ressalta que,

Os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, sendo livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação aos seus crentes. As associações religiosas poderão manter cemitérios particulares, sujeitos, porém, à fiscalização das autoridades competentes. É lhes proibida a recusa de sepultura onde não houver cemitério secular.<sup>181</sup>

Da mesma forma é mantida na Constituição de 1937, período no qual se instaurou no país o “Estado Novo” ou a ditadura varguista. No artigo 122 da mesma, parágrafo 5º, encontra-se que, “os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal”.<sup>182</sup> Com a volta do regime de governo democrático no país, em 1946, as mesmas condições previstas nas anteriores foram mantidas. No capítulo II, artigo 141, parágrafo 10, nota-se, “os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal. É permitido a todas as confissões religiosas praticar neles os seus ritos. As associações religiosas poderão, na forma da lei, manter cemitérios particulares”.<sup>183</sup> Todavia, nas cartas-magnas posteriores, como a de 1967,

<sup>180</sup> SENADO FEDERAL. *Secretaria de informação legislativa*: decreto n. 789 - de 27 de setembro de 1890. Disponível em: <[http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=789&tipo\\_norma=DEC&data=18900927&link=s](http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=789&tipo_norma=DEC&data=18900927&link=s)> Acesso em: 12 jul. 2015.

<sup>181</sup> PLANALTO. *Casa civil*: constituição de 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm)> Acesso em: 13 jul. 2015.

<sup>182</sup> PLANALTO. *Casa civil*: constituição de 1937. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm)> Acesso em: 13 de jul. 2015.

<sup>183</sup> PLANALTO. *Casa civil*: constituição de 1946. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm)> Acesso em: 13 de jul. 2015.

quando novamente se institui um regime de ditadura militar e na Constituição de 1988, que se faz presente até os dias atuais, tais condições não aparecessem de forma específica.

Entretanto é possível compreender que os cemitérios são referidos, de modo geral, nessas duas últimas constituições como sendo serviços públicos, destinados a atender os interesses de toda população e que, por sua vez, devem ser geridos pelos próprios municípios. Mas o que salta aos olhos são outras especificações atribuídas a essas atividades que não aparecem diretamente nas cartas anteriores. Na Constituição de 1967, por exemplo, é mencionado no artigo 16, parágrafo 4º que, “os Municípios poderão celebrar convênios para a realização de obras ou exploração de serviços públicos de interesse comum, cuja execução ficará dependendo de aprovação das respectivas Câmaras Municipais”.<sup>184</sup>

O mesmo também se observa na Constituição atual, em seu artigo 30, inciso I, em que são atribuídos aos municípios a responsabilidade de legislar sobre os assuntos de interesse local e em seu item quinto o dever de “organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial”.<sup>185</sup> O que se nota, portanto, da década de 1960 pra cá, é a abertura que o Estado, representado pelos municípios, dá ao setor privado para administrar parte de suas atividades de caráter público. Essa alteração coincide exatamente com o surgimento dos cemitérios administrados pelo setor privado, via concessão ou livre iniciativa, no país.

A estrutura funerária, como se tem mencionado até o momento, não comprehende somente a existência e organização dos cemitérios. Ela agrega também outros tipos de serviços, como a preparação do corpo, velório e transporte do defunto, executados, hoje, por instituições particulares especializadas. Mas os primeiros serviços da área datam do século XIX, sob a regência do Império ainda. Para se ter ideia, até 1875, o serviço de transporte de defuntos era concedido pelo governo da Província de São Paulo ao particular Joaquim Marcelino da Silva. Já em 2 de abril de 1876, por meio da Lei nº

<sup>184</sup> PLANALTO. Casa civil: constituição de 1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm)> Acesso em: 13 de jul. 2015.

<sup>185</sup> PLANALTO. Casa civil: constituição de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)> Acesso em: 13 de jul. 2015.

69<sup>186</sup>, criava-se o Serviço Funerário Municipal da cidade, mediante contrato, entre a Santa Casa de Misericórdia e a Assembleia Provincial que se responsabilizava, além dos enterros, pelas cerimônias de sepultamento.

Apesar da preparação dos corpos e dos rituais de velamento ser realizada exclusivamente pelas famílias, Santa Casas ou Irmandades, as primeiras agências funerárias, não vinculadas ao Estado, encarregadas de confeccionar caixões e de transportar os defuntos, datam também do final do século XIX e início do XX. É interessante ressaltar que esse mesmo período é marcado pela mudança no cenário político e econômico do país. A instauração de um regime de caráter republicano abriu espaço para a constituição de relações capitalistas e, consequentemente, para o desenvolvimento da indústria e do comércio em geral, inclusive o da morte. Uma das funerárias mais antigas do Brasil e que ainda se encontra em atividade até os dias atuais se situa na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul.<sup>187</sup>

Fundada em 1882, a empresa de *Pompas Fúnebres Moreira Lopes*, permanece no mesmo local a mais de 100 anos. Até 1970, fazia o translado dos defuntos em carruagens fornecidas de acordo com a posição social do morto, contava com um acervo que ia das mais luxuosas até as mais simples. Atualmente é gerida por Loir Louzada Luz, de 70 anos, neto do fundador da empresa.

---

<sup>186</sup> PREFEITURA DE SÃO PAULO. Serviço Funerário do Município de São Paulo: *história*. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/servicos/servico\\_funerario/historia/index.php?p=3563](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/servicos/servico_funerario/historia/index.php?p=3563)> Acesso em: 13 jul. 2015.

<sup>187</sup> GLOBOTV. Teledomingo: Funerária em atividade desde 1882 é considerada uma das mais antigas do país. Disponível em: <<http://globotv.globo.com/rbs-rs/teledomingo/v/funeraria-em-atividade-desde-1882-e-considerada-uma-das-mais-antigas-do-pais/3584907/>> Acesso em: 13 jul. 2015.



**Figura 7:** Fachada da empresa Pompas Fúnebres Moreira Lopes<sup>188</sup>

A Nicácio é outra empresa funerária que está entre as mais antigas do país. Em funcionamento desde 1918, está localizada na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo. Através de seu acervo histórico é possível conhecer os tipos de serviços como, carro de transporte, caixão, castiçais e velas, oferecidos à população em 1934 e parte de sua evolução. O Serviço Funerário Municipal de São Paulo, vigente até hoje, e a *Pompas Fúnebres Moreira Lopes*, como a Nicácio, são exemplos dos dois regimes de funcionamento de agência funerária, reconhecidos por lei, existentes no Brasil.

Desde a legislação federal de 1891 até a 1988, o serviço funerário é reconhecido como um serviço público, pois sua gestão é atribuída aos municípios. Entretanto, como se viu, a partir da Constituição de 1967, o Estado passou a conceder abertura para o setor privado explorar tal serviço mediante licitação ou concessão, o que alteraria, em certa forma, sua natureza. Na Carta de 1988, por exemplo, não há nenhuma ressalva às atividades funerárias, o que leva a entendê-las como um direito público e também como atividade livre à iniciativa privada, na medida em que atualmente são poucos os municípios que detém o monopólio do serviço.

No Brasil não há uma legislação federal única que versa sobre os direitos funerários. Existem leis isoladas que se encontram espalhadas em vários ramos do direito, tais como o direito civil, administrativo, tributário, penal, medicina legal e saúde pública. De acordo com Botelho, “algumas decisões dos Tribunais Superiores, ainda

<sup>188</sup> POMPAS FÚNEBRES MOREIRA LOPES. *Fachada*. Disponível em: <<http://www.pu3yka.com.br/Pelotas/Cidade/Centro/entorno/entorno-018.jpg>> Acesso em: 13 jul. 2015.

bem acanhadas e remotas, consideram o direito funerário como pertencente ao direito público”.<sup>189</sup> Essas normas existentes tratam do direito do cadáver, sepulturas, cemitérios, sepultamento, cremação, remoção e translado de corpos, legislação municipal de cemitérios, crimes contra o sentimento de respeito aos mortos, serviços funerários, registros de óbitos, entre outros.

Em relação ao funcionamento das agências funerárias, de acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA, elas também são reconhecidas como estabelecimentos prestadores de serviços de interesse à saúde pública, de natureza pública ou privada, e que desenvolvam as seguintes atividades:

- a) Remoção de Restos Mortais Humanos: medidas e procedimentos relacionados à remoção de restos mortais humanos, em urna funerária, bandeja ou embalagem específica, desde o local do óbito até o Estabelecimento Funerário, adotando-se todos os cuidados de biossegurança necessários para se evitar a contaminação de pessoas e/ou do ambiente.
- b) Higienização de restos mortais humanos: medidas e procedimentos utilizados para limpeza e anti-sepsia de restos mortais humanos, com o objetivo de prepará-los para procedimentos de conservação, inumação ou outra forma de destino;
- c) Tamponamento de restos mortais humanos: uso de tampões para vedação dos orifícios do cadáver;
- d) Conservação de restos mortais humanos: empregos de técnicas, através das quais os restos mortais humanos são submetidos a tratamentos químicos, com vistas a manterem-se conservados por tempo total e permanente ou previsto, quais sejam, o embalsamamento e a formalização, respectivamente.
- e) Tanatopraxia: emprego de técnicas que visam à conservação de restos mortais humanos, reconstrução de partes do corpo e embelezamento por necromaquiagem;
- f) Ornamentação de Urnas funerárias: consistem na colocação de flores, véus e adornos decorativos e religiosos, conforme tradições e orientação religiosa;
- g) Necromaquiagem: consiste na execução de maquiagem de cadáveres, com aplicação de cosméticos específicos;
- h) Comércio de artigos funerários: exposição para venda de artigos funerários, tais como urnas funerárias (caixões), objetos decorativos e religiosos;
- i) Velório: consiste nas honras fúnebres, conforme tradições e orientação religiosa. Ato de velar cadáveres;
- j) Translado de restos mortais humanos: todas as medidas relacionadas ao transporte de restos mortais humanos, em urna funerária, inclusive aquelas referentes à sua armazenagem ou guarda temporária até sua destinação final.<sup>190</sup>

Assim como outras empresas, as agências funerárias devem possuir cadastro de suas atividades de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, definida pela Comissão Nacional de Classificação – CONCLA - do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outra que vier a substituí-la ou

---

<sup>189</sup> BOTELHO, Jeferson. Aspectos gerais sobre Direito Funerário: Necessidade de codificação em prol da Segurança Jurídica. Prof. Jeferson Botelho, 2011. Disponível em: <<http://www.jefersonbotelho.com.br/aspectos-gerais-sobre-direito-funerario/>> Acesso em: 15 jul. 2015.

<sup>190</sup> ANVISA. Referência técnica para o funcionamento de estabelecimentos funerários e congêneres. Brasília, 2009, p. 5-6. Disponível em: <[http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/cf2c4680489ab1bba9b5bbe2d0c98834/Orientacoes\\_Tecnica\\_s\\_para\\_Funerarias.pdf?MOD=AJPERES](http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/cf2c4680489ab1bba9b5bbe2d0c98834/Orientacoes_Tecnica_s_para_Funerarias.pdf?MOD=AJPERES)> acesso em: 15 jul. 2015.

complementá-la. Caso esses estabelecimentos venham a conservar restos mortais humanos ou a praticar tanatopraxia, eles necessitam de um responsável técnico que seja médico inscrito e regular no Conselho Federal de Medicina e possua certidão de responsabilidade técnica expedido por tal conselho. Segundo as normas da ANVISA<sup>191</sup>, os procedimentos de conservação de restos mortais humanos e a tanatopraxia poderão ser realizados por profissionais com escolaridade mínima de 2º grau e com qualificação específica comprovada, desde que sejam supervisionados pelo responsável técnico.

Os proprietários de agências funerárias e congêneres são inteiramente responsáveis legais pelos procedimentos e atividades realizadas em seus estabelecimentos. Para isso, necessitam de alvará expedido pelo setor de finanças ou fazenda municipal, autorizando o desenvolvimento das atividades no município e de alvará ou licença sanitária expedida pela Vigilância Sanitária Estadual, Vigilância Sanitária Municipal ou do Distrito Federal. Aqueles que realizam serviços de conservação de restos mortais humanos e de tanatopraxia precisam dispor do “Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) elaborado e implantado em conformidade com a RDC ANVISA nº 306/2004, Resolução CONAMA nº 358/2005”<sup>192</sup> e/ou outras regras que vierem a substituí-las ou complementá-las.

A ANVISA também estabelece os parâmetros gerais em relação às condições estruturais físicas das agências. As atividades devem ser realizadas em edificações que não possuam comunicação física com ambiente de domicílio, que sejam arejadas, bem conservadas, que facilitem a higienização e possuam condições adequadas para o manejo dos resíduos. Além disso, devem contar com ambientes definidos para área administrativa, sala de recepção e espera ao usuário, instalações sanitárias, depósito de material de limpeza e área para guardar os artigos funerários. Para o translado de corpos, necessitam de veículos especializados. Para velórios, precisam contar com apropriadas salas de velórios, de descanso, instalações sanitárias e uma pequena cozinha destinada ao preparo, armazenamento e distribuição de refeições.

Do mesmo modo são os cemitérios. Como já foi salientado, são considerados pelo Estado como serviço de caráter público e de responsabilidade municipal. Entretanto, podem ser administrados tanto pelo poder público local como também pelo

---

<sup>191</sup> ANVISA, 2009, p. 6.

<sup>192</sup> *Ibid.*, p. 6.

setor privado, mediante concessão. Desde 2003, existe legislação federal que regulamenta a instalação de cemitérios no país. Ela foi expedida e aprovada pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente, CONAMA, que dispõe sobre o licenciamento ambiental desses espaços. De acordo com o órgão, a instalação de tal empreendimento exige alguns documentos que demonstrem a caracterização da área, como por exemplo,

- a) localização tecnicamente identificada no município, com indicação de acessos, sistema viário, ocupação e benfeitorias no seu entorno; b) levantamento topográfico planialtimétrico e cadastral, compreendendo o mapeamento de restrições contidas na legislação ambiental, incluindo o mapeamento e a caracterização da cobertura vegetal; c) estudo demonstrando o nível máximo do aquífero freático (lençol freático), ao final da estação de maior precipitação pluviométrica; e d) sondagem mecânica para caracterização do subsolo em número adequado à área e características do terreno considerado. II - plano de implantação e operação do empreendimento.<sup>193</sup>

Dentre outras, as normas contidas nessa resolução atendem a todos os tipos de cemitérios existentes no Brasil, públicos ou privados, do tipo horizontal - que são aqueles que se localizam em área descoberta compreendendo os tradicionais com construções tumulares -, os cemitérios parque ou jardim, que são aqueles predominantemente recobertos por jardins, isentos de construções tumulares e no qual as sepulturas são identificadas por uma lápide, ao nível do chão, e de pequenas dimensões, os cemitérios verticais constituídos por um edifício de um ou mais pavimentos dotados de compartimentos destinados a sepultamentos e os cemitérios de animais.

A cremação no Brasil é legitimada pelo Estado desde 1975<sup>194</sup>, mas só é reconhecida desde que em vida o falecido tenha manifestado esse desejo a seus familiares mais próximos e, neste caso, o atestado de óbito tenha sido firmado por dois médicos. Caso o falecido não tenha manifestado em vida, a autorização para a cremação é concedida pelo parente mais próximo, atuando sempre um na ausência do outro e na ordem sucessória (cônjuge, descendentes e ascendentes ou irmãos maiores de idade), testemunhada por duas pessoas. No caso de morte violenta, a cremação deverá ser autorizada pelo Juiz Corregedor da Polícia Judiciária. A cremação também poderá ocorrer após exumação, se houver interesse por parte dos familiares.

---

<sup>193</sup> CONAMA. *Licenciamento ambiental*: resolução conama nº 335 de 2003. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=359>> Acesso em: 15 jul. 2015.

<sup>194</sup> PLANALTO. *Casa civil*: lei nº 6.216, de 30 de junho de 1975. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6216.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6216.htm)> Acesso em: 15 jul. 2015.

O serviço de cremação é de competência dos municípios diante do que prescreve o artigo 30, incisos I, V e VIII da Constituição de 1988. Regido sob o caráter de interesse público local, os municípios devem organizar ou prestar o serviço de modo direto ou via concessão ou permissão pública obedecendo à legislação. No caso de concessão, a prestadora de serviços que atender todos os requisitos da licitação e, por ventura, vencê-la, deverá junto ao poder público local expedir as licenças necessárias de funcionamento predial e ambiental para iniciar suas atividades.<sup>195</sup> A cremação tem um longo caminho a percorrer no país, apesar do crescimento dos últimos anos. Hoje, 98,5% dos mortos são sepultados e apenas 1,5% são cremados. Comparativamente, os EUA cremam 37%, o Japão nada menos que 99,9%.<sup>196</sup>

Até meados dos anos 1990, o Brasil contava somente com um único crematório, o Crematório da Vila Alpina, em São Paulo. Hoje, já se somam 32 unidades espalhadas por todas as regiões do país. De acordo com o Portal de Notícias do Senado Federal<sup>197</sup>, outros 12 crematórios deverão ficar prontos nos próximos meses. Em pesquisa recentemente realizada com base em informações oficiais, o Brasil possui, hoje, 11.761 empresas funerárias com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, CNPJ, ativo na Receita Federal. Vide tabela abaixo:

**Tabela 2:** Número de empresas funerárias brasileiras com CNPJ ativo na Receita Federal, em 2013, por região.

REGIÃO	NÚMERO	PORCENTAGEM
Sul	2.537	21,58%
Norte, Nordeste, Centro Oeste e Espírito Santo	5.366	45,62%
Sudeste	3.858	32,80%
Total	11761	100%

**Fonte:** SENADO FEDDERAL. Portal de notícias. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2013/08/13/crematorios-se-multiplicam-pelo-brasil>> Acesso em: 15 jul. 2015.

<sup>195</sup> SEBRAE. *Crematório.* Disponível em: <[http://www.dce.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/62533EC78DEE22B503256FEF004EA0E9/\\$File/NT000A6CD6.pdf](http://www.dce.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/62533EC78DEE22B503256FEF004EA0E9/$File/NT000A6CD6.pdf)> Acesso em: 15 jul. 2015.

<sup>196</sup> SENADO FEDDERAL. *Portal de notícias.* Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2013/08/13/crematorios-se-multiplicam-pelo-brasil>> Acesso em: 15 jul. 2015.

<sup>197</sup> SENADO FEDDERAL. *Portal de notícias.* Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2013/08/13/crematorios-se-multiplicam-pelo-brasil>> Acesso em: 15 jul. 2015.

Quanto aos cemitérios, não há nenhum órgão oficial do Estado que disponibilize dados quantitativos. Mas é possível fazer uma estimativa ao levar em consideração o número de municípios existentes no país. Se cada município tiver, pelo menos, um cemitério, é plausível que existam mais de 5.561, posto que muitas cidades possuem mais de uma necrópole, como é o caso da cidade de São Paulo que conta com 22 cemitérios municipais.

### **2.3. O mercado funerário no Brasil**

Pode-se afirmar que o mercado funerário, compreendido como âmbito em que há a compra e venda de serviços e artigos do ramo, existe desde o século XIX, no Brasil, já que as primeiras agências funerárias datam dessa época, como já foi salientado anteriormente. Atualmente, ele é compreendido pelo Estado de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas, CNAE, o que evidencia ainda mais sua importância econômica. De acordo com essa classificação, o mercado funerário é composto por diversas atividades que vão desde a venda de planos de auxílio funeral até o comércio varejista de artigos para velórios. Vide tabela abaixo:

**Tabela 3:** Classificação Nacional de Atividades Econômicas.

CÓDIGO	CNAE 2.0	ESTA ATIVIDADE COMPREENDE	ESTA ATIVIDADE NÃO COMPREENDE
<b>96.03-3</b>	Atividades Funerárias e Serviços Relacionados	-----	-----
<b>96.03 - 3/03</b>	Serviços de Funerárias	As atividades funerárias	<ul style="list-style-type: none"> <li>- os planos de auxílio funeral (6544-1/02)</li> <li>-as cerimônias religiosas de honras fúnebres (9491-0/00)</li> <li>-os serviços de somatoconservação de cadáveres (9603-3/05)</li> <li>- a remoção e exumação de cadáveres (9603-3/99)</li> <li>- o aluguel de locais para velórios e a venda de tumbas (9603-3/99)</li> </ul>
<b>96.03 - 3/05</b>	Serviços de Somatoconservação	Os serviços de somatoconservação de cadáveres -serviços de embalsamamento de cadáveres -serviços de somatoconservação - Serviços de tanatopraxia	-----
<b>96.03 -</b>	Atividades	- a remoção e exumação de	As cerimônias religiosas de

<b>3/99</b>	Funerárias e Serviços relacionados não especificados anteriormente	cadáveres - o aluguel de locais para velórios e a venda de tumbas - Aluguel de capela - Aluguel de locais para velórios -Serviços de necrotério	honras fúnebres
<b>47.89-0/99</b>	Comércio Varejista de outros produtos não especificados anteriormente	- o comércio varejista especializado na revenda de artigos não especificados nas classes anteriores tais como: -de Artigos Funerários: caixões, urnas -de artigos religiosos e de cultos	-----

**Fonte:** ANVISA, 2009, p. 12-13.

Atualmente, contabilizam-se no país por volta de 11.800 empresas do ramo que chegam a movimentar um faturamento anual de R\$ 3,5 bilhões.<sup>198</sup> Os serviços funerários estão caracterizados, conforme as atividades econômicas do IBGE, como atividades de serviços pessoais prestados às famílias, que, por sua vez, integram o Setor de Serviços em geral. De acordo com o relatório brasileiro de economia, publicado pelo Ministério da Fazenda, em março de 2013<sup>199</sup>, que toma o ano de 2012 como referência, é possível acompanhar o desempenho do Setor de Serviços diante dos demais. Conforme o relatório, o desempenho do PIB brasileiro foi muito influenciado justamente pelo aumento da atividade do Setor de Serviços, com um crescimento de 1,7%. Por outro lado, os demais setores, como a Indústria e a Agropecuária sofreram retração. Vide tabela:

**Tabela 4:** Ótica da Oferta: crescimento do PIB em 2012 (% a.a. e % T/T-1, dessazonalizado).

(% T/T-1, COM AJUSTE SAZONAL)		CRESCIMENTO ANUAL			
	2012.I	2012.II	2012.III	2012.IV	Em %
<b>Agropecuária</b>	-7,6	5,8	2,1	-5,2	-2,3
<b>Indústria</b>	1,2	-2,2	0,8	0,4	-0,8
<b>Serviços</b>	0,6	0,5	0	1,1	1,7

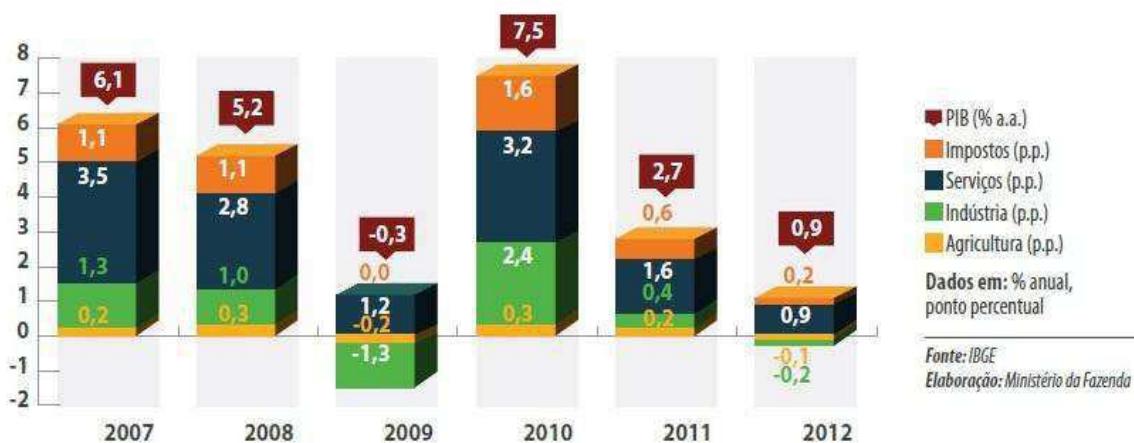
**Fonte:** MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Economia brasileira em perspectiva*. 18º edição, março, 2013. Disponível em: <[http://www.fazenda.gov.br/divulgacao/publicacoes/economia-brasileira-em-perspectiva/economia\\_brasileira\\_em\\_perspectiva\\_pt\\_ed18\\_mar2013.pdf](http://www.fazenda.gov.br/divulgacao/publicacoes/economia-brasileira-em-perspectiva/economia_brasileira_em_perspectiva_pt_ed18_mar2013.pdf)> Acesso em: 16 jul. 2015.

<sup>198</sup> EM. Economia: *Precaução faz da morte um mercado lucrativo*. Saiba os preços de funerais. Disponível em: <[http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2013/11/02/internas\\_economia,466435/precaucao-faz-da-morte-um-mercado-lucrativo-saiba-os-precos-de-funerais.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2013/11/02/internas_economia,466435/precaucao-faz-da-morte-um-mercado-lucrativo-saiba-os-precos-de-funerais.shtml)> Acesso em: 15 jul. 2015.

<sup>199</sup> MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Economia brasileira em perspectiva*. 18º edição, março, 2013. Disponível em: <[http://www.fazenda.gov.br/divulgacao/publicacoes/economia-brasileira-em-perspectiva/economia\\_brasileira\\_em\\_perspectiva\\_pt\\_ed18\\_mar2013.pdf](http://www.fazenda.gov.br/divulgacao/publicacoes/economia-brasileira-em-perspectiva/economia_brasileira_em_perspectiva_pt_ed18_mar2013.pdf)> Acesso em: 16 jul. 2015.

Em comparação com os anos 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011, é possível verificar que houve uma desaceleração das atividades do Setor de Serviços, o que não deixou também de ocorrer nos demais setores. Segundo o relatório do Ministério da Fazenda<sup>200</sup>, as causas do encolhimento da economia brasileira estavam relacionadas ao impacto da crise internacional e o processo de ajuste de estoques na indústria. Vejamos o gráfico abaixo:

**Gráfico 1:** Resumo do crescimento econômico brasileiro pela ótica da oferta entre 2007 e 2012.



**Fonte:** MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Economia brasileira em perspectiva*. 18º edição, março, 2013, p. 13. Disponível em: <[http://www.fazenda.gov.br/divulgacao/publicacoes/economia-brasileira-em-perspectiva/economia\\_brasileira\\_em\\_perspectiva\\_pt\\_ed18\\_mar2013.pdf](http://www.fazenda.gov.br/divulgacao/publicacoes/economia-brasileira-em-perspectiva/economia_brasileira_em_perspectiva_pt_ed18_mar2013.pdf)> Acesso em: 16 jul. 2015.

Apesar do menor crescimento no Setor de Serviços, e da economia como um todo, em relação aos anos anteriores, o consumo das famílias brasileiras cresceu 3,1% em 2012, contribuindo, assim, para o crescimento econômico de 1,8%.<sup>201</sup> Segundo Lemos *et al*<sup>202</sup>, essa área é muito heterogênea, pois engloba diversas atividades distintas entre si e está diretamente atrelada à natureza do consumo das famílias. De acordo com a classificação do IBGE, os subsetores que compõem a área são: comércio; alojamento (por exemplo, hotelaria) e alimentação; transportes; telecomunicações; intermediação

<sup>200</sup> MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Economia brasileira em perspectiva*. 18º edição, março, 2013, p. 11. Disponível em: <[http://www.fazenda.gov.br/divulgacao/publicacoes/economia-brasileira-em-perspectiva/economia\\_brasileira\\_em\\_perspectiva\\_pt\\_ed18\\_mar2013.pdf](http://www.fazenda.gov.br/divulgacao/publicacoes/economia-brasileira-em-perspectiva/economia_brasileira_em_perspectiva_pt_ed18_mar2013.pdf)> Acesso em: 16 jul. 2015.

<sup>201</sup> MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Economia brasileira em perspectiva*. 18º edição, março, 2013, p. 12. Disponível em: <[http://www.fazenda.gov.br/divulgacao/publicacoes/economia-brasileira-em-perspectiva/economia\\_brasileira\\_em\\_perspectiva\\_pt\\_ed18\\_mar2013.pdf](http://www.fazenda.gov.br/divulgacao/publicacoes/economia-brasileira-em-perspectiva/economia_brasileira_em_perspectiva_pt_ed18_mar2013.pdf)> Acesso em: 16 jul. 2015.

<sup>202</sup> LEMOS, Mario Luiz Freitas *et al.* *Os setores de comércio e de serviços*. BNDS, p. 1. Disponível em: <[http://www.bnbs.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bnbs\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro\\_setorial/setorial07.pdf](http://www.bnbs.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bnbs_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_setorial/setorial07.pdf)> Acesso em: 16 jul. 2015.

financeira; seguros e previdência privada; atividades imobiliárias; serviços de informática; administração pública; pesquisa e desenvolvimento; educação; saúde e serviços sociais e serviços pessoais e domésticos.<sup>203</sup>

Em pesquisa realizada pelo IBGE, no período 2008 e 2009, acerca das despesas monetárias e não monetárias médias mensais das famílias brasileiras, é possível observar o volume que esses grupos vêm desembolsando em relação aos serviços pessoais. O estudo demonstra que o gasto com as despesas pessoais nesse período ocupou 0,9% das despesas totais, o que significa um crescimento de 0,08% de 2003 para 2009, tal como mostra a tabela abaixo.

**Tabela 5:** Despesas monetária e não monetária média mensal familiar, segundo os tipos de despesa, com indicação do número das famílias - Brasil - período 2002- 2003<sup>204</sup> e 2008-2009

DESPESA	2002 -2003 (R\$)	%	2008-2009 (R\$)	%
<b>Despesa total</b>	1 794,32	100%	2 626,31	100%
<b>Serviços pessoais</b>	14,85	0,82%	23,85	0,90%
<b>Número de famílias</b>	48 534 638	---	57 816 604	---

**Fonte:** IBGE. *População: pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009*, p. 54. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv61273.pdf>> Acesso em: 16 jul. 2015.

Essa diferença percentual, ocupada no orçamento familiar, em relação aos serviços pessoais de 2002 a 2009, evidenciado pela tabela 4, demonstra que as famílias brasileiras estão gastando mais com esse tipo de serviço, o qual, por sua vez, está relacionado com as atividades de lavanderia, tinturaria, cabeleireiro, tratamento de beleza, atividades funerárias, entre outros. Apesar do IBGE não disponibilizar estatisticamente os valores das despesas mensais que as famílias brasileiras gastam exatamente com as atividades que integram esses serviços, é possível analisar esses gastos em relação ao número de empresas com 20 ou mais empregados que prestam serviços pessoais a essas famílias em todo país entre os anos de 2003 e 2012, conforme a tabela 6.

<sup>203</sup> LEMOS *et al.* p. 1.

<sup>204</sup> IBGE. *População: pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009*, p. 76. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv35853.pdf>> Acesso em: 16 jul. 2015.

**Tabela 6:** Número de empresas que prestam serviços pessoais às famílias brasileiras com 20 ou mais empregados entre os anos de 2003 e 2012.

ATIVIDADES	Nº EMPRESAS 2003 CNAE 1.0	Nº EMPRESAS 2007	Nº EMPRESAS 2012 CNAE 2.0	CRESCIMENTO %
Lavanderias e tinturarias	317	412	499	57
Cabeleireiros e outros serviços de tratamento de beleza	404	525	734	81
Atividades funerárias	161	303	403	150
Outros serviços pessoais	28	91	83	196
<b>Total</b>	<b>910</b>	<b>1 331</b>	<b>1 719</b>	<b>88</b>

**Fonte:** IBGE. *Economia: pesquisa anual de serviços.* Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7150>> Acesso em: 16 jul. 2015.

De acordo com a tabela 6, nota-se o aumento do número de empresas, com 20 ou mais empregados, em todos os tipos de atividades que prestam serviços pessoais às famílias brasileiras entre os anos de 2003 e 2012. Em relação às atividades funerárias, o crescimento atinge um percentual de 150%, aumento significativo que acaba demonstrando que a demanda por esse tipo de serviço tem sido bem expressiva. Essa constatação também abre espaço para a ampliação do mercado funerário, assim como para o aumento de suas vendas. Outro modo de averiguar o crescimento do mercado funerário decorre da receita líquida que essas empresas vêm recebendo na última década. Vide tabela abaixo:

**Tabela 7:** Receita líquida das empresas de serviços pessoais, com 20 ou mais empregados, prestados às famílias.

ATIVIDADES	RECEITA LÍQUIDA R\$ - 2003	RECEITA LÍQUIDA R\$ - 2007	RECEITA LÍQUIDA R\$ - 2012
Lavanderias e tinturarias	462 565	865 005	1 472 584
Cabeleireiros e outros serviços de tratamento de beleza	164 782	292 073	802 443
Atividades funerárias	207 557	452 765	1 001 489
Outros serviços pessoais	24 803	93 060	110 516
<b>Total</b>	<b>859 707</b>	<b>1 702 903</b>	<b>3 387 032</b>

**Fonte:** IBGE. *Economia: pesquisa anual de serviços.* Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7150>> Acesso em: 16 jul. 2015.

Ao analisar a tabela 7, a segunda atividade que mais se destaca em função do crescimento da receita líquida das empresas é a funerária. Do arrecadamento líquido total das empresas de serviços pessoais, em 2012, 29,5% fica apenas a cargo do mercado funerário, perdendo somente para as atividades de lavanderia e tinturaria. Entre 2003 e 2012, o setor obteve um ganho de receita líquida aproximada de 480%, valor muito expressivo. Diante dessas informações, em relação ao número de empresas e ao rendimento da receita líquida, conclui-se que o mercado das atividades funerárias tem progredido nesses últimos anos e são várias as causas que contribuem para sua expansão.

Segundo a matéria *Vivendo da morte*, de 2010<sup>205</sup>, desde os anos 1990, várias mudanças importantes foram feitas no setor. Se antes não havia muita preocupação com a qualificação dos serviços, pouca ou insignificante tecnologia, baixa valorização, pouca informação e o trabalho era voltado apenas para a morte, hoje, conta-se com mais informação, tecnologia, capacitação dos profissionais da área, participação em eventos nacionais e internacionais e abertura para um mercado competitivo. Mesmo com a taxa de óbitos estável nos últimos anos e com a longevidade crescente do brasileiro, o setor funerário cresceu 15% nos últimos quatro anos, afirma a reportagem.

O segmento de serviços funerários, no Brasil, se expandiu nas últimas três décadas. Com o lançamento do primeiro plano funerário, em 1970, o setor passou a pensar em possibilidades para atrair o público, e hoje, com cerca de 5.500 empresas do ramo no País, fatura R\$ 7 bilhões por ano. Soluções sustentáveis, como os ecocaixões, itens personalizados e de luxo, a necromaqüagem e as estátuas e diamantes feitos com cinzas humanas, são alguns dos serviços responsáveis pelo crescimento econômico da atividade, que promete se reinventar nos próximos anos.<sup>206</sup>

De acordo com a matéria, um levantamento feito pelo Sindicato dos Cemitérios e Crematórios Particulares do Brasil, SINCEP, constatou que, em 2010, a atividade movimentou R\$ 7 bilhões, apresentando um crescimento econômico de 8% ao ano, o que fez gerar cerca de 50 mil empregos nos cemitérios particulares. Segundo Ercy Soares, presidente do Sindicato, a tendência é de um mesmo grupo oferecer serviços completos, como cemitérios, crematório, plano funerário e ceremonial. Mas o que vem se destacando nas empresas são os planos funerários, que podem ser adquiridos nas

<sup>205</sup> RECANTO DAS LETRAS. *Vivendo da morte*. 2010. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/resenhas/2221995>> Acesso em: 16 jul. 2015.

<sup>206</sup> RECANTO DAS LETRAS. *Vivendo da morte*. 2010. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/resenhas/2221995>> Acesso em: 16 jul. 2015

versões: platina, ouro, prata, bronze ou empresarial. Os preços variam de R\$ 28,00 por mês, o que dá direito à coroa de flores pequena e caixão de bronze, até R\$ 110 por mês, que disponibiliza *buffet* de pratos quentes e frios no velório.<sup>207</sup>

A flexibilidade do setor é de tal magnitude que, mediante esses planos, ele consegue oferecer serviços e produtos para quase todas as classes sociais e religiões. Conforme a matéria veiculada no jornal online *Estado de Minas*<sup>208</sup>, as faixas de consumo denominadas pelo mercado de C, D e E têm acesso a esses serviços por meio dos próprios planos. Como o custo de todo o processo é bem elevado, uma das formas de adquiri-lo é através do parcelamento em longo prazo e tem sido justamente esse tipo de produto que tem alavancado a expansão do setor. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, em 17 de dezembro de 2014, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 50/2014, criando, assim, regras de comercialização de planos de assistência funerária e fiscalização, o que acabou permitindo o crescimento no consumo de serviços e produtos funerários.<sup>209</sup>

Até então esses serviços eram regulados por dispositivos gerais do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990). Com a aprovação do referido Projeto, os planos apresentariam o contrato de prestação de serviços de assistência funerária com descrição detalhada das atividades, o valor e número das parcelas a serem pagas, incluindo também a forma de reajuste das parcelas, condições para cancelamento ou suspensão, tempo de carência e entre outras especificações. A comercialização dos planos funerários passaria a ser de responsabilidade das empresas que se obrigam à contratação dos serviços de assistência funerária diretamente ou por intermédio de empresas funerárias, desde que estejam devidamente autorizadas à prestação desses serviços.

As empresas que comercializam esses planos ficariam sujeitas à inspeção da Procuradoria de Proteção e Defesa do Consumidor, PROCON, que criaria as normas de fiscalização e os procedimentos a serem seguidos, inclusive o valor das multas pelo

<sup>207</sup> RECANTO DAS LETRAS. *Vivendo da morte*. 2010. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/resenhas/2221995>> Acesso em: 16 jul. 2015

<sup>208</sup> EM. Economia: *Precaução faz da morte um mercado lucrativo*. Saiba os preços de funerais. Disponível em: <[http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2013/11/02/internas\\_economia,466435/precaucao-faz-da-morte-um-mercado-lucrativo-saiba-os-precos-de-funerais.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2013/11/02/internas_economia,466435/precaucao-faz-da-morte-um-mercado-lucrativo-saiba-os-precos-de-funerais.shtml)> Acesso em: 16 jul. 2015.

<sup>209</sup> TODAS FUNERÁRIAS. *Aprovada regras para planos de assistência funerária*. Disponível em: <<http://todasfunerarias.com.br/aprovada-regras-para-planos-de-assistencia-funeraria/>> Acesso em: 16 jul. 2015.

descumprimento das obrigações legais por estas empresas. Em caso de descumprimento das regras, as empresas ficariam sujeitas a receber advertência, multa, suspensão das atividades e até interdição do estabelecimento. Conforme a proposta, as empresas deveriam registrar anualmente, nos órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, os relatórios de auditoria e os modelos de contratos comercializados.

Além dos planos funerários darem a oportunidade de outros segmentos sociais terem acesso a esse tipo de serviço, eles também acabam se tornando vitrine de tendências de produtos que são comercializados pelo setor. Há que se destacar que o mercado funerário brasileiro se espelha no dos Estados Unidos. Muitas inovações aqui vendidas são geralmente importadas ou tomadas como modelo do mercado americano por meio de intercâmbios e convenções internacionais. O próprio SINCEP, de acordo com o gerente comercial do Cemitério e Crematório Parque dos Buritis, de Uberlândia, Minas Gerais, afirmou, em entrevista, ser afiliado ao *National Funeral Directors Association*, NFDA, um dos maiores sindicatos do setor nos EUA.

Hoje, a diversidade de produtos oferecidos pelo mercado funerário no país é ampla, pois conta com urnas mortuárias de diversos padrões; serviço de higienização; serviço de preparação de corpos; serviço de necromaquiagem e reparação facial; ornamentação da urna com flores naturais, artificiais, ou manto real; véu de luxo bordado; livro de presença ao velório; montagem da sala de velório de acordo com a religião; serviço especial de café; remoção, translado e cortejo; arranjo de flores; anuncio em rádios e jornais locais; providência junto ao Cartório para registro de óbito; atendimento à família 24 horas; tanatopraxia; transmissão do velório pela internet; homenagem ao defunto com apresentação de vídeo personalizado e com mini orquestras, entre outros.

No Brasil, quem fomenta essa multiplicidade de serviços e produtos são as feiras de exposições. Atualmente, o setor conta com três eventos de grande amplitude e que ocorrem, geralmente, de dois em dois anos em determinadas regiões do país. Desses três, a que possui maior prestígio é a Feira Internacional de Produtos, Serviços e Equipamentos para o Setor Funerário e de Cemitérios, FUNEXPO. Idealizada pelo Sindicato das Empresas Funerárias do Estado de São Paulo, SEFESP, funciona desde 1996 no Estado de São Paulo. A outra é a Feira Funerária do Norte e Nordeste, organizada pelo Sindicato das Empresas Funerárias do Estado do Ceará, que está em

funcionamento desde 2009. A terceira é a Exposição Nacional de Artigos Funerários, EXPONAF, que, no ano passado, ocorreu em Curitiba, Paraná, onde desenvolvemos uma pesquisa de campo que será analisada no terceiro capítulo.

## 2.4. Uberlândia em foco

O município de Uberlândia está localizado na região do Triângulo Mineiro. É a segunda cidade mais populosa do Estado de Minas Gerais, ficando atrás somente da capital Belo Horizonte. A sua origem está inteiramente atrelada ao processo de colonização pelo qual passou o Brasil no século XV. O primeiro reconhecimento do território data aproximadamente de 1632, realizado pelo então bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva. Até 1709, a região pertenceu a Capitania de São Vicente, mas, via Carta Régia, passou a integrar a Capitania de Minas Gerais e São Paulo, em 3 de novembro daquele mesmo ano. No entanto, a demarcação e o povoamento da região somente se dariam por volta de 1818, quando João Pereira da Rocha fixou a sede da sesmaria Fazenda São Francisco, dando origem à cidade.<sup>210</sup>

Em 1853, o povoado passou a ser denominado de Nossa Senhora do Carmo, em homenagem à capela construída naquele mesmo ano. Com a ampliação territorial, mediante a doação de doze alqueires por famílias da região, o povoado passou a ser reconhecido, em 1857, como a Freguesia de São Pedro de Uberabinha.<sup>211</sup> Mas somente com o decreto 51, de 7 de junho de 1888, a freguesia foi elevada à categoria de vila, sendo que dois meses depois, em 31 de agosto do mesmo ano, o município de São Pedro de Uberabinha se emancipava de Uberaba, pela Lei Provincial 3.643.<sup>212</sup> É no início do século XX que o município começa a ganhar traços urbanos com o crescimento significativo da população e da economia. Inclusive é nesse período que recebe, mediante lei estadual 1 128, de 19 de outubro de 1929, o nome de Uberlândia.<sup>213</sup>

---

<sup>210</sup> PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. *Uberlândia, uma história de muitos*. Disponível em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/?pagina=Conteudo&id=97>> Acesso em: 17 jul. 2015.

<sup>211</sup> PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. *A capela curada*. Disponível em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/?pagina=Conteudo&id=104>> Acesso em: 17 jul. 2015.

<sup>212</sup> PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. *A configuração do povoado*. Disponível em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/?pagina=Conteudo&id=106>> Acesso em: 17 jul. 2015.

<sup>213</sup> IBGE. *Minas Gerais. Cidades: Uberlândia*. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=317020&search=minas-gerais|uberlandia|infograficos:-historico>> Acesso em: 17 jul. 2015.

De acordo com os dados do IBGE<sup>214</sup>, em 2014, a cidade contava com uma densidade demográfica de 654.681 habitantes, com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,830, sendo o sexto maior de todo estado de Minas Gerais e um dos 100 maiores de todo o país. A cidade possui todos os indicadores elevados e acima da média nacional segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD. A renda per capita é de R\$30.516,51 (trinta mil, quinhentos e dezesseis reais e cinquenta e um centavos). No ano de 2010, no que diz respeito ao marcador social cor de pele, a população residente überlandense era composta por 331.121 brancos (54,82%); 50.792 pretos (8,40%); 211.889 pardos (35,08%); 6.897 amarelos (1,14%); 965 indígenas (0,15%).<sup>215</sup>

Quanto às manifestações religiosas na cidade, essas são bem diversas. Embora tenha se desenvolvido sobre uma matriz social eminentemente católica é possível encontrar atualmente na cidade dezenas de denominações protestantes diferentes. Além disso, o crescimento dos sem religião também vem sendo observado, chegando a quase 9% da população. É preciso levar em consideração que Uberlândia está localizada no país mais católico do mundo em números absolutos. De acordo com os dados do Censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população residente de Uberlândia era composta por: católicos (54,73%), evangélicos (35%) e espíritas (11%).<sup>216</sup>

Seu Produto Interno Bruto, PIB, é o 25º maior do Brasil<sup>217</sup>, tendo como área de destaque o setor de serviços, seguido pela indústria e, posteriormente, pela agropecuária. De acordo com os dados da Prefeitura da cidade, de 2013, o município atingiu a marca de R\$ 18.673.177 em relação a sua produção interna, participando com 44% da produção total do Triângulo e com 4,8% do Estado de Minas.<sup>218</sup> As atividades

<sup>214</sup> IBGE. *Minas Gerais. Cidades: Uberlândia.* Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=317020&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>> Acesso em: 17 jul. 2015.

<sup>215</sup> IBGE. *Minas Gerais. Cidades: Uberlândia.* Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=317020&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>> Acesso em: 17 jul. 2015.

<sup>216</sup> IBGE. *Censo de 2010: Uberlândia.* Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=317020&idtema=91&search=minas-gerais|uberl%C3%A1ndia|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-religiao->>> Acesso em: 17 jul. 2015.

<sup>217</sup> FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Produto Interno Bruto de Minas Gerais.* Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/pib/pib-municipais/507-informativo-pib-municípios-mg-2012-2/file>> Acesso em: 17 jul. 2015.

<sup>218</sup> PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. *Banco de Dados Integrados – BDI*, vol. 3. Disponível em: <[http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms\\_b\\_arquivos/10533.pdf](http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/10533.pdf)> Acesso em: 17 jul. 2015.

do setor de serviços constituíam 70,6% do valor adicionado bruto da economia. O comércio, especialmente o segmento atacadista, teve grande participação na atividade local. A administração pública era responsável por 13,3% do total.<sup>219</sup>

A indústria do município é bastante diversificada. O maior peso é proveniente da fabricação de cigarros, seguida da indústria alimentar, distribuída em vários segmentos: abate (suínos, aves e bovinos), fabricação de óleos vegetais, margarinas, laticínios, massas, chocolates, moagem e beneficiamento de grãos, produtos de carne, bebidas (refrigerantes e vinhos). Outros gêneros também representativos são a produção têxtil, química (adubos e fertilizantes e produtos de limpeza). Sua produção vegetal em 2012 foi originada principalmente da pecuária e da lavoura temporária.

Na produção animal, manteve o maior efetivo de suínos, com aumento de 2,2%, passou de segundo maior produtor de galinhas, com queda de 33,6% dos efetivos, e manteve a oitava produção de bovinos, mesmo com redução de 1,6%. Na produção de origem animal, destacou-se na produção de ovos e de leite. Mesmo com redução de 4,9% na quantidade produzida de ovos de galinha, passou de quarto a terceiro maior produtor e apresentou a oitava maior produção de leite.

**Tabela 8:** PIB a preços correntes segundo setores de atividade econômica - Uberlândia (R\$ 1.000,00) em 2013.

Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços	
			Administração pública	Serviços Totais
2007	271.271	2.727.275	907.682	7.494.977
2008	330.702	3.364.990	1.060.531	8.160.087
2009	353.405	3.635.603	1.146.105	8.865.418
2010	414.493	4.398.079	1.278.667	9.260.505
2011	420.279	3.723.421	1.428.966	10.304.347

**Fonte:** PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. *Banco de Dados Integrados – BDI*, vol. 3. Disponível em: <[http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms\\_b\\_arquivos/10533.pdf](http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/10533.pdf)> Acesso em: 18 jul. 2015.

<sup>219</sup> FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Produto Interno Bruto de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/pib/pib-municipais/507-informativo-pib-municípios-mg-2012-2/file>> Acesso em: 17 jul. 2015.

Como se pode observar a tabela 8, o setor de serviços é o maior responsável pela produção de divisas na cidade, tendo um crescimento de 39,6% entre 2007 e 2012. Em 2011, o setor contava com 29.222 empresas formais em atividade, sendo agrupadas em nove subsetores: comércio varejista, comércio atacadista, instituições de crédito, seguros e capitalização, comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnico, transportes e comunicações, serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, serviços médicos, odontológicos e veterinários, ensino, administração pública direta e autárquica. Vide tabela:

**Tabela 9:** Nº Empresas Formais por Subsetores do Setor Terciário – 2011

Subsetores de Atividade Econômica do Setor Terciário	
Comércio varejista	12.081
Comércio atacadista	2.833
Instituições de crédito, seguros e capitalização	479
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	5.867
Transportes e comunicações	1.992
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, r...	3.881
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	1.400
Ensino	644
Administração pública direta e autárquica	45
<b>Total*</b>	<b>29.222</b>

**Fonte:** PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. *Banco de Dados Integrados – BDI*, vol. 3. Disponível em: <[http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms\\_b\\_arquivos/10533.pdf](http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/10533.pdf)> Acesso em: 18 jul. 2015.

Os serviços funerários, por sua vez, integram o subsetor dos serviços de alojamento, alimentação e afins. Apesar das fontes consultadas não disponibilizarem a movimentação ou volume dos rendimentos de cada área, é possível analisá-los em função do número de empresas existentes em atividade na cidade. De acordo com os dados do Centro de Pesquisas Econômico-Sociais<sup>220</sup> da Universidade Federal de Uberlândia, houve um aumento de 20% no número de estabelecimentos do setor de 2006 a 2013, conforme a tabela 10 abaixo:

**Tabela 10:** Número de estabelecimentos de serviços funerários em Uberlândia.

CNAE 2.0 Classe	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Atividades Funerárias e Serviços Relacionados</b>	5	5	5	5	5	5	6	6

<sup>220</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. *Centro de Pesquisas Econômico-Sociais*, CEPES. 2015.

**Fonte:** UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. *Centro de Pesquisas Econômico-Sociais*, CEPES. 2015.

A estrutura funerária da cidade é composta por diversas atividades que vão desde a gestão e manutenção de cemitérios, serviços de cremação, serviços de sepultamento, serviços de funerárias, serviços de somatoconservação (tanatopraxia) até a venda de planos. Desse montante, todas são geridas pelo setor privado, exceto parte da estrutura cemiterial e crematória. Apesar de grande parte do setor ser composto por empresas particulares, é o poder público local quem o organiza e fiscaliza. A organização desse campo vem representar o dever que o Estado tem de garantir a toda sociedade o direito ao acesso a esse tipo de serviço. Como já foi salientado anteriormente, mediante a legislação federal, são os municípios que se responsabilizam, de acordo com suas necessidades, por tais atividades.

O decreto nº 1191, de 31 de dezembro de 1974 dispunha a organização administrativa da Prefeitura Municipal de Uberlândia e de outras providências, tais como os serviços funerários. Conforme o artigo 22, inciso VIII, ficava a cargo do Departamento dos Serviços Municipais, DSM, as atribuições da seção de Cemitérios, responsável por manter o registro de sepulturas e quadras, planejar a abertura de covas, segundo a média de sepultamentos; manter numeradas as sepulturas; controlar o movimento de certidões de óbito, guias e recibos de pagamento de taxas, para efeito de fiscalização, das exumações e inumações, com especial cuidado sobre o tempo de validade dos arrendamentos.

Além dessas atribuições, ao poder público caberia, também, fiscalizar a perfeita execução e qualidade de obras e serviços realizados nos cemitérios, determinando as medidas necessárias à correção de defeitos, comunicando ao Diretor do DSM, quando se tratava de empreitadas, as infrações verificadas, propondo as medidas necessárias; zelar pela manutenção das condições de limpeza do cemitério, bem como determinar as providências a serem tomadas com vistas a sua higiene e desinfecção; controlar toda a movimentação ocorrida nos Cemitérios, através de livros, fichas ou folhas de registro referentes a qualquer espécie de atividade ali exercida; encaminhar ao Gabinete do

Diretor do DSM os documentos e papéis necessários ao registro e escrituração das atividades da Seção e a execução das atividades correlatas que lhe forem atribuídas.<sup>221</sup>

Sendo assim, a regulamentação e legislação do serviço se desenvolveram simultaneamente ao processo histórico de expansão que a cidade sofreu desde sua emancipação. Segundo a formação histórica do bairro Fundinho, o interior da antiga Matriz foi usado para sepultamentos, costume muito comum na época. Quando a capela Nossa Senhora do Carmo foi elevada à categoria de paróquia, por volta do século XIX, a construção dos cemitérios fora das igrejas já se encontrava bastante difundida na região. No início do século XX, já existiam dois cemitérios, um localizado no local onde, hoje, é a Praça Clarimundo Carneiro, que pertencia à Igreja Matriz, e o outro ao longo da Estrada do Vau.<sup>222</sup>

O Cemitério da Igreja Matriz foi desativado em 1915 para a construção do Paço Municipal. Por medidas sanitárias, os moradores preocuparam-se com as doenças transmitidas e resolveram demoli-lo para construir um jardim. Posteriormente, o jardim foi transformado em praça, que passou por vários nomes: Praça da Liberdade, Praça Antônio Carlos, e hoje, Praça Clarimundo Carneiro. Desse modo, o primeiro cemitério a ser construído sob a Constituinte de 1891, foi o São Pedro, inaugurado em 1939. Conforme a tradição, quando uma pessoa morria, o corpo era velado na própria casa. Com o passar dos anos, começaram a construir locais apropriados para as famílias despedirem de seus entes queridos.<sup>223</sup>

Em 1991, a sala de velório do Cemitério São Pedro era inaugurada, destinada, principalmente, para pessoas que possuíam condições de arcar com as despesas de um funeral. Atualmente, existe cerca de 14.860 pessoas sepultadas e distribuídas em jazigos no cemitério São Pedro. Cada sepulcro possui tradicionalmente três gavetas, ou melhor, três lugares separados para enterrar três pessoas. Mas também podem existir dois jazigos juntos com seis gavetas e há a possibilidade de um jazigo ter somente uma gaveta, que se chamada carneira. Pode-se abrir uma gaveta de cinco em cinco anos para fazer realizar um processo de exumação, mas há casos em que isso pode ser feito a cada três anos.

---

<sup>221</sup> PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. *Legislação*: legislação municipal. Decreto 1191 de 1974. Disponível em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/?pagina=leisMunicipais>> Acesso em 18. Jul. 2015.

<sup>222</sup> PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. *Estruturas arquitetônicas e urbanísticas*: cemitério Municipal São Pedro, nº.xx/2006. Disponível em: <[http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms\\_b\\_arquivos/5503.pdf](http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/5503.pdf)> Acesso em: 18 jul. 2015.

<sup>223</sup> PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. *Estruturas arquitetônicas e urbanísticas*: cemitério Municipal São Pedro, nº.xx/2006. Disponível em: <[http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms\\_b\\_arquivos/5503.pdf](http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/5503.pdf)> Acesso em: 18 jul. 2015.

A exumação consiste na retirada dos restos mortais do caixão que, por sua vez, são transferidos para uma urna pequena, liberando, assim, a gaveta para outro defunto. Geralmente, os períodos de maior número de visitas são o dia de Finados, dia dos pais e dia das mães. No entanto, há duas sepulturas que recebem visita fora dessas épocas.

As sepulturas mais visitadas são: a do ator Grande Otelo, que nasceu em Uberlândia em 18/10/1915 e faleceu em 26/11/1993, e a do João Relojoero, que morreu em 04/09/1959 e foi transladado em 25/02/1987 do Cemitério São Paulo para o Cemitério São Pedro. O João Relojoero tem fama popular de fazer milagres, segundo testemunhos dos funcionários do local. Ele sofreu muito antes de morrer, pois foi acusado injustamente de um roubo e sendo torturado até a morte. Muitas pessoas levam flores, velas, água e até alimentos na sepultura dele como oferenda e agradecimento.<sup>224</sup>



**Figura 8:** Fachada do Cemitério Municipal São Pedro.<sup>225</sup>

A estrutura física do cemitério é do tipo tradicional. Por ser o mais antigo da cidade, é caracterizado por jazigos do tipo mausoléu, isto é, sepulturas externas que apresentam uma arquitetura dicotômica. Isso significa uma diversidade de sepulcros que vão desde os mais suntuosos aos mais simples sem placa de identificação, demonstrando a inexistência de padronização entre os túmulos, além de refletir as diferenças sociais e econômicas socialmente existentes.

<sup>224</sup> PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. Estruturas arquitetônicas e urbanísticas: cemitério Municipal São Pedro, n°.xx/2006. Disponível em: <[http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms\\_b\\_arquivos/5503.pdf](http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/5503.pdf)> Acesso em: 18 jul. 2015.

<sup>225</sup> PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. *Estruturas arquitetônicas e urbanísticas: cemitério municipal São Pedro*, n°.xx/2006. Disponível em: <[http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms\\_b\\_arquivos/5503.pdf](http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/5503.pdf)> Acesso em: 18 jul. 2015.



**Figura 9:** Mausoléu de João Naves de Ávila.



**Figura 10:** Túmulo sem identificação.<sup>226</sup>

Em 1978 foi construído o segundo cemitério, o do Bom Pastor, localizado no bairro Planalto, sob a orientação de normas nacionais que exigiam uma forma bem diferente da realidade arquitetônica encontrada no cemitério São Pedro. A partir dessa data ficava prevista a edificação de necrópoles de tipo campo ou jardim, na qual as sepulturas deveriam ser padronizadas, sendo proibida a construção de mausoléus ou qualquer tipo de edificação externa. Esse formato moderno de cemitério fez com que as sepulturas se assemelhassem umas as outras, tendo seus tamanhos igualados, rentes ao chão e com grama em sua parte superior. As duas únicas formas de diferenciá-los é pelas placas de identificação, que são feitas de cimento, granito ou bronze e também pelos arranjos de flores organizados em formatos geométricos conforme a orientação religiosa.<sup>227</sup>

<sup>226</sup> Figuras 09 e 10 fotografadas pela autora no dia de Finados de 2014 no Cemitério São Pedro.

<sup>227</sup> QUEIROZ, Cinta Marques *et al.* Cemitérios überlandenses, simbolismo, religiosidade e cultura no espaço de Uberlândia-MG. *Caminhos de Geografia*. Uberlândia v. 8, n. 23. Edição Especial. 2007, p. 34-40.

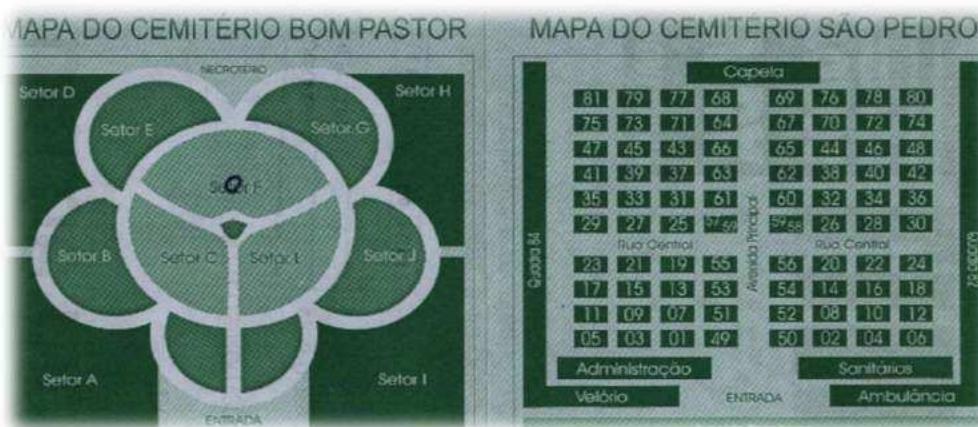


**Figura 11:** Entrada Cemitério Bom Pastor.



**Figura 12:** Formato dos túmulos.<sup>228</sup>

Queiroz *et al*<sup>229</sup> discute a relação entre a organização espacial dos cemitérios überlandenses e as condições socioeconômicas da cidade. Segundo a autora, essa disposição geográfica se expressa justamente pelo fato de que quem constrói as cidades dos mortos são os vivos e o fazem para si com suas avenidas, quadras, tipos de habitações, hierarquizando, assim, esses espaços conforme sua própria realidade. A partir da disposição dos túmulos em ruas, quadras e numeração, encontrada no cemitério São Pedro, é possível reconhecer a existência do status social dos mausoléus, sendo que os mais pomposos se localizam na área central ou de destaque, ao passo que os mais simples se encontram nas periferias.



<sup>228</sup> Figuras 11 e 12. UIPI. *Cemitérios de Uberlândia já são preparados para Dia de Finados*. Disponível em: <<http://uiipi.com.br/destaques/destaque-2/2013/10/29/cemiterios-de-uberlandia-ja-sao-preparados-para-dia-de-finados/>> Acesso em: 19 jul. 2015.

<sup>229</sup> QUEIROZ, Cíntia Marques *et al*. Cemitérios überlandenses, simbolismo, religiosidade e cultura no espaço de Uberlândia-MG. *Caminhos de Geografia*. Uberlândia v. 8, n. 23. Edição Especial. 2007, p. 38.

**Figura 13:** Mapa dos Cemitérios Bom Pastor e São Pedro.<sup>230</sup>

Apesar da edificação no cemitério Bom Pastor ter sido planejada com o intuito de democratizar o ambiente, ao contrário do São Pedro que comporta um pequeno templo católico, nele não há neutralidade religiosa. Como se pode observar, o próprio nome Bom Pastor e o formato do tanque de distribuição da água perfazem o corpo de Cristo crucificado, aludindo, assim, à predominância de uma religião, o catolicismo. Ademais, a administração desses dois cemitérios fica totalmente à cargo da Prefeitura de Uberlândia, sendo de sua responsabilidade a venda imediata de jazigos com valores tabelados. No entanto, a capacidade de sepultamentos dos dois já atingiu a lotação máxima, o que fez com o poder público providenciasse a construção de mais um cemitério na cidade.

A mais nova necrópole de Uberlândia, o Cemitério e Crematório Municipal Parque dos Buritis, foi inaugurada em 2014. Trouxe consigo um novo conceito de sepulcro, do tipo parque-jardim, e os serviços de crematório, sendo o primeiro da região do Triângulo. Localizado no bairro Novo Mundo, entre as BR 452 e a 050, compreende uma área extensa e uma arquitetura muito arrojada comparada com as demais. O novo formato espacial foi desenvolvido com o intuito de amenizar o máximo possível seu aspecto cemiterial. Quem visita o espaço tem a sensação de estar em um parque muito tranquilo, dependendo do ângulo em que é observado não é possível nem verificar as lápides. Apesar de ser um empreendimento público, é gerido por uma empresa particular via licitação/concessão.



**Figura 14:** Fachada do Parque dos Buritis



**Figura 15:** Campo de sepultamento<sup>231</sup>

<sup>230</sup> QUEIROZ, Cinta Marques *et al.* Cemitérios überlandenses, simbolismo, religiosidade e cultura no espaço de Uberlândia-MG. *Caminhos de Geografia*. Uberlândia v. 8, n. 23. Edição Especial. 2007, p. 38.

Juntamente com a parte cemiterial estão os serviços desenvolvidos pelas agências funerárias, formando, então, a estrutura funerária da cidade. Esses estabelecimentos, como já foi apresentado, necessitam de certos requisitos para oferecerem seus serviços à população, entre os quais a licitação. Isso significa que a Prefeitura abre um procedimento administrativo formal para contratar serviços ou adquirir produtos pelos entes da Administração Pública direta ou indireta. Apesar de serem geridos por empresas do setor privado, são fiscalizados pelo poder público local, a fim de que os serviços contratados estejam sendo viabilizados de acordo com os parâmetros exigidos na licitação.

Assim, o mercado funerário da cidade se restringe aos serviços de quatro agências, sendo elas: Serviço de Luto Olavo Chaves Ltda., Funerária Ângelo Cunha Ltda., Paz Universal Serviços Póstumos Ltda. e Pirâmide Plano de Assistência Familiar. As três primeiras possuem uma parceria com a Prefeitura em que são escaladas para o atendimento de pessoas carentes e indigentes. A cada dia da semana uma funerária fica responsável por atender essas pessoas a custo zero, uma das exigências do contrato estabelecido pela Prefeitura.

## **2.5. Um pouco da história de vida de duas entidades que agenciam a morte em Uberlândia**

Com o intuito de conhecer mais de perto parte do mercado funerário de Uberlândia, realizou-se uma pesquisa de campo nessas duas últimas instituições, Funerária Paz Universal e outra no Cemitério e Crematório Municipal Parque dos Buritis. A pesquisa se desenvolveu a partir de entrevistas com os principais representantes de cada estabelecimento a fim de compreender a organização e funcionamento das empresas e suas relações com o evento da morte e suas ritualizações. A intenção dessas observações foi apreender o ritual funerário contemporâneo para além da sua função de rito de passagem, ou seja, compreendê-lo como um código ou símbolo que demarca as distinções sociais e ressalta seu caráter mercadológico, o que no próximo capítulo será aprofundado.

---

<sup>231</sup> Figuras 14 e 15 fotografadas pela autora em 2015 no Parque dos Buritis.

A história do Cemitério e Crematório Municipal Parque dos Buritis inicia-se, como já foi mencionado, a partir da necessidade de expandir a estrutura funerária de Uberlândia, por meio de licitação e concessão pública municipal, expedida ainda na gestão do prefeito Odelmo Leão. O investimento foi de R\$ 8 milhões e possuía a capacidade de acolher 56 mil sepultamentos, de acordo com a matéria veiculada pela TV Universitária, da Universidade Federal de Uberlândia, no canal Youtube.<sup>232</sup> Mas o processo de construção, abertura e fechamento de contrato do empreendimento iniciou-se no ano de 2012, entrando em atividade comercial somente em 10 de março de 2014, já na gestão do, então, prefeito Gilmar Machado.

O cemitério é gerido pela Construtora Ouro Branco, de Belo Horizonte, que está no ramo há mais de 30 anos, o que lhe confere, portanto, experiência nesse tipo de gestão. Esse grupo é formado por várias empresas associadas que atuam em diferentes áreas do setor funerário. Na capital mineira, iniciou suas atividades com o cemitério Bosque da Esperança, o segundo cemitério do tipo parque a existir na cidade chegando a oferecer também serviços fúnebres de alto luxo pela *Funeral House*, a segunda do país. De acordo com as declarações de Carvalho<sup>233</sup>, gerente comercial do empreendimento, o cemitério realiza, efetivamente, somente as atividades relacionadas ao velório em diante. Isso significa que quando ocorre o falecimento, por exemplo, no hospital, é necessário que a família adquira um atestado declarando o óbito.

Outra empresa, a funerária, no caso, retira esse corpo e faz toda a preparação que a família deseja, que pode ser tanto tanatopraxia<sup>234</sup> quanto tamponamento<sup>235</sup>. Quando o corpo estiver preparado dentro da urna é o momento então que o Parque dos Buritis o

---

<sup>232</sup> YOUTUBE. TV Universitária: Inaugura cemitério. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=24FCtlHCVmI>> Acesso em: 20 jan. 2016. Matéria exibida na TV Universitária em 11 de março de 2014

<sup>233</sup> Entrevista realizada com Carvalho, em 8 de abril de 2014, pela pesquisadora. Os trechos das entrevistas, concedidas por representantes e funcionários da agência funerária Paz Universal Serviços Póstumos e o Cemitério e Crematório Parque dos Buritis, ambas situadas na cidade de Uberlândia, serão analisados juntamente com a tecitura do presente texto. Esses fragmentos guardam estritas relações com as hipóteses até então trabalhadas aqui. Como a identidade dos entrevistados deve ser preservada, seus nomes foram substituídos por nomes de madeiras em alusão aos tipos utilizados na confecção de urnas. Tidas por Haguete (1987) como uma interação social entre duas pessoas, uma é o entrevistador e a outra é o entrevistado, darão a possibilidade de trazer para mais perto a visão desses nativos. HAGUETE, Teresa Maria Frota. Metodologias Qualitativas na Sociologia. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 63 – 170

<sup>234</sup> A tanatopraxia é uma técnica utilizada no ramo fúnebre e uma medida de saúde pública que visa desacelerar a decomposição do féretro, mediante a aplicação de substâncias químicas, o que permite maior conservação e a não proliferação de bactérias.

<sup>235</sup> O tamponamento é outra técnica usada no meio funerário que visa somente obstruir os orifícios do corpo, a fim de que fluídos corporais não sejam liberados, geralmente se usa algodão para tal.

recebe e inicia seus serviços. O velório pode ser feito em qualquer uma das capelas, que são quatro no total, tem banheiro, uma área privativa pra família dentro da própria capela, tem cafeteria e uma flora e a família contrata, se ela quiser o ceremonial. Dentro do ceremonial, o cemitério oferece música, saxofone, violino, contrata músicos, buffet, e no caso da cremação existe uma capela de velamento específica, na qual é realizada uma cerimônia que pode ser acompanhada de um vídeo biográfico da pessoa, com fotos e músicas de forma bem personalizada. Feito o ceremonial, a urna desce por um elevador oculto simulando o sepultamento e então se inicia o processo de cremação no forno.



**Figura 16:** Sala ceremonial.



**Figura 17:** Elevador.



**Figura 18:** Forno crematório.<sup>236</sup>

De acordo com Nogueira<sup>237</sup>, gerente administrativo do cemitério há oito meses, o processo de cremação inicia-se quando a família autoriza o encerramento do ceremonial. Findado o velório, a urna desce pelo elevador, como mostrado na figura 23, e então se inicia o processo retirando as partes metálicas da urna, os vidros e afins para que nada atrapalhe o funcionamento do forno. Liga-se o mesmo e espera-se por volta de vinte a trinta minutos para que ele atinja a temperatura ideal de 450° C. Atingido tal temperatura, coloca-se a urna no forno e, dependendo da massa corporal da pessoa, a cremação pode durar até de três horas, mas já houve casos em que o processo levou de quatro a cinco horas de duração, pois o defunto possuía uma massa de 130 a 150 quilos.

<sup>236</sup> Figuras 16, 17 e 18 fotografadas pela autora em 2015 no Parque dos Buritis.

<sup>237</sup> Entrevista realizada com Nogueira, em 5 de maio de 2014, pela pesquisadora.

E o que acontece é o seguinte, o forno nosso, o próprio corpo nosso é o combustível, tem o gás, não sei se você sabe, mas a nossa gordura é um combustível ferrenho, tem hora que dentro do forno ele desliga e fica só com a gordura queimando e chega a 1200 a 1300 graus só com a gordura do corpo. O forno desliga, porque senão aquece demais, não pode, o forno tem um tempo, você entendeu. Por engraçado, só na gordura ela vai altíssimo. Aí, nós esperamos, depois a gente espera, desliga o forno, né, a gente viu que tem só cinzinha mesmo, brasinha, e aí, a gente espera esfriar. Se não tiver outro, deixa de um dia pra outro, pra esfriar bem mesmo, e quando tiver mais ou menos 100°, 90° por aí, a gente abre, aí retira o que sobrou, geralmente sobra uns pedacinhos, que o cálcio, né, é só o osso mesmo, em pedaços, é pequeno, mas aí não tem formato de esqueleto, não tem nada disso, é só uns pedacinhos e tal. A gente retira, coloca no triturador, tira as partes metálicas que sobrou do jazigo, passa o imã pra ver se tem prego, tem tachinhas, tem tudo, né, retira isso, aí a gente tritura e aí vira o pó. Aí, é em torno de um quilo, em torno de 800 gramas.<sup>238</sup>

Findado o processo de cremação, a família ainda tem a possibilidade de levar as cinzas para casa, em um recipiente próprio, chamado de urna cinerária, ou ainda depositá-la em uma sala especial que é alugada pelo cemitério, chamada de columbário, a qual abriga essas urnas, possibilitando aos familiares realizar visitas assim como se faz no processo de sepultamento.



**Figura 19:** Urna cinerária.



**Figura 20:** Columbário do Parque dos Buritis.<sup>239</sup>

Conforme Nogueira há casos em que os parentes preferem espargir as cinzas em algum lugar que foi especial para o falecido ou até mesmo usar esse material na confecção de tatuagens em forma de homenagem, como num dos casos contado pelo gerente. Já em relação à estrutura física do cemitério, o mesmo conta com três pavimentos, sendo o térreo, que abriga as instalações do forno crematório, e o columbário. O primeiro piso acomoda a sala ceremonial de cremação, as salas de

<sup>238</sup> Entrevista realizada com Nogueira, em 5 de maio de 2014, pela pesquisadora.

<sup>239</sup> Figuras 19 e 20 fotografadas pela autora em 2015 no Parque dos Buritis.

administração, a flora e o Café e o segundo é composto pelas salas velatórias, que são quatro. Segundo o gerente, os ceremoniais de cremação duram em torno de quarenta minutos, é bem rápido, já o velório comum, de sepultamento, é estendido até vinte e quatro horas.



**Figura 21:** Parte interna do Parque.



**Figura 22:** Área de sepultamento.<sup>240</sup>

De acordo com Carvalho, gerente comercial e responsável pela implantação das diretrizes administrativas do empreendimento, o cemitério opera atualmente com 52 funcionários divididos em três departamentos juntamente com um escritório externo localizado no centro da cidade. Nesse escritório funciona o departamento comercial, que possui um supervisor de venda, vendedor e ele. No departamento administrativo há três auxiliares e um gerente financeiro que, às vezes, assume a função de gerente de atendimento também. Já no cemitério, há um gerente operacional que, às vezes, faz o papel de gerente de atendimento, já que a maior parte dos contratos é fechada por lá. Portanto, sua maior equipe se concentra no cemitério que ainda conta com um gerente operacional, auxiliar de produção, pedreiro, jardineiro e auxiliar de serviços gerais e etc.

Os valores dos serviços disponibilizados pelo Parque dos Buritis foram definidos e acordados entre o poder público municipal e a concessionária de acordo com o contrato nº 320, de 2012, às fls. 36 a 39 do processo nº 28.538/2013 que consta no decreto nº 14.869, de 9 de maio de 2014.

Art. 1º. Ficam fixados os seguintes valores das tarifas pelo serviço público mortuário prestado no Cemitério e Crematório Municipal Parque dos Buritis, sendo:

I – inumações: R\$ 110,00 (cento e dez reais);

II – lápides: R\$ 27,50 (vinte e sete reais e cinquenta centavos);

---

<sup>240</sup> Figuras 21 e 22 fotografadas pela autora em 2015 no Parque dos Buritis.

- III – uso rotativo de gavetas temporárias: R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais);
- IV – cessão de uso de gaveta perpétua: R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais);
- V – alienação de jazigos perpétuos duplos: R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais);
- VI – velórios: R\$ 198,00 (cento e noventa e oito reais);
- VII – cremação e despesas inerentes: R\$ 2.750,00 (dois mil, setecentos e cinquenta reais);
- VIII – exumação: R\$ 110,00 (cento e dez reais);
- IX – conservação e manutenção de jazigos perpétuos: R\$ 198,00 (cento e noventa e oito reais) por ano.<sup>241</sup>

Dessa forma, ficaram estabelecidos os valores dos serviços que devem ser oferecidos à população überlandense sem que haja qualquer alteração, a não ser por algum decreto expedido pela prefeitura. Já para aqueles que não possuem condições econômicas para adquirir esses serviços foi postulado por lei uma reserva de cotas destinadas ao atendimento de famílias carentes. Assim, fica circunscrito ao Cemitério e Crematório Municipal Parque dos Buritis, em função dos próprios requisitos da licitação pública, o oferecimento de serviços somente de jazigos imediatos e futuros, creações imediatas e futuras, velório e columbário. Esses são, portanto, os carros-chefes que o empreendimento dispõe, diferentemente da Paz Universal Serviços Póstumos.

Esta por sua vez, já atua no mercado nacional há 36 anos tendo como fundadora uma mulher, Maria Helena Rodrigues que trouxe dos EUA tanto a estrutura de comercialização de planos funerários quanto o tratamento de tanatopraxia, ambos pioneiros no Brasil. Atualmente o empreendimento conta com 15 unidades espalhadas pelo estado de Goiás e Minas Gerais sendo considerada a melhor funerária do país em 2015 pela União das Nações Unidas, ONU. Na cidade de Uberlândia, a Paz Universal está há 17 anos e possui cerca de 130 funcionários divididos em vários departamentos e funções, como os atendentes funerários, responsáveis por atender as famílias. Juntamente a essa equipe há um gerente e um de atendimento, geralmente um assistente social e uma enfermeira que ficam à disposição caso alguma pessoa venha passar mal, o que segundo Cerejeira<sup>242</sup> é muito comum acontecer durante os velórios.

A estrutura também conta com 12 agentes funerários, os quais realizam a remoção do corpo do hospital para a funerária e também do cortejo para o cemitério. Há

---

<sup>241</sup> PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. *Legislação*: leis municipais. Decreto 14.869/2014. Disponível em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/?pagina=leisMunicipais>> Acesso em: 04 fev. 2016.

<sup>242</sup> Entrevista realizada com Cerejeira, em 14 de abril de 2014, pela pesquisadora.

quatro tanatólogos, que trabalham 12 horas por 36, sendo que dentre essa soma somente um é mulher, já que de acordo com a gerente, o mercado de tanatologia é muito masculinizado. A dificuldade de encontrar pessoas do sexo feminino na área é grande, mas é de suma importância para a empresa, pois a procura por serviços relacionados ao gênero é grande. Há também o setor dos serviços gerais que é composto por pessoas encarregadas da limpeza e portaria. Já a parte superior da funerária é preenchida pelo setor financeiro, duas equipes comerciais e 15 vendedores que realizam as vendas externas, ou seja, nas ruas. Essa equipe externa é dividida ainda em dois grupos, o empresarial e o individual.

A parte de cobrança ainda é realizada de forma personalizada, é aquela em que o cobrador vai à casa do cliente no endereço e hora marcada, pois segundo Cerejeira o mercado funerário é muito específico e por isso não se usa ainda a cobrança por intermédio de boleto bancário em função do tipo de serviço e produto comercializado.

[...] nós temos muitas pessoas assim, os filhos pagam, mas não querem que os pais saibam. Então, tem que receber naquele endereço, naquele horário. Nós temos muitos clientes assim, às vezes, a esposa tem câncer, o marido paga, mas não quer que a esposa saiba. Então, nós temos pouquíssimos clientes que são boletos bancários. A grande maioria é o cobrador que marca o dia e o horário e vai receber na sua casa. É personalizado.<sup>243</sup>

A agência possui ainda um almoxarifado e faz uso de tecnologia da informação, como o sistema Protheus<sup>244</sup>, da Totvs, que facilita o desenvolvimento de todo o trabalho da empresa. Além disso, oferece o serviço de telefonia e o de ouvidoria. O serviço de ouvidoria consiste no deslocamento de um agente até as residências das famílias enlutadas, geralmente de 7 a 10 dias após o velamento, para colher informações acerca da experiência vivida por essas pessoas. É por meio desse serviço que a funerária consegue verificar a existência de falhas durante a execução de seus serviços.

[...] é o que nos ajuda a dar treinamento, um *feedback* que nós temos, e também é uma maneira dele dar um consolo, sabe. É uma pessoa muito bem preparada pra isso, né. Então, e assim é interessante demais. O dia que eu sento com ele pra contar, tem aquela família que quer mostrar a roupa, quer mostrar aonde ela gostava de sentar pra ver a novela, sabe, quer falar tudo da pessoa que faleceu, né. Então ele tem que ter ouvido mesmo, ele tem que saber ouvir cada coisa. Muita coisa que a gente faz e que é um processo normal, mas a gente sente que a percepção da pessoa foi negativa. Então a

---

<sup>243</sup> Entrevista realizada com Cerejeira, em 14 de abril de 2014, pela pesquisadora.

<sup>244</sup> Protheus é um sistema informatizado desenvolvido pela empresa de softwares Totvs que tem o objetivo de facilitar a administração de empresas e negócios de vários setores da economia. Para conhecer mais acessar a página: [www.totvs.com/a-totvs/historia](http://www.totvs.com/a-totvs/historia)

gente tenta mudar aquele processo, entendeu. Então, esse trabalho é o que me ajuda aí no ajuste.<sup>245</sup>

A gerente, por sua vez, realiza ainda um trabalho com as assistentes sociais dos hospitais, as quais são visitadas mensalmente, pois são elas que avaliam também o serviço desenvolvido pela funerária. É a partir dos relatos dessas profissionais que se verifica como elas foram atendidas na empresa, como os funcionários buscaram o corpo no hospital e como se comportaram nessa etapa. Segundo a gerente, é em função dessas estratégias administrativas que a Paz Universal vem se consolidando e oferecendo serviços e produtos diferenciados e de qualidade. Isso pôde ser constatado diante de dois casos de sucesso contados por ela, que foram sobre o falecimento do jornalista Luciano do Vale, que veio à cidade narrar um dos jogos da Copa do Mundo de 2014, e também de um dos diretores da empresa Smart.

Tem dois casos de sucesso que eu tenho que te contar aqui. Um caso foi o do Luciano do Vale, né. Quando o Luciano do Vale faleceu, eles me ligaram, me pediram pra eu ir num carro de passeio, não ir no carro da funerária, porque ele já tinha morrido, mas tinha imprensa na porta e eles não tinham comunicado a imprensa. E eles queriam conversar comigo antes de falar com qualquer outra pessoa. Então eu fui pra lá. E lá, eles têm a tendência de achar que Uberlândia é muito interior, quem é de São Paulo. Aí, o assessor dele falou pra mim assim: olha, vocês tem um tratamento paliativo que dê pra chegar até São Paulo? Aí eu falei pra ele, olha, nós temos o mesmo tratamento que ele teria nos EUA, né. Ah, é? É, nós temos tudo preparadinho, então pode ficar despreocupado. E vocês tem uma urna paliativa até ele chegar em São Paulo, porque ele vai ser velado e tal, né, lá em Campinas, um lugar muito requintado. Aí disse: olha, eu tenho a mesma urna que a Hebe Camargo foi sepultada. Mesmo? Mesmo. Então é essa que nós queremos. Então assim, esse foi um caso de sucesso do Luciano do Vale, né. E nós fizemos, a família dele veio pra cá, né. Ficou conosco aqui e nós fizemos todo o trabalho e entregamos no aeroporto, né, o corpo e tal.

E o outro caso de sucesso que nós tivemos aqui, tem o que, duas semanas, acho que sim, faleceu um dos diretores do Martins, da rede Smart. Foi uma morte muito repentina, ele fez uma cirurgia de apêndice e parece que não teve o repouso adequado, deu embolia pulmonar e faleceu. Então, foi um susto muito grande pra eles, né. Aquela pessoa tá ali trabalhando e de repente um dia não está mais. E as pessoas vieram todas, assim, diretores, sabe, no velório e tal. No outro dia, Seu Alair Martins chegou aqui, com todos os seguranças, querendo fazer um plano funerário. Então assim, isso foi um presente pra nós. Porque ele veio, viu a qualidade do nosso trabalho, né, e no outro dia ele se interessou em fazer, né. Inclusive tá fazendo aí uma parceria, porque quer fazer pra todos os funcionários. Quer estender para os funcionários. Então, foi um momento bom que nós tivemos aí.<sup>246</sup>

A Paz Universal é uma das únicas funerárias do setor que possui uma regulamentação nacional de planos funerários. De acordo com Cerejeira, a empresa é

---

<sup>245</sup> Entrevista realizada com Cerejeira, em 14 de abril de 2014, pela pesquisadora.

<sup>246</sup> Entrevista realizada com Cerejeira, em 14 de abril de 2014, pela pesquisadora.

regularizada como uma microssseguradora. Isso significa que para normatizar esse tipo de produto mediante a legislação é cobrado da empresa algumas diretrizes, sendo uma delas a existência de uma reserva técnica, ou seja, certa quantia de dinheiro, pois caso a empresa venha falir, os associados poderão ser resarcidos. Os serviços oferecidos pela agência compreendem, portanto, desde a venda de produtos, como urnas, ornamentos, translados, roupas e tratamentos corporais, tanatopraxia e tamponamento, até os planos funerários que se segmentam em função do tipo de cobertura e carência.



**Figura 23:** Fachada da Paz Universal.<sup>247</sup>



**Figura 24:** Salas velatórias personalizadas.



**Figura 25:** Salas velatórias personalizadas.



**Figura 26:** Quartos para descanso.<sup>248</sup>

<sup>247</sup> Figura 23: GOOGLE MAPS. *Paz Universal Serviços Póstumos Ltda.* Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-18.9000274,-48.2642255,3a,75y,282.1h,79.04t/data=!3m6!1e1!3m4!1sQWAyx6VnV6NY9RtRXFBolw!2e0!7i13312!8i6656!6m1!1e1>> Acesso em: 25 jan. 2016.

<sup>248</sup> Figuras 24, 25 e 26: GRIFF ARQUITETURA. Portfólio comercial: funerária. Disponíveis em: <<http://www.griffearquitetura.com.br/portfolio-comercial/funeraria/paz-universal-uberlandia-mg/>> Acesso em: 25 jan. 2016.

## CAPÍTULO 3

### MORTE: REPRESENTAÇÕES SOBRE RITUAIS FÚNEBRES E DISTINÇÃO SOCIAL

#### 3.1. Rumo à “totalidade”: o que o campo e seus nativos têm a dizer

Como qualquer outro evento social, a morte pode se constituir aos olhos das ciências em objeto de investigação, a partir do qual é possível, teórica e metodologicamente, construir conhecimento científico. Em função disso, foi possível discutir alguns aspectos da dinâmica cultural e histórica de parte do ocidente que foram capazes de conferir determinados significados que atualmente tem sido dados à morte e ao processo do *post mortem*. Também permitiu compreender que a transformação do imaginário social acerca da morte em tabu e a ressignificação dos rituais fúnebres em serviços funerários estiveram intimamente atrelados às mudanças ocorridas nas esferas social, política e econômica dos últimos séculos.

Nesse sentido, a metodologia investigativa proposta por esta pesquisa teve o intento de compreender a morte, e mais especificamente o processo do *post mortem*, na “totalidade” social. Buscou-se entender esse fenômeno a partir de um estudo de campo, por meio do qual foi possível levantar dados e informações importantes que até então não tinham sido percebidas no plano teórico. Esse conhecimento empírico só foi apreendido mediante a inserção do pesquisador no “campo da morte”, o que permitiu olhar mais de perto para tal objeto. As entrevistas, as observações de campo e a análise de documentos, assim como a pesquisa etnográfica, realizadas ao longo de cinco meses, fez-se reconhecer dois movimentos desse processo investigativo.

O primeiro movimento diz respeito à natureza do campo e ao estranhamento vivido pelo pesquisador durante os primeiros contatos. Conviver com pessoas e em ambientes que respiram a morte a todo instante não é muito comum para grande parte dos indivíduos. É quase como lidar diretamente com ela e esse contato trouxe para o pesquisador sensações de distintas ordens que acabam influenciando a proposta científica. Uma delas foi a possibilidade de resgatar lembranças, quase que extintas, de uma infância vivida em um escritório funerário e de uma adolescência inteira morando

ao lado de uma agência funerária. O fato, é que o leitor precisa ter em mente que o investigante, apesar de estar ciente da necessidade de tratar seu objeto com determinado distanciamento, não deixa de carregar subjetivamente as impressões que a objetividade lhe confere ao longo de seu processo de socialização. Algumas ponderações já feitas revelaram os motivos pela qual a morte e tudo aquilo que se relaciona a ela é visto como uma interdição e que seu distanciamento é culturalmente pregado.

É nesse sentido que o estranhamento entre objeto e observador surgiu, mas não como algo negativo; ao contrário, aflorou como um amplificador da atenção. Geralmente, a rotina, o hábito e os costumes ofusciam a percepção daqueles que lidam diariamente com um fato e a compreensão das razões de sua existência. E é por isso que o ato de estranhar tem seu valor no processo etnográfico, pois ele permite um olhar mais atento para aquilo que foge do comum. De acordo com Magnani<sup>249</sup>, o trabalho de campo pode ser resumido em uma relação de troca, isto é, um momento em que o pesquisador compartilha sua visão de mundo e a compara com a visão dos nativos para que seja possível a compilação de um novo modelo de entendimento, o que lhe confere a intenção da totalidade.

Já o segundo momento se refere à análise do objeto em si, mais especificamente o contato com a visão dos nativos e a do pesquisador, a qual Magnani aborda em seu texto e do qual este capítulo se encarrega. A junção desses dois momentos resulta então no esforço de atingir essa totalidade. Mas para que isso seja possível é preciso olhar de perto e de longe. Essa questão pressupõe uma necessidade do observador vivenciar o objeto em análise. Além disso, esse tipo de olhar tende a apreciar planos intermediários, isto é, não se concentra em padrões e regularidades e nem em mínimos detalhes, mas naquilo que se encontra nessas duas extremidades. Esse recurso metodológico possibilita o surgimento dos *insights*, ideias, reflexões e constatações que surgem subitamente durante o processo de pesquisa e que são capazes de solucionar, com o aporte teórico empreendido, a problemática proposta.

Assim, no decorrer da discussão dos capítulos anteriores foi possível levantar e compreender dois segmentos: primeiramente a transformação dos rituais fúnebres em serviços funerários - já que essas práticas passaram a ser vistas como mercadorias altamente rentáveis com o desenvolvimento do capitalismo, no século XIX - , bem como

---

<sup>249</sup> MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.

sua posterior metamorfose. Em segundo lugar, diz respeito à transfiguração social do fenômeno da morte em um evento de natureza simbólica de interdição, isto é, um tabu, influenciado pelo então surgimento da figura do Estado Moderno e também pela chamada Medicina Social.

A partir de agora, esse terceiro capítulo será construído tendo com base esses dois processos e com o intento de 1) verificar como parte do setor funerário constrói simbolicamente e representa os seus produtos que vende, 2) identificar a forma como são comercializados hoje e 3) analisar o *post mortem* como práticas de distinção e hábitos de classe.

### **3.2. A mercantilização do *post mortem***

Acerca da primeira questão, é possível demonstrar tal ligação a partir de interessantes subsídios que a própria historiografia e as ciências sociais foram capazes de revelar. Segundo Mitford<sup>250</sup>, os primeiros registros que se tem, em parte do ocidente, sobre a mercantilização do *post mortem*, datam do século XIX. Foi por volta de 1850 que os primeiros empreendedores da morte, os chamados *undertakers*, surgiram. O século XIX, por sua vez, é um período de grandes e intensas transformações sociais, políticas e econômicas, a começar pela expansão do sistema de produção industrial em boa parte do ocidente. Hobsbawm chama esse período de a era dos Impérios, mesmo nome que leva uma de suas clássicas obras.

A era dos Impérios, de acordo com o historiador<sup>251</sup>, compreendeu um espaço de tempo da história que abarcou os anos de 1875 a 1914. Esse período foi marcado por um mundo geograficamente menor e globalmente maior. Isso significou que o planeta já naquela época estava ligado estreitamente pelos laços dos deslocamentos de pessoas, de bens, de comunicações, de produtos materiais e também de ideias. Com o aporte do desenvolvimento da indústria pesada, a qual o autor toma como uma das características da modernidade, o crescimento do setor metalúrgico, no *Primeiro Mundo*, trouxe a possibilidade de surgimento e expansão de uma infraestrutura, como a construção de portos e ferrovias na região, que viabilizou o transcurso e a troca de bens materiais entre as pessoas. Conforme Hobsbawm,

---

<sup>250</sup> MITFORD, Jessica. *American way of death. Revisited*. New York: Vintage Books, 2000.

<sup>251</sup> HOBSBAWM, Eric. *A era dos impérios*. 1875 – 1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 20.

[...] foi nessa época que o telefone e o telégrafo sem fio, o fonógrafo e o cinema, o automóvel e o avião passaram a fazer parte do cenário da vida moderna, sem falar na familiarização das pessoas com a ciência por meio de produtos como o aspirador de pó (1908) e o único medicamento universal jamais inventado, a aspirina (1899). Tampouco devemos esquecer a mais benéfica de todas as máquinas do período, cuja contribuição para a emancipação humana foi imediatamente reconhecida: a modesta bicicleta. Apesar de tudo, antes de saudarmos essa safra impressionante de inovações como uma "segunda revolução industrial", não devemos esquecer que só retrospectivamente elas são consideradas como tal. Para o século XIX, a principal inovação consistia na atualização da primeira revolução industrial, através do aperfeiçoamento da tecnologia do vapor e do ferro: o aço e as turbinas. As indústrias tecnologicamente revolucionárias, baseadas na electricidade, na química e no motor de combustão, começaram certamente a ter um papel de destaque, em particular nas novas economias dinâmicas. Afinal de contas, Ford começou a fabricar seu modelo T em 1907.<sup>252</sup>

A partir das colocações do autor, o século XIX é caracterizado, pelo menos entre os grandes centros urbanos da Europa e EUA, por uma expansão da produção material totalmente vinculada ao desenvolvimento da indústria e da tecnologia. Para ter uma noção da ampliação do comércio na época, a produção de ferro dos cinco principais países produtores duplicou, passando de 11 mil para 23 mil toneladas somente entre os anos de 1870 a 1890. Foi nesse período que as economias industriais americanas e alemãs avançaram vertiginosamente. Até a América Latina, especificamente a Argentina e o Brasil, se fez presente nesse contexto de expansão, ao receber investimentos estrangeiros, ingleses, por sua vez, na implantação de sistemas ferroviários.

De meados dos anos 1890 à Grande Guerra, a orquestra econômica mundial tocou no tom maior da prosperidade, ao invés de, como até então, no tom menor da depressão. A afluência, baseada no *boom* econômico, constituía o pano de fundo do que ainda é conhecido no continente europeu como "a bela época" (*belle époque*).<sup>253</sup>

Segundo Hobsbawm<sup>254</sup>, a era dos Impérios foi marcada por um crescimento acentuando também, em valores absolutos e valores relativos, do setor terciário da economia, tanto na esfera pública quanto na privada, o que contou com uma ampliação significativa do trabalho em escritórios, lojas e outros serviços. Na Grã-Bretanha, por exemplo,

[...] um país que, em seu apogeu, dominara a economia mundial com uma quantidaderidiculamente reduzida de trabalho de escritório: em 1851, havia 67 mil funcionários públicos e 91 mil empregados de comércio, numa população ativa total de cerca de 9,5 milhões de pessoas. Mas por volta de

<sup>252</sup> HOBSBAWM, 1988, p. 49.

<sup>253</sup> *Ibid.*, p. 47.

<sup>254</sup> *Ibid.*, p. 53.

1911, o comércio empregava quase 900 mil pessoas, das quais 17% eram mulheres, e o funcionalismo público triplicara. A porcentagem da população ativa que o comércio empregava quintuplicara desde 1851.<sup>255</sup>

O que se quer demonstrar com esse cenário histórico do século XIX é a relação com sua própria atmosfera social, no sentido de como aquele período era confeccionado, visualizado, compreendido e incorporado ao mesmo tempo pelos indivíduos. Acredita-se que tal como Marx salientou ao engendar sua metodologia epistêmica para compreender o imaginário social de uma época, é necessário relacioná-lo à base real econômica e social, pois a consciência dos indivíduos reflete a dinâmica das relações materiais. Portanto, se o século XIX é marcado por um impulso da economia voltado para o desenvolvimento da indústria e da tecnologia, a qual via na produção de mercadorias e nas estratégias organizacionais meios para se atingir a maximização dos lucros, por que a apreensão da realidade desses indivíduos não iria ao encontro desse movimento do progresso material?

Esse expressivo desenvolvimento no setor da indústria e do comércio só foi permitível tendo como aliado o aumento da demografia na época. Sem força de trabalho suficiente não seria possível preencher os postos do chão de fábrica que passaram a ser abertos constantemente. É dentro e em torno desse ambiente que se pode dizer que essa realidade pôde ser construída e absorvida pelos indivíduos. Realidade que passou a compreender a vida, tanto no sentido simbólico e material, como coisas rentáveis, fetichizadas e a serem consumidas. Um dos aspectos responsáveis pelo surgimento da indústria do pós-morte foi o capitalismo que leva tudo, até mesmo a morte, à se constituir em possibilidade a mais de gerar lucros ao se transformar em mercadoria.

Na visão de Max Weber<sup>256</sup>, esse “espírito capitalista”, amplamente trabalhado em sua obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, constitui uma conduta de vida que rege a ordem social. O desenvolvimento do capitalismo no ocidente deveu-se a um conjunto de especificidades, tais como o progresso da ciência e a intencionalidade do agente econômico, em que o conhecimento científico passou a ser utilizado com o fim de se obter um lucro sistemático e racional. O resultado desse novo ambiente econômico e cultural foi a formação de um mercado de trabalho livre, no qual o local de

---

<sup>255</sup> *Ibid.*, p. 53

<sup>256</sup> WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

trabalho deixou de ser a residência e que passou a fazer uso da contabilidade racional na produção de bens.

Há que se destacar que, para Weber, uma das causas para o surgimento de tal “espírito” foi a influência de dogmas religiosos. Os quatro principais representantes históricos do protestantismo ascético, o calvinismo, o pietismo, o metodismo e o anabatista, influenciaram a conduta moral dos fiéis por meio de sanções psicológicas advindas de suas crenças e de suas próprias práticas religiosas. Essas sanções psicológicas, amparadas nos preceitos de cada representante do protestantismo ascético, levaram os fiéis a praticarem certas condutas, como a ideia de predestinação, de trabalho como vocação, de acumulação de riqueza, o desprezo pelo luxo e pela ostentação e do reinvestimento sistemático do lucro.

Mas para além da influência da vida religiosa enfatizada pelo autor na formação desse “espírito capitalista”, deve-se ressaltar o peso da denominação que ele deu ao capitalismo como sendo, para além de um modo de produção, uma conduta de vida que organiza e controla a vida em sociedade. Essa mesma observação é constatada por Marx, o qual destacava que os modos de produção são diferentes e históricos tais como os distintos tipos de sociedades existentes, deixando claro que o modo de produção capitalista não é apenas um sistema econômico em si só, mas sim um sinônimo de uma sociedade como um todo. Para o autor,

Este modo de produção não deve ser considerado no mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isso sim, de uma determinada forma da atividade destes indivíduos, de uma forma determinada de exprimirem a sua vida, de um determinado modo de vida dos mesmos. Como exprimem a sua vida, assim os indivíduos são.<sup>257</sup>

É o que Harvey<sup>258</sup> chamou de regime de *acumulação e modo de regulamentação social e política*, ao recorrer aos pressupostos metodológicos utilizados pela *Escola da Regulação* para designar o capitalismo moderno.<sup>259</sup> Para que um certo tipo de modo de acumulação de riqueza se desenvolva, é preciso que determinadas normas, hábitos, leis e redes de controle assegurem a coesão de todo o processo como um todo. O que se quer evidenciar é que há uma interdependência entre o desenvolvimento da estrutura e da superestrutura, em que uma influencia a outra.

<sup>257</sup> MARX, Karl. Premissas da Concepção Materialista da História. In: *Ideologia Alemã*, Capítulo I, item 2, 2006, p. 5. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/ideologia-alemae/cap1.htm#12>> Acesso em: 05 jan. 2015.

<sup>258</sup> HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992, p. 17.

<sup>259</sup> HARVEY, 1992, p. 34.

Portanto, acredita-se que uma das razões responsáveis por transformar os rituais fúnebres em serviços funerários foi exatamente o surgimento desse modo de produção específico que passou a fazer parte indissociável do cotidiano e da conduta desses indivíduos, levando-os a ver no processo da “racionalização do mundo”, na subsunção do valor-de-uso pelo valor-de-troca e na mistificação e fetichização da mercadoria sentidos plausíveis para produzir e reproduzir a vida em sociedade. Numa linguagem empreendedora é possível dizer que, se há mecanismos de distintas ordens que fazem com que práticas funerárias se tornem serviços e mercadorias, por que então não utilizar esse “espírito”, ou seja, essa lógica mercadológica, para ser e estar “nesse mundo”?

Quando se leva em consideração essas colocações, baseadas, portanto, na percepção materialista histórica das sociedades capitalistas, é possível compreender como os rituais fúnebres e seus correlatos estão e são atualmente dispostos por parte do setor funerário, especialmente o de Uberlândia. Numa das primeiras perguntas feita ao diretor comercial do Cemitério e Crematório Municipal Parque dos Buritis, em relação à história da empresa, já apareceram elementos que vão ao encontro dessa constatação.

Na realidade, é o seguinte: a empresa, o grupo, são várias empresas diferentes. Começou, se não me engano, há 31, 32 anos atrás com o Bosque da Esperança, que foi o segundo cemitério-parque de Belo Horizonte. Então, começou com o Bosque e veio passando por outros cemitérios, outros empreendimentos do setor funerário, né [sic]. Os sócios da empresa mexem com outra coisa, uma das coisas que eles mexem, chegando até nesse ponto do Parque dos Buritis, que foi o último empreendimento. [*E todas essas empresas são do setor privado?*] Setor privado. Na realidade, é o seguinte, hoje em dia é muito complicado ter um cemitério. Depois da lei de 1994, se eu não me engano, ficou muito complicado você ter um espaço, um terreno e você abrir um cemitério. Além disso, a inviabilidade econômica é absurda, porque a especulação imobiliária, você tem um imóvel aí, você vai deixar ele 20, 30 anos parado sem custo praticamente zero, você vai implementar um cemitério você tem um custo altíssimo, fica inviável também. Então, tem um cemitério que é todo particular e tem outro que ele é concessão da mesma forma que funciona aqui em Uberlândia.<sup>260</sup>

Ao relatar a história do empreendimento, Carvalho deixa claro em quais bases legais funciona o novo cemitério da cidade, que é por concessão/licitação pública, e ressalta ainda as dificuldades de se abrir um negócio desse tipo, devido ao alto custo e ao longo prazo de retorno ao se fazer tal investimento quando é de caráter estritamente particular. A (in)viabilidade econômica, que ele considera “absurda”, traz para a discussão subsídios que caracterizam a predominância do olhar mercadológico com que é voltado para essa área. É em torno do valor-de-troca da coisa que o interesse pela

---

<sup>260</sup> Entrevista realizada com Carvalho, em 8 de abril de 2014, pela pesquisadora.

questão se movimenta. O próprio termo “empreendimento” expressa bem o caráter mercantil do pós-morte.

No depoimento de uma das administradoras da Paz Universal esse ponto também se faz presente quando se questiona acerca das limitações que o processo licitatório impõe à expansão do negócio.

*Essa questão da funerária, nesse sentido também, a estrutura que a Paz Universal tem aqui em Uberlândia ela segue também os parâmetros da licitação? Não, não. A Paz vai muito além da licitação. Vocês tem essa abertura? Nós temos essa abertura. Tanto é que, por exemplo, a Paz Universal tem salas mais modernas. É a única funerária que tem os carros pratas, porque a gente quis fugir do preto. Entendeu? Então assim, a gente tem uma abertura sim, né. Nós construímos um espaço nobre que foi apenas destinado a políticos e artistas para velar com sala de imprensa e tudo, mas eu alugo elas, duas ou três vezes por mês, pois tem muitas famílias em Uberlândia que querem fazer esse trabalho, né. Então é assim, tá?*<sup>261</sup>

De acordo com Cerejeira, a sua agência possui permissão legal para expandir o empreendimento, o que permitiu a construção de um espaço nobre, como consta no fragmento, espaço que pudesse atender a um determinado – e distinto – público de Uberlândia. Essa expansão física significou, obviamente, também aumento do lucro da empresa e a maneira encontrada para atingir tal intento foi apostar em nichos de mercado que se baseiam na questão da distinção social. A estratégia de personalizar mercadorias e serviços, além de ser um recurso utilizado pelo capitalismo a fim de promover sua sustentação, evidencia outra forte característica, a sua existência baseada na diferenciação de classes sociais. No caso da Paz Universal, apostou-se no segmento social composto por políticos e artistas, que demandariam um tipo específico de ritual fúnebre ligado, por sua vez, a um estilo e gosto social que compartilham.

Outro aspecto interessante que transpareceu no trecho acima foi a designação que Cerejeira deu ao ritual funerário, ela o chamou de “trabalho” ao se referir à procura de algumas famílias para realizar esse tipo de velório. O sentido por ela empregado vai ao encontro daquilo que já foi enfatizado anteriormente, que é a transformação dos rituais fúnebres em serviços funerários. Diante do atual contexto socioeconômico, o tratamento dado a esse tipo evento que, por sinal, está imbuído de significados que fogem da habitualidade, já que se conforma em um rito de passagem. Denominar esse momento de trabalho, levando aqui em consideração seu sentido mercadológico,

---

<sup>261</sup> Entrevista realizada com Cerejeira, em 14 de abril de 2014, pela pesquisadora.

alienado e estranhado, o equipara mais a uma mercadoria qualquer a ser vendida do que um ritual em si.

Ao ser questionado sobre as mudanças que o setor tem vivido no país, nos últimos anos, diante da sua própria expansão, como demonstrado no capítulo dois, Carvalho comentou quais são essas alterações e seus significados.

*Tiveram muitas mudanças no setor?* Nossa, muito! Teve uma mudança, que eu acho que foi o ponto crucial nisso aqui, que foi o seguinte. Aqui tem um sindicato muito forte, o Sindicato dos Cemitérios Particulares no Brasil, o SINCEP. E o SINCEP, o último presidente criou um projeto que chamava o Intercâmbio da Segunda Geração, porque esse negócio é muito familiar. Então a segunda geração, que eu sou um pouco mais novo, que o pessoal deve estar com uns 40 e tal, começou a ter essas reuniões, convenções pra fora. Filiamos ao órgão americano que é o NFDA e daí, de 7 anos pra cá, tiveram mudanças muito grandes e rápidas. Um exemplo grande disso foi o Funeral House. Em Belo Horizonte, uma cidade caótica de trânsito, os cemitérios são afastados, são velórios dignos, são velórios bons, mas não tem um luxo que a demanda, o mercado de Belo Horizonte já necessitava. Esse Funeral House foi uma ideia que a gente pegou, por exemplo, do mercado americano, que as funerárias são daquele jeito e aplicamos aqui. Essa mudança foi a primeira de Minas. Acho que tem duas no Brasil, uma em São Paulo e a outra em Belo Horizonte. Então, isso tudo vem de lá, São Paulo inclusive também.<sup>262</sup>

Primeiramente o diretor menciona a existência de uma agremiação que defende os interesses do grupo, o Sindicato dos Cemitérios e Crematórios Particulares do Brasil, SINCEP. Isso por si só ressalta a força organizacional e estrutural do setor. Tal como discutido no capítulo dois, existem vários sindicatos como este espalhado pelo país. O interesse desta agremiação e de seus filiados, de acordo com o fragmento, é o de ampliar o campo de atuação da empresa com base nos preceitos mercadológicos internacionais. A *National Federation Directors Associations*, NFDA, é um dos sindicatos da área fúnebre mais forte que existe nos EUA atualmente. Além de Carvalho ressaltar o tratamento dado a esse tipo de evento, esclarece, por sua vez, de onde vêm a inspiração que move a indústria do *post mortem* no Brasil, ou seja de um dos maiores mercados fúnebres do mundo que cria e exporta constantemente serviços e produtos a fim de expandir cada vez mais o “estilo americano de morrer”.

Na percepção de Cerejeira, o desenvolvimento do ramo no país conta com outras inovações que giram em torno do tratamento dado ao corpo sem vida. A tanatopraxia é uma técnica científica importada dos EUA e que surgiu como um processo evolutivo do embalsamamento. Este último é, por sua vez, culturalmente disseminado entre os norte-

---

<sup>262</sup> Entrevista realizada com Carvalho, em 8 de abril de 2014, pela pesquisadora.

americanos, muito embora seja inexpressivo por aqui. Ambas as técnicas possuem a função de desacelerar o processo de decomposição do corpo, além também de promover uma imagem natural e saudável ao defunto. O relato da administradora da Paz Universal vem reforçar a mesma posição salientada por Carvalho, segundo a qual o mercado fúnebre brasileiro é influenciado pelo norte-americano. É ele, portanto, que alimenta a expansão do setor no país e, consequentemente, possibilita o aumento dos seus lucros.

Olha, as mudanças mais recentes no setor eu acredito que veio aí a evolução da tanatopraxia, né. Hoje, igual, por exemplo, nos EUA, não é igual a gente aqui no Brasil, que a pessoa morre e sai todo mundo correndo na cidade pra fazer o velório e o enterro, né. Nos EUA, eles marcam uma data, por exemplo, assim, faleceu fulano, dia 15 a partir das sete horas nós vamos velar o corpo, né. Então, assim, nós temos tratamento hoje que você consegue manter um corpo, vamos dizer assim, saudável, com a aparência saudável, por 30 dias, por 60 dias. Então, eu acho que essa é a maior evolução, né.<sup>263</sup>

Os depoimentos acima permitem verificar que a própria linguagem utilizada pelos entrevistados é mercadológica, a qual possui termos específicos, como “negócio”, “setor”, “sindicato”, “mercado”, “alugo”, “trabalho”, “empreendimento”, “(in)viabilidade econômica”, que expressam o modo como essas pessoas – profissionais e especialistas - lidam com o que se deve fazer atualmente quando a morte se faz presente. Portanto, é um setor da economia que se movimenta como qualquer outro, que tem suas influências e que visa sempre crescer a partir de novidades e de investimentos. Pode-se constatar a partir de outro trecho da entrevista concedida por Carvalho em relação à capacitação dos seus funcionários e à participação da empresa em congressos e afins.

Fazemos parte do SINCEP. O Senac, foi até criado pelo outro presidente, ele fez uma parceria com o Senac, aqui eu não tenho, mas em Belo Horizonte tem alguns cursos voltados para o setor, treinamento de vendas para cemitério, isso tem. Mas aqui, nós fizemos um curso do Senac que eu, pessoalmente, achei muito pobre, porque é venda, mas minha venda é muito peculiar, é muito diferenciada, não é qualquer tipo de venda. Então, o pessoal do Senac sentou com o gerente, sentou comigo e com todo mundo do meu departamento comercial, pegaram o feedback, aprenderam como se faz essa venda e fizeram o curso de vendas para o setor. Em Belo Horizonte, a cada seis meses, como lá você tem várias empresas, o tratamento é por blocos. Então, deve ter treinamento todo mês. Mas cada departamento treina de uma a duas vezes por ano. Normalmente são duas. Congresso é mais gerência, supervisão, gerência e mais pelo sindicato. O Brasil é muito pobre com essas feiras. Como é que você manda três ou quatro gerentes seu para os EUA? É caro [...].<sup>264</sup>

---

<sup>263</sup> Entrevista realizada com Cerejeira, em 14 de abril de 2014, pela pesquisadora.

<sup>264</sup> Entrevista realizada com Carvalho, em 8 de abril de 2014, pela pesquisadora.

Como referido por Carvalho no que tange à questão da capacitação de seus funcionários, fica claro, mais uma vez, que sua preocupação central é a venda de serviços e produtos que o Parque tem a oferecer. Porém, como são mercadorias incomuns, diferentes, isto é, que não podem ser vendidas de qualquer maneira e, por isso, exige-se um treinamento diferenciado de seus funcionários para que se concretizem essas vendas, deixa em aberto a discussão em relação às formas com que esses produtos devem, então, ser comercializados. Por estarem atrelados ao fenômeno da morte, que, por sua vez, foi construído socialmente como um tabu no ocidente, questiona-se, assim, quais são as estratégias e os mecanismos ideológicos que essas agências utilizam para concretizarem, de fato, seus interesses mercadológicos?

### **3.3. A morte como tabu no Ocidente**

Os mecanismos ideológicos secretados pelas agências são de distintas ordens. Eles guardam profunda relação com a questão social da morte como tabu. A construção social do medo da morte em boa parte do ocidente abriu espaço para seu comércio. Se há um “terrível pavor” e receio dela, se há possibilidades de afastá-la, e se boa parte da vida dos indivíduos é tomada pelo trabalho, por que então não evitar tamanho sofrimento e terceirizar a tarefa de lidar com os mortos? Esse tipo de pensamento só possui validade quando se tem presente socialmente figuras e dispositivos, como o Estado Moderno e a Medicina Social, que passam, a partir de certo momento na história, a se responsabilizarem pela manutenção da vida em sociedade.

O século XIX, como já foi abordado, a partir dos estudos de Hobsbawm, foi um momento histórico de grandes transformações em todo cenário mundial. É neste século que se manifestam os primeiros movimentos da indústria do *post mortem* e também da configuração de unidades de política básica moderna e da ciência racional e sistematizada. A estrutura de um Estado Moderno já se fazia presente nessa conjuntura. Como se sabe, sua origem esteve vinculada às revoluções e aspirações burguesas e ao surgimento do capitalismo mercantil entre os séculos XIV e XVI. Ele apareceu em

resposta ao descontentamento dessa nova classe em ascensão em relação ao poder feudal, exercidos pelos reis, e da sua velha política baseada em leis divinas.<sup>265</sup>

O fato é que essa nova estrutura política, fruto da então cosmovisão burguesa, trouxe para boa parte do ocidente uma nova concepção da realidade em sociedade, e dentro dela estava incutida à ideia de proteção dos direitos dos homens ou a garantia de sua liberdade. Essa visão de mundo foi baseada nas concepções doutrinárias do pensamento iluminista que, posteriormente, passou a ser denominada de liberalismo, desenvolvendo-se de acordo com as particularidades de cada país que a acolheu. De modo geral, ela se expressou em quatro objetivos:

- (a) no campo político, controlar, submeter e em seguida reduzir os poderes do absolutismo monárquico; (b) no campo social, superar e banir os privilégios corporativos da Idade Média que beneficiavam a nobreza, o clero e as corporações de ofício; (c) no campo econômico, garantir a livre mercadoria, o que implicava a liberdade de produzir e comerciar, sem a interferência do poder político; e, finalmente, (d) no campo jurídico, garantir a estabilidade das normas legais e do Direito, livres do poder regulador do absolutismo, sem as quais o mercado não poderia prosperar.<sup>266</sup>

O Estado Moderno foi justamente fruto de uma dessas concepções, que teve como marca diferencial a introdução do parlamento, isto é, de um instrumento que permitiu que o poder, dentro do âmbito político e que anteriormente era exercido somente pelo executivo, fosse dividido e controlado entre grupos sociais distintos. Essa transformação no sistema político não só representou a força do estabelecimento da burguesia enquanto nova classe política dominante como também instituiu um regime político baseado na ideia de representatividade. A partir daquele momento, ficava instituído que o parlamentar ficaria responsável por decidir as situações de seus eleitores, mesmo que essa representatividade fosse limitada somente a uma classe: a burguesa.<sup>267</sup>

É diante também dessa unilateralidade representativa que se tem a ascensão e afirmação de mais uma classe no cenário político: o proletariado. Diante do contraste de seus interesses, juntamente com os da nobreza hierárquica, surgiu uma nova perspectiva

---

<sup>265</sup> BATISTA, Neusa Chaves. *Estado moderno e democracia*: um breve histórico, p. 1. Disponível em: <[http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo5/organizacao\\_escola/modulo1/democracia Liberal.pdf](http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo5/organizacao_escola/modulo1/democracia Liberal.pdf)> Acesso em: 31 out. 2015.

<sup>266</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Bento Costa Lima Leite de; MIRANDA, Márcio Mota. *Democracia, liberalismo e socialismo*. Disponível em: <[http://www.achegas.net/numero/cinco/bento\\_e\\_marcio.htm](http://www.achegas.net/numero/cinco/bento_e_marcio.htm)> Acesso em: 31 out. 2015.

<sup>267</sup> *Ibid.*, 2015.

política, a democrática. Conforme Hobsbawm<sup>268</sup>, as “classes melhores”, a burguesia e a nobreza, já não podiam mais falar pelos “subalternos” diante de suas manifestações contra os capitalistas. A pauta reivindicativa era por segurança social e medidas públicas contra o desemprego e também pela consolidação de um salário mínimo. Assim, apareceram os primeiros partidos e movimentos de classe operária, sob orientação socialista, e uma estrutura política que possibilitou, ainda que de forma limitada, a participação destes últimos.

Após 1870, contudo, tornou-se cada vez mais claro que a democratização da política dos Estados era inteiramente inevitável. As massas marchariam para o palco da política, quer isto agradasse ou não aos governantes. Foi o que realmente aconteceu. Sistemas eleitorais baseados em amplo direito ao voto e às vezes, teoricamente, até no sufrágio universal masculino, existiam já na França e na Alemanha, em 1870 (pelo menos para o parlamento nacional alemão), bem como na Suíça e na Dinamarca.<sup>269</sup>

Juntamente com essas mudanças consolida-se uma esfera público-estatal, marcada pela substituição das rendas senhoriais pela arrecadação de impostos, o que possibilitou o custeio das despesas do governo e do Estado; a separação do direito público do direito privado no âmbito jurídico; a constituição de uma burocracia estatal na esfera administrativa; a formação de um exército permanente financiado pela renda pública no plano militar e também a separação entre rendas e patrimônio estatal dos governos e funcionários na área financeira.<sup>270</sup> Entretanto, o Estado não pode ser reduzido somente à sua característica burocrática pública, ele deve ser compreendido na sua relação de responsabilidade com o desenvolvimento da sociedade e com seus membros integrantes.

Estado não pode ser reduzido à burocracia pública, aos organismos estatais que conceberiam e implementariam as políticas públicas. As políticas públicas são aqui compreendidas como as de *responsabilidade* do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais.<sup>271</sup>

A intenção é demonstrar aquilo que Hofling salienta acerca do papel que o Estado Moderno passou a contrair diante dessa nova estrutura política e conjuntura

---

<sup>268</sup> *Ibid.*, p. 309.

<sup>269</sup> HOBSBAWM, 1988, p. 81.

<sup>270</sup> BATISTA, Neusa Chaves. *Estado moderno e democracia*: um breve histórico, p. 1. Disponível em: <[http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo5/organizacao\\_escola/modulo1/democracia Liberal.pdf](http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo5/organizacao_escola/modulo1/democracia Liberal.pdf)> Acesso em: 31 out. 2015.

<sup>271</sup> HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, ano XXI, nº 55, novembro, 2001, p. 30.

histórica, que foi o de desenvolver ações públicas e garantir direitos sociais que visassem assegurar a reprodução e o controle da vida em sociedade. Mas isso só foi possível com a pressão advinda dos movimentos populares, principalmente do proletariado, que surgiam em função dos conflitos que emergiam entre capital e trabalho no decorrer do desenvolvimento do industrialismo. Foi por volta do final do século XIX que essa questão passou a constituir, de fato, numa das preocupações do Estado Moderno e a partir de então surgem as primeiras legislações sociais.<sup>272</sup>

Com o Estado do Bem Estar Social<sup>273</sup>, em conformidade com as transformações sociais que tiveram grande influência nesse processo, como as Primeira e Segunda Guerras Mundiais, tem-se a criação e o aperfeiçoamento de aparatos e mecanismos de controle e supervisão que passaram cada vez mais a afetar a vida dos indivíduos em sociedade. Esses dispositivos vão desde a legitimação de direitos básicos sociais, como segurança, moradia, educação e saúde até o controle da informação, conforme afirma Giddens.<sup>274</sup> É nesse processo de preservação da vida por uma entidade autônoma, o Estado, que a ideia social de morte passa a ser cada vez mais ocultada.

Mas por que a ideia social de morte passa a ser ocultada? Levando em consideração o advento do Estado moderno, como divisor de águas na história do ocidente, é possível responder tal questionamento.

Se em tempos que antecediam esse marco histórico e metodológico a morte era mais pública, corriqueira, ocorria em âmbito doméstico e a religião era responsável por acompanhar tal processo, como já foi abordado nos capítulos anteriores, após esse marco não se tem mais o que Norbert Elias vai salientar, que é “a busca de ajuda em sistemas de crenças sobrenaturais contra o perigo”<sup>275</sup> e uma morte apaixonada. Segundo o autor, a necessidade de garantias contra a nossa própria transitoriedade diminuiu significativamente em tempos recentes ao se comparar com a Idade Média, por exemplo.

Nos Estados-nação mais desenvolvidos, a segurança das pessoas, sua proteção contra os golpes mais brutais do destino como a doença ou a morte repentina, é muito maior que anteriormente, e talvez maior que em qualquer outro estágio do desenvolvimento da humanidade. Comparada com estágios

---

<sup>272</sup> HÖFLING, 2001, p. 31.

<sup>273</sup> Para saber mais consultar: BONAVIDES, Paulo. *Do Estado liberal ao Estado Social*. São Paulo: Malheiros, 2007.

<sup>274</sup> GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991, p. 55.

<sup>275</sup> ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos seguido de “envelhecer e morrer”*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 13.

anteriores, a vida nessas sociedades se tornou mais previsível, ainda que exigindo de cada indivíduo um grau mais elevado de antecipação e controle das paixões. A expectativa de vida relativamente alta dos indivíduos nessas sociedades é um reflexo do aumento da segurança. Entre os cavaleiros do século XIII, um homem de quarenta anos era visto como um velho; nas sociedades industriais do século XX, ele é considerado quase jovem – com diferenças específicas de classe. A prevenção e o tratamento de doenças hoje estão mais bem organizados que nunca, por mais inadequados que ainda sejam. A pacificação interna da sociedade, a proteção contra a violência não sancionada pelo Estado, como contra a fome, atingiu um nível inimaginável pelos povos de outros tempos.<sup>276</sup>

O desenvolvimento da Medicina Social no século XIX<sup>277</sup> foi um dos aspectos mais importantes que contribuiu para a ressignificação da ideia de morte que se tem atualmente. Fruto do desenvolvimento da ciência moderna, racionalizada, sistematizada e experimentalista, surgiu com o intuito de sanar grandes problemas de saúde coletiva em função da ocupação desorganizada dos centros urbanos tanto na Europa quanto no Brasil. Com ela tem-se a criação de centros públicos de estudos e de tratamentos patológicos, o que ocasionou uma nova relação entre Estado e cidadão. A Declaração dos Direitos dos Homens, de 1793, já prescrevia o dever da esfera estatal em conceder assistência médica ao cidadão incapacitado de exercer suas funções laborais.<sup>278</sup>

A doença, assimilada à incapacidade de trabalho, reconhecida pela medicina - os médicos participam da socialização da doença, a edificam e nominam, é transformada e se inscreve nos novos laços da ordem social. Ser doente torna-se um direito: o direito de parar de trabalhar e de receber cuidados. E o doente aparece como um novo personagem na cena social. As transformações da patologia contribuem para a emergência de uma figura individualizada do doente. Novos deveres e direitos e um modo original de se relacionar com o conjunto social vão se definir. E a esse doente se reconhece, também o direito ao tratamento de sua doença.<sup>279</sup>

É interessante observar que o Estado moderno reconheceu o direito à saúde pública ao cidadão em função da expressividade que o trabalho adquiriu nessa nova conjuntura social. Para os teóricos do marxismo, o trabalho constitui categoria central no desenvolvimento da sociedade capitalista. Sem ele é impossível a geração da mais-valia e, por conseguinte, o lucro. É nesse sentido que caminhou, de fato, a preocupação

---

<sup>276</sup> ELIAS, 2001, p. 13-14.

<sup>277</sup> ANDRADE, Luiz Odorico Monteiro de. Do surgimento da medicina social ao surgimento da intersetorialidade. S/D. Disponível em: <<http://www.idisa.org.br/img/File/2%20DO%20SURGIMENTO%20DA%20MEDICINA%20SOCIAL%20AO%20SURGIMENTO%20DA%20INTERSETORIALIDADE.pdf>> Acesso em: 03 nov. 2015.

<sup>278</sup> ORNELAS, Cleuza Panisset. Os hospitais: lugar de doentes e de outros personagens menos referenciados. *Revista Brasileira de Enfermagem*. Brasília, v. 51 , n. 2, p . 253-262, abril - jun., 1998, p. 258.

<sup>279</sup> ORNELAS, 1998, p. 258.

do Estado em preservar e ampliar a vida dos indivíduos, pois assim garantiria as condições mais gerais de reprodução da força de trabalho, condição vital ao capital.

Com isso, portanto, tem-se a criação de clínicas e de hospitais que também se constituíram em redutos da morte. Aqui se tem a transformação da morte doméstica, aquela realizada dentro de casa entre familiares, em morte institucionalizada, exercida dentro de instituições de domínio estatal e de profissionais da área.

O nascimento da clínica que se acompanha da utilização de novas técnicas de diagnóstico e da conversão da arte de curar em ofício conduzem a medicina para o interior dos hospitais, lugar onde a observação dos doentes, que será pouco a pouco assumida pelas enfermeiras, poderá ser exercida em sua plenitude. Com o nascimento da clínica, a doença, os saberes que a explicavam e que permitiam tratá-la e os portadores desse saber convergem para o hospital. O hospital define-se, então, como o lugar onde os doentes podem ser observados, a causa de suas doenças descoberta, tratados e curados.<sup>280</sup>

Todavia, como se sabe, nem todos os enfermos são curados e, portanto, tiveram que ser assistidos até findarem suas atividades vitais dentro desses locais. É nesse processo de institucionalização que a morte também passou a ganhar socialmente significados de interdição e de medo. Não que no período medievo as pessoas não tivessem pavor dela. Contudo, aquela conjuntura social, marcada pela inexistência de medidas profiláticas e de segurança pública, permitia que as pessoas convivessem mais de perto com a própria morte e isso as levava a encará-la de frente, sem medidas paliativas que pudessem aliviar o sofrimento e a dor por ela gerada. Desse modo, pode-se compreender que a morte era um fato comum, naturalizado e recorrente cotidianamente.

Já na modernidade a concepção da morte é alterada, pois se tem a legitimação de uma instituição política e autônoma, que institui o controle e a ameniza os conflitos sociais internos. Consequentemente tem-se o aumento da expectativa de vida e isso contribui, sem dúvida, para que o homem se afaste da morte tanto física quanto psicologicamente. Segundo Elias<sup>281</sup>, desde que o ser humano se descobriu em condição de finitude, ele passou a desenvolver noções satisfatórias capazes de encobrir esse fato que lhe é inherente. Mascarar a finitude irreparável é um mecanismo muito antigo e que acompanha as mudanças da dinâmica social. Nesse sentido, em períodos antecessores, esse mascaramento era realizado predominantemente por meio de fantasias coletivas,

---

<sup>280</sup> *Ibid.*, p. 258.

<sup>281</sup> ELIAS, 2001, p. 43.

mais especificamente, pelas religiões, das quais sempre alimentam o imaginário de que a morte é uma passagem e que mesmo depois dela se tem a continuação da vida.

Numa sociedade com uma expectativa de vida de 75 anos, a morte para uma pessoa de 20 ou 30 é consideravelmente remota que numa sociedade com uma expectativa de vida de 40. É fácil compreender que, na primeira, uma pessoa seja capaz de manter a ideia da morte à distância durante um período maior de sua vida. Mesmo em sociedades avançadas, um perigo objetivo de morte está sempre presente, como deve ser para todas as coisas vivas. Mas pode ser esquecido. Para parte considerável dessas sociedades, a morte ainda está distante. No outro caso, em sociedades menos desenvolvidas com uma expectativa de vida mais curta, a incerteza é maior. A vida é mais curta, a ameaça da morte é mais presente, e práticas mágicas para lidar com essa angústia maior, embora oculta, pela integridade da vida e do corpo, práticas que andam de mãos dadas com a maior insegurança, são amplamente difundidas.<sup>282</sup>

Essas condições que levaram - e que ainda levam - os indivíduos a manterem certa distância da morte fomentam cada vez mais a ocultação e o alijamento desse fenômeno. Por mais que o conhecimento médico tenha avançado nos últimos tempos e tenha controlado, até certa medida, os fatores que causam boa parte das mortes, ela ainda não pôde ser dominada pelo homem. Aquilo que não se domina por completo tende a receber significados de encobrimento para justificar sua insuperável condição ou então tende a não mencioná-los ou discuti-los, o que acaba lhe conferindo o caráter de tabu. Mas, de acordo com Elias<sup>283</sup>, a morte não é um problema em si, o que aflige, de fato, as pessoas é a imagem que elas fazem da morte. Isso significa que a morte e o morrer são um problema só de quem está vivo.

Nesse sentido, é possível compreender melhor esse movimento com as proposições levantadas por Foucault acerca da transformação na relação entre vida e morte. Para o autor, a conjuntura histórica e social aflorada com o advento da modernidade, na qual se tem a presença do Estado moderno, passou a compreender a vida como um objeto de poder, capaz de ser calculada estrategicamente a fim de que ela se discipline e potencialize e, consequentemente, também mudou seu olhar em relação à morte. Anteriormente, o direito à vida e à morte era delegado ao soberano de um povo, era ele quem decidia quem permaneceria vivo ou não. “Em última análise, o direito de

---

<sup>282</sup> *Ibid.*, p. 54-55.

<sup>283</sup> *Ibid.*, p. 11.

matar é o que detém efetivamente em si a própria essência desse direito de vida e de morte: é porque o soberano pode matar que ele exerce seu direito sobre a vida”.<sup>284</sup>

Dessa forma, a morte é entendida como sendo sempre o limiar do poder, pois é nessa fronteira que o poder do soberano é exercido. Nesse caso, o exercício do poder, em um estado de soberania, tem a função de coagir, isto é, de constranger os súditos a fim de que a ordem seja mantida. Essa coação era praticada mediante o recurso da morte em praça pública, como um espetáculo mesmo direcionado aos súditos, a fim de servir como exemplo de ordenação e controle social. Entretanto, esse recurso continha duas falhas: ou ele acontecia rápido demais, inutilizando a função do suplício e se transformava em mera execução, ou então ocorria lento demais, dando a entender que tal ato era apenas de caráter punitivo. O fato é que a forma como o soberano se apropriava do poder para conter a vida de seus súditos transformou-se consideravelmente na modernidade.

Essa transformação, é claro, não se deu de repente. Pode-se segui-la na teoria do direito (mas aí serei extremamente rápido). Vocês já vêem, nos juristas do século XVII e, sobretudo do século XVIII, formulada essa questão a propósito do direito de vida e de morte. Quando os juristas dizem: quando se contrata, no plano do contrato social, ou seja, quando os indivíduos se reúnem para constituir um soberano, para delegar a um soberano um poder absoluto sobre eles, por que o fazem? Eles o fazem porque estão premidos pelo perigo ou pela necessidade. Eles o fazem, por conseguinte, para proteger a vida. É para poder viver que constituem um soberano.<sup>285</sup>

Importava, então, ao soberano preservar a vida de seus súditos até o momento em que estes assinavam o contrato social. Assim feito, o soberano omitia essa sua função, já que o não cuidado para com tais não influenciaria em nada no exercício de seu poder. Logo, não existiam razões para se preocupar com a qualidade de vida de seus contratantes. Isso significa que o corpo, a vida, naquele contexto histórico não era visto ainda como um reduto de poder a ser preservado como passou a ser com o estabelecimento da nova ordem social, política e econômica burguesa. Nesse novo cenário, o corpo e o trabalho se tornaram sinônimos e se figuram em um ponto central no desenvolvimento do capitalismo industrial, a força de trabalho então se faz presente e substancial.

A morte, então, deixa de ser a forma principal de se exercer o poder e passa a configurar-se em um instrumento dentre tantos outros no reforço para o controle e na

---

<sup>284</sup> FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 286-287.

<sup>285</sup> FOUCAULT, 1999, p. 287.

majoração da vida em sociedade. Assim, são criados mecanismos e instituições que visam preservar a vida dos indivíduos com o intuito de não destituí-la, mas de controlá-la, adestrá-la e de discipliná-la. Hospitais, manicômios, prisões, escolas e fábricas são alguns exemplos de instituições que passaram a promover o intuito dessa nova realidade. Essa é a sociedade disciplinar a qual Foucault denominou, em que o Estado é o seu principal gestor e que faz o emprego de determinadas normas e fatores, como o tempo controlado, o espaço devidamente arquitetado, a fim de que os corpos, os indivíduos, ajam disciplinadamente para que seu poder seja ampliado.<sup>286</sup>

Dessa forma, tudo que possa colocar em risco esse processo de ordenamento deve ser extirpado. Portanto, deve-se evitar transgredir as normas. Assim, ele passa a se preocupar com a qualidade de vida dos indivíduos numa dimensão populacional, ao contrário do poder soberano, já que esse aspecto vai ao encontro dos interesses de seus dispositivos de poder. Por isso é interessante para o Estado disciplinar e ater a fatores, como o nascimento, a mortalidade, a velhice, epidemias e migrações, que são inerentes à condição humana, pois controlar esses aspectos contribui significamente na preservação e potencialização da vida, ou segundo Harvey para a reprodução social. Esse processo de gerenciamento da vida numa dimensão pública é chamado por Foucault de biopolítica.

De que se trata nessa nova tecnologia do poder, nessa biopolítica, nesse biopoder que está se instalando? Eu lhes dizia em duas palavras agora há pouco: trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc. São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente na segunda metade do século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos (os quais não retomo agora), constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica.<sup>287</sup>

A biopolítica, por sua vez, busca, em primeiro plano, produzir saberes e discursos, tais como esses que o autor mencionou acerca da condição da massa populacional, a fim de que essa qualidade de vida possa ser gerida e estendida. Esses saberes são, por exemplo, a criação de mecanismos de medição, detalhamento e de estatística sobre a densidade demográfica e afim. É interessante ressaltar que dentro desse conjunto o fenômeno da morte passa a ser fonte de conhecimento também, cria-se

<sup>286</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Sabotagem, S/D, p. 171. Disponível em: <[http://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A\\_Microfisica\\_do\\_Poder\\_-\\_Michel\\_Foulcault.pdf](http://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A_Microfisica_do_Poder_-_Michel_Foulcault.pdf)> Acesso em: 03 nov. 2015.

<sup>287</sup> FOUCAULT, 1999, p. 289-290.

a taxa de mortalidade e instrumentos para medi-la, mas não significa que ela tenha perdido seu caráter de interdição, pois como se sabe, com as mudanças de estratégia de poder, da passagem do soberano para o disciplinar, ela passou a ser ocultada.

Todo o mundo sabe, sobretudo desde certo número de estudos recentes, que a grande ritualização pública da morte desapareceu, ou em todo caso foi-se apagando, progressivamente, desde o fim do século XVIII até agora. A tal ponto que, agora, a morte - deixando de ser uma daquelas cerimônias brilhantes da qual participavam os indivíduos, a família, o grupo, quase a sociedade inteira - tornou-se, ao contrário, aquilo que se esconde; ela se tornou a coisa mais privada e mais vergonhosa (e, no limite, é menos o sexo do que a morte que hoje o objeto do tabu). Ora, eu creio que a razão por que, de fato, a morte tornou-se assim essa coisa que se esconde não está numa espécie de deslocamento da angústia ou de modificação dos mecanismos repressivos. Está numa transformação das tecnologias de poder. O que outrora conferia brilho (e isto até o final do século XVIII) a morte, o que lhe impunha sua ritualização tão elevada, era o fato de ser a manifestação de uma passagem de um poder para outro. A morte era o momento em que se passava de um poder, que era o do soberano aqui na terra, para aquele outro poder, que era o do soberano do além. Passava-se de uma instância de julgamento para outra, passava-se de um direito civil ou público, de vida e de morte, para um direito que era o da vida eterna ou da danação eterna. Passagem de um poder para outro. A morte era igualmente uma transmissão do poder do moribundo, poder que se transmitia para aqueles que sobreviviam: últimas palavras, últimas recomendações, últimas vontades, testamentos, etc. Todos esses fenômenos de poder é que eram assim ritualizados.<sup>288</sup>

Esse ocultamento, na percepção de Foucault, só faz sentido porque nessa nova conjuntura o poder se aplica somente à vida. Quando se estende à morte, o mesmo não pode ser dito, porque dentro da esfera da morte não é possível estabelecer relações de poder. Nesse sentido, como a indústria e o comércio da morte não estão alheios a esse processo, os agentes funerários se reapropriam dessas percepções engendradas socialmente e as transformam em discursos que fundamentam suas estratégias de vendas e a criação de suas mercadorias. Assim, ao indagar Carvalho, gerente comercial do Cemitério e Crematório Municipal Parque dos Buritis, de Uberlândia, sobre as estratégias usadas para que o público as consuma, o mesmo evidencia, por exemplo, a tática positiva de apresentar à sociedade überlandense um novo tipo de cemitério.

Esse novo conceito de necrópole, baseado em uma arquitetura de um parque comum, gramado, e até convidativo ao lazer, como ele mesmo diz, transmite uma sensação de leveza, ao contrário dos cemitérios tumulares já existentes. Essa sensação de leveza está associada, por sua vez, ao processo social de se ocultar o máximo possível a existência da morte. Essas percepções estão impregnadas nos discursos

---

<sup>288</sup> *Ibid.*, p. 294-295.

veiculados pelo setor, é o que se percebe ao questionar tanto o diretor quanto o gerente administrativo do Parque dos Buritis respectivamente acerca dos produtos que eles comercializam.

[...] Eu tenho um problema aqui que é a diferença do cemitério-parque, que não tem em Uberlândia, eu senti que eu poderia ter dificuldade, mas pelo contrário, como o cemitério passa uma leveza, você não vê cemitério, é grama, se você tiver de longe você nem vê a lápide. [...] Nós já mostramos que seria uma coisa benéfica pra população, mas acho que com o tempo também, o pessoal vai vendo nosso serviço, como a gente trabalha, que na realidade, a comparação que a gente tem é com o cemitério da prefeitura. Porque, querendo ou não, não são pessoas profissionais da área, não sabem como trabalhar o sentimento, é um pouco diferente de como a gente trabalha.<sup>289</sup>

É que nem eu te falei, é muito bom, é diferenciado demais, não é um cemitério comum, é muito melhor. É bem normal, é uma coisa muito mais tranquila, não é aquele clima fúnebre, horrível, né, não tem isso. É uma coisa bem mais tranquila, então, eu acho que o que nós vendemos aqui é o certo pras pessoas, deviam ser todos dessa forma, inclusive os cemitérios municipais tinham que ser dessa forma. Até as pessoas mesmo teriam uma outra imagem da morte, né. Não veria dessa forma, vou pra aquele lugar horrível, né, cheio de cruz, cheio de velas, cheio de coisa errada, né. O clima é pesado, eu acho que aqui fica bem mais leve [...].<sup>290</sup>

O “clima fúnebre horrível” mencionado por Nogueira refere-se, por sua vez, ao tipo mais comum de cemitério que existe no país, no qual os túmulos são externos. Eles trazem esteticamente a ideia de morte para mais perto dos vivos ao fazerem alusão a pequenas moradas e por carregarem símbolos que denotam tal passagem. O novo formato de cemitério mencionado e defendido pelo entrevistado tende à ocultação das lápides dependendo do ângulo de visibilidade, o que não deixa de chamar a atenção dos consumidores, pois rompe com aquele aludido “clima”. Saber, então, trabalhar com o sentimento das pessoas nessa situação, segundo a fala do gerente, é usar de mecanismos discursivos que abrandam o incômodo que a morte causa atualmente. Nota-se, portanto, que o setor faz uso dessa percepção socialmente construída como estratégia para expandir tal mercado.

Assim, a tendência do setor é investir em necrópoles que não fazem alusão diretamente ao fim da vida, como é o caso, por exemplo, do cemitério implantado na África do Sul como comentado por Carvalho em entrevista.

Nós fomos num cemitério que eu nunca tinha visto na minha vida. Um cemitério na África do Sul, é um parque. É um parque de 300 hectares, o cemitério daqui tem 20 hectares. Lá são 300 hectares, sendo que só 100 hectares são usados para sepultamento. O fundo do cemitério é todo um

---

<sup>289</sup> Entrevista realizada com Carvalho, em 8 de abril de 2014, pela pesquisadora.

<sup>290</sup> Entrevista realizada com Nogueira, em 5 de maio de 2014, pela pesquisadora.

parque com trilha de *mountain bike*, com lugar para fazer churrasco, pra família comprar e ir lá antes mesmo de usar. E lá não tem sepulturas, você sepulta dentro de uma árvore, direto na terra, de preferência sem urna nenhuma. Assim, totalmente virado pra questão sustentável. Há zebra solta no cemitério, antílope, é uma coisa muito linda. [...].<sup>291</sup>

Além da possibilidade de a própria arquitetura cemiterial trabalhar essa questão, há também outros aspectos que incidem diretamente no centro das atenções desse complexo contexto fúnebre: o corpo. Como já salientado no início deste trabalho, o corpo também é um reduto de significados construídos socialmente e diante da morte ele também expressa sua relação com o mundo. Diante do atual cenário social, no qual se vive a negação da morte, o corpo sem vida tem sido atravessado também por esse movimento quando se depara com técnicas que o mercado funerário vem desenvolvendo. Essas técnicas são aquelas que corrigem qualquer defeito no corpo causado por acidentes ou doenças, mas essa tendência, para além de ser um serviço, expressa a possibilidade de imprimir ainda ao corpo sinais de vida, como salientado por Cerejeira a respeito da aceitação desses novos produtos pelos consumidores.

Por exemplo, nós temos aqui o trabalho de correção facial, né, a necromaquiagem. Então, você pegar uma pessoa que levou oito tiros na cabeça e conseguir colocar aquela pessoa com a imagem da foto pra família prestar uma homenagem, naquele momento. Então, é um momento feliz que nós temos. A gente consegue mesmo em meio a esse momento, a gente consegue ver algo bonito, nessa situação. Entendeu? Mesmo por trás de toda tragédia, né. Então, eu vejo que a aceitação do público é muito boa, né. [...].<sup>292</sup>

Além de caminharem juntamente com o discurso social da ocultação da morte, a necromaquiagem ou reconstrução facial não deixam de ser estratégias que o próprio mercado fúnebre encontra pra alavancar seu crescimento. Diante desse processo de negação, as agências funerárias usam do discurso da amenização da dor para realizarem suas vendas e isso pode ser constatado mediante a retórica utilizada pelos vendedores de jazigo e cremação, por exemplo, captado em entrevista no Parque dos Buritis. Segundo Bétula, esse tipo de venda exige uma abordagem diferente do que é feito geralmente em outros setores do comércio.

[...] A abordagem é totalmente diferente do trabalho aqui comparado ao trabalho de loja, restaurante, né, a forma de você abordar é uma forma mais delicada, né. Tem que ser uma abordagem mais carinhosa, entendeu, com cautela, porque às vezes você liga, às vezes, você liga para o cliente, esses dias eu liguei para uma cliente minha, ela ligou no meu plantão, então eu voltei a ligar de novo. Liguei ela estava chorando, porque ela tinha acabado

---

<sup>291</sup> Entrevista realizada com Carvalho, em 8 de abril de 2014, pela pesquisadora.

<sup>292</sup> Entrevista realizada com Cerejeira, em 14 de abril de 2014, pela pesquisadora.

de perder o pai dela. Não, a gente fica totalmente desconcertada, né, aí você já nem fala mais nesse assunto, você procura dar uma palavra de conforto, você fala que depois liga. Então, futuramente, quando ela tiver com a cabeça tranquila ela te liga. Então, assim, cada um tem um momento da gente abordá-lo. Às vezes, a gente aborda uma pessoa e ela está super tranquila, ri tanto quanto você fala, outros falam com falta de educação, outros te atendem tranquilo. Então, assim, depende muito do momento do cliente, mas o nosso momento, de abordagem, não pode ser diferente, sabe, tem que ser muito com cuidado, né, falando o porquê tá ligando, entendeu. Tem que ter um carinho muito grande nesse momento, totalmente diferente de qualquer abordagem de outro assunto. Tem outros assuntos que a abordagem você aborda, assim, rindo, né, brincando, lógico que você tenta fazer pra descontrair o cliente, né, mas é uma coisa totalmente diferente. [...].<sup>293</sup>

A apresentação desses “atípicos” produtos exige, portanto, um tratamento diferenciado, como pode ser observado nos trechos das entrevistas. Até a sua publicização foge as regras do marketing tradicional. Pelo menos em Uberlândia, a propaganda desses serviços, de acordo com a pesquisa, ainda não é feita escancaradamente, como já existe em outros lugares do Brasil, por exemplo. De acordo com Cerejeira, veicular esse tipo de produto em *outdoor* é muito agressivo.

No serviço funerário, a gente não pode divulgar. Então, nosso único meio de divulgar é o nosso bom trabalho, né. Porque a gente não pode colocar um outdoor que é agressivo, a gente não pode fazer uma propaganda na televisão de uma funerária, né, tudo é muito agressivo. Agora, de planos a gente pode fazer. Então como é que a gente faz. A gente faz um plano específico para o funcionário da prefeitura. Então, a gente divulga lá na prefeitura, entendeu. A gente faz um plano específico pra OAB, aí a gente divulga para todos os advogados da OAB. É assim que é feito, tá.<sup>294</sup>

Quando Cerejeira faz uso do termo “agressivo”, significa que esses produtos e serviços devem ser divulgados de forma contida, feita a portas fechadas e de forma personalizada, o que faz transparecer novamente a precaução que se tem ao lidar com algo que está relacionado à morte. É isso que se lê nas entrelinhas desses discursos: é a morte que é agressiva, pois é ameaçadora e gera incômodo a uma sociedade que busca preservar a vida. O outro recurso utilizado como quesito na ampliação de vendas e lucro por essas agências é o da diferenciação de classe. É em cima dessa condição inerente ao capitalismo que o mercado fúnebre também se movimenta.

O recurso da diferenciação social faz com que o mercado funerário não se restrinja somente a um tipo de classe, pois diante de sua desenvoltura consegue abranger todas elas, por sinal. Isso significa que o setor consegue atender desde as classes dominantes até as classes mais populares, remunerada, por exemplo, com um salário

---

<sup>293</sup> Entrevista realizada com Bétula, em 29 de abril de 2014, pela pesquisadora.

<sup>294</sup> Entrevista realizada com Cerejeira, em 14 de abril de 2014, pela pesquisadora.

mínimo. Para isso, são criados variados tipos de serviços e produtos que se encaixam dentro dessa hierarquia de renda, o que faz aumentar a possibilidade de lucro do setor. De acordo com Carvalho e Cerejeira, para cada “classe” há um tipo de produto, respectivamente.

[...]. Por exemplo, jazigo futuro, classe C, B- até classe D+, de 35 a 65 anos. Jazigo imediato já é uma classe um pouco mais elevada, porque a pessoa não está preocupada, ela chega e paga, essa eu não tenho muito certo não, porque eu vendo muito pouco, então eu não tenho isso muito bem determinado não, mas isso deve ser, sei lá, classe C+ até classe A. Idade deve ser mais jovem, porque a pessoa que faleceu é mais velho, sei lá, uns 30 até os 50 anos. E a cremação foi o que eu te falei. Cremação é muito certinho. Classe A, classe B, 35 a 60 e poucos anos. Tanto da [cremação] futura quanto da [cremação] imediata é isso. São poucas as pessoas fora dessa curva. Aí já entra essa questão mais religiosa, espírita crema muito, espírita deve ser a religião brasileira que mais crema, eu imagino e aqui tem um polo muito forte. Nossa amigo Chico [Xavier] está lá em Uberaba, a gente crema muito de Uberaba.<sup>295</sup>

Então, né. Eu falo que qualquer trabalho que você for trabalhar, qualquer segmento que você for, você tem um perfil específico, né. O segmento funerário é o único que não tem perfil específico, né. *Vocês conseguem abarcar todos?* Todos, né. E aqui, eu trabalho com a classe A e B, que são os particulares, né. E trabalho com a classe C e D, que a grande maioria são associados, né. Temos o projeto social, que é um contrato com a prefeitura, atendemos o carente. Nós temos uma escala onde cada dia uma funerária atende a custo zero para aquelas pessoas da prefeitura que não tem condições. É o carente, o indigente, né. Então é isso, né! Precisa haver uma situação pra pessoa adquirir o meu produto, né. Ou precisa ter nela uma consciência de se fazer um planejamento familiar para ela vir adquirir o plano, tá. Mas isso vem aumento muito nos últimos tempos. Isso é uma mudança meio que cultural, né? [...].<sup>296</sup>

Nota-se nas duas falas, independente da área de atuação das empresas, que é a venda de jazigo/cremação e velório, respectivamente, que o público consumidor é variado ao levar em consideração o recorte feito pelos entrevistados em função do seu poder aquisitivo. Apesar de alguns produtos oferecidos pelo Parque dos Buritis não evidenciarem esteticamente essa distinção de classe, como o jazigo futuro e o imediato, os entrevistados não deixam de salientar a diferença existente do capital econômico na região. A procura por sepultamentos convencionais, aqueles em que o corpo é consumido em contato com a terra, é característica da cultura cristã ocidental, mas a efetivação de sua compra, seja realizada à vista ou a prazo, já ressalta essa questão.

Mas quando são comparadas as duas modalidades de consumação do corpo, enterro e cremação, por exemplo, tem-se, para além de uma diferença de capital econômico, uma diferença de capital cultural também, pois como afirma Carvalho, seu

---

<sup>295</sup> Entrevista realizada com Carvalho, em 8 de abril de 2014, pela pesquisadora.

<sup>296</sup> Entrevista realizada com Cerejeira, em 14 de abril de 2014, pela pesquisadora.

público é bem “redondo”, ou seja, é bem definido. Como se sabe, ao contrário do enterro, a cremação é uma técnica muito recente no país e a sua inserção dentro de uma cultura predominantemente cristã, que vê sentido em um funeral no qual o corpo deve ser enterrado, nos faz levantar alguns questionamentos.

Primeiramente, seria a cremação apenas uma novidade reapropriada pelo mercado fúnebre com o intento de se expandir? Em segundo lugar, seria a cremação uma alternativa a fim de driblar a problemática do espaço urbano e, consequentemente, uma forma mais limpa e sustentável de sepultamento diante dos atuais problemas ambientais que o planeta vem atravessando? Teria relação, por exemplo, com a influência de determinadas religiões que vêm ganhando notoriedade no país, como o espiritismo, cujos adeptos vêm optando, cada vez mais, por essa modalidade de sepultamento? Ou uma mudança cultural na percepção do brasileiro e do ocidental sobre a morte e o morrer?

Os dados mostram um crescimento vertiginoso de crematórios no Brasil. Se em 1997 havia somente três crematórios em todo o país, em 2007 já se contabilizavam 23 e até 2013 já se somavam 32 unidades.<sup>297</sup> As causas deste crescimento são multifatoriais e vão, desde influência religiosa, perpassando pelas necessidades de mudanças na relação entre homem e natureza, até fatores de ordem financeiro e cultural.

Acredita-se que a cremação não deixa de ocupar uma posição de distinta ordem quando contraposta com o enterro como possibilidade de consumo. Diante dos trechos colhidos em entrevista, Carvalho salienta que o público que opta por ser cremado é bem definido, trata-se dos estratos de renda A e B, entre 35 e 60 anos aproximadamente. Essa classificação, utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, demonstra uma das formas institucionais com que o país concebe a questão da classe social em função da renda, por exemplo. Embora essa classificação seja contestada por vários teóricos que estudam classe social no Brasil por não ser precisa, ela não deixa de expressar o gosto e o estilo de vida desses grupos em relação ao consumo de serviços e produtos fúnebres. Nesse sentido, a cremação torna-se fator de distinção de classe quando analisada em função da renda de seus consumidores.

---

<sup>297</sup> FUNERÁRIA ONLINE. *Crescimento de crematórios no Brasil*. Disponível em: <<http://www.funerariaonline.com.br/Dicas/Default.asp?idnews=6474>> Acesso em: 15 dez. 2015. Ver também: SENADO FEDERAL. *Crematórios se multiplicam pelo Brasil*. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2013/08/13/crematorios-se-multiplicam-pelo-brasil>> Acesso em: 15 dez. 2015.

No caso da Paz Universal, essa distinção de classe pode ser visualizada mediante os planos funerários que a mesma desenvolve e comercializa na cidade e região. Apesar de não serem mencionados no trecho acima, Cerejeira explica que para cada classe ou grupo social há um tipo específico de plano, o qual é composto por diferentes tipos de produtos e serviços que, segundo nossa hipótese, se enquadram dentro do estilo e gosto social do público consumidor levando em consideração também seu o capital econômico. Os artigos e serviços oferecidos, então, pela indústria funerária brasileira, e comercializados por essas agências, tomam como referência, como já mencionado, o mercado funerário dos EUA, e trazem consigo vários significados que estão diretamente ligadas com as três pressuposições levantadas nesta pesquisa.

Para compreender melhor o que são, de fato, esses produtos e serviços e o que simbolicamente eles representam dentro desse contexto de mercantilização do *post mortem*, visitou-se uma feira de artigos funerários em Curitiba, em 2014. Nesta ocasião foi desenvolvida uma etnografia que trouxe elementos interessantes para entender esse universo. Além da observação de campo, coletou-se materiais publicitários distribuídos na feira e que serão analisados a seguir.

### **3.4. A indústria da morte e suas expressões simbólicas e materiais**

Até o momento, foi possível constatar que alguns processos de ordem política, econômica e cultural tiveram influência na transformação dos rituais fúnebres, em parte do ocidente, em serviços funerários, por vezes tutelado pelo Estado, por vezes pelo próprio mercado por volta do século XIX. Esse movimento evidenciou que até mesmo a morte e tudo que está relacionado a ela pode se transfigurar em mercadoria de alta rentabilidade num contexto em que a ordem do capital impera, haja vista o crescimento da indústria da morte no Brasil nas últimas décadas e dos EUA. A partir disso, foi também apreendido que durante essa transmutação a ideia social de morte se alterou, passando do âmbito público para o privado - o que lhe concedeu, por sua vez, um caráter de interdição. O que se busca compreender é: como é possível vender esse tipo de mercadoria sendo ela um tabu?

Para iniciar essa discussão, optou-se por adentrar a base que fomenta diretamente o funcionamento do mercado funerário: as feiras de exposições. Como já

salientado no capítulo dois, essas mostras, que são de grandes proporções, são utilizadas para indicar aos revendedores, tais como as agências funerárias, cemitérios, floriculturas e afins, as possíveis tendências para alavancar o crescimento do setor. Para conhecer mais de perto essa atividade, visitou-se, a partir de um olhar etnográfico, uma dessas feiras que ocorreu em meados de outubro de 2014, na cidade de Curitiba, Paraná.

A Exposição Nacional de Artigos Funerários, EXPONAF, é realizada de dois em dois anos pela Associação dos Fabricantes e Fornecedores de Artigos Funerários, AFFAF. Esse grupo surgiu em 2012 com o intuito de ampliar e fortalecer os negócios do ramo. A EXPONAF de 2014 foi a primeira edição a ser lançada pela associação.

A feira ocorreu entre os dias 16 e 18 de outubro em um espaço apropriado para eventos comerciais de grande magnitude, localizado em um bairro distante do centro de Curitiba, ao lado de um hipermercado. A entrada contava com uma equipe grande e organizada, destinada a receber os visitantes, expositores e organizadores, cada qual em um determinado guichê. Todos os inscritos ou cadastrados recebiam, logo na entrada, um crachá com identificação e uma sacola de papel da feira. Ao adentrar, havia uma grande praça de alimentação que dava acesso, de fato, à feira. Antes de adentrar na praça de alimentação, numa mesma área havia uma feira de artesanato, uma sala específica para recepção de crianças, contendo jogos lúdicos e mesas para desenho. As tutoras estavam fantasiadas de anjos, com asas enormes. Ao lado localizava-se a sala de palestras bem organizada, com muitas cadeiras, data show e flores decorando o ambiente.



**Figura 27:** Espaço Kids



**Figura 28:** Tutoras

Chamou a atenção o som do ambiente que tocava uma das composições de Raul Seixas. O primeiro *stand* visitado foi da empresa Laidom, especializada em coroas. O produto em destaque naquele momento, de acordo com a representante de vendas, era a máquina de chuva de pétalas sobre o caixão. Outra novidade comercializada por aquela empresa era a possibilidade de oferecer às empresas funerárias a locação de coroas e painéis floridos sintéticos, posto que, segundo a monitora, os enfeites produzidos com flores naturais eram muito caros e não são reutilizáveis. Outra inovação do momento foi a impressora de faixas para coroa, programada para impressão de frases de acordo com o desejo do cliente, de forma instantânea em faixa de plástico e com letras douradas. Encontravam-se também expostos no *stand* os suportes móveis para os caixões, todos em aço inoxidável, material nobre e não corrosivo, em vários formatos a fim de atender às diversas necessidades das empresas funerárias.

No *stand* seguinte eram apresentados produtos para a decoração de salas de velório, como castiçais, aparadores e suportes de caixão, todos cromados, refinados e com muitos detalhes. Mas o carro-chefe eram os livros e painéis digitais, utilizados na identificação e homenagem póstuma. Esses painéis eletrônicos possibilitam a escolha de imagens e mensagens personalizadas sem a necessidade de se recorrer a papéis. Já o *stand* ao lado dedicava-se a amostragem de urnas em madeira e uma das formas usada para chamar a atenção dos visitantes era um sofá em formato de caixão, no qual os visitantes sentavam e tiravam fotos. O recurso do sofá pode ser compreendido como uma maneira a mais de romper ou abrandar o tabu no qual o produto está envolto. Ademais, traziam as novidades como entalhes personalizados e madeira de lei na fabricação dessas urnas.

Em outro *stand* o produto em destaque era a cremação voltada para a transformação das cinzas em diamante e cristal. Conforme o representante, sua empresa é pioneira no segmento e única no Brasil a usar tal técnica. Na mesa de apresentação, os cristais possuíam formatos de anjos, corações e de pingentes. Ao lado, outro *stand*, a novidade era uma lápide em mármore importado e jateado em baixo relevo. A nova técnica teria a vantagem de não permitir a danificação da lápide com as intempéries. A outra inovação era as campas que comportam pequenas caixas para as cinzas cremadas que podem ser colocadas na grama. O interessante foi observar que as lápides e os

desenhos tendiam à personalização do jacente, pois, segundo a representante, é importante levar em consideração “a individualidade do finado”.



**Figura 29:** Pingentes feitos de cinzas cremadas.



**Figura 30:** Lápidas personalizadas.

Outro expositor procurava apresentar um novo diferencial na área de decoração: flores biodegradáveis. Indagado sobre o comércio de flores biodegradáveis, o representante ressaltou que é importante levar em consideração “a política do ecologicamente correto”. A flor confeccionada à base de amido de milho, em parceria com a Unicamp, se decompõe totalmente sem prejudicar o meio ambiente.

Já o *stand* seguinte trazia urnas em inox consideradas mais seguras em relação à contaminação. Os carros para translado também eram destaque pela sofisticação e refinamento, por exemplo, com estofados e com luzes de *led* azuis que lembravam boates. Entre os carros luxuosos encontravam-se marcas como Mercedes Benz e Cadillac. Uma das formas de chamar a atenção do público desse *stand* foi a presença de duas pessoas fantasiadas: uma de “Morte” e outra de “Diabinha”.



**Figura 31:** Automóvel para translado de urnas.



**Figura 32:** Recepcionista “Diabinha”

Passando por outro expositor, solicitei informações sobre os produtos e a representante abordou as demandas de cada estado. De acordo com ela, os estados do sul estão preferindo flores artificiais e a locação desses materiais é a mais nova descoberta do setor. Além disso, ressaltou as diferenças dos produtos de acordo com o público e também a razão das funerárias oferecerem os ternos pra venda. Conforme o relato da representante (a moça falava com tanta naturalidade e gosto pela coisa), o futuro defunto nunca carrega consigo roupas apropriadas para o velório. Por isso, as funerárias possuem esta opção. Outra novidade relatada foi a caixa específica para os ossos e também os sacos plásticos invioláveis.

Todos os *stands* tinham coroas de flores sintéticas. Ao indagar aos expositores sobre as razões pelas quais haviam optado por material sintético, afirmaram que a preocupação era com a questão da sustentabilidade. Outra novidade foram as macas para lavagem e assepsia dos corpos, que continham bomba de lavagem, em inox, e guias para escoamento. Também ganha destaque na área de decoração o uso de velas à base de soja, posto que com tal componente é possível ressaltar os detalhes das imagens sacras.

É interessante destacar, ainda, um *stand* especializado em ceremonial em velórios cujo principal produto eram as tecnologias de informação, como painéis digitais e afins. A empresa comercializa cursos de capacitação em decoração do ambiente por intermédio de apostilas que continham o passo a passo do serviço. Dentre os procedimentos ensinados, estava incluída a forma como músicos e as músicas devem ser exibidos nos velórios. Nesse *stand* especialmente havia um violinista fazendo uma performance.

De modo geral, o público presente na Feira era de proprietários de funerárias da região e afins. Tanto homens quanto mulheres apresentavam seus produtos, mas foi possível perceber que os homens ficavam mais responsáveis pela apresentação de caixões, carros e macas de assepsia. Já as mulheres ficavam com a parte estética do setor, como coroas, velas, cursos, roupas e castiçais – revelando que também naquele espaço há uma divisão sexual do trabalho.



**Figura 33:** Nota de falecimento eletrônico.



**Figura 34:** Simulação de funeral com música ao vivo.<sup>298</sup>

Em relação às vestimentas destinadas aos defuntos, as masculinas, tal como ternos, eram mais destacadas do que as femininas nas vitrines. Outro detalhe foi a presença de crianças no evento, as quais, quando não estavam no “Espaço Kids”, acompanhavam seus pais pelos *stands*. Havia mesinhas com aperitivos em alguns *stands*, principalmente na finalização dos negócios. Um *stand* servia champagne. No término do evento tocava-se música eletrônica, aspecto que chamou nossa atenção, pois, geralmente, esse tipo de música integra ambientes associados a sentimentos de alegria. De modo geral, a feira estava tranquila, transmitindo, assim, um ar de naturalidade diante de uma ocasião voltada para o consumo de produtos que estão ligados diretamente com a morte.

Essa “naturalidade” e outras características identificadas durante a visita à feira podem ser explicadas a partir das proposições abordadas por Marx, acerca da fetichização da mercadoria. A feira em si pode ser considerada a expressão limitada de tudo que pode ser produzido, mediante o trabalho e seus frutos, para satisfazer as necessidades humanas ligadas ao âmbito da morte. Sejam elas de caráter material ou de fantasia, como assinalou Marx<sup>299</sup>, revelam antes de tudo as características e condições sociais do trabalho pertencente ao modo de produção capitalista moderno, o qual se baseia na divisão social do trabalho e dos meios de produção.

Os artigos fúnebres retirados do contexto da produção e levados para a primeira via de consumo, nesse caso as feiras, já levam consigo o caráter de fetiche como outra

<sup>298</sup> Figuras 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33 e 34: fotografias registradas pela autora na EXPONAF em 2014.

<sup>299</sup> MARX, Karl. *O capital. A mercadoria*. Volume I, Centelha - Promoção do Livro, SARL, Coimbra, 1974. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/vol1cap01.htm#top>> Acesso em: 18 nov. 2015.

mercadoria qualquer, isto é, aparentam ter uma vontade independente de seus produtores. Há que se destacar que se esses primeiros consumidores, os empresários, encontram-se num processo de naturalização em relação à ideia social de tabu sobre morte ou não, o fato é que eles veem esses artefatos mais com interesse no seu valor-de-troca do que no seu valor-de-uso. Quando esse primeiro valor supera o segundo, a mercadoria torna-se o centro da vida social, como diria Debord, “é o mundo da mercadoria dominando tudo que é vivido”<sup>300</sup>, esse é o mundo do espetáculo.

E é exatamente essa percepção que se tem ao adentrar a feira de artigos funerários, a sensação de que se está sendo dominado por elas, semelhante ao que se passa ao visitar um shopping, o salão de automóveis de Frankfurt ou um evento de moda, como a *Fashionweek*. A princípio, essas feiras sempre trazem a questão da novidade e essa característica é um dos recursos centrais para se manter o capitalismo em movimento. O novo sempre tende a superar a expectativa do consumidor. A existência e o formato desses tipos de mercadorias só revelam aquilo que já está inscrito no modo de ser e estar em uma sociedade. No caso da indústria do pós-morte não é diferente, a transformação das cinzas do ente querido em diamante sintético, por exemplo, simboliza perfeitamente a relação do poder econômico que esse tipo de material representa para quem o adquire.

E quando esse mesmo diamante sintético assume, por sua vez, um formato específico, como o de anjo, coração ou qualquer outra coisa do gênero, como constatado na exposição, tem-se a expressão de ideias que reafirmam o que socialmente se convencionou a esconder, a morte. Esses suvenires representam a insistente percepção de que o fim da vida deve ser ignorado, na medida em que, de uma forma ou de outra, a pessoa falecida ainda vive a partir daquele fragmento. Mas caso a morte não possa ser ignorada, usa-se o recurso de ligá-la a valores morais e religiosos que abrandam a inconveniência da morte. Um pingente em forma de anjo não deixa de expressar, dentro de um contexto católico, por exemplo, a comparação com algo que é visto com positividade.

---

<sup>300</sup> DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Projeto Periferia, 2003. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.com/eLiberis/socespetaculo.html>> Acesso em: 18 nov. 2015, p. 21.

Assim, no que tange à questão da distinção social, Pierre Bourdieu<sup>301</sup> pode contribuir no entendimento de como esses produtos atípicos são comercializados. Sob sua perspectiva, a expressão desse poder econômico, atribuído ao diamante sintético, pode ser compreendida também como sendo um artefato voltado para satisfazer um determinado gosto de classe. Enfim, adquirir um diamante, mesmo que artificial, faz parte de um estilo e valores de vida que são adquiridos em função da formação do *habitus* dessa tal classe. Além disso, o diamante se torna um item de distinção social. Essas características baseadas nas diferenças socioeconômicas conformam-se em uma possibilidade a mais de venda para o setor. As lápides personalizadas expressam, por sua vez, a cultura do individualismo moderno vivida desde que a ordem medieval foi solapada pela ordem burguesa capitalista, em que o indivíduo passou a ser referido como centro do universo e não mais Deus.

A percepção do ser humano como indivíduo, livre e igual, adquiriu espaço central diante do lugar que a coletividade ocupava em tempos passados e se tornou mais um recurso fundamental na manutenção do modo produção capitalista moderno. Não que a produção em massa tenha sido suplantada pela produção personalizada ou individualizada, mas é que esta última tem ganhado cada vez mais espaço na obtenção do lucro. Um item personalizado possui um valor agregado maior que um produzido em grande escala padronizada. Essa tendência a personalizar as mercadorias está diretamente ligada à questão da construção social da identidade, seja ela individual ou coletiva. Faz parte das necessidades socialmente construídas acerca da diferenciação entre grupos e a individualização, ou seja, de se reconhecerem e se diferenciarem em relação ao “outro”. Essa lógica é, por sua vez, reappropriada pelo mundo da produção e do consumo, podendo-se dizer que uma condição beneficia a outra.

Os automóveis de alto luxo utilizados para o cortejo fúnebre, apresentados nessa feira, também são indicadores desse estilo e gosto de classe e vão ao encontro do que foi referido em relação ao diamante sintético. Percebe-se, então, mais uma vez, que esse tipo de recurso não é somente arquitetado para satisfazer a necessidade de transladar o corpo, esse automóvel carrega para além de sua função uma marca de peso, seja da Cadillac ou da Mercedes Benz, estando associada, por sua vez, ao poder econômico de um grupo ou classe que opta por, porque pode, utilizá-los. A existência de diferentes

---

<sup>301</sup> BOURDIEU, P. Gosto de classe e estilo de vida. In: ORTIZ, R. *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983.

tipos de um mesmo produto reflete aquilo já foi enfatizado por várias vezes nesta pesquisa, que é a existência de uma sociedade que se desdobra pautada na diferenciação socioeconômica de grupos ou classes.

O mundo da produção pode ser tomado como ponto de partida para detectar a origem dessas diferenças sociais que advém da divisão social do trabalho. Como elas não ficam circunscritas somente a essas duas esferas, em virtude do caráter holístico do ser social, são automaticamente transportadas para outros campos da vida, atingindo também o âmbito da morte e do *post mortem*. A existência dessas distinções evidencia que não é possível ritualizar a morte de uma única maneira. Ao retirar, por exemplo, os elementos religiosos que compõem esses rituais contemporâneos, restam aqueles que justamente expressam essas diferenças de classes, o uso de carros de alto padrão e outros produtos, como o ceremonial fúnebre regado a queijos e vinhos e música ao vivo retratam bem essa realidade.

Já a tendência em usar flores sintéticas no lugar das naturais não alterou seu significado maior para os consumidores finais, que é o de expressar a vitalidade em si e a permanência simbólica do defunto para o grupo social do qual pertencia. Mas para a indústria da morte essa mudança não só vem responder à necessidade de se preocupar cada vez mais com a questão ambiental, mas também de utilizar mecanismos que proporcionem uma rentabilidade maior de seus investimentos. Enquanto flores naturais possuem um custo alto de produção, de logística e de manutenção, as artificiais superam esses obstáculos, fazendo que esse custo seja minimizado e ainda podendo ser utilizado, mediante locação, por indeterminadas vezes. “As flores de plástico não morrem”<sup>302</sup> e esse pequeno detalhe faz muita diferença para quem as comercializa.

Outro fator que deve ser analisado é a inserção das tecnologias da informação nesse âmbito. À primeira vista, isso significa que o processo do *post mortem* não está alheio às últimas mudanças ocorridas no modo de produção capitalista, esses recursos têm garantido um aumento na produtividade. A utilização de painéis digitais informando dados do jacente, transmissão ao vivo de velório pela internet, envio de condolências através de sites especializados, compra de coroas pela rede mundial de computadores (Internet) são alguns exemplos de como essas tecnologias têm ressignificado a relação do indivíduo para com a morte. A percepção que se tem, de

---

<sup>302</sup> “Flores” (de Tony Bellotto, Sérgio Britto, Charles Gavin e Paulo Miklos). Com Titãs, 1989.

modo geral, diante desses novos elementos no mundo do pós-morte é que eles podem ainda mais reforçar a ideia de distanciamento da morte, mas é algo que deve ser aprofundado em outra oportunidade.

Já os aparatos apresentados para a preparação e conservação do corpo, como as bombas de sucção e injeção de fluídos naturais e sintéticos, as macas em aço inoxidável e os produtos cosméticos usados para dar um aspecto de vida ao morto, guardam relação com o surgimento do Estado Moderno e da Medicina Social, processo histórico o qual passou a ver sentido na normatização, institucionalização e medicalização do corpo, seja ele vivo ou não. Numa perspectiva foucaultiana, esses instrumentos só reforçam o controle que essas instituições passaram a ter sobre o corpo e como ele passou ser manipulado de acordo com as circunstâncias em que se encontra. O descarte negligente do corpo sem vida pode, por sua vez, trazer riscos à preservação e manutenção da população. Além do mais, essas técnicas médicas e científicas sinalizam para uma padronização no tratamento desses corpos sem vida.

Na percepção de Harvey, esses mecanismos de controle sobre os corpos, sejam eles vivos ou mortos, existem para além do poder que essas instituições têm sobre os indivíduos. Isso significa que os hábitos, as normas e as leis incorporadas individualmente não passam de uma configuração comportamental social coerente que fundamenta e sustenta a existência do modo de produção capitalista. Se no ocidente as sociedades são organizadas econômica e produtivamente em função do lucro, como o autor afirma, é possível compreender que esse tipo de tratamento dado aos corpos e a existência desses serviços e produtos vai ao encontro da necessidade que essas sociedades capitalistas possuem de se reproduzirem.

Os produtos voltados para “maquiar” o aspecto de morte dos falecidos, que fazem parte do processo de necromaquiagem e reconstituição facial, levantam o debate em torno do movimento de ocultamento da ideia social de morte e também da retórica muito utilizada pelas agências funerárias de amenizar a dor causada à família e amigos por esse evento. O recurso da necromaquiagem, que deixa o falecido com aspecto natural, só vem reforçar esse paradigma de que, até diante de um corpo sem vida, a morte deve ser negada a todo custo. E é em torno desse discurso, do afastamento da morte e da amenização da dor causada por ela, que a indústria da morte se serve para movimentar e expandir seus negócios. E é o que se pretende averiguar, para além de

outras questões, a partir de agora, mediante análise de conteúdo dos folders, panfletos e flyers coletados durante a visita à feira de artigos funerários em Curitiba.

### **3.4.1. A morte anunciada**

A análise de conteúdo teve sua origem histórica nos Estados Unidos, no contexto behaviorista das ciências humanas e se desenvolveu por interesse dos governos em decodificar as orientações políticas e estratégicas dos países estrangeiros com a ajuda de documentos acessíveis, como a imprensa escrita e o rádio.<sup>303</sup> Essa metodologia se conforma em um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que tem como função enriquecer a tentativa exploratória da pesquisa e tem a capacidade de verificar se as hipóteses levantadas são afirmativas ou não. Seu objeto pode ser qualquer tipo de comunicação, desde que seja transporte de significações de um emissor para um receptor. As etapas do processo de análise de conteúdo se estruturam da seguinte maneira:

1) verificar o número de pessoas implicadas na comunicação; atentar para a natureza do código e do suporte da mensagem. Observação: Exclui-se do campo da aplicação da análise de conteúdo tudo o que não é propriamente linguístico, tal como filme, representações pictóricas, comportamentos e etc.

2) Descrição analítica: a forma como a informação, contida na mensagem, será tratada. O analista deve fragmentar a mensagem, isto é, delimitar as unidades de codificação e verificar a frequência, ausência e quantidade das mesmas. Estas unidades podem ser: palavras; frases; minuto.

3) Inferência: após extrair as unidades de codificação, parte-se, então, para a etapa das deduções que visa apreender as causas que conduziram determinado enunciado e suas consequências. Ex.: os efeitos de uma campanha publicitária.

Nessa etapa, é possível identificar, por exemplo, o emissor, o destinatário da comunicação e a situação em que os dois estão envolvidos. É a partir dela que será possível reconhecer a ligação que há entre as estruturas semânticas ou linguísticas com as estruturas psicológicas ou sociológicas contidas nos enunciados. Então, a tarefa do analista é:

---

<sup>303</sup> Bardin, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Persona, 1977, p. 29.

[...] compreender o sentido da comunicação (como se fosse um receptor normal), mas também e principalmente desviar o olhar para uma outra significação, uma outra mensagem entrevista através ou ao lado da mensagem primeira. A leitura efetuada pelo analista, do conteúdo das comunicações não é, ou não é unicamente, uma leitura à letra, mas antes de realçar de um sentido que se encontra em segundo plano.<sup>304</sup>

Nesse caminho, seguem alguns materiais recolhidos durante a observação de campo desenvolvida na feira a fim de apresentar ao leitor a natureza dessas comunicações e o que elas têm a dizer, mediante essa metodologia, aos primeiros consumidores dessa cadeia e a sociedade como um todo.



Figura 35: Folder 1<sup>305</sup>

Levando em consideração as etapas estabelecidas para tal tratamento, tem-se, primeiramente, uma quantidade e uma rotatividade significativa de pessoas que visitaram essa feira e que entraram em contato com este e os demais folders. Desse modo, deixando de lado, então, as imagens e focando somente no campo linguístico, o qual foi demarcado em vermelho na figura, tem-se a seguinte mensagem: “Produto de fácil instalação, cuidadosamente projetado para transmitir suavidade, serenidade, conforto e paz ao ambiente”. À primeira vista é possível identificar o emissor e o destinatário da comunicação a partir da frase “Produto de fácil instalação”, pois ela ressalta a praticidade de quem irá instalá-lo, no caso não será uma família enlutada e sim, um revendedor.

<sup>304</sup> BARDIN, 1977, p. 41.

<sup>305</sup> Folder recolhido pela pesquisadora durante a EXPONAF 2014.

Outro aspecto que pode ser apreendido dentro dessa sentença é a designação dada ao evento ao usar a palavra “produto”, isso coloca de imediato a centralidade que a mercadoria e seu valor-de-troca ocupam nesse contexto, que é o de comercialização em si. Em nenhum momento essa intenção foi mascarada, muito ao contrário. A segunda frase “cuidadosamente projetado para transmitir suavidade, serenidade, conforto e paz ao ambiente” revela o objetivo e um segundo destinatário do discurso, que é a amenização da dor causada pela morte à família enlutada. Note-se, é possível identificar por meio dessas poucas palavras a forma com que esse setor da economia trata morte e quais são suas estratégias. Lida como uma mercadoria qualquer, mas para que ela seja mercantilizada um discurso do abrandamento da dor e da suavização do evento é mobilizado.

Nota-se que em nenhum instante a palavra “morte” foi utilizada para esclarecer a intencionalidade da mensagem veiculada, isso também evidencia uma das hipóteses levantadas nesta dissertação, qual seja a do processo de ocultamento da ideia social de morte. Não usar ou não mencionar tal palavra é uma das formas que se tem de ocultar e de deixar de lado essa questão. Segundo Elias, “morrer pode significar tormento e dor. Antigamente as pessoas tinham menos possibilidades de aliviar o tormento. Nem mesmo hoje a arte da medicina avançou o suficiente para assegurar a todos uma morte sem dor”.<sup>306</sup> Mas também de acordo com o autor, ela avançou o suficiente para possibilitar um fim menos traumático tanto para quem vai quanto para quem fica. Não só a medicina, mas a economia a partir do desenvolvimento de técnicas e recursos a fim de acompanhar o processo social de abrandar a morte e manter-se em movimento rumo ao lucro.

---

<sup>306</sup> ELIAS, 2001, p. 20-21.



**Figura 36:** Folder 2<sup>307</sup>

O conteúdo central do panfleto abaixo também segue o sentido intencional do anterior, o da mercantilização. Nota-se novamente em “Agregue valor às suas cerimônias de luto” que há uma ênfase explícita na priorização do valor-de-troca desse tipo de serviço, que por sua vez está diretamente ligado ao ritual que socialmente é encenado na despedida do jacente. Esse mesmo ritual, quando visto pela ótica da cultura, é carregado de variados significados, históricos, psicológicos e sociais. Neste sentido ele não deixa de abalar as estruturas psicossociais compartilhadas pelo grupo

<sup>307</sup> Folder recolhido pela pesquisadora durante a EXPONAF 2014.

envolvido. Ao passo que entre o emissor e o primeiro destinatário, no caso o revendedor, a relação que se estabelece é a da mera comercialização.

Ao passo que diante da segunda frase “Transforme-as em momentos memoráveis” esse mesmo objetivo não deixa de ser salientado, porém com uma conotação de transformar o velamento em um espetáculo, em algo inesquecível e, para que algo seja “memorável”, é necessário que ele contenha elementos incomuns. Esses elementos, apresentados no verso desse mesmo panfleto, são, por exemplo, a disponibilização de um instrumentista durante o velório. Nesse caso, a utilização desse tipo de recurso, além de evidenciar um serviço diferenciado, também realça, de modo indireto, o segundo destinatário da mensagem e sua condição econômica, já que esse tipo de trabalho não é adquirido ou vendido para qualquer um. Ademais, mais uma vez a morte é tratada sem ser mencionada.

## **Curso de Reparação Facial**

**Objetivo:** Preparar os participantes para desenvolverem técnicas que facilitem recuperar feições mais naturais, especialmente em pessoas falecidas que tenham muitas marcas de sofrimento geradas por doenças ou acidentes.

**Conteúdo:** Higienização da face com produtos; Aplicação de produtos estéticos e corretivos; Restauração de tecidos com massa reparadora; Uso de próteses; Revitalização facial através de injeções subcutâneas; Drenagem de Líquido Corpórea “Aspiração Facial e Outras áreas”; Técnica de penteados; Fixação da mandíbula; Dicas para ornamentação da urna.

**Figura 37:** Trecho do folder 3<sup>308</sup>

<sup>308</sup> Folder recolhido pela pesquisadora durante a EXPONAF 2014.

Esse fragmento selecionado faz parte do folder distribuído na Feira pela empresa Laidom, que, além de oferecer vários produtos e serviços do ramo, disponibiliza ainda cursos e treinamentos como o de reparação facial. Essa técnica usada no mundo do *post mortem* é recente no Brasil e, ao lidar diretamente com a questão da estética, expressa, por sua vez, o que os últimos tempos, socialmente falando, têm representado em relação à morte. Outra vez, esse discurso vai ao encontro da ideia social de negação da morte. Nesse sentido, a própria técnica em si já evidencia a intenção desse imaginário social ao conferir ao defunto um aspecto de naturalidade. Para reforçar então essa análise, fragmentou-se a mensagem em palavras desta vez. Assim, por meio de uma tabela, que segue abaixo, é possível visualizar melhor seu conteúdo.

**Tabela 11:** Análise de conteúdo

PALAVRA-CHAVE	PALAVRAS RELACIONAIS	QUANTIDADE (79)
Reparação	Reparação, técnicas, recuperar, naturais, higienização, aplicação, estéticos, corretivos, restauração, reparadora, próteses, revitalização, drenagem e fixação.	14
Face	Facial, feições, face, facial, facial e mandíbula.	6
Morte	Falecidas, sofrimento, doença e acidente.	4

**Fonte:** Tabela elaborada pela pesquisadora baseado na figura 32.

Quem é o emissor e quem é o destinatário da mensagem? O emissor é a empresa que disponibiliza o curso e o destinatário a empresa que comprará o curso para oferecer aos seus funcionários. Por meio da fragmentação em unidades de palavras é possível estruturar o conteúdo em três eixos: reparação, face e morte. Por aparecerem várias vezes no corpo do texto, essas unidades, centralizadas, indicam o objeto e o objetivo do comunicado que, respectivamente, são a face e a sua reparação diante da morte. O quadro mostra que, do total de 79 palavras, 14 se referem ao processo de reparação, 6 indicam o objeto em si, a face, e somente 4 remetem à ideia morte, ainda que esta não seja mencionada uma única vez.

O que se quer demonstrar é a ênfase dada à técnica que visa trazer de inúmeras maneiras indícios de vida mais ao rosto do defunto do que outra parte do corpo. A face, por sua vez, é um dos canais mais representativos que se tem diante do processo de interação entre indivíduos, pois carrega consigo grande parte dos sentidos fisiológicos,

como a visão, a audição, o olfato, o paladar e o próprio falar, recursos esses importantíssimos que viabilizam a comunicação com o mundo e sua significação. Então, não surpreende a existência de tantos mecanismos que conseguem tal feito, pois um rosto recuperado, reparado ou corrigido nessa situação sinaliza, de certa forma, a negação da morte e amenização da dor social que ela causa. A impressão que se tem é de que aquele corpo ainda exala vida e se ainda exala vida, também emana lembranças boas.

**Conforto e sofisticação**

Para oferecer um atendimento diferenciado ao cliente, as empresas funerárias estão investindo cada vez mais em inovação. E para trazer toda sofisticação e conforto que esse mercado exige, surge a Brucker Car.

Com profissionais altamente qualificados, as limousines Brucker são desenvolvidas de acordo com o que há de mais moderno, com alta tecnologia, design arrojado e excelente performance.

**Inovação**

Além do segmento funerário, a Brucker Car produz veículos de luxo para os mercados Executivo, de Entretenimento e de Eventos. Por isso, nossas limousines são ideais para qualquer momento, inclusive para a promoção de festas e comemorações.

Seja qual for a necessidade do seu cliente ou do seu negócio, a Brucker Car está pronta para atendê-lo com o que há de melhor.

Rua Maranhão, 2156 – Cidade Nova | CEP 15501-217 | Votuporanga-SP | Fone: (17) 3421-4516

**Figura 38:** Frente e verso do folder 4<sup>309</sup>

Assim como o recurso da reparação facial tem sido usado pelo setor como estratégia na ampliação dos lucros, o luxo, por sua vez, tem seguido esse mesmo caminho. A Brucker Car é exemplo dessa diversificação que o mercado do pós-morte vem afirmando nos últimos anos. Empresa do ramo automotivo no estado de São Paulo,

<sup>309</sup> Folheto recolhido pela pesquisadora durante a EXPONAF 2014.

é especializada na fabricação de limousines para qualquer tipo de evento, inclusive para funerais.

Antes de iniciar a análise, é interessante saber a origem etimológica e histórica desse termo. Quando se fala em limousine ou limusine, vem à mente a imagem de um veículo de luxo, de grandes proporções e totalmente fechado, geralmente utilizado em casamentos ou em cerimônias de posses de chefes de Estado e afins. O seu nome, segundo algumas constatações<sup>310</sup>, tem como referência a cidade francesa Limousin. A princípio, a palavra não se relacionava a um carro e sim a uma peça de roupa que os pastores dessa cidade criaram uma capa de chuva com capuz para se protegerem da chuva e essa capa recebeu, então, o nome de limousine.

Eventualmente, os construtores de carroças de Paris começaram a chamar de limousine as carroças cobertas (alguns especulam que o primeiro construtor a fazer isso era de Limousin). Os passageiros mais abastados podiam sentar sob a cobertura enquanto um condutor levava os cavalos. À medida que a carruagem sem cavalos foi ficando mais popular, o termo passou a ser aplicado a automóveis conduzidos por alguém contratado para transportar passageiros, sentados confortavelmente na parte traseira. O primeiro automóvel limousine foi criado em 1902, projetado para que o motorista se sentasse embaixo de um compartimento coberto, o que nos remete a origem da palavra limousine. O automóvel foi chamado de limousine porque este compartimento coberto fisicamente era ‘parecido’ com a capa utilizada por aqueles que habitavam em Limousin.<sup>311</sup>

Essas considerações históricas sobre a origem do termo limousine trazem alguns aspectos importantes para a análise de conteúdo do folheto da Brucker Car. A frase que está destacada em vermelho “As limousines funerárias Brucker conferem luxo e privacidade ao translado” quer ressaltar duas características do produto, as quais correspondem à origem desse carro, que foi justamente oferecer um diferencial, conforto e proteção contra as intempéries, a quem fazia uso dele. Sabe-se que antes do consumo de automóveis se tornar massificado, com os carros produzidos pela Ford, no início século XX, eram pouquíssimas as pessoas que tinham condições econômicas de adquirir tamanha invenção nem, menos ainda, inovações do tipo limousine. Então, nota-se que o mesmo objetivo permanece ao se oferecer esse tipo de produto dentro do âmbito funerário.

---

<sup>310</sup> EM. Vrum: etimologia no bom automovês. 2007. Disponível em: <[http://estadodeminas.vrum.com.br/app/noticia/noticias/2007/04/06/interna\\_noticias,23841/etimologia-no-bom-automoves.shtml](http://estadodeminas.vrum.com.br/app/noticia/noticias/2007/04/06/interna_noticias,23841/etimologia-no-bom-automoves.shtml)> Acesso em: 5 dez. 2015. Consultar também: LIMOSERVICE. O que é uma limousine. Disponível em: <<http://www.limoservice.com.br/veja-mais/o-que-e-uma-limousine/>> Acesso em: 5 dez. 2015.

<sup>311</sup> LIMOSERVICE. O que é uma limousine. Disponível em: <<http://www.limoservice.com.br/veja-mais/o-que-e-uma-limousine/>> Acesso em: 5 dez. 2015.

A segunda observação a ser feita também remete à função tanto à capa de chuva dos pastores de Limousin quanto à capa (capota) que passou a fazer parte do designer desse tipo de carro: qual seja a função de encobrir. A limousine por si só já carrega essa singularidade e quando ela passa a fazer parte do universo fúnebre, mesmo com a retórica de ser um produto que agrega valor por causa do luxo, não deixa de expressar a forma como socialmente a morte é representada atualmente. Num situação de cortejo, por exemplo, quem está do lado de fora não tem a noção do que se tem ali dentro, pois a limousine é capaz de encobrir totalmente a urna. A não exposição do caixão vem se tornando um fenômeno comum quando se observam os tipos de automóveis que estão sendo empregados nessas situações.<sup>312</sup>

No caso das limousines, além de ocultarem essa informação devido a sua extensão, carregam atributos, como o luxo, o conforto e a alta tecnologia que simbolizam gostos de classe e distinção social, bem como dissimulam ainda mais o ritual, pois essas características sobrepõem a circunstância em si. Essas inovações não deixam de uma forma ou de outra retratarem o fim da vida de um modo mais moderado e privado possível e tão presente nos dias de hoje. Outro ponto a ser destacado são as cores que esses auto fúnebres vêm recebendo, na medida em que cada vez mais se extingue a cor preta, tornando-se comum as cores prata e branca, uma forma a mais de disfarçar esse momento, já que em boa parte do ocidente o preto está associado ao luto, portanto ao evento da morte.

Retomando a relação do luxo com a questão do gosto de classe e distinção social de acordo com Bourdieu<sup>313</sup>, percebe-se que para além de sua função objetiva de transladar o féretro, essas limousines expressam também valores simbólicos que acabam imprimindo as diferenças existentes entre as frações de classes. Isso porque não é qualquer grupo que possui um automóvel assim, somente as classes altas ou grupos elitizados que fazem uso de tais recursos a fim de distinguirem dos demais. Mas como estes últimos são tomados como referências no âmbito estético, uma das formas dessas demais classes se aproximarem delas é adquirindo momentaneamente esses tipos de serviços.

---

<sup>312</sup> Ver: DAVINCIMONTADORA. Veículos. Disponível em: <<http://davincimontadora.com.br/veiculos.html>> Acesso em: 5 dez. 2015.

<sup>313</sup> BOURDIEU, P.. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo/Porto Alegre, EDUSP/Zouk, 2007.



**Figura 39:** Frente e verso do folder 5<sup>314</sup>

A ideologia da sustentabilidade também tem sido difundida como tática no desenvolvimento do mercado fúnebre. A propaganda da Lupo Montadora, por exemplo, expressa essa nova tendência no país, que é o cemitério do tipo vertical, ecologicamente correto e montável. Os jazigos são feitos, por sua vez, de placas recicladas tipo Tetra Pack impermeáveis e contam com um sistema de exaustão e filtragem que acelera a decomposição dos corpos e ainda trata os gases corpóreos liberados por eles. Ao atentar, então, para a análise de conteúdo, o trecho destacado em amarelo, como nos demais, traz a seguinte mensagem: “Este produto e seu conjunto de sistemas foi cuidadosamente desenvolvido à realidade dos cemitérios e sua atual demanda – excelente custo benefício; produto sustentável; em uma área de 24 mil m<sup>2</sup> (120 X 200) é possível acomodar 12.500 gavetas verticais ecológicas”.

<sup>314</sup> Folder recolhido pela pesquisadora durante a EXPONAF 2014.

Na primeira frase é possível captar a forma como esse tipo de cemitério é visto, tanto para quem está vendendo quanto para quem está comprando, como um mero “produto”, o qual foi desenvolvido para atender à atual realidade dos cemitérios. Mas que realidade é essa? De acordo com o restante da comunicação, essa demanda guarda relação com os benefícios que ele pode propiciar e apontam, primeiramente, para seu custo para depois salientar os demais pontos positivos. Mais uma vez o valor-de-troca se torna central no contexto, primeiro visa-se à rentabilidade para depois ressaltar as demais vantagens. É possível compreender essa priorização de valores ao atentar para a hierarquia que há entre as frases, pois a ideia de custo antecede à da sustentabilidade.

O restante da mensagem, a qual aponta para a possível quantidade de gavetas ou jazigos que podem ocupar determinada área, evidencia o maior problema que os cemitérios horizontais, seja do tipo tumular ou parque-jardim, passam, hoje, no país e no mundo, que é a questão espacial. Esse tipo de necrópole demanda muito espaço e sabe-se que a questão fundiária urbana e rural é significativa no contexto do capital. Então, uma das formas de equilibrar essa equação, investimento versus rentabilidade, é buscar esse tipo de negócio, o “enterrar para cima”, por meio do qual é possível acomodar um maior número possível de corpos em um pequeno espaço. De acordo com a fonte<sup>315</sup>, o Brasil possui atualmente quatro cemitérios do tipo vertical, um em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, e três na Baixada Santista, São Paulo.

Já a seleção em vermelho traz a seguinte comunicação: “Benefícios do sistema de exaustão/filtros; eliminação do mau cheiro; aceleração da decomposição e tratamento dos gases corpóreos”. O que se pode inferir, à primeira vista, são os procedimentos técnicos desenvolvidos para o cuidado e preservação do meio ambiente tal como exige a legislação federal no que tange à questão cemiterial no país. Priorizam-se mecanismos e estruturas que possam minimizar o máximo possível a contaminação dos solos e afins, o que não causa qualquer espanto. Mas o que se quer demonstrar é que, para além dessa constatação, figuram-se os modos de como o corpo sem vida deve ser tratado, haja vista o que já foi ressaltado sobre as colocações que Foucault faz acerca do papel da biopolítica e de seu objetivo maior que é o de preservar e potencializar a vida nessa conjuntura social e econômica.

---

<sup>315</sup> CEMITERIO SP. *Enterrar pra cima.* Disponível em: <[http://www.cemiteriosp.com.br/pdf/Enterrar\\_para\\_cima.pdf](http://www.cemiteriosp.com.br/pdf/Enterrar_para_cima.pdf)>. Acesso em: 6 dez. 2015.

Eliminar o mau cheiro e ainda apressar a consumação do corpo são formas de se extinguir qualquer resquício que a morte, no sentido biológico, pode causar de dano ao meio ambiente. No campo simbólico essa mesma intenção é preservada, retira-se do alcance dos olhos dos indivíduos aspectos fisiológicos, tidos como naturais, se comparados aos outros animais que passam pelo mesmo processo, que os fazem lembrar que a morte existe, que ela está presente. Esses mecanismos técnicos colaboram para que a ideia social de morte seja cada vez mais deixada de lado, pois se algo não é perceptível sensivelmente (visual e olfativamente), ele deixa de fazer parte, mesmo existindo, daquela realidade.

Diante dessas análises, as quais poderiam se estender devido ao grande número de panfletos colhidos, foi possível apreender que tipo de relação é estabelecida atualmente entre o setor funerário e o fenômeno da morte. Conclui-se que o tratamento central dado aos elementos que compõem os rituais fúnebres é o da mera mercantilização, que prioriza a lucratividade independente das circunstâncias e que acaba conferindo-lhes o sentido de um serviço. Além disso, a análise desses folhetos levantam indícios de que esses mesmos elementos podem ser aceitos pelos consumidores finais, as famílias enlutadas. Mas quem seriam esses consumidores finais? O que levaria essas famílias a consumirem esse tipo de mercadoria?

Apesar desta pesquisa não ter levantado dados empíricos sobre a percepção dos consumidores sobre o processo do *post mortem*, encontramos na bibliografia um trabalho de pesquisa que tomou como objeto de análise tais percepções. Moraes, em seu trabalho intitulado “Pela hora da morte: estudo sobre o empresariar da morte e do morrer – uma etnografia no grupo Parque das Flores, em Alagoas”, aborda o mercado e o consumo de produtos e serviços funerários da atualidade, enfatizando o processo de empresariamento do setor e o que leva os consumidores finais a adquirirem esses produtos.

A partir de uma etnografia realizada nesse cemitério particular de Maceió, entre os anos de 2006 e 2009, a autora identifica quem são esses consumidores e os motivos pelos quais decidem obter aqueles produtos e serviços. Ao entrevistar os executivos de venda, constatou que os consumidores finais se dividem em duas categorias, os imediatos e os preventivos - aspecto também constatado em Uberlândia, tanto no Parque dos Buritis quanto na Paz Universal. Os consumidores imediatos são aqueles que fazem

a aquisição no ato do óbito, ao passo que os preventivos são aqueles que obtêm o produto com antecedência. Os consumidores preventivos ainda podem ser classificados em usuários – que fazem a aquisição com antecedência e já fizeram uso - e em não usuários – que ainda não fizeram uso dos mesmos.

Segundo Morais<sup>316</sup>, o que leva essas pessoas a comprar preventivamente essas mercadorias é o fato de terem passado pela experiência da compra imediata que chega a atingir um valor maior do que se fosse noutra modalidade. O público do Parque das Flores que adere à compra de jazigo, por meio de plano funerário do tipo preventivo, é o que possui renda entre R\$980,00 a R\$7794,00, tem residência própria e o grau de instrução que varia de ensino médio completo a superior também completo. A autora afirma que mesmo que a condição de distinção social não se expresse no ato das ofertas, alguns produtos e serviços só estão disponíveis para aqueles que possuem capital econômico o suficiente para adquiri-los. E essa constatação corrobora o que investigamos nesta pesquisa acerca da circulação dessas mercadorias em uma sociedade pautada na desigualdade de classes.

Isso demonstra que o próprio mercado, a indústria e o comércio funerário, além de não estarem alijados dessa condição social engendrada pelo capitalismo, criam retóricas e ideologias que fomentam as estratégias de venda, caso contrário não haveria a gama de produtos e serviços oferecidos que se tem hoje e que não deixam de expressar essas características sociais. O recurso da distinção de classe, da amenização da dor, da sustentabilidade e das técnicas e normas de cuidado para com o corpo morto confirmam tal percepção. O interessante do trabalho de Morais é que ele traz outros tipos de representações, desta feita pelo viés dos consumidores finais. Tais representações não deixam de expressar a correlação existente entre a forma como se vive e morre socialmente na contemporaneidade. Segundo ela,

[...] O que os consumidores fúnebres procuram são produtos e serviços personalizados e variados e os fatores que motivam a compra são os mais diversos. Na pesquisa realizada entre os consumidores de produtos e serviços fúnebres clientes do Grupo Parque das Flores foram identificados alguns motivos que influenciam a aquisição: a praticidade e comodidade atrelada aos atuais serviços funerários, o receio de ser sepultado em uma cova rasa nos cemitérios públicos, a ineficiência da gestão da morte pelo serviço público e o desejo de oferecer as últimas cerimônias à pessoa morta como forma de retribuição por todas as suas realizações em vida.<sup>317</sup>

---

<sup>316</sup> MORAIS, 2009, p. 230.

<sup>317</sup> *Ibid.*, p. 232.

Os motivos identificados pela autora fazem com que esses produtos sejam adquiridos e apontam para alguns questionamentos como: que razões levam as pessoas a temerem o sepultamento em covas rasas? Ou qual é a situação dos atuais cemitérios públicos brasileiros? Nesse sentido, ao averiguar essas questões, a partir de relatos dos próprios consumidores do cemitério etnografado, Morais<sup>318</sup> chegou à conclusão de que o receio de ser enterrado em covas rasas está estreitamente ligado ao temor da perda dos laços sociais e da própria identidade que o corpo é capaz de carregar.

O ato de possuir uma concessão de jazigo em cemitérios privados, por exemplo, está relacionado com a preocupação da sociedade com o destino do corpo. Mauss (2003) demonstrou que em relação às técnicas do corpo, cada sociedade tem seus hábitos próprios e que até os movimentos corporais que consideramos como naturais e hereditários são na verdade, da ordem da significação social e cultural.<sup>319</sup>

Assim, fica possível compreender um dos significados de tal medo, pois diante de um contexto social do qual é imprescindível sobreviver mediante as expressões identitárias, seja ela por meio de classes, grupos ou qualquer outro vetor identitário que possa transmitir um significado social, qualquer anulação ou perda dessa característica acarreta diretamente na inexistência desses mesmos até mesmo depois da morte. E como se sabe, as identidades sociais e individuais são construídas através da compilação dessas ações que, por sua vez, dão espaço para a confecção de memórias, configurando-se então na história de um grupo e da sua importância na sociedade. A forma como se enterra, por exemplo, levando em consideração o pensamento de Mauss<sup>320</sup>, só tem a revelar as características culturais e sociais de um determinado grupo ou sociedade.

O caso dos indigentes é um exemplo que demonstra essas peculiaridades culturais, pois quando os mortos não são identificados pelo Estado, recebem um tratamento público muito diferente de quando se tem o amparo da família que pode custear os gastos de um sepultamento. Geralmente, os indigentes são enterrados em cemitérios específicos, em covas não muito adequadas, em sacos plásticos sem qualquer ritualização, o que, no imaginário social, é considerado humilhante e indigno. Esse tipo de tratamento, quando comparado com o que é estabelecido culturalmente e por lei, leva à marginalização e estigmatização desses indivíduos e acaba se tornando também um fator de distinção social. E como a perda de identidade leva a exclusão social até mesmo

---

<sup>318</sup> *Ibid.*, p. 234.

<sup>319</sup> *Ibid.*, p. 234.

<sup>320</sup> MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003.

após a morte, as pessoas buscariam outras maneiras de não passarem por essa situação, como averiguado por Morais em suas entrevistas.

A autora<sup>321</sup> também se debruçou sobre as estratégias utilizadas pelo Grupo Parque das Flores na comercialização de seus produtos, que são jazigos e planos funerários, classificando-os como produtos não procurados. A condição de mercadoria não procurada, ainda que os consumidores tenham consciência de sua existência, não a equipara àquelas outras mercadorias que integram o campo dos desejos humanos capitalistas, como carro, casa, roupas e afins. Uma das estratégias do setor funerário é justamente tornar esse produto não procurado algo desejável. E uma das formas para alcançar tal feito foi a alteração do vocabulário e dos recursos retóricos no momento da venda, como a ocultação de palavras que se referem à morte diretamente e a técnica que compara esses produtos à seguros de vida, de carro ou plano de saúde, que poderiam ser usados a qualquer momento mesmo que não sejam desejados.

As estratégias de venda encontradas por Morais<sup>322</sup> nos discursos dos executivos do Parque das Flores, em Alagoas, só reforçam uma das questões levantados por esta pesquisa, qual seja, a transformação dos rituais fúnebres em serviços funerários e a utilização de mecanismos capitalistas de mercantilização usado por outras áreas da economia. Segundo a autora, todos os vendedores do Parque usam o termo conscientização para realizarem seus trabalhos com os clientes. A primeira estratégia identificada é a da naturalização da morte que se configura na ideia de que um dia todos nós vamos morrer. A segunda é consequência da anterior e diz respeito à necessidade de consumo do produto, pois “se a morte é inevitável, então o produto é essencial”. Em seguida, usa-se a retórica da comparação com o serviço público e os benefícios assegurados pelo serviço distintivo apresentado pela empresa.

Outra estratégia diz respeito à comodidade e praticidade financeira que permite ao consumidor final não ter qualquer preocupação em adquirir os produtos e serviços e muito menos no momento do falecimento, já que a empresa fica responsável por realizar todos os trâmites possíveis. Finalmente, a última estratégia busca fazer com que o cliente acredite, ou se convença, na boa reputação da empresa e assim consuma suas mercadorias, para isso é utilizado os meios de comunicação de massas, como comerciais, folders e vendas personalizadas. Essas seis lógicas identificadas pela autora

---

<sup>321</sup> *Ibid.*, 2009, p. 154.

<sup>322</sup> *Ibid.*, p. 155.

não deixam de ressaltar a forma como essa agência trata a morte, como um mero produto que deve ser comercializado da maneira mais conveniente possível, o que reforça mais ainda as análises engendradas nesta pesquisa.

## *CONCLUSÃO*

O ramo funerário brasileiro tem apresentado, nos últimos anos, um crescimento vertiginoso, movimentando cifras anuais da ordem de R\$ 3,5 bilhões. Atualmente a estrutura funerária conta com 32 crematórios espalhados por todas as regiões do país, tendo como perspectiva a construção de mais 12, o registro de 11.761 empresas em atividade e um número expressivo de cemitérios que ultrapassa 5.000 unidades. O crescimento nas receitas do setor também se tem expressado por meio do aumento na contratação de agentes funerários e de força de trabalho especializada, como tanatólogos e necromaquiadores. Uma das marcas do “novo” setor funerário tem sido a diversificação dos produtos e serviços, o qual oferta desde o “velório básico” até cerimônias “personalizadas” sofisticadas e luxuosas.

Ao atentar para essas questões em Uberlândia o mesmo pôde ser observado, na medida em que a cidade recebeu, em 2013, o Cemitério e Crematório Municipal Parque dos Buritis que, para além de ter trazido uma nova concepção de necrópole, a qual tem sido muito difundida não só no país, mas em considerável parte do ocidente, inovou ao oferecer à região uma nova modalidade de consumação do corpo por meio da instalação do primeiro crematório. Essas constatações serviram de base, então, para que se pudesse tratar, a partir de uma perspectiva sociológica, o tema desta dissertação, qual seja as representações e da mercantilização do *post mortem* nessa cidade mineira.

Em torno de tal panorama muitas questões se fizeram presentes, sendo que algumas caminharam no sentido de tentar compreender que mudanças ocorreram no setor funerário brasileiro e überlandense. Quais foram as principais alterações na mercantilização dos produtos e serviços fúnebres? Que representações o setor constrói sobre a morte visando aumentar as vendas de um produto “que ninguém quer comprar”? Teria ocorrido uma naturalização do *post mortem* no Brasil?

Com estas iniciais indagações buscou-se na bibliografia entender, a princípio, o fenômeno do *post mortem* em relação ao seu contexto socioeconômico, o de capitalismo, de modo geral e, especificamente, o capitalismo contemporâneo.

A partir dos estudos desenvolvidos por Ariès e Norbert Elias acerca da relação do homem com a morte e sua ritualização, foi possível averiguar que significativas transformações haviam ocorrido nas formas de compreender, praticar e representar o *post mortem* na história ocidental. Na Idade Média, por exemplo, a morte era mais

pública e corriqueira, era vivenciada e comentada com maior intimidade pelas pessoas, independente de suas faixas etárias, ao passo que no capitalismo ela passou a ter outros significados, em particular uma dimensão privada e mercantil, secreta, sendo a responsabilidade do *post mortem*, então, transferida da família para determinadas instituições sociais especializadas, profissionais, como hospitalares, agências funerárias e cemitérios.

Ao partir, teoricamente, do materialismo histórico - que parte do pressuposto de que o conhecimento das ideias e das representações de uma determinada sociedade depende da compreensão da forma como se configuram as suas relações materiais num delimitado espaço de tempo -, discutiu-se a mudança de pensamento e de conduta referente à questão dos rituais fúnebres e das atitudes e representações sociais perante a morte na modernidade. Tais mudanças ocorreram com o surgimento do modo de produção capitalista, com a formação do Estado burguês, com a ideia de propriedade privada eminentemente capitalista, com o mercado, o fetichismo da mercadoria, as novas relações de trabalho, a crescente e cada vez mais demarcada desigualdade de classes e, particularmente, da Medicina Social como consequência da afirmação da ciência em detrimento da religião.

Mas ao direcionar as lentes analíticas para o atual processo de produção, denominado por Harvey de acumulação flexível, o qual trouxe novos arranjos de desenvolvimento econômico, como a inovação de produtos e a exploração de novos nichos mercadológicos altamente especializados e de pequena escala, foi possível verificar que o mercado funerário ocidental e, especialmente o de Uberlândia, não fugiu às estratégias e mecanismos típicos da era pós-fordista. Isso significa dizer que a atual lógica de fabricar e comercializar produtos cada vez mais personalizados no menor prazo possível também se transformou em mecanismo de expansão da indústria do pós-morte. Essas observações foram percebidas, por exemplo, na influência do padrão do *post mortem* norte-americano, expresso pelo *american way of death*, no mercado fúnebre brasileiro.

A busca pela origem e desenvolvimento desse específico mercado no Brasil revelou não só esse aspecto de dependência com a indústria fúnebre dos EUA, em relação aos tipos de produtos e serviços a serem comercializados, mas também a ligação do surgimento de um sistema de governo republicano e de uma economia de mercado. A mudança no cenário político e econômico do país, no século XIX, abriu legalmente espaço para que o setor privado pudesse se apropriar de parte de atividades ligadas aos

rituais fúnebres, como a venda de artigos específicos, a preparação dos corpos e translados, pois ao Estado cabia administrar somente os cemitérios e normatizar as medidas de saúde pública. É justamente nesse ínterim que se tem registro dos primeiros comerciantes de artigos fúnebres no país. Com o tempo, o cuidado com os mortos e seus respectivos lugares foi sendo aperfeiçoado com a criação de órgãos específicos que passaram a fiscalizar e a exigir, tanto do setor público quanto do privado, as formas legais de se lidar com o corpo e o pós-morte.

A influência do capitalismo como um todo, em especial o do tipo flexível, e fenômenos correlatos já mencionados, não só transformou os rituais fúnebres em serviços funerários no ocidente, como também colaborou na transmutação da ideia social de morte. Todo esse processo histórico social fez com que a morte passasse a ser compreendida pelos indivíduos como um tabu. Isto é, com o advento da Medicina Social e o desenvolvimento das técnicas alopáticas, a vida em sociedade passou a ser cada vez mais prolongada e isso fez com que os indivíduos perdessem significativamente o contato direto com a morte, diferentemente daquilo que ocorria no medievo. A Medicina Social trouxe consigo instituições, como os hospitais e as agências funerárias, que fizeram com que a relação da morte com as pessoas fosse distanciada.

A atual percepção que a sociedade ocidental construiu sobre a morte fez com que se indagasse também, para além da atual lógica de se fabricar e vender produtos fúnebres na era flexível, acerca das formas utilizadas para se comercializar serviços e produtos que estão diretamente ligados a esse tabu. Como é possível o mercado funerário norte-americano e brasileiro se expandirem, como constatado nesta pesquisa, especialmente nos capítulos um e dois, sabendo que suas específicas mercadorias não são desejáveis aos olhos de indivíduos, que são impelidos a investir no prolongamento de suas vidas e que não possuem uma ligação estreita com tal finitude?

Mediante algumas técnicas de pesquisa, como o método etnográfico, realizado em uma feira de exposição de artigos funerários, na cidade de Curitiba, de análise de conteúdo em folders recolhidos em tal exposição, entrevistas e observações realizadas nas agências Cemitério e Crematório Municipal Parque dos Buritis e Paz Universal Serviços Póstumos Ltda., em Uberlândia, buscou-se identificar os mecanismos e estratégias utilizados na comercialização desse tipo específico de mercadoria, em particular as estratégias de venda e as representações sobre a morte que os comerciantes fazem de seus “especiais” produtos. Assim, chegou-se nas seguintes conclusões:

1) Esses produtos são socialmente produzidos com a função de realizar a necessidade material e simbólica dos indivíduos como qualquer outra mercadoria que está inserida em um contexto no qual se busca constantemente pela maximização dos lucros, bem como a transformação dos rituais funerários em valor-de-troca. Entretanto, embora estejam diretamente atrelados a um fenômeno inerente à condição humana, que é a morte, e, neste sentido suprem uma necessidade (valor-de-uso), eles não são comercializados da mesma maneira como se vende, por exemplo, uma roupa, uma casa ou um carro, justamente porque essa condição se constitui na atualidade em forma de tabu.

2) O primeiro discurso identificado nessas estratégias de venda é aquele que tende a negar a existência da morte. Em um cenário no qual são desenvolvidas técnicas que visam o prolongamento da vida e sua potencialização, a fim de manter em movimento o modo de produção capitalista, a morte passa ser concebida como um evento que deve ser evitado, negado ou mascarado a qualquer custo. Como essa concepção está interiorizada e é compartilhada socialmente, resta ao setor funerário criar estratégias e discursos que ocultem e camuflam a inevitabilidade da morte. A nova tendência de criar cemitérios que a mascaram, por meio de imensos campos verdes e lápides quase imperceptíveis, como o que foi introduzido na cidade de Uberlândia ou em outras partes do mundo, demonstra esta prática.

3) Outro discurso mobilizado pelos vendedores de jazigos e planos funerários, tal como foi verificado nas entrevistas realizadas com representantes do C. C. M. Parque dos Buritis e da Paz Universal Serviços Póstumos Ltda., é aquele que ressalta que os cemitérios devem transmitir uma imagem de lugar agradável e que lembre a morte minimamente. A consequência prática desta concepção é o avanço da técnica da tanatopraxia e da reparação facial. A recuperação de sinais de vitalidade desses corpos, por meio de maquiagem que esconde os vestígios de doenças e de acidentes, e o desaceleramento do processo de decomposição, que permite uma maior permanência desses corpos nos rituais de velamento, significam que essas intervenções só vêm corroborar com o imaginário social que recusa a finitude humana.

4) Outro método usado pelas empresas funerárias é a diversificação das formas de venda, por meio do comércio de variados planos que expressam a desigualdade social e distintos padrões de consumo. Neste caso, planejar e antecipar a venda dos produtos e serviços funerários constitui ótima estratégia de capitalização para as empresas que podem oferecer seus produtos em circunstâncias não dramáticas. Para

isso, as agências utilizam a tática de compará-los aos planos de saúde e de seguros de vida, fazendo com que o consumidor comprehenda essa aquisição mais como um produto preventivo do que propriamente para custear o seu pós-morte.

5) Para tornar esses produtos, como urnas, autofúnebres, roupas e ornamentos vendáveis faz-se o uso do fator da distinção social ao apelar para a “personalização” e para a reprodução do lugar social da pessoa após sua morte. Agregar valor que, simbolicamente, confira status e distinção a determinadas classes, como é o caso dos autofúnebres de luxo, os diamantes sintéticos confeccionados a partir de cinzas cremadas e velórios regados a queijos e vinhos. Trata-se de estratégias encontradas nessa pesquisa para que o setor funerário continue se expandindo. Esses elementos são buscados com o intuito de fazer com que essas mercadorias, difíceis de serem comercializadas, chamem a atenção do consumidor e desperte seu interesse.

Já com relação aos vários significados atribuídos pelo ramo funerário à morte, o trabalho de campo evidenciou que:

1) A etnografia da feira de artigos fúnebres, por exemplo, deixou visível a sobreposição do valor-de-troca pelo valor-de-uso e o caráter fetichizante desse tipo específico de mercadoria. Semelhante a um shopping, a variedade e as inovações exibidas nessas exposições fazem com que esses produtos se tornem o centro das atenções e das relações sociais. O contato com pingentes de diamante sintético, feitos das cinzas cremadas, desperta curiosidade e admiração no visitante consumidor a tal ponto que ele parece esquecer que é da morte, afinal, do que se trata. Isso não deixa de representar a centralidade que a mercadoria ocupa no modo de ser e estar em uma sociedade capitalista.

2) A análise de conteúdo dos folhetos, por sua vez, evidenciou que uma das formas de apresentar e vender esses produtos é empregando minimamente a palavra morte, como pôde ser visto no capítulo três. Em vários e diferentes anúncios e propagandas foi possível fazer esta constatação. Anuncia-se tudo, até a forma como o produto deve ser instalado, exceto sua primeira função, a de suprir uma necessidade de ordem simbólica. Agregam-se outras características que colaboram no ofuscamento de sua primeira atribuição, como o luxo e o discurso da sustentabilidade, tornando-os desejosos aos consumidores. O luxo empregado em limousines não vem atender primeiramente a necessidade de conforto material e simbólico da família, para o comércio fúnebre é só mais uma estratégia para agregar valor ao seu produto a partir de uma condição social pautada na desigualdade de classes.

3) As entrevistas, por sua vez, revelaram pontualmente que os produtos e serviços relativos aos rituais funerários são compreendidos atualmente como uma mercadoria como outra qualquer, mas que necessitam de uma fetichização especial para serem comercializadas. Isso pôde ser percebido nas falas dos representantes de cada agência quando questionados sobre o funcionamento do setor. Em seus discursos é necessário investir a) em produtos e serviços diferenciados, como o cemitério que se parece mais com um parque, b) em vendedores especializados que não fazem uso do termo “morte” e c) em planos de pagamentos que atendam a todas as classes sociais.

Assim, além de essas estratégias criadas pelo setor funerário reforçarem a concepção de negação da morte, que se tem engendrado socialmente, a fim de que essas mercadorias “especiais” se tornem desejáveis, juntamente com outros recursos gerados a partir das condições de desigualdade social, como a existência de produtos luxuosos que sinalizam a existência da distinção social, compreende-se a capacidade plástica que o capitalismo possui ao buscar seu objetivo central, o lucro, ao transformar o pós-morte em mercadoria e a criar ainda mecanismos, como esses identificados, que convencem os indivíduos a “pagarem pra morrer”,<sup>323</sup>.

---

<sup>323</sup> Esse trecho, que retoma o título da pesquisa, foi baseado no refrão da composição de Sílvio Brito, de 1976, chamada de “Pare o mundo que eu quero descer”.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Bento Costa Lima Leite de; MIRANDA, Márcio Mota. *Democracia, liberalismo e socialismo.* Disponível em: <[http://www.achegas.net/numero/cinco/bento\\_e\\_marcio.htm](http://www.achegas.net/numero/cinco/bento_e_marcio.htm)> Acesso em: 31 out. 2015.
- ADORNO, T.. *A indústria cultural e sociedade.* São Paulo, Paz e Terra, 2002.
- AGNOLIN, Adone. Antropofagia ritual e identidade cultural entre os tupinambá. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2002, v. 45 nº 1.
- ALBUQUERQUE, Artur Moura. *Da nocuidade da putrefação dos cadáveres sepultos e dos meios de que dispõe a Hygiene para attenual-a na construção e manutenção das necrópoles.* Bahia: Typografía Imprensa Moderna de Prudêncio de Carvalho. 1904.
- ALVES, Rubem. *O que é religião.* 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- AMERICAN BOARD OF FUNERAL SERVICE EDUCATION. *Home.* Disponível em: <[americanboardoffuneralserviceeducation.org](http://americanboardoffuneralserviceeducation.org)> Acesso em: 29 jun. 2015.
- AMEUR, Farid. *Guerra da Secessão.* Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.
- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista.* São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ANDRADE, Luiz Odorico Monteiro de. *Do surgimento da medicina social ao surgimento da intersetorialidade.* S/D. Disponível em: <[http://www.idisa.org.br/img/File/2%20DO%20SURGIMENTO%20DA%20MEDICINA%20SOCIAL%20AO%20SURGIMENTO%20DA%20INTERSETORIALIDAD E.pdf](http://www.idisa.org.br/img/File/2%20DO%20SURGIMENTO%20DA%20MEDICINA%20SOCIAL%20AO%20SURGIMENTO%20DA%20INTERSETORIALIDADE.pdf)> Acesso em: 10 jul. 2015.
- ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho.* São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANVISA. *Referência técnica para o funcionamento de estabelecimentos funerários e congêneres.* Brasília, 2009, p. 5-6. Disponível em: <[http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/cf2c4680489ab1bba9b5bbe2d0c98834/Orientacoes\\_Tecnicas\\_para\\_Funerarias.pdf?MOD=AJPERES](http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/cf2c4680489ab1bba9b5bbe2d0c98834/Orientacoes_Tecnicas_para_Funerarias.pdf?MOD=AJPERES)> acesso em: 15 jul. 2015.
- ARIÈS, Philippe. *A história da morte no ocidente.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

BARBOSA, Lívia. *Sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Persona, 1977.

BATISTA, Neusa Chaves. *Estado moderno e democracia*: um breve histórico, p. 1. Disponível em: <[http://www.pearl.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo5/organizacao\\_escola/modulo1/democracia Liberal.pdf](http://www.pearl.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo5/organizacao_escola/modulo1/democracia Liberal.pdf)> Acesso em: 31 out. 2015.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOCCHI, João Ildebrando. *Crises capitalistas e a escola francesa da regulação*. Pesquisa & Debate, SP, volume 11, número 1 (17) p. 26-48, 2000. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Documents/Downloads/11921-28569-1-SM.pdf>> Acesso em: 22 jun. 2015.

BORGES, Aricelle Silva. A saúde no Brasil oitocentista: algumas abordagens sobre as epidemias e as transformações na medicina e no pensamento social. *XII Semana de História. Saberes Históricos e a Sala de Aula: Diálogos, Convergências e Divergências*, 2009. Disponível em: <[http://www.ndh.ufms.br/wp-anais/Anais2009/Artigos/GT02\\_historia\\_cultural/5\\_aricelle\\_silva\\_borges\\_saude\\_brasil\\_oitocentista.pdf](http://www.ndh.ufms.br/wp-anais/Anais2009/Artigos/GT02_historia_cultural/5_aricelle_silva_borges_saude_brasil_oitocentista.pdf)> Acesso em: 10 jul. 2015.

BOTELHO, Jeferson. Aspectos gerais sobre Direito Funerário: Necessidade de codificação em prol da Segurança Jurídica. *Prof. Jeferson Botelho*, 2011. Disponível em: <<http://www.jefersonbotelho.com.br/aspectos-gerais-sobre-direito-funerario/>> Acesso em: 15 jul. 2015.

BOURDIEU, P.. *A Distinção*: crítica social do julgamento. São Paulo/Porto Alegre, EDUSP/Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de habitus e campo. In: BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. Gosto de classe e estilo de vida. In: ORTIZ, R. *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983.

BRETON, David Le. *A sociologia do corpo*. Petrópolis: Vozes; 2006.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Legislação*: Decreto nº 583, de 5 de Setembro de 1850. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-583-5-setembro-1850-559823-publicacaooriginal-82234-pl.html>> Acesso em: 10 jul. de 2015.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Aculturação e fricção interétnica. *América Latina*, v. 6, n. 3, 1963.

CEMITERIO SP. *Enterrar pra cima*. Disponível em: <[http://www.cemiteriosp.com.br/pdf/Enterrar\\_para\\_cima.pdf](http://www.cemiteriosp.com.br/pdf/Enterrar_para_cima.pdf)> Acesso em: 6 dez. 2015.

CLARO. *Pela hora da morte*. Disponível em: <[http://www.usp.br/cje/claro/exibir2.php?edicao\\_id=145&materia\\_id=161](http://www.usp.br/cje/claro/exibir2.php?edicao_id=145&materia_id=161)> Acesso em: 30 abr. de 2015.

CONAMA. *Licenciamento ambiental*: resolução conama nº 335 de 2003. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=359>> Acesso em: 15 jul. 2015.

DAVINCIMONTADORA. *Veículos*. Disponível em: <<http://davincimontadora.com.br/veiculos.html>> Acesso em: 5 dez. 2015.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Projeto Periferia, 2003. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.com/eLiberis/socespetaculo.html>> Acesso em: 18 nov. 2015.

ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos seguido de “envelhecer e morrer”*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

EM. *Economia*: Precaução faz da morte um mercado lucrativo. Saiba os preços de funerais. Disponível em: <[http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2013/11/02/internas\\_economia,466435/precaucao-faz-da-morte-um-mercado-lucrativo-saiba-os-precos-de-funerais.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2013/11/02/internas_economia,466435/precaucao-faz-da-morte-um-mercado-lucrativo-saiba-os-precos-de-funerais.shtml)> Acesso em: 01 maio de 2015.

EM. *Vrum*: etimologia no bom automovês. 2007. Disponível em: <[http://estadodeminas.vrum.com.br/app/noticia/noticias/2007/04/06/interna\\_noticias,23841/etimologia-no-bom-automoves.shtml](http://estadodeminas.vrum.com.br/app/noticia/noticias/2007/04/06/interna_noticias,23841/etimologia-no-bom-automoves.shtml)> Acesso em: 5 dez. 2015. Consultar também: LIMOSERVICE. O que é uma limousine. Disponível em:

<<http://www.limoservice.com.br/veja-mais/o-que-e-uma-limousine/>> Acesso em: 5 dez. 2015.

FAGUNDEZ, Ingrid. Esteticista de animal e psicólogo estão em alta no mercado de trabalho. São Paulo: *Folha de São Paulo*, 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/08/1498958-esteticista-de-animal-e-psicologo-estao-em-alta-no-mercado-de-trabalho.shtml>> Acesso em: 30 abr. de 2015.

FAUSTO, Boris. *A história do Brasil*. 2 edição. São Paulo: Edusp, 1995.

FEDERAL TRADE COMISSION. *Complying Funeral Rule*. Disponível em: <<https://www.ftc.gov/system/files/documents/plain-language/pdf-0131-complying-with-funeral-rule.pdf>> Acesso em: 30 de maio 2015.

FEIRA FUNERÁRIA. *Brasil possui 11761 empresas funerárias*. Disponível em: <<http://feirafuneraria.com.br/brasil-possui-11761-empresas-funerarias/>> Acesso em: 15 jul. 2015.

FLORESTAN, F. *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1970.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Cadernos da PUC/RJ. Rio de Janeiro, nº 16, 1979.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Sabotagem, S/D. Disponível em: <[http://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A\\_Microfisica\\_do\\_Poder\\_-Michel\\_Foucault.pdf](http://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A_Microfisica_do_Poder_-Michel_Foucault.pdf)> Acesso em: 03 nov. 2015.

FRANCO JR. Hilário. *A Idade média: nascimento do ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Produto Interno Bruto de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/pib/pib-municipais/507-informativo-pib-municipios-mg-2012-2/file>> Acesso em: 17 jul. 2015.

FUNERAL HOME: Espaço. Disponível em: <<http://www.funeralhome.com.br/espaco/>> Acesso em: 04 maio de 2015.

FUNERÁRIA ONLINE. *Crescimento de crematórios no Brasil*. Disponível em: <<http://www.funerariaonline.com.br/Dicas/Default.asp?idnews=6474>> Acesso em: 15 dez. 2015.

GARELLI, F. Controle social. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. Tradução Carmen C. Varialle, Gaetanolo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacais e RenzoDini. 8. ed. Brasília: Ed. UnB, 1995.

GENNEP, Arnold van. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 1977.

GIDDENS, Antony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GRAMSCI, Antônio. Americanismo e Fordismo. In: *Maquiavel a Política e o Estado Moderno*. 3Ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos impérios. 1875 – 1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, ano XXI, nº 55, novembro, 2001.

IBGE. *Brasil 500 anos: território brasileiro e povoamento*. Disponível em: <<http://brasil500anos.ibge.gov.br/pt/territorio-brasileiro-e-povoamento/historia-indigena/os-numeros-da-populacao-indigena>> Acesso em: 03 jul. 2015.

IBGE. *Censo de 2010: Uberlândia*. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=317020&idtema=91&search=minas-gerais|uberlandia|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-religiao->>> Acesso em: 17 jul. 2015.

IBGE. *Economia: pesquisa anual de serviços*. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7150>> Acesso em: 16 jul. 2015.

IBGE. *Minas Gerais. Cidades: Uberlândia.* Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=317020&search=minas-gerais|uberlandia|infograficos:-historico>> Acesso em: 17 jul. 2015.

IBGE. Minas Gerais. Cidades: Uberlândia. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=317020&search=%E1ficos:-informa%F5es-completas>> Acesso em: 17 jul. 2015.

IBGE. *População: pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009*, p. 54. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv61273.pdf>> Acesso em: 16 jul. 2015.

IPEADATA. *Taxa de desemprego.* Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38401>> Acesso em: 29 jan. 2016.

ISLAMRELIGION. *Crença na vida após a morte.* 2009. Disponível em: <<http://www.islamreligion.com/pt/articles/38/>> Acesso em: 18 abr. de 2015.

LEMOS, Mario Luiz Freitas *et al.* Os setores de comércio e de serviços. *BNDS*, S/D, p. 1. Disponível em: <[http://www.bnDES.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro\\_setorial/setorial07.pdf](http://www.bnDES.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_setorial/setorial07.pdf)> Acesso em: 16 jul. 2015.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Mito e significado.* Coletivo Sabotagem, S/D. Disponível em: <<http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/LEVISTRAUSSMitoeSignificado.pdf>> Acesso em: 03 jun. 2015.

LÉVI-STRAUSS. *O pensamento selvagem.* São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1976.

LIMOSERVICE. *O que é uma limousine.* Disponível em: <<http://www.limoservice.com.br/veja-mais/o-que-e-uma-limousine/>> Acesso em: 5 dez. 2015.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.

MARX, Karl. Introdução à Contribuição para a Crítica da Economia Política. (Prefácio e Introdução). In: BOTELHO, André (org.). *Essencial Sociologia*. São Paulo: Peguim Classics, Companhia das Letras, 2013.

MARX, Karl. *O capital*. A mercadoria. Volume I, Centelha - Promoção do Livro, SARL, Coimbra, 1974. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/vol1cap01.htm#topp>> Acesso em: 22 jun. 2015.

MARX, Karl. *O Capital*: crítica da economia política. Livro I, v.1. Tradução Reginaldo Sant'Anna. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MARX, Karl. Premissas da Concepção Materialista da História. In: *Ideologia Alemã*, Capítulo I, item 2, 2006. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/ideologia-alema-oe/cap1.htm#i2>> Acesso em: 05 jan. 2015.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Economia brasileira em perspectiva. 18 edição, março, 2013, p. 14. Disponível em: <[http://www.fazenda.gov.br/divulgacao/publicacoes/economia-brasileira-em-perspectiva/economia\\_brasileira\\_em\\_perspectiva\\_pt\\_ed18\\_mar2013.pdf](http://www.fazenda.gov.br/divulgacao/publicacoes/economia-brasileira-em-perspectiva/economia_brasileira_em_perspectiva_pt_ed18_mar2013.pdf)> Acesso em: 16 jul. 2015.

MITFORD, Jessica. *American way of death. Revisited*. New York: Vintage Books, 2000.

MORAIS, Isabela Andrade de Lima. Pela hora da morte. Estudo sobre o empresariar da morte e do morrer: uma etnografia no Grupo Parque das Flores, em Alagoas. *Tese* (doutorado) Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, 2009.

NACIONAL FUNERAL DIRECTORS ASSOCIATION. *Environmental Compliance*. <<http://nfda.org/tools-for-your-business/environmental-compliance.html>> Acesso em: 29 jun. 2015.

NACIONAL FUNERAL DIRECTORS ASSOCIATION. *Trends and Statistics*. Disponível em: <<http://nfda.org/about-funeral-service-/trends-and-statistics.html>> Acesso em: 29 jun. 2015.

O GLOBO. *Sociedade*: Novos velórios tornam-se eventos sociais cercados de luxo e glamour. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/novos-velorios-tornam-se-eventos-sociais-cercados-de-luxo-glamour-12374769>> Acesso em: 04 maio de 2015.

OFFE, Clauss. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

OHIO ADMINISTRATIVE CODE 4717-7-02. *Requirements for funeral home licensure*. Disponível em: <<http://codes.ohio.gov/oac/4717-7-02>> Acesso em: 29 jun. 2015.

ORNELLA5, Cleuza Panisset. Os hospitais: lugar de doentes e de outros personagens menos referenciados. *Revista Brasileira de Enfermagem*. Brasília, v. 51 , n. 2, p . 253-262, abril - jun., 1998.

PADILHA, Valquíria. *Shopping Center*: a catedral das mercadorias e o lazer reificado. Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo, 2003.

PARQUEDOSBURITIS. *Cemitério e crematório*. Disponível em: <[http://cemiterioparquedosburitis.com.br/quem\\_somos.php](http://cemiterioparquedosburitis.com.br/quem_somos.php)> Acesso em: 04 maio 2015.

PEREIRA, Gislaine dos Santos. *As transformações e precarização do mundo do Trabalho*. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/viewFile/84/85>> Acesso em: 22 jun. 2015.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *À flor da terra*: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond: IPHAN, 2007.

PINTO, Lilian. S. Práticas fúnebres a partir da significação da morte e do corpo. In: V Seminário de Trabalho e Gênero e III Seminário Internacional do PPGCS: teorias, pesquisas e práticas sociais, 2014, Uberlândia. V Seminário de Trabalho e Gênero e III Seminário Internacional do PPGCS: teorias, pesquisas e práticas sociais, 2014.

PLANALTO. *Casa civil*: constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm)> Acesso em: 11 jul. 2015.

PLANALTO. *Casa civil: constituição de 1934.* Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm)> Acesso em: 13 jul. 2015.

PLANALTO. *Casa civil: constituição de 1937.* Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm)> Acesso em: 13 de jul. 2015.

PLANALTO. *Casa civil: constituição de 1946.* Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm)> Acesso em: 13 de jul. 2015.

PLANALTO. *Casa civil: constituição de 1967.* Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm)> Acesso em: 13 de jul. 2015.

PLANALTO. *Casa civil: constituição de 1988.* Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)> Acesso em: 13 de jul. 2015.

PLANALTO. *Casa civil: lei no 6.216, de 30 de junho de 1975.* Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6216.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6216.htm)> Acesso em: 15 jul. 2015.

POUZADOUX, Claude. *Contos e lendas da mitologia grega.* São Paulo: Cia. Das Letras, 2001.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. *Serviço Funerário do Município de São Paulo: história.* Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/servicos/servico\\_funerario/historia/index.php?p=3563](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/servicos/servico_funerario/historia/index.php?p=3563)> Acesso em: 13 jul. 2015.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. *A capela curada.* Disponível em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/?pagina=Conteudo&id=104>> Acesso em: 17 jul. 2015.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. *A configuração do povoado.* Disponível em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/?pagina=Conteudo&id=106>> Acesso em: 17 jul. 2015.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. Banco de Dados Integrados – BDI, vol. 3. Disponível em:  
<[http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms\\_b\\_arquivos/10533.pdf](http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/10533.pdf)> Acesso em: 17 jul. 2015.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. *Estruturas arquitetônicas e urbanísticas: cemitério Municipal São Pedro, nº.xx/2006.* Disponível em:  
<[http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms\\_b\\_arquivos/5503.pdf](http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/5503.pdf)> Acesso em: 18 jul. 2015.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. *Legislação:* legislação municipal. Decreto 1191 de 1974. Disponível em: < <http://www.uberlandia.mg.gov.br/?pagina=leisMunicipais>> Acesso em 18. Jul. 2015.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. *Uberlândia, uma história de muitos.* Disponível em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/?pagina=Conteudo&id=97>> Acesso em: 17 jul. 2015.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Casa civil:* lei 601, de 18 de setembro 1850. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm)> Acesso em: 10 jul. 2015.

QUEIROZ, Cinta Marques *et al.* Cemitérios uberländenses, simbolismo, religiosidade e cultura no espaço de Uberlândia-MG. Caminhos de Geografia. Uberlândia v. 8, n. 23. Edição Especial. 2007.

RAMOS et al. A ciência moderna e as concepções contemporâneas em discursos de professores-pesquisadores: entre rupturas e a continuidade. *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias.* Vol 10, Nº 1, 84-108, Espanha, 2011, p. 86. Disponível em: <[http://reec.uvigo.es/REEC/portugues/REEC\\_older\\_po.htm](http://reec.uvigo.es/REEC/portugues/REEC_older_po.htm)> Acesso em: 20 jul. 2014.

REALE, Giovanni. História da filosofia: do humanismo a Descartes, v. 3, São Paulo: Paulus, 2004.

RECANTO DAS LETRAS. *Vivendo da morte.* 2010. Disponível em:  
<<http://www.recantodasletras.com.br/resenhas/2221995>> Acesso em: 16 jul. 2015.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ROCHA, Everardo. *O que é mito*. Brasiliense: São Paulo, 2006.

RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformação fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

SANSON, Cesar. Trabalho e subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial. *Tese*. Doutorado em Sociologia, Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2009.

SANTOS, Matias Belido dos. Práticas mortuárias entre os povos indígenas no Pantanal Mato-Grossense: arqueologia, etno-história e etnologia. *Dissertação* (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, MS: UFGD, 2009.

SCHOPENHAUER, A. *O mundo como vontade e representação*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

SCIELO. *Anotações sobre trabalho e gênero*. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742013000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742013000200003)> Acesso em: 29 jan. 2015.

SEBRAE. *Crematório*. Disponível em: <[http://www.dce.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/62533EC78DEE22B503256FEF004EA0E9/\\$File/NT000A6CD6.pdf](http://www.dce.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/62533EC78DEE22B503256FEF004EA0E9/$File/NT000A6CD6.pdf)> Acesso em: 15 jul. 2015.

SENADO FEDERAL. *Portal de notícias*. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2013/08/13/crematorios-se-multiplicam-pelo-brasil>> Acesso em: 15 jul. 2015.

SENADO FEDERAL. *Secretaria de informação legislativa*: decreto n. 789 - de 27 de setembro de 1890. Disponível em: <[http://legis.senado.gov.br/legislacao/listanormas.action?numero=789&tipo\\_norma=D&EC&data=18900927&link=s](http://legis.senado.gov.br/legislacao/listanormas.action?numero=789&tipo_norma=D&EC&data=18900927&link=s)> Acesso em: 12 jul. 2015.

SOCIOAMBIENTAL. *Povos indígenas do Brasil*: Kadiwéu. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kadiweu/263>> Acesso em: 04 jul. 2015.

TERRA. *Economia*: o setor funerário cresce com diversificação de produtos. 2012. Disponível em: <<http://economia.terra.com.br/setor-funerario-cresce-com-diversificacao-de-produtos,dd2850f7fd66b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>> Acesso em: 14 de abr. de 2015.

TERRA. *Estados Unidos*: Americana é velada sentada com cerveja e cigarro na mão. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/estados-unidos/americana-e-velada-sentada-com-cerveja-e-cigarro-na-mao,343194f288696410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html>> Acesso em: 30 maio de 2015.

TODAS FUNERÁRIAS. *Aprovada regras para planos de assistência funerária*. Disponível em: <<http://todasfunerarias.com.br/aprovada-regras-para-planos-de-assistencia-funeraria/>> Acesso em: 16 jul. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. *Centro de Pesquisas Econômico-Sociais*, CEPES. 2015.

VAUCHEZ, André. *A espiritualidade na Idade Média Ocidental*: séculos VIII a XIII. Trad. de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995 e BOLTON, Brenda. A reforma na Idade Média: séc. XII. Trad. de Maria da Luz Veloso. Lisboa: Edições 70, 1985.

VIANNA. MANOEL Alfonso. *Da cremação dos cadáveres*. RJ: Tvp. Lombartes. 1884.

VIERTLER, R. B. Implicações adaptativas do funeral ao processo de mudança social entre os Bororo do Mato Grosso. In: Carvalho, Sílvia (coord.). (Org.). *Rituais Indígenas Brasileiros*. 1 ed. São Paulo: CPA - Editora Ltda, 1999.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

## *FONTES ICONOGRÁFICAS*

Figura 1: FUNERAL HOME: *Espaço*. Disponível em:  
<http://www.funeralhome.com.br/espaco/> Acesso em: 4 maio de 2015.

Figura 2: FUNERAL HOME: *Espaço*. Disponível em:  
<http://www.funeralhome.com.br/espaco/> Acesso em: 4 maio de 2015.

Figura 3: MUSEO DE BELLAS ARTES. *La barca de Caronte*. Valencia, 1919.  
Disponível em: <<http://misterios.co/2010/01/15/personajes-de-la-mitologia-caronte-el-barquero-del-infieno/>> Acesso em 11 maio de 2015.

Figura 4: CASKETSITE.COM. *Aurora*. Disponível em:  
<http://www.casketsite.com/aurora/items/bronze/bronze2298coralmist.htm> Acesso em 30 maio de 2015.

Figura 5: TERRA. *Estados Unidos*: Americana é velada sentada com cerveja e cigarro na mão. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/estados-unidos/americana-e-velada-sentada-com-cerveja-e-cigarro-na-mao,343194f288696410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html>> Acesso em: 30 maio de 2015.

Figura 6: NEWCASTLE FUENRAL Home. Disponível em:  
<http://www.newcastlefuneralhome.com/> Acesso em: 30 maio de 2015.

Figura 7: POMPAS FÚNEBRES MOREIRA LOPES. *Fachada*. Disponível em:  
<http://www.pu3yka.com.br/Pelotas/Cidade/Centro/entorno-018.jpg> Acesso em: 13 jul. 2015.

Figura 14: PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. *Estruturas arquitetônicas e urbanísticas*: cemitério municipal São Pedro, nº.xx/2006. Disponível em:  
[http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms\\_b\\_arquivos/5503.pdf](http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/5503.pdf) Acesso em: 18 jul. 2015.

Figura 17: UIPI. *Cemitérios de Uberlândia já são preparados para Dia de Finados*. Disponível em: <<http://uiipi.com.br/destaques/destaque-2/2013/10/29/cemiterios-de-uberlandia-ja-sao-preparados-para-dia-de-finados/>> Acesso em: 19 jul. 2015.

Figura 18: *Cemitérios de Uberlândia já são preparados para Dia de Finados.* Disponível em: <<http://uipi.com.br/destaques/destaque-2/2013/10/29/cemiterios-de-uberlandia-ja-sao-preparados-para-dia-de-finados/>> Acesso em: 19 jul. 2015.

Figura 19: QUEIROZ, Cinta Marques *et al.* Cemitérios überlandenses, simbolismo, religiosidade e cultura no espaço de Uberlândia-MG. *Caminhos de Geografia.* Uberlândia v. 8, n. 23. Edição Especial. 2007.

Figura 29: GOOGLE MAPS. *Paz Universal Serviços Póstumos Ltda.* Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-18.9000274,-48.2642255,3a,75y,282.1h,79.04t/data=!3m6!1e1!3m4!1sQWAyx6VnV6NY9RtRXFBolw!2e0!7i13312!8i6656!6m1!1e1>> Acesso em: 25 jan. 2016.

Figuras 30, 31, 32: GRIFF ARQUITETURA. Portfólio comercial: funerária. Disponíveis em: <<http://www.griffearquitetura.com.br/portfolio-comercial/funeraria/paz-universal-uberlandia-mg/>> Acesso em: 25 jan. 2016.

## FONTES FONOGRÁFICAS

“Flores” (de Tony Bellotto, Sérgio Britto, Charles Gavin e Paulo Miklos). Com Titãs, 1989.

“Pare o mundo que eu quero descer” (de Silvio Brito). 1976.

## *ANEXOS*

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**Pesquisa:** A Sociedade dos Mortos S/A: uma incursão sociológica pelo universo funerário de Uberlândia, MG.

**Orientadora:** Dra. Patrícia Trópia Vieira

**Pesquisadora:** Lilian Silva Pinto, Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais – INCIS, Bloco H - Sala 20 - Campus Santa Mônica - Telefone: 3239-4238/3239-4398 - E-mail: decis@ufu.br

Nesta pesquisa busca-se entender o significado dos rituais funerários engendrados no seio da sociedade de Uberlândia. Especificamente, pretende-se identificar a forma com que o Poder Público federal e local e as agências funerárias da cidade intervêm na significação desse evento como também verificar os grupos sociais que se utilizam de aparatos oficiais fúnebres, isto é, de serviços funerários legitimados pelo Estado. Ademais, intenta-se investigar as formas por meio das quais esses grupos fazem uso desses serviços e se de algum modo contribuem para a constituição de práticas distintivas de classe. Na sua participação você será submetido a um questionário ou entrevista e de gravações. No caso desta última, após a transcrição para a pesquisa as mesmas serão desgravadas. Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa ou sofrerá qualquer outro risco. Os benefícios serão da ordem da contribuição e ampliação do conhecimento científico para toda comunidade. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação. Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Lilian Silva Pinto e Dra. Patrícia Trópia Vieira nos telefones 3239-4238/3239 ou entrar em contato com Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais – INCIS, Bloco H - Sala 20 - Campus Santa Mônica - E-mail: decis@ufu.br

Uberlândia, ..... de .....de 2015.

---

Assinatura dos pesquisadores

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

---

Participante da pesquisa